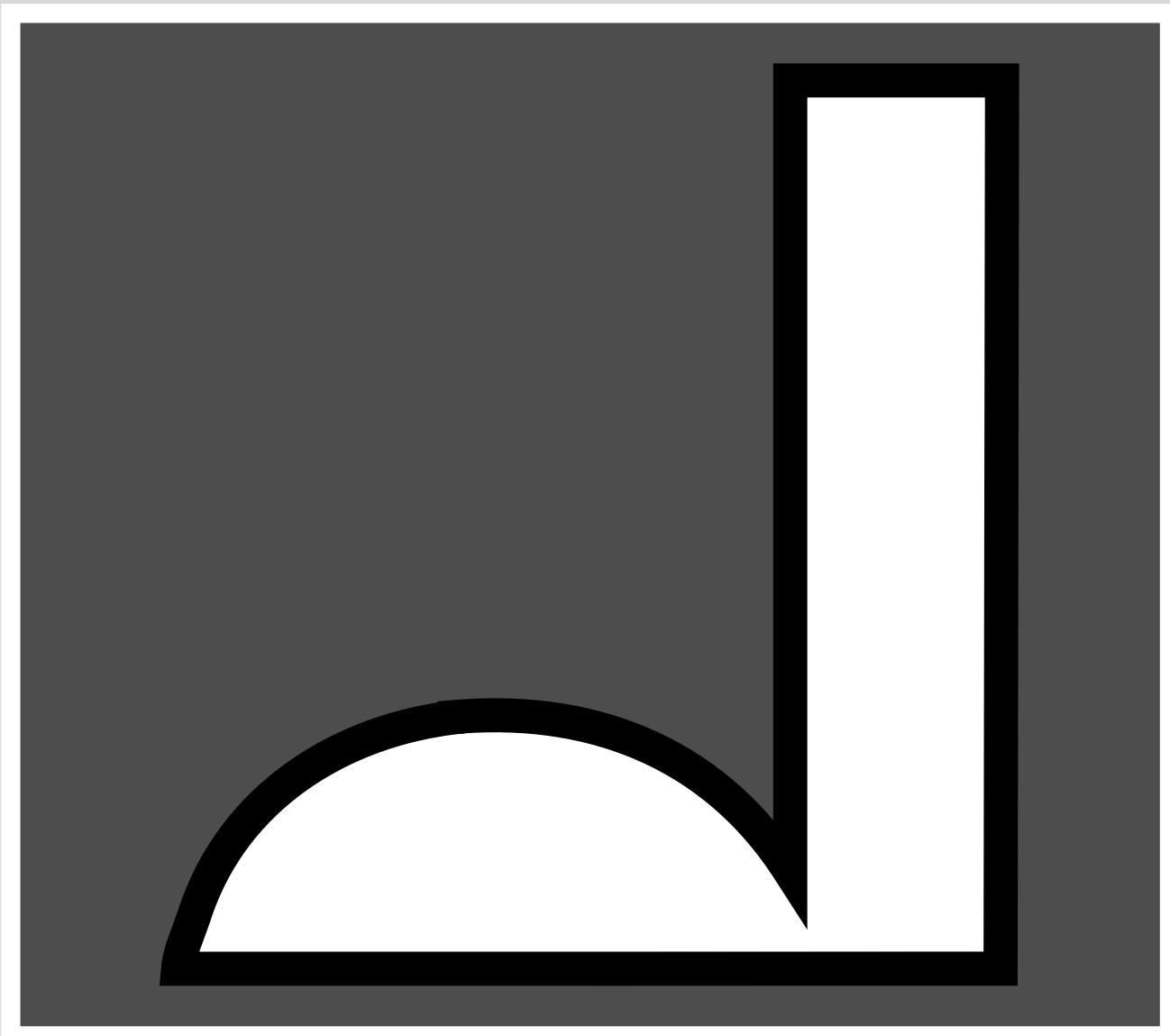




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX - N° 195 - SÁBADO, 27 DE NOVEMBRO DE 2004 - BRASÍLIA-DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Shlessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella - PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT-13, PSB – 3, PTB – 3) LÍDER – PT Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe – PSB Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior LÍDER - PTB - 3 Duciomar Costa – PTB LIDERANÇA DO PMDB - 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12 LÍDER Efraim Morais - PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER – PFL – 17 José Agripino - PFL Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro LÍDER - PSDB - 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT Vice-Líder Almeida Lima LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL Vice-Líder Aelton Freitas LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT
EXPEDIENTE		
Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

CONGRESSO NACIONAL

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 220, de 1º de outubro de 2004**, que “*dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, e 10.683, de 28 de maio de 2003*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de dezembro de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 26 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 221, de 1º de outubro de 2004**, que “*dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA e o Warrant Agropecuário – WA, dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, e 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 3 de dezembro de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 26 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 170ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 1.781, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2003 (nº 1.365/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.....

39028

Nº 1.782, de 2004, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.060, de 2004 (nº 1.207/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Monte Belo, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Monte Belo, Estado de Minas Gerais.....

39030

Nºs 1.783 a 1.831, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre os Requerimentos nºs 762, 845, 880, 1.128, 1.132, 1.147, 1.164, 1.165, 1.174, 1.179, 1.180, 1.185, 1.186, 1.187, 1.188, 1.189, 1.197, 1.198, 1.208, 1.209, 1.212, 1.219, 1.224, 1.234, 1.239, 1.240, 1.246, 1.247, 1.250, 1.251, 1.252, 1.253, 1.274, 1.283, 1.284, 1.285, 1.286, 1.300, 1.319, 1.329, 1.334, 1.338, 1.339, 1.340, 1.355, 1.356, 1.358, 1.368 e 1373 de 2004.....

39034

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2003, cujo parecer foi lido anteriormente.....

39063

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.060, de 2004, seja apreciado pelo Plenário.....

39063

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, em reunião realizada em 25 do corrente, de diversos requerimentos que solicitam informações a Ministros de Estado.....

39063

Sobrerestamento da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 575, de 1999, tendo em vista a aprovação, pela Mesa do Senado Federal, do Requerimento nº 1.329, de 2004, em reunião realizada em 25 do corrente.....

39064

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – A questão federativa e a importância dos municípios. 39064

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 1.475, de 2004, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2003..... 39066

Nº 1.476, de 2004, de autoria do Senador João Ribeiro, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona..... 39068

1.2.5 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 1.619/2004, de 24 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 689, de 1999 (nº 6.303/2002, na Câmara dos Deputados), e sua remessa à sanção naquela data..... 39068

Nº 1.620/2004, de 24 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2002 (nº 7.052/2002, na Câmara dos Deputados), e sua remessa à sanção naquela data..... 39068

Nº 1.633/2004, de 26 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal o Projeto de Lei de Conversão nº 52, de 2004 (proveniente da Medida Provisória nº 205, de 2004), que dispõe sobre concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005; acrescenta o art. 6ºA à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei 9.126, de 10 de novembro de 1995.. 39068

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Inclusão na pauta da Ordem do Dia da sessão de 30 de novembro do Projeto de Lei de Conversão nº 52, de 2004, tendo em vista que a matéria passa a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultime sua votação..... 39069

1.2.7 – Ofício

Nº 522/2004, de 25 do corrente, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 225, de 2004. 39126

1.2.8 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR MÃO SANTA – Precariedade das rodovias brasileiras.....

39127

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Trabalho executado pela 22ª Unidade de Transportes e Infra-Estrutura Rondônia-Acre na recuperação das estradas daquela região. Apoio à campanha “Uma Vida sem Violência é um Direito das Mulheres”, iniciada em 25 do corrente.

39130

SENADOR ALVARO DIAS – Incapacidade do Governo Lula de gerenciar os recursos públicos em prol da sociedade brasileira.....

39133

SENADOR PAULO PAIM – O salário mínimo para o ano vindouro. Necessidade da votação da PEC paralela pela Câmara dos Deputados.....

39136

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Homenagem à Polícia Militar de Roraima pelo transcurso dos seus 29 anos de criação.

39140

SENADOR ALBERTO SILVA – Histórico da formação do PMDB. Leitura de artigo de autoria da cientista política Lúcia Hipólito, a respeito do PMDB. Necessidade de recuperação de nossas rodovias.

39140

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários a respeito de editoriais publicados na imprensa nacional contendo críticas à atuação política do Governo Federal.....

39143

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Prejudicialidade do Requerimento nº 1.471, de 2004.....

39214

1.2.10 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR VALDIR RAUPP – Defesa da reforma do sistema tributário nacional. Apoio à campanha que alerta a sociedade sobre a excessiva carga tributária no Brasil.....

39214

1.2.11 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Comentários ao artigo intitulado “Momento especial”, de autoria do jornalista Jânio de Freitas, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 25 do corrente.

39217

SENADOR ALVARO DIAS – Considerações acerca do artigo intitulado “Final do ano”, de autoria

da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 23 do corrente.....

39218

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição de artigo intitulado “Começou a eleição de 2006 (3)”, de autoria do ex-Ministro Marcelo Pimentel, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 22 do corrente.....

39219

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 136ª Sessão Deliberativa Extraordinária realizada em 6 de outubro de 2004 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.

39221

3 – MESA DO SENADO FEDERAL

Ata da 10ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2004.....

39222

4 – EMENDAS (Publicadas em suplemento a este Diário)

Apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aos Projetos de Lei nºs 81, 82, 83, 84, 85, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116 e 117, de 2004-CN.

39226

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 170^a Sessão Não Deliberativa, em 26 de novembro de 2004

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidências dos Srs. Paulo Paim, Mão Santa e Alvaro Dias

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.781, DE 2004

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2003 (nº 1.365,99, na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Relator: Senador **Antonio Carlos Magalhães**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 56, de 2003, de iniciativa da Presidência da República, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal*.

O projeto propõe alterações no art. 293 do Código Penal (CP), que dispõe sobre falsificação dc papéis públicos, retirando as expressões “selo postal” e “estampilha” do inciso I e acrescentando outras condutas penais ao tipo, por meio de alteração do § 1º e acréscimo do § 5º.

O projeto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados, tendo recebido, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, parecer favorável com aprovação unânime. Incluído na pauta da convocação extraordinária de julho de 2003 (Mensagem nº 288, de 2003), teve, em Plenário, seu art. 20, que criava um novo tipo penal de contrabando ou descaminho envolvendo menor (art. 334-A), suprimido.

Esta Comissão, nos termos do art. 101 II, d, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é regimentalmente competente para apreciar a matéria, que trata de direito penal.

Até o momento não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

O direito penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, conforme os arts. 22, 1 e 48, *caput*, da Constituição Federal (CIF), nos limites materiais constitucionais.

Não há vícios de constitucionalidade ou de juridicidade no projeto.

O PLC nº 56, de 2003, propõe alterar o inciso I do art. 293 do CP, para considerar como crime a conduta de falsificar, fabricando-os ou alterando-os, “selo destinado a controle tributário, papel selado ou qualquer papel de emissão legal destinado à arrecadação de tributo”, retirando da redação original as expressões “selo postal” e “estampilha”, substituindo a expressão “destinado à arrecadação de imposto ou taxa” por “destinado à arrecadação de tributo” e adicionando a destinação de selo a “controle tributário”.

A lei postal peca pela falta de boa técnica legislativa, pois sequer prevê o mínimo da pena na cominação abstrata. O CP, ao contrário, preve pena mínima de dois anos. Pela lei postal, o agente criminoso poderia receber pena inferior a um ano, o que lhe beneficiaria pela substituição da prisão por uma singela pena de multa, o que não foi intenção do legislador do CP, o qual, dada a gravidade dessa conduta, que atenta contra a fé pública, impediu essa possibilidade ao estabelecer o intervalo penal entre dois e oito anos de reclusão.

A inclusão da destinação de selo a “controle tributário” é oportunista, dado que o selo de controle do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) não se destina à arrecadação de imposto ou taxa, mas ao controle tributário da produção e da comercialização de produtos de maior interesse arrecadatório (ciganos, bebidas etc.).

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLC nº 56, de 2003.

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2004.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 56 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24/11/2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>Eduardo Suplicy</i>
RELATOR:	<i>Antônio Carlos Valadares</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
SERYS SLHESSARENKO	1-EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>
ALOIZIO MERCADANTE	2-ANA JÚLIA CAREPA <i>Ana Júlia Carepa</i>
TIÃO VIANA	3-SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	4-DUCIOMAR COSTA <i>Duciomar Costa</i>
MAGNO MALTA	5-GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>Geraldo Mesquita Júnior</i>
FERNANDO BEZERRA	6-JOÃO CABIBERIBE <i>João Cabiberibe</i>
MARCELO CRIVELLA	7-AELTON FREITAS <i>Aelton Freitas</i>
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1-NEY SUASSUNA <i>Ney Suassuna</i>
GARIBALDI ALVES FILHO	2-LUIZ OTÁVIO <i>Luz Otávio</i>
JOSÉ MARANHÃO	3-RENAN CALHEIROS <i>Renan Calheiros</i>
JOÃO BATISTA MOTTA	4-JOÃO ALBERTO SOUZA <i>João Alberto Souza</i>
ROMERO JUCÁ	5-MAGUITO VILELA <i>Maguito Vilela</i>
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO CABRAL <i>Sérgio Cabral</i>
PFL	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (RELATOR)	1-PAULO OCTÁVIO <i>Paulo Octávio</i>
CÉSAR BORGES	2-JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>
DEMÓSTENES TORRES	3-JORGE BORNHAUSEN <i>Jorge Bornhausen</i>
EDISON LOBÃO (PRESIDENTE)	4-EFRAIM MORAIS <i>Efraim Moraes</i>
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i>
PSDB	
ÁLVARO DIAS	1-ANTERO PAES DE BARROS <i>Antero Paes de Barros</i>
TASSO JEREISSATI	2-EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	3-LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-ALMEIDA LIMA <i>Almeida Lima</i>
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES <i>Patrícia Saboya Gomes</i>

Atualizada em: 12/03/2004

PARECER Nº 1.782, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.060, de 2004, (nº 1.207/2004 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Monte Belo, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Monte Belo, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador Aelton Freitas

I – Relatório

Chega a esta comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.060, de 2004.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal, ato constante da Portaria nº 535, de 9 de outubro de 2003, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Monte Belo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Monte Belo, Estado de Minas Gerais.

A documentação anexada à mensagem presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, e aprovação daquele órgão colegiado. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de outorga pelo Poder Executivo para execução de serviço de radiodifusão educativa obedece a exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, dispõe no seu art. 13, §§ 1º e 22, que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Tampouco se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que

dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.060, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação aplicável.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.060, de 2004, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Monte Belo, para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Monte Belo, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2004.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PDS 1060 / 04 NA REUNIÃO DE 16/11/2004
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

(Senador Osmar Dias)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

FÁTIMA CLEIDE		1- TIÃO VIANA
FLÁVIO ARNS		2- ROBERTO SATURNINO
IDELI SALVATTI		3- DELCÍDIO AMARAL
JOÃO CABIBERIBE		4- (VAGO)
DUCIOMAR COSTA		5- (VAGO)
AELTON FREITAS		6- (VAGO)
RELATOR		7- (VAGO)
CRISTOVAM BUARQUE		8- (VAGO)
VALMIR AMARAL		

PMDB

HÉLIO COSTA	1- MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- PAPALEÓ PAES
GERSON CAMATA	4- LUIZ OTÁVIO
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
JOSÉ MARANHÃO	6- MÁRIO CALIXTO

PFL

DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- JOSÉ AGRIPINO
Efraim Morais	4- MARCO MACIEL
RENILDO SANTANA	5- PAULO OCTÁVIO
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO

PSDB

SÉRGIO GUERRA	1- ARTHUR VIRGÍLIO
LEONEL PAVAN	2- EDUARDO AZEREDO
LUIZ PONTES	3- TEOTÔNIO VILELA FILHO
ANTERO PAES DE BARROS	4- LÚCIA VÂNIA

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
ALMEIDA LIMA	2- JUVÊNCIO DA FONSECA

PPS

MOZARILDO CAVALCANTI	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
----------------------	--------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 4060 / 04

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FATIMA CLEIDE	X					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X					ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI	X					DELCIDIO AMARAL				
JOÃO CAIBERIBE						VAGO				
DUCHOMAR COSTA						VAGO				
AELETON FREITAS	X					VAGO				
CRISTOVAM BUARQUE	X					VAGO				
VALMIR AMARAL						VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
HELIO COSTA					MÂO SANTA					
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO					
VALDIR RAUPP	X				PAPALEÓ PAES	X				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTAVIO					
SÉRGIO CABRAL					ROMERO JUCA					
JOSÉ MARANHÃO					MARIO CALIXTO					
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO					
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO	X				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPIÑO					
EFRAIM MORAIS	X				MARCO MACIEL					
RENILDO SANTANA					PAULO OCTÁVIO					
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO					
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO					
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO					
LUIZ PONTES					TEOTÔNIO VILELA FILHO					
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA					
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES					
ALMEIDA LIMA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA					
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES					

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01SALA DAS REUNIÕES, EM 16/11/2004


SENADOR OSMAR DIAS

Presidente da Comissão de Educação

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**Seção II
Das Atribuições Do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

**DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

**Complementa e modifica a Lei nº 4.117
(*) de 27 de agosto de 1962**

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As universidades e fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

**DECRETO Nº 2.108,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996**

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

**DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963**

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço: (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

§ 2º A documentação referente aos interessados na execução do serviço mencionado no parágrafo anterior será, no que couber, a mesma prevista no art. 15 deste decreto, acrescidas das exigências constantes de normas específicas.(Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

.....
Art. 16. As propostas serão examinadas e julgadas em conformidade com os quesitos e critérios estabelecidos neste artigo (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

.....
§ 10. As outorgas a estados e municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, conforme o caso, e serão formalizadas por meio de convênio a ser firmado no prazo de sessenta dias. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24.12-1996)

PARECER Nº 1.783, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 762 de 2004.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

Nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, vem ao exame desta Mesa o Requerimento nº 762, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgilio, que propõe sejam solicitadas as seguintes informações ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o pagamento do avião que está sendo comprado para uso do Presidente da República:

1. qual o preço que será pago pelo **Airbus**?
2. em quantas parcelas este pagamento foi dividido?
3. quais as datas de vencimento dessas parcelas?
4. há alguma parcela em atraso?
5. se há parcela em atraso, qual o motivo?
6. se havia previsão orçamentária para o pagamento do avião, por quê existe parcela em atraso?

Na justificação, o autor considera publicação na imprensa sobre possível atraso no pagamento da segunda mensalidade do avião, em virtude do uso da respectiva verba para cobertura de outras despesas emergenciais. Nesse caso, verba extraordinária teria

que ser aprovada pelo Congresso, para saldar o compromisso.

II – Análise

De acordo com o citado inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado, compete à Mesa deliberar sobre o requerimento sob análise. Por outro lado, conforme disposto no art. 50, § 2º , da Constituição Federal, as Mesas de ambas as Casas do Congresso Nacional poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A presente proposição está de acordo com as normas citadas, bem como com o que dispõe os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, porquanto envolve matéria atinente à competência fiscalizadora desta Casa e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a que se destina.

O requerimento obedece, ademais, ao disposto no art. 49, X, da Constituição Federal, na medida em que busca fiscalizar e controlar, por meio do Senado Federal, atos do Poder Executivo. No caso específico, as informações solicitadas dizem respeito à execução orçamentária da União.

Por fim, a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos, não se lhe aplicando as normas da Seção II do citado ato, porquanto não se trata de pedido de informações de natureza sigilosa.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 762, de 2004, sem restrições.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.

– **José Sarney**, Presidente – **Alberto Silva**, Relator
– **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi**
– **Eduardo Siqueira Campos**.

PARECER Nº 1.784 DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 845, de 2004.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

O Senador Sérgio Zambiasi, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, apresenta a esta Mesa o Requerimento nº 845, de 2004, em que

solicita ao Sr. Ministro da Educação as seguintes informações:

1) Que base de cálculo foi utilizada para fixar em R\$33,50 o valor por aluno do repasse anual a cada escola de educação especial da rede privada, como previsto no § 1º do art. 5º da Portaria/FNDE/CD/nº11, de 22 de março, de 2004, em obediência ao determinado pela Lei nº 10.845, de 2004?

2) No contexto do reconhecimento pleno, inclusive pela legislação vigente, de que a atenção às crianças com deficiência requer cuidados e atividades de custo mais elevado que os do ensino regular, como se explica que o valor por aluno do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Podadores de Deficiência (PAED) seja equivalente a apenas 6,2% do valor mínimo conferido ao aluno atendido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)?

Em sua justificação, o senador afirma que o valor que o Poder Executivo repassa às entidades privadas que se dedicam à educação especial corresponde a apenas 6,2% do valor mínimo por aluno do Fundef, proporção que considera inaceitável.

II – Análise

O requerimento em exame está de acordo com as disposições constitucionais e regimentais que tratam de pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo. Entretanto, o item nº 2 do documento, descumpre as normas de admissibilidade estipuladas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que, no art. 2º, inciso I, veda pedido de informação de caráter especulativo.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 845, de 2004, suprimido o trecho relativo ao item nº 2.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.
 – **José Sarney**, Presidente, – **Paulo Paim**, Relator,
 – **Romeu Tuma**, – **Sérgio Zambiasi**, – **Eduardo Siqueira Campos**, – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.785, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 880, de 2004.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, apresenta a esta Mesa o Requerimento nº 880, de 2004, em que solicita ao Sr. Ministro da Educação informações acerca da criação de loteca para custear atividades educativas no País. Requer também esclarecimentos acerca das razões para o lançamento de mais essa loteria, informações sobre quando será iniciada a comercialização dos palpites, os custos e a destinação dos recursos arrecadados.

Em sua justificação, o autor do requerimento cita reportagem do jornal **O Globo**, do dia 5 de julho de 2004, sobre o assunto, e afirma ser importante que o Senado, como órgão fiscalizador, acompanhe fatos como esse.

II – Análise

O requerimento em exame está de acordo com as disposições constitucionais e regimentais que tratam de pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo. Entretanto, ao solicitar esclarecimentos acerca das razões para o lançamento da loteria, o documento descumpre as normas de admissibilidade estipuladas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, o qual, no art. 2º, inciso I, determina que o requerimento de informação não pode conter interrogação de caráter especulativo.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 880, de 2004, com o seguinte texto:

Requeiro, de acordo com o art. 216 do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas ao Ministro da Educação, informações acerca da criação de loteca para custear atividades educativas no País, de quando será iniciada a comercialização dos palpites, bem como dos custos e destinação dos recursos arrecadados.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Sérgio Zambiasi**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.786, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.128, de 2004.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.128, de 2004, de autoria do Senador Álvaro Dias, tem por objetivo solicitar ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre:

– avaliação do Ministério dos Transportes sobre as possíveis interferências do Porto Organizado de Paranaguá na economia e no desenvolvimento do Município de Pontal do Paraná;

– posição do Ministério dos Transportes e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) sobre a documentação formalmente encaminhada àquele Ministério para apreciação. Em especial, deseja-se conhecer as possibilidades de êxito da proposta de modificação do Decreto nº 4.558, de 2002, com vistas à criação do Complexo Portuário da Ponta do Poço;

– outras medidas que o Ministério considera passíveis de adoção no presente caso, tendo em conta a necessidade de equacionar os conflitos porventura existentes e as mudanças que vêm sendo reivindicadas para a área portuária de Pontal do Sul.

II – Análise

A proposição encontra fundamento no disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminharem pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O segundo quesito da referida proposição, entretanto, contraria o disposto no inciso II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com o art. 2º, I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, mediante os quais os requerimentos de informação não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

III – Voto

À luz do exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 1.228, de 2004, com a alteração da redação do segundo quesito da proposta, nos termos do seguinte texto:

“conclusão da análise do Ministério dos Transportes e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) sobre proposta de modificação do Decreto nº 4.558, de 2002, com vistas à criação do Complexo Portuário da Ponta do Poço, formalmente encaminhada àquele Ministério para apreciação;”

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Sérgio Zambiasi**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.787, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.132, de 2004, em que o Senador Alvaro Dias solicita informações ao Secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica sobre gastos do atual Governo com publicidade.

Relator: Senador Heráclito Fortes

I – Relatório

Nos termos regimentais, vem a exame deste Colegiado o anexo Requerimento nº 1.132, de 2004, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica pedido de informações para que providencie, no estrito termo do prazo constitucional, as seguintes informações:

1) gastos do atual Governo com publicidade, abrangendo todos os órgãos da administração pública direta e indireta, especialmente as empresas públicas e sociedades de economia mista;

2) discriminação desses gastos por empresas contratadas (agências de publicidade), número de contratos celebrados, montantes previstos e valores já desembolsados.

Para justificar a proposição, o ilustre signatário alega que a imprensa tem noticiado que o Governo Federal tem realizado vultosos gastos com publicidade, e que tais gastos estariam se intensificando nesses meses que antecedem as eleições municipais de outubro próximo. Ademais, tais gastos estariam concentrados em certas agências de publicidade, ligadas direta ou indiretamente a Duda Mendonça, que trabalhou na campanha eleitoral do Presidente da República e é contratado pelo PT para várias campanhas eleitorais neste ano.

O requerimento sob exame veio a esta Mesa na forma e para os fins previstos no art. 216 do Regimento Interno, em consonância com o disposto no Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento de informações.

II – Análise

Cabe à Mesa do Senado Federal examinar se o pedido atende aos requisitos de admissibilidade previstos nas normas atinentes aos requerimentos de informações.

Na conformidade do que dispõe a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, o órgão destinatário enquadra-se na dicção do art. 50 da Constituição Federal, inclusive quanto às atribuições previstas no art. 4º da referida Lei nº 10.683, de 2003, que dispõe:

“Art. 4º À Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, (...) bem como nos assuntos relativos à política de comunicação e divulgação social do Governo e de implantação de programas informativos, cabendo-lhe a coordenação, a normatização, a supervisão e o controle da publicidade e de patrocínios dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, e de sociedades sob controle da União, (...).”

O pedido, pois, está dirigido à autoridade competente e atende aos demais preceitos constitucionais que informam o poder fiscalizatório do Congresso Nacional, bem como foram observadas as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

De acentuar, ainda, que, nos termos da Constituição Federal, o Congresso Nacional é competente não só para autorizar a realização de despesas por meio da Lei de Orçamento, como também para fiscalizar a aplicação dos recursos e a gestão de bens públicos, mesmo diretamente, pela utilização de seus mecanismos constitucionais, como por exemplo, CPI, requerimento de informações, e, ainda, em face da competência que lhe outorga o inciso X do art. 49 da Constituição Federal, de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.132, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.788 ,DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.147, de 2004, relativo à solicitação de informações ao Ministro de Estado da Saúde, acerca de medidas

de prevenção e combate à hantavirose no Amazonas, diante de notícia publicada no jornal *Correio Brasiliense*.

Relator: Senador Heráclito Fortes

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.147, de 2004, no qual solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde acerca da existência de medidas de prevenção e combate à hantavirose no Estado do Amazonas, em conjunto com autoridades sanitárias estaduais, diante de notícia publicada, em 11 de agosto p.p., no jornal **Correio Brasiliense**, de que foi registrada a ocorrência de dois casos dessa doença no Município de Boa Vista do Ramos, na região do médio Amazonas.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O Requerimento em tela está igualmente amparado no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, que dá, ao Congresso Nacional, a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.147, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.789, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.164, de 2004.

Relator: Senador Paulo Paim

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio requer, com fundamento nos dispositivos regimentais e constitucionais, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações referentes a denúncias acerca de modificações nos critérios de concessão de patentes pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), de modo a atrelar esses

critérios aos interesses do Governo em detrimento de qualificações técnicas.

Solicita, ainda, o ilustre Senador esclarecimento sobre o significado do art. 11, II, do Decreto nº 5.147, de 21 de julho de 2004.

O eminent autor justifica o seu pedido tendo em vista a nota publicada na seção Radar da revista Veja, edição de 18.08.2004, a qual afirma que, com o advento do Decreto nº 5.147, de 2004, passou-se a adotar critérios puramente ideológicos para a concessão de patentes pelo INPI. Acrescenta, ainda, que ao Senado, como órgão fiscalizador, é importante ter conhecimento de dados pormenorizados a esse respeito.

II – Análise

Compete à Mesa examinar apenas se a solicitação está de acordo com as condições de admissibilidade estabelecidas nas normas referentes aos requerimentos de informações e, por conseguinte, é despiciendo pronunciar-se quanto ao mérito do requerimento.

A proposição está em conformidade com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno desta Casa, bem como às normas de admissibilidade determinadas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Ademais, note-se que o encaminhamento, por esta Mesa, de pedidos escritos de informação se restringe a Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, segundo as disposições do art. 50, **caput** e § 2º, da Constituição Federal.

Por último, nos termos do art. 27, inciso IX, alínea b, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, compete ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior tratar de assuntos relacionados à propriedade intelectual. É de salientar que o conceito de propriedade intelectual abrange, também, os direitos referentes às invenções em todos os campos da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais.

Portanto, a proposição está dirigida à autoridade competente.

III – Voto

Diante do exposto, nosso parecer é favorável ao encaminhamento do Requerimento nº 1.164, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Paulo Paim**, Relator – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.790, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.165, de 2004, que requer sejam solicitadas à Ministra de Estado de Minas e Energia informações a respeito do desempenho da Petrobras no primeiro semestre de 2004.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos termos dos arts. 215, I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.165, de 2004, no qual solicita à Ex^{ma} Sr^a Ministra de Estado de Minas e Energia informações sobre o desempenho da Petrobrás.

O Requerimento tem como objetivo obter dados sobre o lucro da Petrobrás, o pagamento de **royalties**, as importações e outros itens do balanço contábil da empresa. O Senador deseja conhecer os valores mês a mês, para poder avaliar o seu desempenho no primeiro semestre de 2004.

II – Análise

O Senador Arthur Virgílio baseia sua solicitação no fato de que é atribuição do Congresso Nacional acompanhar e fiscalizar as políticas públicas do governo. O jornal **O Globo** publicou recentemente dados sobre o comportamento da Petrobrás, e o autor do requerimento considera necessário que o Senado possa conhecer dados pormenorizados sobre as operações de empresa tão importante para o País.

O Requerimento nº 1.165, de 2004, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado. O Requerimento atende, também, às exigências dos arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, cabendo deliberação do pedido no âmbito desta Mesa uma vez que as informações não se enquadram no conceito de “informações Requerimento sigilosas”. Ao mesmo tempo, as informações solicitadas não são atinentes à competência fiscalizadora do Senado Federal, e atendem aos requisitos de admissibilidade prescritos no Ato da Mesa nº 1.

Tendo em vista a importância

Estratégica da Petrobras volume de investimentos públicos envolvidos, é de fato muito apropriado que o Congresso Nacional esteja ciente do desempenho da empresa.

III – Voto

Do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento de nº 1.165, de 2004, e pelo seu encaminhamento à Ministra de Minas e Energia.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.–
José Sarney, Presidente. – **Alberto Silva**, Relator
– **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi**
– **Eduardo Siqueira Campos**.

PARECER Nº 1.791, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.174, de 2004, que requer nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda, informações sobre as Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Pacaraima no estado de Roraima, criadas pela Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.174, de 2004, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicita ao Ministro da Fazenda, Dr. Antônio Palocci Filho, as seguintes informações sobre as Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Pacaraima, no estado de Roraima, criadas pela Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991:

- 1) Qual a situação atual das Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Pacaraima?
- 2) Por quais motivos ainda não foram implantadas as referidas áreas?
- 3) Há previsão de implantação dessas áreas?

II – Análise

O Requerimento nº 1.174, de 2004, atende aos requisitos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, e do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que dispõem sobre o requerimento de informações pelos parlamentares, admissível para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora.

O objeto do requerimento ora em análise se enquadra nas atribuições do Ministério da Fazenda e está de acordo com as normas constitucionais e regimentais.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.174, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de Novembro de 2004
– **José Sarney**, Presidente – **Eduardo Siqueira Cam-**

pos, Relator – **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.792, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.179, de 2004, que objetiva obter do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações “acerca das obras de reforma do Palácio da Alvorada e das adaptações na Granja do Torto”.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.179, de 2004, de iniciativa do Senador Arthur Virgílio, tem o propósito de solicitar ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações sobre as programadas obras de reforma para o Palácio da Alvorada e as adaptações na Granja do Torto “para residência temporária do Presidente da República”.

Ao justificar a proposição, Sua Excelência, valendo-se de informações publicadas na coluna **Gente Boa**, do jornalista Joaquim Ferreira do Santos, de **O Globo**, afirma que, “além das obras de remodelação previstas para o Palácio da Alvorada, outras serão realizadas na Granja do Torto para servir de residência temporária do Presidente e família”. Segundo o mencionado jornalista, citado pelo autor do requerimento sob exame, nessas últimas estaria incluída uma cabine de projeção destinada “a sessões de cinema para convidados inclusive da cachorrinha Michelle”. Assim, ante os fatos noticiados, considera inerente à competência fiscalizadora do Senado Federal o conhecimento das informações requeridas, acrescidas de ‘pormenores sobre as razões da reforma’ e de dados sobre a necessidade de cinema temporariamente, bem como quanto aos critérios de seleção de convidados”.

Apresentado no último dia 24 de agosto, o Requerimento veio à Mesa para decisão.

II – Análise

A proposição sob exame rege-se pelo disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, I, a, e 216, I, do Regimento Interno, tendo a tramitação regulamentada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece os requisitos para a apresentação e aprovação de requerimento de informação. Embora satisfaça a maior parte das condições impostas pelo mencionado ato, a iniciativa parece claramente afrontar o requisito estabelecido no inciso I do art. 2º, que veda o “pedido de providência, consulta, sugestão, conse-

lho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido".

Assim, não sendo cabível a aprovação integral do Requerimento em pauta, impõe-se sua aprovação parcial.

III – Voto

À vista do exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 1.179, de 2004, com o seguinte texto:

Requeiro, nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, sejam solicitadas, ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações sobre as obras de reforma no Palácio da Alvorada e sobre as adaptações da Granja do Torto para utilização como residência temporária do Presidente da República.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Sérgio Zambiasi**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.793, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.180, de 2004.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

O eminentíssimo Senador Arthur Virgílio, com base no § 2º do art. 50 da Carta Magna e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 751, de 2004, no qual requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Defesa informações sobre nota publicada na coluna do jornalista Ancelmo Góis, no jornal **O Globo**, de 22 de agosto de 2004, de que o novo avião Airbus da Presidência da República não teria condições técnicas de operar no aeroporto de Brasília com tanques cheios, pelo que, em viagens transcontinentais teria que fazer escalas técnicas para reabastecimento.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais referentes a pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se à matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma.

III – Voto

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.180, de 2004.

Sala de Reuniões, – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Heráclito Fortes**, Relator – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Eduardo Siqueira Campos** – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.794, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.185, de 2004, que requer na forma do artigo 50, § 2 da Constituição Federal, e dos artigos 215, I a, 216, I e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Defesa, informações sobre investimentos realizados pela Infraero ao Aeroporto de Petrolina.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.185, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicita ao Ministro da Defesa, Dr. José Viegas, na forma do artigo 50, § 2 da Constituição Federal, e dos artigos 215, I, a 216, I e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, as, seguintes, informações em relação ao Aeroporto de Petrolina:

- 1) Que valores a Infraero investiu, durante os anos de 2003 e 2004, no Aeroporto de Petrolina?
- 2) A Infraero fez outros investimentos no município de Petrolina neste mesmo período?
- 3) Há outros investimentos previsto para o Aeroporto de Petrolina?
- 4) Dos valores despendidos, a que empresas e quanto foi destinado em contratos efetuados por intermédio de processo licitatório? A que empresas e quanto foi destinado em contratos com dispensa de licitação?
- 5) Qual a capacidade de operação prevista para o Aeroporto de Petrolina após a conclusão das referidas obras e qual o volume de tráfego (passageiros e carga) atualmente suportado pelo referido aeroporto?

II – Análise

O Requerimento nº 1.185, de 2004, atende aos requisitos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, dos artigos 215, I a, 216 e 217 do Regimento Interno

do Senado Federal, e do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que dispõem sobre o requerimento de informações pelos parlamentares, admissível para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora.

O objeto do requerimento ora em análise se enquadra nas atribuições do Ministério da Defesa e está de acordo com as normas constitucionais e regimentais.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.185, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de Novembro de 2004.

– **José Sarney**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.795, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1186, de 2004.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.186, de 2004, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, esclarecimentos sobre os efeitos e procedimentos adotados quanto aos recursos destinados ao Ministério da Saúde, de acordo com o Decreto nº 5.094/2004, que estabelece a programação financeira do Poder Executivo até o final do exercício de 2004, que alterou o Decreto nº 5.027/2004.

Explica o nobre parlamentar em seu requerimento que o Decreto nº 5.094/04 altera os limites de gastos previstos no Decreto nº 5.027/04, que dispõe sobre a programação financeira e orçamentária para 2004, ampliando os limites de gastos em R\$1.962.130.000,00. Segue o nobre senador afirmando que, em que pese à elevação do limite, o Ministério da Saúde teve seu limite de pagamentos reduzido em R\$400 milhões.

Finaliza o Excelentíssimo Sr. Senador Antônio Carlos Valadares que é imperioso o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão prestar os devidos esclarecimentos sobre os efeitos e os procedimentos adotados quanto aos recursos para o Ministério da Saúde.

II – Voto

Considerando que o requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso

Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.186, de 2004, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.

– **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator
– **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi**
– **Alberto Silva** – **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.796, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.187, de 2004.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.187, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 216, do Regimento Interno c/c o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, informações acerca das causas que levaram à demissão do Superintendente da Polícia Federal em São Paulo.

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando que o “Jornal Folha de S. Paulo” denuncia, na edição de 25 de agosto de 2004, que a demissão do Superintendente da PF em São Paulo deveu-se a pressões que vinha sofrendo para seu afastamento.”

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 1.187, de 2004, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.187, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.

– **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator
– **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi**
– **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.797, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.188, de 2004, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda a remessa de documento oficial expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) á empresa Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras).

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

Vem à apreciação desta Mesa, conforme despacho do Presidente do Senado Federal, o Requerimento nº 1.188, de 2004, de autoria do nobre Senador Jonas Pinheiro.

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216, I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, o senador solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda o envio do Ofício nº 3.829/2004/GERAT/COFINS/STN, expedido em 30 de junho de 2004, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) à empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás).

II – Análise

Do ponto de vista constitucional, a proposição se insere no permissivo do art. 50, § 2º, da Carta Magna.

Tratando-se de requerimento de remessa de documento, submete-se a matéria à mesma disciplina aplicável, em geral, aos requerimentos de informação, ex vi do art. 217 do diploma regimental desta Casa, e, nesta qualidade, obedece aos requisitos regimentais de admissibilidade, contidos no seu art. 216, I:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – Serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

(grifos nossos)

Ora, não pode haver dúvida, sobre a competência exclusiva do Congresso Nacional de, nos termos do art. 49, X da Lei Maior, fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Ainda no plano da regimentalidade, a presente proposição atende às disposições gerais sobre admissibilidade de requerimentos de informação, contidas na Seção I do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 1.188, de 2004.

Sala de Reuniões, – **José Sarney**, Presidente.
– **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Romeu Tuma**
– **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 1.798, DE 2004

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.189, de 2004, que Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado de Minas e Energia, sobre a remessa do Ofício nº 3.829/2004/GERAT; COFINS/STN, expedido em 30 de junho de 2004, pela Secretaria do Tesouro Nacional — STN à empresa Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para apreciação, nos termos regimentais, o Requerimento nº 1.189, de 2004, da iniciativa do Senhor Senador Jonas Pinheiro, que requer, nos termos do 5º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada à Exma Senhora Ministra de Estado de Minas e Energia, Doutora DILMA ROUSSEFF, a remessa do Ofício nº 3.829/2004/GERAT; COFINS/STN, expedido em 30 de junho de 2003, pela Secretaria do Tesouro Nacional — STN à empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS.

II – Análise

Do ponto de vista constitucional, a proposição se insere no permissivo do art. 50, § 2º, da Carta Magna.

Tratando-se de requerimento de remessa de documento, submete-se a matéria à mesma disciplina aplicável, em geral, aos requerimentos de informação, ex vi do art. 217 do diploma regimental desta Casa, e, nesta qualidade, obedece aos requisitos regimentais de admissibilidade, contidos no seu art. 216, I:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – Serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

(grifos nossos)

Ora, não pode haver dúvida, sobre a competência exclusiva do Congresso Nacional de, nos termos do art. 49, X da Lei Maior, fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Ainda no plano da regimentalidade, a presente proposição atende às disposições gerais sobre admissibilidade de Requerimentos de Informação, contidas na Seção 1 do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 1.189, de 2004.

Sala de Reuniões, – **José Sarney**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.799, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1197, de 2004.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.197, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 216 do Regimento Interno, combinado com o art. 50, § 2º da Constituição Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, informações acerca de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas fabricantes de bens e serviços de informática beneficiárias dos incentivos previstos no art. 4º da Lei nº 8.248/1991.

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando que as informações requeridas são importantes, tendo em vista o que prevê a legislação no tocante ao apoio e ao estímulo às empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 1.197, de 2004, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.197, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva** – **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.800, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.198, de 2004.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.198, de 2004, de autoria do Senador Artur Virgílio, nos termos do artigo 216, I, do Regimento Interno combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações acerca de investimentos compulsórios em pesquisa e desenvolvimento pelas empresas beneficiárias de incentivos fiscais, previstos no art. 4º da Lei nº 8.248, na forma de seis quesitos.

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando que objetiva esclarecer as questões levantadas, considerando a prerrogativa constitucional que atribui ao Congresso Nacional, o poder de fiscalização.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 1.198, de 2004, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.198, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva** – **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.801, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.208, de 2004, que requer sejam solicitadas à Ministra de Minas e Energia informações a respeito da construção do gasoduto que liga o Campo de Manati à cidade de Salvador.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

O Senador Rodolpho Tourinho, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.208, de 2004, no qual solicita à Ministra de Estado de Minas e Energia, Exm^a Sra. Dilma Rousseff, as seguintes informações relativas à construção do gasoduto que liga o Campo de Manati à cidade de Salvador:

“1) Em que fase está o andamento das obras de cada um dos itens abaixo:

- Plataforma Offshore
- Gasoduto Submarino
- Gasoduto Terrestre
- Estação de Tratamento de Gás

2) Em relação ao cronograma oficial anunciado pelo Ministério de Minas e Energia, está confirmada a chegada do gás natural a Salvador em outubro de 2005?"

II – Análise

O Senador Rodolpho Tourinho apresentou o requerimento em tela, com o objetivo de subsidiar o Senado Federal com dados relativos à construção do gasoduto que liga o Campo de Manati à cidade Salvador. Indaga à Ministra de Minas e Energia sobre o andamento das obras e se está confirmado o cronograma oficial, segundo o qual o gás natural chegará a Salvador, em outubro de 2005.

O requerimento se inclui no que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que trata dos pedidos escritos de informações a Ministros de Estado. Atende, ainda, ao art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, quanto a sua admissibilidade, pois visa a esclarecer aspectos da construção de obra pública federal, matéria atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal. Ao mesmo tempo, não incorre nos óbices arrolados no art. 216, II, do Regimento Interno.

O requerimento atende, também, às normas de admissibilidade prescritas nos arts. 1º e 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001. Ademais, por não tratar de informações de natureza sigilosa, de acordo com o art. 3º do mesmo ato, cabe a esta Mesa a decisão sobre seu encaminhamento.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação Requerimento nº 1.208, de 2004, e pelo seu encaminhamento à Ministra de Minas e Energia.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Paulo Paim**, Relator – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.802, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.209, de 2004.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.209, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, informações sobre a operação realizada pela Polícia Federal no jornal

O TEMPO, na cidade de Contagem, Minas Gerais, na tarde/noite de 26 de agosto de 2004.

O nobre parlamentar afirma em seu requerimento que órgãos da imprensa divulgaram na data de 27 de agosto a realização de operação pela Polícia Federal, para atender a mandado de busca e apreensão de Jornal Betim em Dia emitido pela Justiça Eleitoral da Comarca de Betim. Continua o Senador afirmando que o que se viu foi a invasão da redação do jornal O TEMPO por policiais em grande número, fortemente armados, sem a necessária presença de funcionários da Justiça Eleitoral, mas com a presença de lideranças do Partido dos Trabalhadores.

Finaliza o Excelentíssimo Sr. Senador Eduardo Azeredo que o episódio é lamentável por se mostrar arbitrário, truculento e, sem dúvida, um atentado à liberdade de imprensa, isto num momento sensível que é o das eleições municipais.

II – Voto

Considerando que o requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.209, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

Sala de Reuniões, **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva** – **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.803, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.212, de 2004, em que o Senador Arthur Virgílio solicita informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre notícia veiculada pela revista IstoÉ.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

Nos termos regimentais, vem a exame deste Colegiado o anexo Requerimento nº 1.212, de 2004, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República pedido de informações sobre denúncia veiculada pelo jornalista Tales Alvarenga, na edição de 1º de setembro de 2004, da revista IstoÉ, atribuindo ao Ministro-Chefe da Casa Civil a afirmação, a um líder partidário, de que teria muita gente com seus telefones monitorados.

O eminent autor considera que a denúncia dá a entender que, como acrescenta a nota da revista, o Governo estaria promovendo caça às bruxas contra seus inimigos. Considera, ainda, que a revelação é grave, exigindo pronto esclarecimento, notadamente sobre quais as razões e fundamentos da declaração contida na denúncia do referido periodista.

O requerimento sob exame veio a esta Mesa na forma e para os fins previstos no art. 216 do Regimento Interno, em consonância com o disposto no Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento de informação.

II – Análise

Cabe à Mesa do Senado Federal examinar se o pedido atende aos requisitos de admissibilidade previstos nas normas atinentes aos requerimentos de informações.

Na conformidade do que dispõe a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 10.869, 13 de maio de 2004, o órgão destinatário enquadra-se na dicção do art. 50 da Constituição Federal.

O pedido está dirigido à autoridade competente e atende aos demais preceitos constitucionais e regimentais que regem as solicitações de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como às normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

De acentuar, ainda, que, nos termos do inciso XII do art. 5º da Constituição Federal, a inviolabilidade das comunicações telefônicas é um dos direitos e garantias individuais estatuído como cláusula pétreia com tal magnitude, que só por decisão judicial pode ser mitigada, assim mesmo com as cautelas estabelecidas em lei, para fins de investigação criminal ou instrução processual.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.212, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.

– **José Sarney**, Presidente – **Alberto Silva**, Relator
– **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi**
– **Eduardo Siqueira Campos**.

PARECER Nº 1.804, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.219, de 2004, que requer nos termos do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50 da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda, informações acerca da participação da Caixa Econômica Federal no projeto “Cidade Detran” no Piauí.

Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos

I – Relatório

O Requerimento nº 1.219, de 2004, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicita ao Ministro da Fazenda, Dr. Antonio Palocci, na forma do artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal e considerando o Ato da Mesa nº 1 de 2001, as seguintes informações:

1) Foi liberado algum recurso da Caixa Econômica Federal para a construção do Detran-PI denominado “Cidade Detran”? Em caso afirmativo, quais os valores repassados e para que órgãos foram transferidos?

2) Houve licitação para o pagamento do projeto contratação de empresa publicitária ou a construção da “cidade”? Em caso afirmativo, qual a participação da Caixa Econômica Federal nessas etapas?

3) Existem programas similares a esse de responsabilidade da Caixa Econômica Federal? E, em caso afirmativo, quais os estados beneficiados?

4) Houve algum gasto da Caixa Econômica Federal com publicidade desse projeto? Em caso afirmativo, quais os valores gastos?

5) Qual o apoio efetivamente dado pela Caixa Econômica Federal a esse projeto conforme propaganda divulgada nos jornais?

II – Análise

O Requerimento nº 1.219, de 2004, atende aos requisitos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, dos artigos 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que dispõem sobre o requerimento de informações pelos parlamentares, admissível para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora.

O objeto do requerimento ora em análise se enquadra nas atribuições do Ministério da Fazenda e está de acordo com as normas constitucionais e regimentais.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.219, de 2004.

Sala de Reuniões, **José Sarney**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.805, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.224, de 2004.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

O eminentíssimo Senador Arthur Virgílio, com base no § 2º do art. 50 da Carta Magna e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.224, de 2004, no qual requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional informações sobre matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, segundo a qual o Governo teria solicitado à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) a produção de telefones celulares privilegiados e protegidos com mecanismos de criptografia, que seriam destinados a Ministros e servidores da Presidência da República. Solicita, ainda, que a resposta a este requerimento especifique o significado desse projeto, custos e destinação exata, bem como “se indique a motivação para esse privilégio”.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais referentes a pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende os requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se encontra dirigido a autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma.

III – Voto

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.224, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.806, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.234, de 2004, que requer ao Senhor Ministro da Fazenda informações complementares às respostas dadas ao Requerimento nº 180, de 2004, relativo às liquidações extrajudiciais efetuadas pelo Banco Central do Brasil.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.234, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda informações complementares às respostas dadas ao Requerimento nº 180, de 2004, relativo às liquidações extrajudiciais efetuadas pelo Banco Central do Brasil, considerando que as respostas não foram satisfatórias.

Portanto, o requerimento de informações em apreço indaga a respeito de dois itens não satisfatoriamente respondidos, especificando de forma mais clara as perguntas. Tais itens são referentes a: 1) quantos servidores aposentados do Banco Central do Brasil, liquidantes ou não, trabalhavam em liquidações extrajudiciais de instituições financeiras em 31 de dezembro dos anos de 1997, 1999 e 2001; e 2) informações precisas sobre o processo de liquidação do Banco Pontual, do BBC e do BMD, em especial, as dívidas contraídas com as instituições públicas (Interfinanceiro do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e redesconto do Banco Central).

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

Ademais, entendemos que o requerimento não envolve informação sigilosa, conforme definida no art. 8º do Ato nº 1 da Mesa, de 2001. Trata-se de informações sobre atividades dessa autarquia, que obedecem ao princípio constitucional da publicidade. A utilização de recursos públicos para finalidades espúrias certamente atenta contra os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

III – Voto

Em face do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 1.234, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Alberto Silva**, Relator – **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Siqueira Campos**.

PARECER Nº 1.807/2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.239, de 2004.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.239, de 2004, de autoria do Senador Alvaro Dias, nos termos do parágrafo segundo, do artigo 50, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, informações acerca do IPI incidente sobre pneumáticos novos e remoldados durante o ano de 2003 e primeiro semestre de 2004.

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando que trava-se no Congresso discussão sobre a importação de pneumáticos novos e remoldados, representando estes últimos um fator positivo seja em relação à economia quanto à preservação do meio ambiente.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 1.239, de 2004, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.239, de 2004, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.

– **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator
– **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi**
– **Alberto Silva** – **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.808, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.240, de 2004.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

O Senador Mário Calixto apresentou o Requerimento nº 1.240, de 2004, no qual solicita, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam encaminhadas pelo Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações a respeito da empresa BB Turismo, controlada pelo Banco do Brasil S/A, relativas aos anos de 2003 e 2004:

a) relatórios da administração e demonstrações financeiras exigidas pela legislação societária em vigor, acompanhados das respectivas notas explicativas e pareceres de auditoria independente, e do conselho fiscal;

b) quantidade de bilhetes aéreos emitidos e seus respectivos valores;

c) cópia do contrato entre a empresa e a Infraero;

d) gastos com a locação de espaço em aeroportos.

Nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 30 do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – Análise

O art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que regulamenta o pedido de informações, determinado no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, no âmbito desta Casa, assim reza:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na hora do expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

O questionamento formulado pelo ilustre Senador Mário Calixto não se refere a qualquer informação de caráter sigiloso, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 2001. O Requerimento nº 1.240, de 2004, enquadra-se, portanto, nos dispositivo acima citado, assim como nos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001, cabendo a esta Mesa decidir terminativamente sobre o mesmo.

II – Voto

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pela aprovação do Requerimento nº 1.240, de 2004.

Sala de Reuniões, – **José Sarney**, Presidente
– **Paulo Paim**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos**
– **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva** – **Romeu Tuma**.

PARECER Nº 1.809, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.246, de 2004.

Relator: Senador **Romeu Tuma**.

I – Relatório

O Requerimento nº 1.246, de 2004, de autoria do Senador Álvaro Dias, nos termos do parágrafo segundo, do artigo 50, da Constituição Federal, postula “sejam solicitadas à Senhora Ministra do Meio Ambiente para serem prestadas pelo titular do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), informações sobre as efetivas providências que tiverem sido adotadas em relação às falhas, impropriedades e ilegalidades referidas no Relatório de Auditoria nº 20 – Ibama, de 2003, em relação às atividades de Gerência Administrativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis no Estado do Paraná (IBAMA/PR)”, em relação a vários itens que especifica.

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando interesse na apuração dos fatos em nome de uma gestão regular da coisa pública.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 1.246, de 2004, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.246, de 2004, de autoria do Senador Álvaro Dias.

Sala de Reuniões, – **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva** – **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.810 DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.247, de 2004, para que sejam solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome informações sobre o controle de freqüência escolar no Programa Bolsa Família.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminha a esta Mesa o Requerimento nº 1.247, de 2004, no qual solicita ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome informações acerca do alegado fim do controle de freqüência escolar do Programa Bolsa Família.

São essas as informações requeridas: 1º) O que motivou o governo a deixar de fiscalizar o controle da freqüência escolar no Bolsa Família por meio de uma circular interna, mesmo que provisoriamente? 2º) O atual governo admite que está descumprindo uma Lei, por meio de uma circular interna? 3º) A decisão de suspender a fiscalização do controle de freqüência não altera a “essência” do Programa, que originalmente teria um importante impacto social, transformando-o numa medida meramente

assistencialista? 4º) Até que ponto a decisão de unificar os programas sociais de transferência de renda, por meio do Bolsa Família, comprometeu a fiscalização dos vários programas sociais criados no governo anterior, principalmente o Bolsa Escola? 5º) Qual a função da Secretaria Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, se a fiscalização foi abolida por meio de uma circular interna?

Em sua justificação, o autor do requerimento menciona que a imprensa divulgou notícias de que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome teria deixado de considerar o controle de freqüência escolar como exigência para o recebimento de recursos pelos beneficiários do Bolsa Família, em descumprimento ao estabelecido no art. 3º da Lei nº 10.836, de 2004, que criou a Programa.

II – Análise

O art. 216, II, do Regimento Interno do Senado Federal estipula que os requerimentos de informação não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem é dirigido.

Já o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento de informação, dispõe, em seu art. 2º, I, que o requerimento de informação não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido.

A primeira informação do requerimento em apreço configura interrogação sobre propósito do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As demais informações solicitadas, por sua vez, constituem interrogações de caráter especulativo acerca de supostos atos ministeriais.

Desse modo, é preciso reformular as perguntas originalmente feitas pelo requerimento, a fim de observar o referido preceito regimental que trata de pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, assim como a citada norma de admissibilidade estipulada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em vista do exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 1.247, de 2004, com o seguinte texto:

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre os mecanismos utilizados para controlar a freqüência escolar no âmbito do Programa Bolsa Família, conforme preceitua o art. 3º da Lei nº 10.836, de 2004, bem como acerca da eficiência desses mecanismos.

Sala de Reuniões, – **José Sarney**, Presidente. – **Heráclito Fortes**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.811 DE 2004**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.250, de 2004.**Relator: Senador **Romeu Tuma****I – Relatório**

O Requerimento nº 1.250, de 2004, de autoria do Senador Tasso Jereissati, nos termos do parágrafo segundo, do artigo 50, da Constituição Federal, e artigos 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita seja requerida ao Senhor Ministro dos Esportes “cópia de todos os pedidos de “concessão de passagens e diárias” e de todas as faturas/duplicatas de prestação de serviços emitidas pela empresa Eurexpress Travel Ltda., (que presta serviços ao ministério), contra o sacado, o Ministério do Esporte, desde janeiro de 2003 até a data deste requerimento. As faturas/duplicatas deverão conter os dados relativos as passagens utilizadas pelo Ministério do Esporte no período acima mencionado, incluindo nome dos viajantes, data, tarifa, trecho utilizado, taxas, etc.”

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando que por ser o item “passagem aérea” o de maior gasto no ministério em referência, as informações ajudariam a viabilizar estudo que está fazendo sobre as despesas do governo federal nessa área.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 1.250, de 2004, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.250, de 2004, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.—**José Sarney**, Presidente — **Romeu Tuma**, Relator — **Eduardo Siqueira Campos** — **Sérgio Zambiasi** — **Alberto Silva** — **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.812, DE 2004**Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 1.251, de 2004, que solicita informações ao Sr. Ministro Chefe da Casa Civil sobre a utilização de assessores do Governo Federal em campanhas eleitorais.**Relator: Senador **Heráclito Fortes****I – Relatório**

Vem a esta Comissão Diretora, para decisão, nos termos regimentais, o Requerimento nº 1.251, de 2004, da iniciativa do Senhor Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas as seguin-

tes informações ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil, sobre a participação de assessores do Governo Federal em campanhas eleitorais:

1) Qual o motivo das viagens realizadas pelo interior paulista, no último fim de semana, e para Fortaleza, no último dia 4 de setembro?

2) Qual o nome completo dos assessores que acompanharam o ministro nessas viagens?

3) Qual o cargo ocupado pelos assessores acima citados?

4) Quem pagou as despesas com passagem, diária e transporte desses assessores?

5) A presença dos assessores nas referidas viagens, contrariando resolução da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, não compromete o exercício de suas funções públicas?

6) Considerando o art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, que providências estão sendo tomadas com relação à conduta desses assessores nas referidas viagens?

Na justificação, o ilustre autor do requerimento em tela faz referência a matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, do dia 15 de setembro, em que se noticia a participação do Ministro-Chefe da Casa Civil, acompanhado de assessores, em campanhas eleitorais pelo interior paulista e para Fortaleza.

É dito, ainda, na justificação, que tal participação confraria o Código de Ética Pública da Presidência da República e a Lei nº 9.504/97 que estabelece normas para as eleições.

II – Análise

Cabe a esta Comissão Diretora decidir sobre a proposição em pauta, nos termos do art. 215, I, a, do Regimento Interno combinado com o art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que dispõe sobre os requerimentos de informação.

Passemos, pois, à análise da matéria.

A Constituição Federal estatui que é da competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo (art. 49, X).

Ademais, o art. 50, § 2º, da Lei Maior, estatui que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a ministros de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Outrossim, o art. 216, I, da Carta Regimental estatui que os requerimentos de informação serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora. No mesmo sentido o art. V, **caput**, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que dispõe sobre os requerimentos de que se trata aqui.

À luz dos dispositivos legais acima referidos, nos parece que as indagações constantes dos Quesitos de

nºs 1 a 4 do requerimento sob exame podem ser deferidas, uma vez que estão revestidas da objetividade necessária ao seu acolhimento.

Devemos fazer apenas uma ressalva no que diz respeito ao Quesito de nº 1, que indaga sobre viagem para Fortaleza no dia 4 de setembro e sobre viagens realizadas pelo interior paulista no último final de semana. Aqui nos cabe indagar: a que fim de semana se está fazendo referência? Como, de acordo com a justificação, as viagens de que se trata foram noticiadas por jornal do dia 15 de setembro de 2004 (uma quarta-feira) e o requerimento foi apresentado no dia 16 do mesmo mês, parece-nos lícito concluir que o final de semana em questão abrangeu os dias 10, 11 e 12 de setembro, o que afasta a indeterminação da data.

Por outro lado, entendemos que os Quesitos de nºs 5 e 6 não devem ser deferidos, por não conterem a objetividade necessária para tanto.

Isso porque o art. 216, II, do Regimento Interno assim dispõe:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

Além disso, art. 2º, I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, estatui:

Art. 2º O requerimento de informação não poderá conter:

I – pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido;

Ora, se nos afigura que o Quesito nº 5 contém uma indagação de natureza especulativa ao perguntar à autoridade a quem é dirigida se determinado fato de um seu assessor não comprometeria as funções públicas que exerce.

Por outro lado, também se nos afigura que o Quesito de nº 6, ao perguntar sobre eventuais providências a respeito de suposto ilícito, contém uma indagação sobre propósito da autoridade a quem é dirigida, além de fazer também uma especulação, ainda que de forma indireta.

III – Voto

Em razão do exposto, votamos pela aprovação parcial do Requerimento nº 1.251, de 2004, conforme previsto no § 3º do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, e, dessa forma, pelo deferimento dos Quesitos de nºs 1 a 4 e pelo indeferimento dos Quesitos de nºs 5 e 6.

Sala da Comissão, **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.813, DE 2004

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o requerimento nº 1.252, de 2004, que solicita informações da Controladoria Geral da União sobre a utilização de assessores do Governo Federal em campanhas eleitorais.

Relator: Senador Heráclito Fortes

I – Relatório

Vem a esta comissão diretora, para decisão, nos termos regimentais, o Requerimento nº 1.252, de 2004, da iniciativa do Senhor Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas as seguintes informações ao Senhor Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União sobre a participação de assessores do Governo Federal em campanhas eleitorais:

- 1) Qual o motivo das viagens realizadas para João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba, no último final de semana?
- 2) Qual o nome completo do assessor Pedro Formigli, que teria acompanhado o ministro nessas viagens?
- 3) Qual o cargo ocupado pelo assessor acima citado?
- 4) Quem pagou as despesas com passagem, diária e transporte desse assessor?
- 5) A presença do assessor nas referidas viagens, contrariando resolução da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, não compromete o exercício de suas funções públicas?
- 6) Considerando o art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, que providências estão sendo tomadas com relação à conduta desse assessor nas referidas viagens?

Na justificação, o ilustre autor do requerimento em tela, faz referência a matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, do dia 15 de setembro, em que se noticia a participação do Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, acompanhado de assessor, em campanhas eleitorais nas cidades de João Pessoa e Campina Grande.

É dito, ainda, na justificação, que tal participação contraria o Código de Ética Pública da Presidência da República e a Lei nº 9.504/97 que estabelece normas para as eleições.

II – Análise

Cabe a esta comissão diretora decidir sobre a proposição em pauta, nos termos do art. 215, I, **a**, do Regimento Interno combinado com o § 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que dispõe sobre os requerimentos de informação.

Passemos, pois, à análise da matéria.

A Constituição Federal estatui que é da competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo (art. 49, X).

Ademais, o art. 50, § 2º, da Lei Maior, estatui que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a ministros de estado, importando crime de responsabilidade à recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Outrossim, o art. 216, I, da carta regimental estatui que os requerimentos de informação serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora. No mesmo sentido o art. 1º, **caput**, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que dispõe sobre os requerimentos de que se trata aqui.

À luz dos dispositivos legais acima referidos, nos parece que as indagações constantes dos quesitos de nº 1 a 4 do requerimento sob exame podem ser deferidas, uma vez que estão revestidas da objetividade necessária ao seu acolhimento.

Devemos fazer apenas uma ressalva no que diz respeito ao quesito de nº 1, que indaga sobre viagens realizadas para João Pessoa e Campina Grande no último final de semana. Aqui nos cabe indagar: a que fim de semana se está fazendo referência? Como, de acordo com a justificação, as viagens de que se trata foram noticiadas por jornal do dia 15 de setembro de 2004 (uma quarta-feira) e o requerimento foi apresentado no dia 16 do mesmo mês, parece-nos lícito concluir que o final de semana em questão abrangeu os dias 10, 11 e 12 de setembro, o que gasta a indeterminação da data.

Por outro lado, entendemos que os quesitos de nº 5 e 6 não devem ser deferidos, por não conterem a objetividade necessária ao para tanto.

Isso porque o art. 216, II, do Regimento Interno assim dispõe:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

.....
II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou in-

terrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

Além disso, art. 2º, I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, estatui:

Art. 2º O requerimento de informação não poderá conter:

I – pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido;

Ora, se nos afigura que o quesito nº 5 contém uma indagação de natureza especulativa ao perguntar à autoridade a quem é dirigida se determinado fato de um seu assessor não comprometeria as respectivas funções públicas.

Por outro lado, também se nos afigura que o quesito de nº 6, ao perguntar sobre eventuais providências a respeito de suposto ilícito, contém uma indagação sobre propósito da autoridade a quem é dirigida, além de fazer também uma especulação, ainda que de forma indireta.

III – Voto

Em razão do exposto, votamos pela aprovação parcial do Requerimento nº 1.252, de 2004, conforme previsto no § 3º do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, e, dessa forma, pelo deferimento dos quesitos de nº 1 a 4 e pelo indeferimento dos quesitos de nº 5 e 6.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2004. –
José Sarney, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.814, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.253, de 2004.

Relator: Senador Heráclito Fortes

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno do Senado Federal, apresenta a esta Mesa o Requerimento nº 1.253, de 2004, em que solicita ao Senhor Ministro da Educação informações acerca da existência de escolas do Movimento Sem Terra, criadas em áreas de assentamento e nas quais é ministrado sistema de ensino paralelo, contrariando as normas oficiais. O documento solicita que as informações indiquem se o MEC já adotou providências acauteladoras para coibir essas práticas, tendo em vista o que determinam os arts. 205 e 208 (§§ 1º, 2º e 3º) da Constituição da República Federativa do Brasil.

Em sua justificação, o autor do requerimento cita reportagem da revista **Veja** sobre o assunto, e afirma que a gravidade das denúncias justifica o pedido de informações.

II – Análise

O requerimento em exame está de acordo com as disposições constitucionais e regimentais que tratam de pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, assim como cumpre as normas de admissibilidade estipuladas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Entretanto, o Dispositivo do Regimento Interno do Senado que regulamenta os requerimentos de informações a autoridades é o de nº 216, e não os arts. 115 e 116 citados no requerimento em tela.

III – Voto

Dante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 1.253, de 2004, com o seguinte texto:

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno Federal, solicitadas informações ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Educação sobre denúncias da Revista **Veja** (edição de 8-9-04), acerca da existência de escolas do chamado Movimento Sem Terra, criadas em áreas de assentamento e nas quais é ministrado sistema de ensino paralelo, contrariando as normas oficiais e se o Ministério da Educação já adotou providências acauteladoras para coibir essas práticas, tendo em vista o que determinam o art. 205 e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 208 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Sala de Reuniões, – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Heráclito Fortes**, Relator – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Eduardo Siqueira Campos** – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.815, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.274, de 2004, ao Ministro de Estado da Fazenda.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

Com base no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, é submetido à deliberação desta Mesa o Requerimento nº 1.274, de 2004, do Senador Rodolfo Tourinho, que, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Antônio Palocci, acerca da apuração do crédito efetivamente compensado na arrecadação do Imposto sobre Pro-

dutos Industrializados (IPI) relativo às contribuições sociais (PIS/COFINS), no exercício de 2002.

O autor menciona, no texto do requerimento, que as informações solicitadas ao Ministério da Fazenda permitirão subsidiar o Senado Federal com dados relativos à arrecadação federal, visando a propiciar melhor compreensão desta Casa quanto à composição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) constante da proposta de Reforma Tributária em tramitação na Câmara dos Deputados.

Informa ainda que, nos termos aprovados no Senado, a PEC nº 255/04, em tramitação na Câmara dos Deputados, determina que a base de recursos do FNDR será composta por 45% da parcela correspondente ao aumento da arrecadação do IPI decorrente da extinção dos créditos de incentivos fiscais atribuídos às contribuições sociais (PIS/COFINS) e que para apuração da referida parcela será considerado o percentual verificado no exercício de 2002.

A apuração do percentual cabe, assim, ao Ministério da Fazenda, ao qual são solicitadas as seguintes informações:

Qual foi o percentual verificado pelo Ministério da Fazenda, através da Secretaria da Receita Federal, no exercício de 2002, do crédito efetivamente compensado na arrecadação do Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI) relativo às contribuições sociais (PIS/COFINS) sobre a arrecadação total do IPI, acrescida do montante de crédito em questão?

Qual foi o valor nominal, no exercício de 2002, apurado pelo Ministério da Fazenda, através da Secretaria da Receita Federal, do crédito efetivamente compensado na arrecadação do IPI relativo às contribuições sociais (PIS/COFINS)?

Com base nos números apurados nas indagações anteriores, levando em consideração os dispositivos contidos na Proposta de Emenda Constitucional da Reforma Tributária, qual seria o montante destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, no exercício de 2004, caso a citada emenda estivesse promulgada?

Com relação aos exercícios seguintes, qual é a projeção do Ministério da Fazenda dos valores que serão destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional?

II – Análise

Trata-se de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Fazenda acerca da base para operacionalização do FNDR.

Na tramitação da Reforma Tributária no Senado Federal, foi aprovada a destinação ao FNDR de uma parcela da elevação da arrecadação do IPI, decorrente da extinção dos créditos fiscais atribuídos às contribuições sociais.

O levantamento dessa informação permitirá estimar qual teria sido o ganho na arrecadação do IPI no exercício de 2004, caso não mais fosse permitida a compensação dos créditos fiscais relativos às contribuições sociais no IPI devido, e, assim, calcular qual seria o montante destinado ao FNDR caso a Reforma Tributária já tivesse sido promulgada nos termos da PEC nº 255, de 2004, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Em síntese, a alteração promovida pelos senadores destina aos estados, aos municípios e aos Fundos Constitucionais de Financiamento uma parte desse acréscimo de receita federal decorrente da alteração na sistemática de cobrança das contribuições sociais. Na versão aprovada da PEC nº 74-A, de 2003, no Senado Federal, os dispositivos mencionados receberam a seguinte redação:

Art. 159

§ 6º À parcela correspondente ao aumento da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados decorrente da extinção dos créditos de incentivos fiscais atribuídos a contribuições sociais submetidas ao princípio da não-cumulatividade, em conformidade com a regra contida no art. 153, § 3º, V, em substituição à destinação a que se refere o inciso I do **caput**, aplica-se a seguinte:

I – quarenta e cinco por cento, a fundo nacional de desenvolvimento regional, nos termos de lei complementar, para investimentos nas zonas e regiões menos desenvolvidas do País, por intermédio dos respectivos estados;

II – três por cento, conforme o disposto no inciso I, c, do **caput**.

§ 7º Os recursos destinados ao fundo previsto no § 6º, I, deverão ser aplicados, levando em consideração inclusive os critérios de distribuição dos Fundos de Participação dos estados e dos municípios, da seguinte forma:

I – noventa e três por cento, nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste;

II – sete por cento, nas áreas menos desenvolvidas das regiões Sul e Sudeste, com prioridade para o Estado do Espírito Santo, o Vale da Ribeira dos Estados do Paraná e de São Paulo, o Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, o Oeste do Estado de Santa Catarina, a Metade Sul e o Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e o Norte do Estado de Minas Gerais.

Janeiro, o Oeste do Estado de Santa Catarina, a Metade Sul e o Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e o Norte do Estado de Minas Gerais.

§ 8º Dos recursos de que trata o § 7º, vinte e cinco por cento deverão ser aplicados mediante convênios com os municípios das regiões nele referidas.

Art. 96. Para efeito de apuração da parcela do produto da arrecadação a que se refere o art. 159, § 6º, da Constituição, será considerado o percentual verificado no exercício de 2002 do crédito efetivamente aproveitado em relação à arrecadação total do referido imposto acrescida do referido crédito.

Parágrafo único. O percentual referido no **caput** será obtido mediante apuração especial ou estimativa efetuada pelo Ministério da Fazenda, mediante observância das seguintes etapas:

I – publicação preliminar da apuração;

II – prazo mínimo de quinze dias para recursos das unidades federadas;

III – publicação definitiva.

As informações solicitadas requerem dados que correspondem à antecipação do exercício de estimativa previsto no novo art. 96 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no texto da mencionada PEC.

De acordo com o citado inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado, compete à Mesa deliberar sobre o requerimento sob análise. Além disso, conforme disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, as Mesas de ambas as Casas do Congresso Nacional poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A presente proposição está de acordo com as normas citadas, bem como com o que dispõem os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, porquanto envolve matéria submetida à apreciação desta Casa e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a que se destina.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.274, de 2004.

Sala de Reuniões, 25, de Novembro de 2004.

– **José Sarney**, Presidente – **Alberto Silva**, Relator
– **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi**
– **Eduardo Siqueira Campos**.

PARECER Nº 1.816, DE 2004**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.283, de 2004.**Relator: Senador **Romeu Tuma****I – Relatório**

O Requerimento nº 1.283, de 2004, de autoria da Senadora Heloísa Helena, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informações acerca do andamento dos trabalhos da Comissão de Sindicância designada por intermédio da Portaria SPOA nº 14/2004, referente ao Processo nº 21000.005363/2004-43, que versa sobre possíveis irregularidades envolvendo servidores daquele ministério.

Explica a nobre parlamentar que, em 8 de julho corrente, remeteu ofício à presidência da comissão encaminhando fita de áudio com a cópia do depoimento da Srª Fabíola Rodrigues dos Santos, ex-empregada da empresa terceirizada Federal Service, que se deixou fotografar em poses eróticas dentro do ministério.

Segue a Excelentíssima Srª Senadora afirmando que, passados quase noventa dias do envio do ofício, não se soube mais nenhuma notícia sobre o fato, e para que o episódio não caia no esquecimento, solicita as informações acerca do trabalho da comissão.

II – Voto

Considerando que o requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.283, de 2004, de autoria da Senadora Heloísa Helena.

Sala de Reuniões, – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Eduardo Siqueira Campos** – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Alberto Silva** – Senador **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.817, DE 2004**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.284, de 2004, que requer sejam solicitadas à Ministra de Estado de Minas e Energia informações referentes à anistia de dirigentes, representantes sindicais e empregados da Petrobrás.**Relator: Senador **Paulo Paim****I – Relatório**

O Senador Alvaro Dias, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.284, de 2004, no qual solicita à Exmª Srª Ministra de Estado de Minas e Energia informações referentes à anistia de dirigentes, representantes sindicais e empregados da Petrobrás.

O Requerimento tem como objetivo o envio de informações mais detalhadas sobre a concessão de anistia no âmbito da Petrobrás, nos termos da Lei nº 10.790, de 28 de dezembro de 2003. O autor do pedido justifica que, em resposta a requerimento anterior sobre o mesmo assunto, a Ministra informou que a totalidade dos requerimentos recebidos pela Comissão instituída pelo Decreto de 29 de dezembro de 2003, para analisar os pedidos de anistia de empregados da Petrobrás, foi de 12.790, número equivalente a quase 30% dos trabalhadores ativos da estatal.

Diante do grande volume de pedidos e da estimativa de que serão gastos R\$45 milhões para cumprir integralmente o determinado no decreto, o Senador Alvaro Dias considera essencial o envio de informações mais detalhadas. Assim sendo, pede, por exemplo, a relação nominal dos requerimentos deferidos, dos dirigentes sindicais beneficiados e daqueles que se beneficiaram de promoções funcionais. Deseja também saber se as decisões da Comissão instituída pelo Decreto de 29 de dezembro de 2003 são publicadas no **Diário Oficial da União**. Além disso, pergunta quem arcará com as despesas de recolhimento das contribuições ao Fundo de Pensão Petros, relativas ao período em que os empregados estiveram afastados da Petrobrás, qual o montante das despesas a cargo da Petrobrás, e se estas despesas estão incluídas no total de R\$45 milhões mencionados pela Ministra de Minas e Energia.

II – Análise

O Senador Alvaro Dias baseia sua solicitação no fato de que é atribuição do Congresso Nacional fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta (art. 4º, X, da CF). Já foi feito um primeiro requerimento de informações e, diante da resposta recebida, o senador julga que é preciso um maior aprofundamento.

O Requerimento nº 1.284, de 2004, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a ministros de Estado. O Requerimento atende, também, às exigências dos arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

As informações solicitadas assegurarão o uso adequado dos recursos públicos, bem como a observância dos princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência na atuação da Comissão designada para analisar os pedidos de anistia no âmbito da Petrobrás. Enquadram-se, portanto, na competência fiscalizadora do Senado Federal e atendem os demais preceitos exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Tendo em vista o grande número de pessoas envolvidas no processo e a magnitude dos recursos a serem despendidos, é de fato essencial que o Congresso Nacional possa fiscalizar o cumprimento da legislação por ele aprovada.

III – Voto

Do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento de nº 1.284, de 2004.

Sala de Reuniões, – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Paulo Paim**, Relator – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Eduardo Siqueira Campos** – Senador **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.818, DE 2004

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.285, de 2004, para que sejam solicitados ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão documentos e informações sobre a transferência, ao domínio do Estado de Roraima, de terras pertencentes à União, conforme dispõe a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

Em exame o Requerimento nº 1.285, de 2004, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, para que sejam solicitados ao Excentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão documentos e informações que indica.

Documentos:

a) cópias dos registros das terras desafetadas de propriedade da União localizadas no Estado de Roraima constantes dos arquivos da Secretaria do Patrimônio da União, com as respectivas averbações;

b) cópias de processos administrativos eventualmente existentes no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União, concernentes

a transferência de terras da União ao Estado de Roraima.

Informações:

a) Existe, no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União, procedimento administrativo com vistas a dar integral cumprimento ao disposto na Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001?

b) Em caso afirmativo, qual o procedimento e qual a sua fase de tramitação?

c) Em caso negativo, qual o fundamento para a não efetivação do disposto na Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001?

O requerimento veio a esta Mesa com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001.

II – Análise

Segundo o autor, a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao Estado de Roraima terras pertencentes à União, é o instrumento normativo que deveria dar efetividade à criação desse estado, por meio da transferência das terras de domínio da União localizadas nos seus limites territoriais. Para o efetivo cumprimento dessa determinação é necessário que a Secretaria do Patrimônio da União, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pratique os atos administrativos que aquela lei determina.

Os documentos e as informações solicitadas no presente requerimento têm por objetivo subsidiar futuras medidas, tanto no âmbito da atividade parlamentar legislativa, como no da ação fiscalizadora do cumprimento da determinação legal referida.

Cabe à Mesa examinar se o pedido atende aos requisitos de admissibilidade previstos nas normas atinentes aos requerimentos de informações.

O requerimento está dirigido à autoridade competente e atende aos dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como às normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

É de se concluir, portanto, que a proposição se encontra de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de remessa de documentos e de prestação de informações dirigidos a Ministros de Estado, e observa as normas estabelecidas no Ato da Mesa nº 1, de 2001, quanto aos procedimentos atinentes aos requerimentos de informações.

III – Voto

Em face do exposto, opino pela aprovação do Requerimento nº 1.285, de 2004.

Sala de Reuniões, – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Alberto Silva**, Relator – Senador **Romeu Tuma**, Senador **Paulo Paim** – Senador **João Alberto Souza**.

PARECER Nº 1.819 DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.286, de 2004, que solicita informações do Sr. Ministro de Estado das Cidades sobre a aplicabilidade da exigência legal de exame psicológico complementar para os motoristas profissionais.

Relator : Senador Heráclito Fortes

I – Relatório

O Requerimento nº 1.286, de 2004, de iniciativa do Senador Augusto Botelho, tem o objetivo de solicitar ao Senhor Ministro das Cidades informações sobre a aplicabilidade dos dispositivos da Lei nº 10.350, de 21 de dezembro de 2001, no tocante a determinação para que os condutores de veículos que exercem atividade remunerada ao volante sejam submetidos a avaliação psicológica complementar, assim como no que se refere à devida especificação dessa e condição na Carteira Nacional de Habilitação.

Ao justificar a iniciativa, Sua Excelência informa que a mencionada lei, editada com o propósito de prevenir acidentes por meio da exigência de exames psicológicos específicos para os motoristas profissionais, ainda não encontrou plena aplicabilidade, decorridos quase três anos de sua aprovação. Segundo o autor do Requerimento, em razão de o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) ainda não haver regulamentado a aplicação da lei, seus comandos permanecem inertes, salvo nos raros casos em que alguns Departamentos de Trânsito (Detrans) estaduais empreenderam esforços isolados no sentido de suprir a falta do regulamento federal.

Com o fundamento na omissão que considera injustificável, o autor sugere dirigir à autoridade ministerial responsável perguntas destinadas a esclarecer :

1 – Se os dispositivos em causa seriam auto-aplicáveis, inexigindo regulamentação infra-legal, e se existe parecer sobre a matéria expedido pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) ou pelo Departamento Nacional de Trânsito(Denatran);

2 – No caso de não serem auto aplicáveis os mencionados dispositivos, que razões teriam

levado o Contran a não editar a regulamentação pertinente, e se tal omissão não ofenderia “os princípios constitucionais da tripartição dos poderes e da razoabilidade”;

3 – No caso de serem auto-aplicáveis, se os Detrans deveriam editar os atos normativos necessários e, sendo assim, que medidas estariam sendo adotadas pelo Contran e pelo Denatran para instar os Detrans a fazê-lo.

Apresentado no último dia 7 de outubro, o Requerimento veio à Mesa para decisão.

II – Análise

Ao exercer atividade remunerada ao volante, os condutores assumem a responsabilidade pela incolumidade de muitas e diversas vidas humanas, além de valioso eário patrimônio material. É claramente exigível, portanto, que a sociedade se sinta mais segura quanto à saúde física e mental, dos motoristas profissionais, razão por que foi incorporada ao Código de Trânsito Brasileiro a obrigatoriedade de exames psicológicos periódicos.

Assim em face de relevância dessa exigência, ressalta notoriamente excessivo o tempo decorrido desde a aprovação da Lei nº 10.350, de 2001, sem que o Poder Executivo tenha promovido a regulamentação de novas normas de molde assegurar sua efetividade. A iniciativa insere-se, portanto, no âmbito da competência fiscalizadora do Senado Federal.

Quanto aos aspectos formais, a proposição rege-se pelo disposto no art. 50 § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, I, a, e 216, I, II, do Regimento Interno, tendo a tramitação regulamentada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece os requisitos para a apresentação e aprovação de requerimento de informação. Nesse aspecto, sem prejuízo da pertinência de seu conteúdo, faz-se necessário o ajuste dos termos do Requerimento no sentido de satisfazer adequadamente todas as condições impostas pelo mencionado Ato, nos termos do art. 2º, I, impede a inclusão de “pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo, ou sobre o propósito da autoridade a quem é dirigido.”

III – Voto

Ante o exposto, Voto pela aprovação do Requerimento nº 1.286, de 2004, nos seguintes termos: Solicitar ao Senhor Ministro de Estado das Cidades informações relativas às ações administrativas e atos normativos que tenham sido adotados com vistas a conferir aplicabilidade ao disposto na Lei nº 10.350, de 21 de dezembro de 2001, que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro,

de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais.”

Sala de Reuniões, 25 de Novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.820, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.300, de 2004, que requer nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Presidente do Banco Central do Brasil informações sobre as medidas adotadas nas execuções das liquidações das instituições financeiras.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.300, de 2004, de autoria do Senador Edson Lobão e integrantes da Subcomissão Temporária de Liquidação Financeira, solicita ao Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Henrique de Campos Meirelles, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, as seguintes informações sobre as medidas adotadas nas execuções das liquidações das instituições financeiras:

1) A quantidade de instituições financeiras em liquidação e o número de anos que cada uma delas está sob esse regime.

2) O número de funcionários do Banco Central colocados à disposição das liquidações, tanto de ativos como de aposentados.

3) Informar o custo mensal de administração das principais liquidações: do Bamerindus, Nacional, Econômico, Mercantil de Pernambuco e Banorte, além dos bancos estatais, por meio de planilha, desde o início da intervenção até a presente data, contendo valores históricos, mês a mês, atualizados pela SELIC.

4) Valores recebidos em moeda corrente pelo Banco Central para amortização de crédito, também nas principais liquidações: do Bamerindus, Nacional, Econômico, Mercantil de Pernambuco e Banorte e bancos estatais. Informar, além do valor histórico, o valor corrigido pela taxa SELIC.

5) Enumerar o valor dos créditos de terceiros, não-governamentais, que existem contra as principais liquidações.

6) O valor total das “provisões para perdas” com as instituições em liquidação extrajudicial feitas no último balanço do Banco Central.

7) Desse total, os valores correspondentes às provisões feitas para os principais bancos em liquidação: do Bamerindus, Nacional, Econômico, Mercantil de Pernambuco e Banorte e eventualmente os bancos estatais.

8) Explicar até onde vão os poderes de um liquidante dentro de uma instituição financeira. Se tem limites para possíveis contratações e terceirizações.

9) A quem o liquidante se reporta pelos seus atos, decisões e contratações.

II – Análise

Em cumprimento ao disposto no inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, foi submetido ao exame da Mesa o Requerimento de Informações nº 1.300, de 2004, de autoria do Senador Edson Lobão e dos integrantes da Subcomissão Temporária de Liquidação Financeira. Os autores, em essência, requerem que sejam solicitadas, ao Presidente do Banco Central do Brasil, informações sobre as medidas adotadas nas execuções das liquidações das instituições financeiras.

A proposição encontra fundamento nas disposições do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que facilita às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminharem pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O requerimento está, ainda, em conformidade com os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, pois envolve matéria atinente à competência fiscalizadora do Congresso Nacional e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

Além dos citados dispositivos constitucionais e regimentais, a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 30 de janeiro de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação nesta Casa.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.300, de 2004.

Sala de Reuniões, – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 1.821, DE 2004

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.319, de 2004, que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações relativas aos processos de federalização e de privatização do Banco do Estado de São Paulo S/A (Banespa).

Relator: Senador Heráclito Fortes

I – Relatório

Nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, é submetido ao exame desta Mesa o Requerimento nº 1.319, de 2004, formulado pelo Senador Paulo Paim, que propõe sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações relativas aos processos de federalização e de privatização do Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa):

a) quais as características dos ativos securitizados pela União para fazer frente à dívida atuaria! do Banespa referente às aposentadorias e pensões de funcionários admitidos naquele Banco antes de 22 de maio de 1975, bem como cópia do acordo de cessão dessa dívida para a União pelo Estado de São Paulo;

b) se há algum dispositivo legal que exone o Banco Santander, novo controlador do Banespa, da obrigação de pagar as pensões e aposentadorias acima referidas, inclusive com as correções decorrentes da remuneração dos ativos securitizados de que trata o item anterior;

c) se o Banco Santander pode negociar os ativos securitizados referidos no item 'a' acima e, em caso afirmativo, informar se e quando tal negociação ocorreu e se o Ministério da Fazenda, ou qualquer de seus órgãos, participou ou aprovou tal operação.

Na Justificativa, o autor argumenta que, nos processos de federalização, privatização e, finalmente, aquisição do controle acionário do Banespa pelo Grupo Espanhol Santander Central Hispano, ocorreu "por iniciativa do adquirente, plano de demissão voluntária, bem como adequação de relação com aposentados oriundos do antigo Banespa". Os contratos decorrentes entre a União e o Grupo Santander "deveriam respeitar os direitos adquiridos pelos antigos funcionários do Banco."

As informações solicitadas devem-se à incerteza da percepção de aposentadoria complementar pelos aposentados do Banespa, conforme compromisso firmado, à época, entre as partes, e têm por finalidade "não só obter inteira compreensão dos fatos, como também buscar efetiva solução ás questões atinentes aos aposentados oriundos do antigo Banespa."

II – Análise

De acordo com o citado inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Mesa deliberar sobre o requerimento sob análise. Por outro lado, conforme disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, as Mesas de ambas as Casas do Congresso Nacional poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A presente proposição está de acordo com as normas citadas, bem como com o que dispõe os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, porquanto envolve matéria atinente à competência fiscalizadora desta Casa e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a que se destina.

O Requerimento obedece, ademais, ao disposto no art. 49, X, da Constituição Federal, na medida em que busca fiscalizar e controlar, por meio do Senado Federal, atos do Poder Executivo. No caso em tela, as informações dizem respeito ao processo de federalização e da subsequente privatização do Banespa. Mais especificamente, requer documentos e informações sobre a responsabilidade do Grupo Santander – adquirente daquela instituição financeira – para com a aposentadoria complementar, inclusive pensões, dos funcionários admitidos até maio de 1975.

Cabe salientar que o Requerimento é dirigido ao órgão competente para prestar as informações, uma vez que o Ministério da Fazenda liderou – no plano federal – as negociações e condições do Programa de Ajuste Fiscal com o Governo do Estado de São Paulo, em cujo programa figurava a posterior privatização do Banespa.

Por fim, a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos, não se lhe aplicando as normas da Seção II do citado Ato, porquanto não se trata de pedido de informações sigilosas relativas a operações de instituição financeira.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 1.319, de 2004, sem restrições.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2004. –
José Sarney, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator
– **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.822, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.329, de 2004.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.329, de 2004, de autoria da Comissão de Educação do Senado Federal, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações sobre a compatibilidade do Projeto de Lei do Senado nº 575, de 1999, de autoria do Senador Paulo Hartung, que “altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências, para instituir o serviço de televisão comunitária”, com as novas normas de TAD (HDTV).

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.329, de 2004, de autoria da Egrégia Comissão de Educação do Senado Federal.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.
– **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator
– **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi**
– **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.823, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.334, de 2004.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

O Senador José Jorge apresentou o Requerimento nº 1.334, de 2004, no qual solicita, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal,

sejam encaminhadas pelo Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações sobre contratos efetuados pela empresa Cobra Tecnologia S/A, subsidiária do Banco do Brasil S/A:

a) Quais empresas privadas foram contratadas pela Cobra Tecnologia S/A, no período de 1º de janeiro de 2003 a 26 de outubro de 2004, para prestação de serviços ou fornecimento de equipamentos e programas (**software**) na área de informática?

b) A que se destinava a prestação dos serviços ou fornecimento de equipamentos e programas citados acima?

c) Qual o valor de cada contrato firmado pela Cobra Tecnologia S/A, no período citado e para as finalidades constantes no item **a**?

d) Quais os critérios e normas legais utilizados pela Cobra Tecnologia S/A para as contratações em tela?

Nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – Análise

O art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que regulamenta o pedido de informações, constitucionalmente determinado no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, no âmbito desta Casa, assim reza:

“Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

O questionamento formulado pelo ilustre Senador José Jorge não se refere a qualquer informação de caráter sigiloso, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 2001. O Requerimento nº 1.334, de 2004, enquadra-se, portanto, no dispositivo acima citado, assim como nos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001, cabendo a esta Mesa decidir terminativamente sobre o mesmo.

III – Voto

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pela aprovação do Requerimento nº 1.334, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Sérgio Zambiasi**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.824, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.338, de 2004.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.338, de 2004, no qual solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde acerca da existência, em âmbito nacional, de programas educativos para prevenção do diabetes e da obesidade, diante de notícia sobre a gravidade dos problemas acarretados por essas doenças, publicada, em 13 de outubro p.p., no jornal **A Crítica**, de Manaus.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O Requerimento em tela está igualmente amparado no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, que dá, ao Congresso Nacional, a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.338, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Paulo Paim**, Relator – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.825, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.339, de 2004.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio apresentou o Requerimento nº 1.339, de 2004, no qual solicita, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam encaminhadas pela Ministra de Estado das Minas e Energia informações sobre o projeto de criação de novo consórcio para o abastecimento de energia elétrica em Manaus-AM.

Solicita o Requerente que as informações em tela especifiquem a composição do consórcio, o percentual de participação de cada grupo, além de seu custo, cronograma de implantação e atuação.

Nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição despachada à Mesa para decisão.

II – Análise

O art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que regulamenta o pedido de informações, constitucionalmente determinado no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, no âmbito desta Casa, assim reza:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

O questionamento formulado pelo ilustre Senador Arthur Virgílio não se refere a qualquer informação de caráter sigiloso, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 2001. O Requerimento nº 1.339, de 2004, enquadra-se, portanto, no dispositivo acima citado, assim como nos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001, cabendo a esta Mesa decidir terminativamente sobre o mesmo.

III – Voto

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pela aprovação do Requerimento nº 1.339, de 2004.

Sala de Reuniões, – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Sérgio Zambiasi**, Relator – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Eduardo Siqueira Campos** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.826, DE 2004

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 1.340, de 2004.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou requerimento no seguinte teor: “que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações acerca da existência de febre aftosa no Amazonas, bem como as medidas de prevenção adotadas pelo Governo.”

Em sua justificação menciona que os jornais registraram a ocorrência de casos de febre aftosa no Amazonas, que motivaram “medidas de defesa por parte de países importadores da carne bovina brasileira.”

II – Análise

O art. 50, § 2º da Constituição Federal e o art. 216 do Regimento interno do Senado Federal, facultam aos senadores enviar requerimento de informação aos Ministros de Estado sobre assuntos de importância para o exercício das funções legislativas.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, “84% do rebanho brasileiro têm reconhecimento internacional como livre de febre aftosa com vacinação. Graças a essa condição, o país tem ampliado mercados para as exportações do setor. Em 2003, as vendas externas de carne bovina somaram US\$1,5 bilhão. Neste ano, até setembro, foram vendidos US\$1,8 bilhão.”

Vários jornais de circulação nacional veicularam o embargo pela Rússia da compra de carne bovina, suína e de frango, devido à descoberta de um foco de febre aftosa no Amazonas, ainda que muito distante das regiões exportadoras localizadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

De acordo com estimativas da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) o referido embargo pode gerar “um prejuízo diário de US\$1 milhão por dia para o País. O cálculo leva em consideração o total de exportações do setor realizadas em agosto, que somaram US\$243 milhões, sendo que o mercado russo foi o principal comprador, com US\$33 milhões.”

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.340, de 2004, ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Sala de Reuniões, – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Sérgio Zambiasi**, Relator – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Eduardo Siqueira Campos** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.827, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.355, de 2004.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Por intermédio do Requerimento nº 1.355, de 2004, o Senador Arthur Virgílio propõe que seja encaminhado ao Exmº Ministro de Estado da Defesa pedido de informações a respeito do contrato firmado entre a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e a empresa FS3 Comunicação e Sistemas, para a comercialização de espaços publicitários.

Nesse sentido, solicita o envio de cópia do referido contrato e formula um conjunto de questões sobre a matéria, abrangendo o seguinte conteúdo:

1. objetivo e critério adotado pela Infraero para a contratação da empresa FS3 Comunicação e Sistemas;
2. justificativa para a dispensa de processo licitatório;
3. valor do contrato e montante já desembolsado;
4. prazo previsto no contrato para a implantação do serviço pela FS3.

II – Análise

A proposição encontra fundamento no disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que facilita às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminharem pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A proposição está, também, em conformidade com o art. 216, incisos I e II, do Regimento Interno, uma vez que envolve matéria sujeita à competência fiscalizadora exclusiva do Congresso Nacional, prevista no art. 49, inciso X, da Constituição Federal. Além disso, respeita a vedação quanto à obrigatoriedade de os requerimentos não conterem pedido de providência, consulta, sugestão, conselho interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige. Faz-se reparo, contudo, aos termos da segunda pergunta, tendo em vista a possibilidade de que resulte em resposta não objetiva.

No mais, a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.355 de 2004, com a segunda questão formulada nos seguintes termos:

“2. Qual a fundamentação legal e técnica apresentada para a dispensa de processo licitatório?”

Sala de Reuniões, – **José Sarney**, Presidente – **Sérgio Zambiasi**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.828, DE 2004**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.356, de 2004.**Relator: Senador **Romeu Tuma****I – Relatório**

O Requerimento nº 1.356, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a contratação, sem concorrência pública, da organização Movimento Brasil Competitivo – MBC, para a elaboração de estudos visando a modernização do Poder Executivo Federal.

O Nobre Senador justifica seu requerimento informando que o jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 06 de outubro, publicou matéria intitulada “Contrato sem Concorrência”, mostrando que o Ministério do Planejamento firmou contrato, sem a realização de procedimento licitatório, com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP “Movimento Brasil Competitivo – MBC”, para a elaboração de estudos que visem à modernização das atividades do Poder Executivo.

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 01, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.356, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, em. – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Romeu Tuma**, Relator – Senador **Eduardo Siqueira Campos** – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Alberto Silva** – Senador **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.829, DE 2004**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.358, de 2004.**Relator: Senador **Romeu Tuma****I – Relatório**

O Requerimento nº 1358, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre a decisão dessa Pasta de liberar as Delegacias Regionais do Trabalho para a contratação

de ONGs que dão cursos de capacitação do Programa Primeiro Emprego.

O Nobre Senador justifica seu requerimento informando que o jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 28 de setembro, publicou matéria intitulada “Ciúmes, ciúmes de você”, mostrando que o Ministério do Trabalho teria autorizado as Delegacias Regionais do Trabalho a contratar Organizações Não-Governamentais para ministrar cursos de capacitação no âmbito do Programa Primeiro Emprego, e que, antes dessa medida, somente os Estados, por meio de seus Secretários Estaduais de Trabalho, poderiam promover tais parcerias.

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 01, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.358, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, em – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Romeu Tuma**, Relator – Senador **Eduardo Siqueira Campos**, – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.830, DE 2004**Da Mesa Diretora do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.368, de 2004, relativo à solicitação de informações ao Ministro de Estado da Saúde, acerca da assistência à saúde dos portadores de deficiência auditiva prestada por entidades credenciadas junto ao Sistema Único de Saúde.**Relator: Senador **Paulo Paim****I – Relatório**

O Senador Romeu Tuma, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.368, de 2004, no qual solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde acerca de alguns aspectos da assistência à saúde dos portadores de deficiência auditiva. O autor demonstra especial preocupação com o fornecimento de aparelhos de amplificação sonora individual (AASI).

O ministro deverá informar sobre as entidades credenciadas para a assistência e a reabilitação dos portadores de deficiência, a aplicação dos AASI e o fornecimento de pilhas para reposição desses aparelhos. Também são solicitadas informações referentes ao número de pessoas atendidas e de aparelhos instalados e à remuneração por esses serviços.

II – Análise

O requerimento em tela obedece aos preceitos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como às normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Da mesma forma, a proposição está amparada pelo inciso X do art. 49 da Carta Magna, que dá, ao Congresso Nacional, a prerrogativa de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Foi identificada, no entanto, uma falha de redação no requerimento – a repetição, no item nº 7, do questionamento expresso no item nº 4. Tal falha deverá ser corrigida quando da elaboração do documento definitivo para envio ao Poder Executivo, mediante supressão do item nº 7 da proposição e renumeração dos itens subsequentes.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.368, de 2004, efetuadas as correções acima indicadas.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Paulo Paim**, Relator – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Alberto Silva** – Senador **João Alberto Souza**.

PARECER Nº 1.831, DE 2004

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.373, de 2004, relativo à solicitação de informações ao Ministro de Estado da Saúde.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

O Senador Tião Viana, com fundamento no art. 50, § 20, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.373, de 2004, no qual solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre seguintes questões:

1 – Desde a publicação da Lei nº 10.507, em 11-7-2002, quantos profissionais foram efetivados como agentes comunitários de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)?

2 – Quantos ainda trabalham na qualidade de bolsista do SUS?

3 – Qual o prazo limite estipulado pelo Ministério da Saúde para que, nos quadros do SUS, todas as vagas de bolsistas sejam transformadas em vagas preenchidas por agentes comunitários?

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem

como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O Requerimento em tela está igualmente amparado no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, que dá, ao Congresso Nacional, a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.373, de 2004.

Sala de Reuniões, – **José Sarney**, Presidente – **Alberto Silva**, Relator – **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **João Alberto Souza**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Foi lido anteriormente o Parecer nº 1.781, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2003** (nº 1.365/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.060, de 2004**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT – RS)

– A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa, em reunião realizada no dia 25 de novembro do corrente ano, aprovou os seguintes Requerimentos de Informação:

- integralmente os de nºs 762, 1.132, 1.147, 1.164, 1.165, 1.174, 1.180, 1.185, 1.186, 1.187, 1.188, 1.189, 1.197, 1.198, 1.208, 1.209, 1.212, 1.219, 1.224, 1.234, 1.239; 1.240, 1.246, 1.250, 1.274, 1.283, 1.284, 1.285, 1.300, 1.319, 1.329, 1.334, 1.338, 1.339, 1.340, 1.356, 1.358 e 1.373, de 2004;

- com nova redação, os de nºs 880, 1.128, 1.179, 1.247, 1.253, 1.286 e 1.355 de 2004;
- com a supressão do quesito nº 2, o de nº 845, de 2004;

- com a supressão do item 7 e renumeração itens subsequentes, tendo em vista já constar como item 4, o de nº 1.368, de 2004; e

- pelo deferimento dos quesitos nºs 1 a 4, e pelo indeferimento dos quesitos nºs 5 e 6, os de nºs 1.251 e 1.252, de 2004;

Comunica também que foram aprovados os Requerimentos nºs 1.243, 1.244 e 1.416, de 2004, que haviam

sido anteriormente deferidos pela Presidência, **ad referendum** mesa.

Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 1.329, de 2004, fica sobreposta a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 575, de 1999.

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, por vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um assunto que me preocupa muito neste País, tendo em vista que a Federação é uma responsabilidade desta Casa, o Senado, no tocante ao equilíbrio federativo, aos cuidados com a Federação, de que fazem parte os Estados e os Municípios.

Os Municípios, no meu entender, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são justamente as células principais da Federação. Já é um chavão dizer que no Município residem os problemas do cidadão, no bairro onde ele mora, na rua onde está a sua casa, e não num ente subjetivo chamado país ou União ou Federação.

Vemos com muita freqüência nos jornais, na televisão, na grande mídia nacional referência aos Municípios, principalmente os do interior, como o Brasil profundo, como os grotões, considerando-os atrasados, cheios de problemas. O Brasil maravilha seria aquele em que não ocorre nada de errado, em que existe realmente uma consciência cidadã.

É inclusive bom frisar que dados do IBGE mostram que o menor Município em população do País está no maior Estado do País em termos de economia, em termos de prosperidade, que é São Paulo.

São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, sozinhos, têm a maioria dos Municípios brasileiros. No entanto, regiões como a região Norte, que corresponde a mais de 50% da área do País, têm muito menos Municípios que um desses Estados.

É preciso que começemos a pensar numa geopolítica diferente, não somente com aquele viés preconceituoso de que no Município residem os ninhos de corrupção, de que exatamente nos Municípios existem as deformidades do País. Por exemplo, mostram-se com muita freqüência desvios dessa ou daquela prefeitura do interior com relação à aplicação de verbas federais, mas não se ressaltam, por exemplo, os desvios enormes ocorridos em nível federal, praticados pela tecnoburocracia federal. É preciso, portanto, que se comece a fazer uma inversão nessa análise.

Vamos analisar realmente o Brasil real, aquele a que se refere a grande mídia como o Brasil profundo, o Brasil dos grotões. Não é, portanto, o Brasil das metrópoles.

Tenho realmente analisado essa questão com um pouco de revolta e buscado ver as verdades e os seus desvios, para poder formar uma opinião. Será que o Brasil realmente sai da mesmice que vem enfrentando há décadas da concentração da população nos grandes centros urbanos, da migração permanente das regiões pobres

para as regiões ricas, da concentração de renda e de poder nessas regiões ricas? Ou será o contrário?

Não estou falando com o preconceito invertido de quem pertence a uma região pobre, com inveja de quem é das regiões ricas. Não. Tenho muito orgulho, como brasileiro, de saber que temos Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e uma capital como São Paulo. Minas Gerais, por exemplo, deu uma demonstração para o Brasil de como um Estado pode realmente administrar e equilibrar as suas finanças, mostrando que a Administração Pública não tem aquele estigma de ineficaz, que o Governo, que o Estado não é ineficaz e que não deve ser substituído por ONGs.

Dados da grande imprensa – o jornal **O Globo** foi o primeiro a noticiar; depois outros jornais o fizeram – divulgaram algo que se repete há vários anos. Somente no ano passado, foram repassadas para essas ONGs, para essas organizações não governamentais, R\$1,3 milhão em convênios feitos apenas pelos Ministérios. Não estou falando de uma Petrobrás, de outras instituições e fundações paraestatais que repassam verdadeiras fortunas para essas organizações não governamentais, que devem fazer como manda a filosofia do terceiro setor, que é norteada pela solidariedade, pelo voluntarismo e pela ação não governamental, podendo fazer parcerias com o Poder Público, e não substituir o Poder Público. No Brasil, em alguns setores, essas ONGs já substituíram o Poder Público. Desses ONGs não é exigido o mesmo rigor cobrado das prefeituras, principalmente dos pequenos Municípios, chamados de Brasil profundo ou de Brasil dos grotões pelos grandes articulistas da política nacional.

Quero fazer hoje uma defesa dos Municípios, mostrando que não é verdade que as mazelas estão nos Municípios. Estou inclusive encomendando um estudo para demonstrar, de maneira clara, que os maiores escândalos de corrupção deste País foram praticados na área federal e não nas áreas municipal ou estadual.

O pior é que se cobram centenas de dificuldades dos Municípios. Na verdade, existe um manual de dificuldades para liberar uma verba irrisória para um Município, enquanto se libera um R\$1,3 bilhão para as ONGs. Esse valor, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, representou, no ano passado, 44% do que o Governo repassou de maneira espontânea para os 5.560 Municípios do Brasil.

Vejam que coisa difícil de entender, no mínimo.

Por isso, quero justamente, Senador Mão Santa, abrir esse debate, para que possamos inverter essa ordem dos fatores. O mais importante é o Município, depois o Estado e, por último, a União; e não o inverso, porque a União é justamente o resultado da união dos Municípios e dos Estados. Nada mais é do que isso.

No entanto, existe esse preconceito que não é só dos técnicos burocratas, mas principalmente está enraizado e arraigado na grande mídia nacional.

Protesto porque sou de um Estado pequeno, com Municípios pequenos. Tirando a capital – que tem mais de 200 mil habitantes –, todos os Municípios do meu Estado têm em torno de 15 mil habitantes. Mas, como eu disse, o

Município com a menor população do Brasil está situado no Estado de São Paulo.

Temos realmente que repensar essa geografia. Falamos, por exemplo, na redivisão territorial dos grandes Estados. O Amazonas, sozinho, representa uma área superficial maior do que os setes Estados do Sul e do Sudeste. O Pará equivale a essa área dos setes Estados do Sul e do Sudeste, e Mato Grosso é quase igual. Esses três Estados juntos são mais da metade do País. No entanto, não se consegue sequer convocar um plebiscito para a população decidir se quer ou não a redivisão territorial desses grandes Estados. Imaginem pensar nos Municípios!

Existem Municípios, por exemplo, na região Norte que são maiores do que vários Estados do Nordeste. Não há, por parte do Governo Federal, uma preocupação de estimular, de dar assessoria técnica aos pequenos Municípios, de incentivar a população a permanecer e produzir no interior. Pelo contrário, aumentam-se as dificuldades e as complicações, empobrecendo a população e fazendo-a migrar para os grandes centros.

Será que é essa a sina do Brasil? Será que nós não vamos inverter essa ordem e, portanto, dar condições ao homem para que possa ficar no pequeno Município?

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa, com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo, nossos cumprimentos. Hoje, 26 de novembro, depois de quase dois anos no Senado, observei que havia aqui um conceito de, vamos dizer, grande clero, baixo clero. Eu, na minha observação, quero fazer o meu diagnóstico e enquadrá-lo: V. Ex^a é hoje um papa aqui.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Muito obrigado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu os conheço, estou convivendo nesta Casa, respeito, mas nenhum desses Senadores... Eles podem ter convencimento, podem ter passado, mas eu ficaria com Ortega y Gasset, Senador Paim, que diz: "O passado é soldado; o porvir é que é capitão". V. Ex^a é um capitão da política brasileira. Eu vinha ouvindo no rádio o discurso de V. Ex^a. Cheguei no meio dele. V. Ex^a se iguala ao estadista Presidente Sarney, de quem ouvi que o chão do Brasil começava lá em Pinheiro, a cidade maranhense onde ele nasceu. Esse é o conceito político. Senador Paim, Deus me proporcionou a oportunidade de criar 78 municípios no Estado do Piauí, transformar povoados em cidades. Não aquilo que se vê apenas, Mozarildo – as ruas, as avenidas, a praça para namorar, o mercado para comercializar, a escola para educar, o hospital para dar assistência, a cadeia para manter a ordem –, mas o chamamento do ser humano para participar, o aparecimento de novas lideranças – "o essencial é invisível aos olhos". Tenho um exemplo no Piauí agora. Na cidadezinha de Jatobá, um prefeito, um "prefeitinho", como eu chamo – fui "prefeitinho", digo isso com orgulho e carinho –, João Félix, ganhou da cidade-mãe, Campo Maior, uma das maiores, onde se deu a Batalha do Jenipapo, em que colocamos os portugueses para fora. Então, "o essencial é invisível

aos olhos". Foi esse o chamamento que ocorreu e que V. Ex^a defende. Faço apenas uma reflexão: Senador Paim, para mim, o prefeito é a maior autoridade. Sou orgulhoso de ter sido "prefeitinho" da minha cidade. Quero lhe dizer que ele é o único administrador que administra a sua avó, a sua mãe, a sua mulher, o seu filho. É na sua cidade que vivem os problemas. Ele é o que tem o compromisso do dia-a-dia, olho no olho, cumprimento a cumprimento, do nascer ao enterrar. Então, ele tem que ser respeitado, e isso é tudo o que V. Ex^a diz. Esta ilha da fantasia é também a ilha da corrupção. É aqui, não é nos municípios, que são vítimas. Agora, um lado desagradável. V. Ex^a merece o meu respeito, o desta Casa, o do Brasil, de Roraima, que deu esse filho ilustre, de Boa Vista. Mas, Senador Paim, passei a noite de ontem estudando a situação das estradas e vou fazer um pronunciamento, porque ouvi o Maguito falando sobre elas, sem dados. Passei a noite estudando. Olha, encaro com tristeza o desrespeito do Governo brasileiro com o Estado grandioso de Roraima, de Boa Vista, onde recebi uma comenda – e a cargo com orgulho –, e com os companheiros aqui. Romero, onde estás? Tu te entregas tão facilmente, Senador Romero. Venha aqui, ligeiro! Está aqui na revista CNT, da Confederação Nacional dos Transportes, que as piores estradas do Brasil estão no Estado de Roraima. É um desrespeito àquele grandioso Estado, a Boa Vista, a V. Ex^a, um dos melhores Senadores, não desta legislatura, mas da história, pela sua formação, pelo seu ideal da Medicina, ideal esse que tornou a ciência médica a mais humana das ciências. V. Ex^a é, portanto, um benfeitor. Mas os dados estão aqui, Senador Paim: São Paulo, 75,7% de ótimo e bom. É o Estado com a melhor malha rodoviária. Romero, onde estás? Venha! Roraima, com 98,9% de péssimo e ruim. Então, a minha solidariedade a V. Ex^a e o meu apelo à Presidência da República, para que se sensibilize com esse desrespeito ao grandioso Estado de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Agradeço muito o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa, principalmente pelas palavras elogiosas à minha pessoa, que vêm da amizade que constituímos aqui em tão pouco tempo.

Com relação às estradas em Roraima, esses dados são realmente procedentes. Todavia, quero também dar a V. Ex^a uma notícia: agora, o Ministério dos Transportes liberou recursos para recapar a BR-174, a espinha dorsal do nosso Estado, que une a capital de Roraima a Manaus, capital do Amazonas, e à Venezuela. Portanto, Senador Mão Santa, pelo menos começou a haver mudança nesse quadro.

Nós, da Bancada de Roraima, temos feito uma pressão muito grande. O Ministro Alfredo Nascimento já empenhou recursos para o início do asfaltamento da BR-432, uma rodovia estadual que foi federalizada por iniciativa de um projeto meu, autorizativo. Assim, essa realidade começa a mudar.

Voltando à questão dos municípios, saiba V. Ex^a, Senador Mão Santa – que sempre diz se orgulhar de ter sido "prefeitinho" de uma cidade, como dizem os intelec-

tuais do Brasil Maravilha, lá dos grotões do Nordeste, do Norte, enfim, e até do interior, do Centro-Oeste –, que tenho certeza, por minhas leituras, que há municípios muito pobres também na Região Sul e na Região Sudeste. Quando estudei a distribuição dos médicos no Brasil, vi municípios da Região Sul e Região Sudeste que não têm médicos. Nós dois, que somos médicos, sabemos que é um absurdo o número de médicos no Brasil ser maior do que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde, considerando-se a proporção médico/população, mas esses médicos estarem concentrados nos grandes centros. Os médicos são urbanos, não querem ir para o interior, lá para os grotões, para o Brasil profundo. Isso obriga o meu Estado de Roraima e outros Estados do Norte e do Nordeste a se valer de médicos de outros países, como Cuba principalmente, mas também da Colômbia e do Peru.

Há um projeto de minha autoria, Senador Paulo Paim, obrigando os profissionais da área de saúde, depois de formados, a passar um ano de estágio remunerado obrigatório nos municípios onde a correlação médico-paciente seja inferior à recomendada pela Organização Mundial de Saúde, que é de um para mil.

Imaginem, Senadores Mão Santa, Paulo Paim e até mesmo o Senador Alvaro Dias, que é de um Estado desenvolvido como o Paraná. Tenho certeza de que S. Ex^a sabe que há municípios do interior que às vezes não têm médico algum, quanto mais essa correlação de um médico para mil habitantes.

Espero ainda fazer outro pronunciamento sobre os municípios, porque não é justo assistirmos quase todos os dias, na televisão e nos jornais, a um verdadeiro ataque aos municípios, como se eles fossem a praga da Nação. No entanto, como eu disse, só no ano passado, o Governo Federal, por intermédio dos Ministérios, repassou a organizações não governamentais, as ONGs, 44,5% do equivalente ao repassado aos municípios, ou seja, R\$1,3 bilhão!

Ouço o Senador Alvaro Dias, com muito prazer.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a faz muito bem ao defender o município, como grande municipalista que é. As dificuldades são conhecidas por todos os que militam na atividade pública. Os Governos, tanto o Federal quanto estaduais, não cumprem rigorosamente os compromissos com os municípios. Ainda agora, os municípios brasileiros sofreram um corte de cerca de 40% no Fundo de Participação de Municípios, inexplicavelmente. V. Ex^a abordou a questão da saúde, que é fundamental. Qualquer pesquisa de opinião pública revela que, além da questão do emprego e da segurança pública, a saúde pública é a grande deficiência da Administração Pública brasileira. No meu Estado, o

Paraná, isso é mais grave. Hospitais e Santas Casas se fecham, porque lá há muita bravata e pouca ação. O Paraná foi apontado, em recente matéria publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, como o pior Estado brasileiro no cumprimento do preceito constitucional que determina 12% da receita para o setor de saúde. O Paraná não cumpre o preceito constitucional e é o Estado, segundo **O Estado de S. Paulo**, que menos investiu em saúde pública entre todos os Estados brasileiros, mas o governo ousa anunciar na televisão que é um exemplo para o País em matéria de saúde. E somos obrigados a ver isso. Aliás, é melhor ver do que ser cego, não é, Senador Mozarildo Cavalcanti? De qualquer forma, desperta nossa indignação contra a desfaçatez daqueles que não respeitam a população, que não honram os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral e depois, lamentavelmente, gastam horrores em publicidade enganosa para tentar manter sua popularidade.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Senador Alvaro Dias, temos de abrir, de maneira muito forte, o debate sobre os Municípios, que é federativo, portanto, obrigação nossa, do Senado. Há uma divergência entre os números do IBGE e os do TSE. Espero voltar a esta tribuna para me aprofundar ainda mais no debate, uma discussão macro, analisando todo o País e suas diversas regiões. O caminho para a eliminação das desigualdades regionais está em um melhor investimento do Governo Federal nos Municípios, e não em ONGs, que, repito, no ano passado, receberam 44% do que receberam os 5.560 Municípios do Brasil. Não tenho nada contra ONGs, mas quero que tenham para com elas o mesmo rigor que se dispensa aos Municípios – como chama a elite pensante deste País – do Brasil profundo, do Brasil dos grotões.

Sr. Presidente, encerro dizendo que voltarei a esta tribuna, possivelmente na segunda-feira, para continuar a discutir sobre o municipalismo, sobre a importância do Município para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.475, DE 2004

Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgências para o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2003.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 2004. – Senador **João Alberto Souza**, Senador **Aloísio Mercadante**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**REQUERIMENTO DE URGÊNCIA****PROPOSIÇÃO: PLC Nº 56 DE 2003**

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24/11/2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>Eduardo Suplicy</i>
RELATOR:	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
SERYS SLHESSARENKO	1-EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>
ALOIZIO MERCADANTE	2-ANA JÚLIA CAREPA
TIÃO VIANA	3-SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	4-DUCIOMAR COSTA
MAGNO MALTA	5-GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FERNANDO BEZERRA	6-JOÃO CABIBERIBE <i>João Cabibe</i>
MARCELO CRIVELLA	7-AELTON FREITAS <i>Aelton Freitas</i>
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1-NEY SUASSUNA <i>Nei Suassuna</i>
GARIBALDI ALVES FILHO	2-LUIZ OTÁVIO <i>Luz Otávio</i>
JOSÉ MARANHÃO	3-RENAN CALHEIROS
JOÃO BATISTA MOTTA	4-JOÃO ALBERTO SOUZA <i>João Alberto Souza</i>
ROMERO JUCÁ	5-MAGUITO VILELA
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO CABRAL
PFL	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	1-PAULO OCTÁVIO <i>Paulo Octávio</i>
CÉSAR BORGES	2-JOÃO RIBEIRO
DEMÓSTENES TORRES	3-JORGE BORNHAUSEN
EDISON LOBÃO	4-EFRAIM MORAIS
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
PSDB	
ÁLVARO DIAS	1- ANTERO PAES DE BARROS
TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	2-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	3-LEONEL PAVAN
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-ALMEIDA LIMA
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES

Atualizada em: 12/03/2004

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento lido vai à publicação e será votado oportunamente, tendo em vista que todas as deliberações legislativas encontram-se sobrerestadas, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.476, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal sejam solicitadas ao Ministro de Justiça as seguintes informações acerca do projeto de modernização dos passaportes fornecidos pela República Federativa do Brasil:

1. histórico das gestões e iniciativas do Ministério da Justiça no sentido da modernização dos passaportes;
2. estágio em que se encontram tais gestões e perspectivas da concretização do projeto de modernização dos passaportes;
3. avaliação do Ministério da Justiça acerca da importância de tal projeto para os interesses nacionais.

Justificação

O pedido de informação ao Ministro da Justiça conforma iniciativa parlamentar reveladora de prudência e de pragmatismo. Haja vista que a condução da política externa é de responsabilidade do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 84, inciso VII e VIII da Constituição Federal, mediante os mecanismos de controle exercidos pelo Poder Legislativo, urge que esta Casa Congressual se mantenha informada sobre o projeto de modernização dos passaportes, documento público por excelência, permissivo de deslocamentos internacionais de cidadãos brasileiros.

A modificação de padrão dos passaportes brasileiros, para que estejamos em harmonia com os requisitos de segurança e modernidade dos demais Estados é tema de grande urgência e relevância, mormente pela necessidade premente de inserção internacional de nosso país. A defasagem tecnológica é imensa barreira não-tarifária, que prejudica o desenvolvimento econômico e compromete a melhor participação no comércio internacional, induzindo a uma imagem incompatível com a realidade que necessitamos externar.

A manifestação do Poder Executivo, provocada por reiterados pedidos de informações do Poder Legislativo é prática salutar ao convívio equilibrado e harmônico entre os poderes da República. Isso permite maior transparéncia e segurança nas deliberações legislativas, em prol da elaboração legislativa mais criteriosa e do próprio aperfeiçoamento do sistema democrático.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2004.
—
João Ribeiro.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PS-GSE nº 1.619

Brasília, 24 de novembro de 2004.

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 6.303, de 2002, do Senado Federal (PLS nº 689/99), o qual “Altera o art. 25 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

PS-GSE nº 1.620

Brasília, 24 de novembro de 2004

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.052, de 2002, do Senado Federal (PLS nº 13/02), o qual “Altera a redação do art. 5º da Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001, que trata da Seguridade Social.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os ofícios lidos serão juntados aos processados dos Projetos de Lei do Senado nºs 689, de 1999, e 13, de 2002, respectivamente.

Sobre a mesa, ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

OS – GSE. nº 1.633

Brasília, 26 de novembro de 2004

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 52, de 2004 (Medida Provisória nº 205/04, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 25-11-04, que “Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005; acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001;

e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Com referência ao **Projeto de Lei de Conversão nº 52, de 2004**, proveniente da Medida Provisória nº 205, de 2004, cujo ofício acaba de ser lido, a Presidência comunica à Casa que o prazo de sua vigência foi prorrogado pela Mesa do Congresso Nacional, por mais sessenta dias, conforme prevê o § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Esclarece que o prazo de 45 dias para apreciação das matérias pelo Congresso Nacional encontra-se esgotado e que a prorrogação do prazo de vigência das proposições não restaura os prazos de suas tramitações.

O prazo de vigência esgotar-se-á no próximo dia 6 de dezembro.

Uma vez recebida formalmente pelo Senado Federal, nesta data, a matéria passa a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência incluirá a matéria, na Ordem do Dia da sessão de 30 de novembro, terça-feira próxima.

É a seguinte a matéria recebida da Câmara dos Deputados.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 52, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 205, de 2004)

Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005; acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 10.117, de 12 de janeiro de 2001; e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de subvenção econômica ao Banco do Brasil S.A., sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para investimentos na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, lastreadas com recursos captados do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

§ 1º O pagamento da equalização de taxas de que trata o **caput** deste artigo poderá ser realizado antecipadamente, a valor presente do montante devido ao longo das respectivas operações de crédito.

§ 2º O valor da equalização ficará limitado ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido do **del credere** a que fará jus o Banco do Brasil S.A., e os encargos cobrados do tomador final do crédito.

§ 3º Exclui-se dessa medida a concessão de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas enquadrados no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras – MODERFROTA ou na linha de crédito da Finame Especial, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º As operações de crédito a serem contempladas com a subvenção de que trata esta lei terão as taxas de juros a seguir especificadas, segundo o porte de cada beneficiário, observados os critérios de classificação do tomador de crédito constantes da programação do FCO para 2004:

I – médio produtor rural – taxa efetiva de juros de 9,75% (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano;

II – grande produtor rural – taxa efetiva de juros de 10,75% (dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano;

III – media empresa – taxa efetiva de juros de 12% (doze por cento) ao ano;

IV – grande empresa – taxa efetiva de juros de 14% (quatorze por cento) ao ano.

Art. 3º A concessão de subvenção para equalização de taxas de juros, nos termos desta lei, ficará limitada ao montante de operações de crédito de até R\$1.900.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais), em contratações junto aos setores produtivos da Região Centro-Oeste até 31 de dezembro de 2005.

Parágrafo único. O risco operacional será integral do agente financeiro, que fará jus ao **del credere** de até 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento) ao ano, no qual estão incluídos os custos administrativos e tributários, e incidirão sobre os saldos devedores dos financiamentos.

Art. 4º Os demais critérios, limites e normas operacionais para a concessão da subvenção de que trata esta lei serão estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional, em articulação com o Ministério da Fazenda, especialmente no que se refere aos procedimentos para pagamento da equalização de taxas.

Art. 5º A Lei nº 10.117, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 6º-A Nos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, a partir de 1º de julho de 2004, a beneficiários dos grupos “E”, “A/C”, Pronaf–Semi–árido e Pronaf–Floresta, integrantes da regulamentação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, o risco será assumido integralmente pelo respectivo Fundo Constitucional.

Parágrafo único. Nas operações formalizadas com risco integral dos Fundos Constitucionais de Financiamento realizadas no âmbito do Pronaf, os agentes financeiros farão jus a uma remuneração, a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, destinada à cobertura de custos decorrentes da operacionalização do Programa.”

Art. 6º O § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

§ 2º Os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assenta-

dos, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, a que se refere o **caput** deste artigo, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais com risco para o respectivo Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito.

.....”(NR)

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL N.º 205 DE 2004

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de subvenção econômica ao Banco do Brasil S.A., sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para investimentos na área de atuação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, lastreadas com recursos captados do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

§ 1º O pagamento da equalização de taxas de que trata o **caput** deste artigo poderá ser realizado antecipadamente, a valor presente do montante devido ao longo das respectivas operações de crédito.

§ 2º O valor da equalização ficará limitado ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido do *diferencial de juros* a que fará jus o Banco do Brasil S.A., e os encargos cobrados do tomador final do crédito.

§ 3º Exclui-se dessa medida a concessão de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas enquadrados no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras - MODERFROTA ou na linha de crédito da FINAME Especial, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º As operações de crédito a serem contempladas com a subvenção de que trata esta Medida Provisória terão as taxas de juros a seguir especificadas, segundo o porte de cada beneficiário, observados os critérios de classificação do tomador de crédito constantes da programação do FCO para 2004:

I - médio produtor rural - taxa efetiva de juros de oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

II - grande produtor rural - taxa efetiva de juros de dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

III - média empresa - taxa efetiva de juros de doze por cento ao ano;

IV - grande empresa - taxa efetiva de juros de quatorze por cento ao ano.

Art. 3º A concessão de subvenção para equalização de taxas de juros, nos termos desta Medida Provisória, ficará limitada ao montante de operações de crédito de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), em contratações junto aos setores produtivos da Região Centro-Oeste até 30 de junho de 2005.

Parágrafo único. O risco operacional será integral do agente financeiro, que fará jus ao crédito de até quatro inteiros e seis décimos por cento ao ano, no qual estão incluídos os custos administrativos e tributários, e incidirão sobre os saldos devedores dos financiamentos.

Art. 4º Os demais critérios, limites e normas operacionais para a concessão da subvenção de que trata esta Medida Provisória serão estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional, em articulação com o Ministério da Fazenda, especialmente no que se refere aos procedimentos para pagamento da equalização de taxas.

Art. 5º A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 6º-A. Nos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, a partir de 1º de julho de 2004, a beneficiários dos grupos "B", "A/C", Pronaf-Semi-árido e Pronaf-Floresta, integrantes da regulamentação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, o risco será assumido integralmente pelo respectivo Fundo Constitucional.

Parágrafo único. Nas operações formalizadas com risco integral dos Fundos Constitucionais de Financiamento realizadas no âmbito do Pronaf, os agentes financeiros farão jus a uma remuneração, a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, destinada à cobertura de custos decorrentes da operacionalização do Programa." (NR)

Art. 6º O § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra a que se refere o caput, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais com risco para o respectivo Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito." (NR)

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de agosto de 2004; 183º da Independência, 116º da República.

MENSAGEM N° 466, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, que “Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995”.

Brasília, 6 de agosto de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

E.M Interministerial nº 6/2004-MI/MF

Brasília, 19 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submetemos à apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de medida provisória, que tem por objetivo autorizar a subvenção, sob a forma de equalização de taxas de juros, para investimentos do setor privado na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), em operações de crédito contratadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

2. Essa iniciativa busca viabilizar o aporte de novos recursos para atender a expressiva demanda por investimentos de longo prazo no Centro-Oeste, que hoje se encontra represada por haver extrapolado a capacidade de atendimento no âmbito da programação orçamentária do FCO, no exercício de 2004. O Ministério da Integração Nacional vem desenvolvendo ações, junto aos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), buscando a melhoria do desempenho operacional desses Fundos, de modo que os recursos sejam aplicados, em sua totalidade, nas atividades produtivas, com atendimento preferencial aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas.

3. Para as regiões Norte e Nordeste, estima-se que os recursos previstos nas programações do FNO e FNE serão suficientes para o atendimento da demanda. Quanto ao FCO, tendo por base a grande procura por financiamento de longo prazo na região, no montante de R\$ 2,5 bilhões, em sua maioria com proposta já protocolada no Banco do Brasil S.A., verifica-se que o orçamento do Fundo para 2004, da ordem de R\$1,4 bilhão, não será bastante para suprir as necessidades de investimentos dos setores produtivos.

4. Essa escassez de recursos tem causado inquietação aos produtores rurais e empresas que exercem atividades produtivas no Centro-Oeste, com reflexos

negativos para o dinamismo da economia regional. O assunto foi amplamente debatido no âmbito do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – CONDEL/FCO, tendo os representantes dos Governos do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul registrado grande preocupação diante da incapacidade do FCO em atender a demanda de projetos estruturantes na região, visto que se trata de importantes indutores de geração de emprego e renda.

5. Registre-se que, por resolução do CONDEL/FCO e em conformidade com o disposto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, 51% (cinqüenta e um por cento) dos recursos disponíveis no FCO são destinados ao financiamento das atividades de micro-empresas e empresas de pequeno porte e de mini e pequenos produtores rurais, suas associações e cooperativas. O contingenciamento orçamentário do Fundo ressalta, ainda mais, a necessidade de se buscar fontes alternativas de financiamento de longo prazo, com taxas de juros compatíveis com os retornos previstos para os investimentos.

6. Como forma de atender à mencionada demanda no Centro-Oeste e viabilizar a implementação imediata de empreendimentos considerados de relevante interesse para o desenvolvimento econômico e social da região, propomos a edição de Medida Provisória, autorizando a subvenção para equalização de taxas de juros em operações de crédito para investimentos na área de atuação do FCO, contratadas com recursos do FAT, até 30 de junho de 2005, no montante de R\$ 1 bilhão.

7. Os custos financeiros das operações de crédito sujeitas à equalização em foco assemelham-se àqueles praticados nas operações dos Fundos Constitucionais de Financiamento, de acordo com a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, excluído o mecanismo de bônus de adimplênciia, a saber:

I – Médio produtor rural – taxa efetiva de juros de 8,75% (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano;

II – Grande produtor rural – taxa efetiva de juros de 10,75% (dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano;

III – Média empresa – taxa efetiva de juros de 12,00 % (doze por cento) ao ano;

IV – Grande empresa – taxa efetiva de juros de 14,00% (quatorze por cento) ao ano.

8. Exclui-se da medida em foco a concessão de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas enquadráveis no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras – MODERFROTA ou na linha de crédito da FINAME Especial destinada a essa finalidade, conforme regulamentado pelo Conselho

Monetário Nacional, de sorte a melhor atender as outras demandas.

9. Quanto ao **del credere** do agente financeiro, a proposta estabelece o limite de até 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento) ao ano, cabendo à instituição financeira assumir, integralmente, o risco operacional.

10. Ressaltamos que os financiamentos passíveis de equalização deverão observar as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento. Do mesmo modo, caberá a esse Ministério providenciar a regulamentação da matéria, inclusive quanto aos procedimentos operacionais relacionados com a equalização de taxas.

11. Para a efetivação destes financiamentos, sem que seja exercida pressão nos orçamentos dos exercícios subsequentes, pretende-se efetuar, a valor presente, o pagamento antecipado das despesas com equalização. Assim, seriam pagos em 2004 cerca de R\$ 38 milhões, já considerados na última avaliação bimestral de receitas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, encaminhada aos demais Poderes no último dia 23 de março de 2004. Para 2005, o valor da parcela restante será incluído na proposta orçamentária do Ministério da Integração. Nesse sentido, a possibilidade de pagamento antecipado está sendo considerada no texto da Medida Provisória.

12. Embora venha a se constituir em despesa para o Orçamento Geral da União, a medida será de grande impacto para o incremento dos investimentos na Região Centro-Oeste e terá o mérito de reduzir os custos financeiros para os tomadores finais, viabilizando projetos dos setores produtivos e propiciando a geração de emprego e renda, enfim, promovendo crescimento econômico e inclusão social.

13. De outra parte, frente ao ainda reduzido universo de operações de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, explicado em grande parte pela natural insuficiência de garantias do público alvo desse Programa, e reconhecendo-se a dificuldade de ampliação do atual suporte orçamentário-financeiro direto do Tesouro Nacional a título de assunção de risco em financiamentos da espécie, estamos propondo a Vossa Excelência a adoção das seguintes medidas:

a) inclusão do art. 6º—A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, no sentido de dispor que, nas operações contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, a partir de 1º de julho de 2004, com beneficiários dos grupos “B”, “A/C”, Pronaf-Semi-árido e Pronaf-Floresta, integrantes da regulamentação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar—Pronaf, o risco será

assumido integralmente pelo respectivo Fundo Constitucional;

b) definir que nas operações formalizadas com risco integral dos Fundos Constitucionais de Financiamento realizadas no âmbito do Pronaf, os agentes financeiros farão jus a uma remuneração, a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, destinada à cobertura de custos decorrentes da operacionalização do Programa;

c) alteração do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 para estabelecer que os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais com risco para o respectivo Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito.

São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição da presente Medida Provisória.

Respeitosamente, — **Ciro Gomes**, Ministro de Estado da Integração Nacional – **Antonio Palocci Filho**, Ministro de Estado da Fazenda.

PS.-GSE. nº 1.633

Brasília, 26 de novembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Nesta

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 52, de 2004 (Medida Provisória nº 205/04, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 25-11-04, que “Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005; acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995A, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, — Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

MPV Nº 205

Publicação no DO	9-8-2004
Designação da Comissão	10-8-2004
Instalação da Comissão	11-8-2004
Emendas	até 15-8-2004 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	9-8 a 22-8-2004 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	22-8-2004
Prazo na CD	de 23-8-2004 a 5-9-2004 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	5 -9-2004
Prazo no SF	6-9-2004 a 19-9-2004 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	19-9-2004
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	20-9-2004 a 22-9-2004 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	23-9-2004 (46º dia)
Prazo final no Congresso	7-10-2004 (60 dias)
Prazo prorrogado	6-12-2004*
*Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do CN publicado no DOU de 5-10-2004 (Seção I)	

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA)

CONGRESSISTAS	EMENDAS N°s
Deputado ANTÔNIO C.MENDES THAME	006; 015; 016; 018; 019 e 021
Senadora HELOÍSA HELENA	001; 002; 003 e 008
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA	003; 008; 012 e 014
Senador JONAS PINHEIRO	004
Deputada KÁTIA ABREU	010; 017; 020 e 022
Deputado LEONARDO MOURA VILELA	013
Deputado ODACIR ZONTA	007 e 011

TOTAL DE EMENDAS: 022

MPV - 205

00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
16/08/04	Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004			
Autor	nº do protocolo			
Senadora Heloisa Helena				
1. Supressiva	2. substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O caput do art. 1º da MP nº 205, de 06 de agosto de 2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

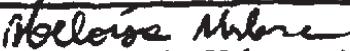
Art. 1º – Fica autorizado o pagamento de subvenção econômica aos bancos gestores, sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para investimentos na área de abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) lastreadas com recursos captados do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Justificativa

De acordo com o espírito constitucional, a criação e manutenção dos Fundos Constitucionais têm por objetivo diminuir diferenças regionais através da disponibilização de recursos de financiamento para produtores localizados nas regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste, as três mais pobres do País.

A referida MP em apreço abre crédito suplementar apenas para uma das regiões, independentemente das demandas e necessidades. Esta emenda visa oferecer a mesma oportunidade de recursos adicionais para as três regiões, mantendo o espírito da Constituição Federal.

PARLAMENTAR



Senadora Heloisa Helena - AL

MPV - 205

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 16/08/04	proposição Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004			
Autor: Senadora Heloisa Helena	nº de prestatário			
1 Supressiva	2. substitutiva	<input checked="" type="checkbox"/> 3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
Páginas	Artigo	Parágrafo	Iachte	Alinea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo 2º, do art. 1º da MP nº 205, de 06 de agosto de 2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º – O valor da equalização ficará limitado ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido do que farão jus os agentes financeiros gestores dos Fundos Constitucionais, e os encargos cobrados do tomador final do crédito.

Justificativa

Um dos objetivos principais dessa Medida Provisória, editada pelo Executivo Federal, foi oferecer recursos para equalizar taxas de juros, compensando possíveis diferenças da captação junto ao FAT, como uma forma de viabilizar novos empréstimos junto aos Fundos Constitucionais.

O espírito desta emenda, seguindo alteração no caput do artigo 1º, é incluir todos os três gestores dos Fundos Constitucionais. Consequentemente, esta emenda visa oferecer as mesmas condições financeiras aos três agentes financeiros, gestores do FCO (Banco do Brasil), o FNO (BASA – Banco da Amazônia SA) e o FNE (BNB – Banco do Nordeste do Brasil).

PARLAMENTAR

Heloisa Helena

Senadora Heloisa Helena - AL

MPV - 205**00003****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data	proposta Medida Provisória nº 205/04			
Autor	Deputado José Carlos Avelino	Nº da proposta		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutiva global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICACAO				

Dé-se nova redação ao §1º do art. 1º da MP:

"Art. 1º.....

§1º O pagamento da equalização de taxas de que trata o caput deste artigo será realizado em até 60 dias após a comprovação pelo Ministro da Integração Nacional da aplicação dos recursos pelos beneficiários do crédito."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa fixar limite temporal para a antecipação da subvenção econômica autorizada pela presente Medida Provisória.

Ademais, estabelece que o Ministro da Integração Nacional, responsável pela fixação das diretrizes e prioridades dos financiamentos passíveis de equalização, comprove a aplicação dos recursos, o que certamente trará transparência à matéria.

A limitação tem por maior escopo o resguardo do capital do agente financeiro, somente no que toca ao capital de giro, evitando assim, a capitalização excessiva do Banco do Brasil.

PARLAMENTAR

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA**MPV - 205****00004**

Instra-se no art. 1º da Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, o seguinte § 4º:

"Art. 1º

§ 4º A concessão de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, e de armazéns, com recursos captados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, cujas propostas, protocoladas no Banco do Brasil S. A., já tenham sido deferidas e contratadas até a data da publicação desta Lei, poderão receber subvenção econômica nas condições previstas nesta Lei."

JUSTIFICAÇÃO

Diversas propostas solicitando concessão de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, bem como armazéns, com recursos oriundos do FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, e que estão protocoladas no Banco do Brasil, não tiveram as concessões contratadas por falta de recursos financeiros por aquele Fundo.

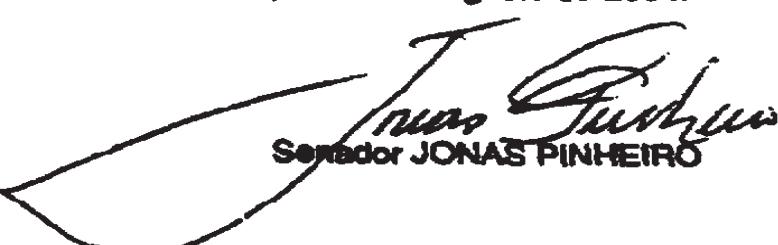
A presente emenda visa a assegurar que essas propostas, já protocoladas no Banco do Brasil até a data da publicação desta Lei, sejam acolhidas por aquela instituição financeira, e contratadas nas condições estabelecidas para o FCO, com a respectiva equalização das taxas de juros a serem consideradas.

Desse maneira, estar-se-á possibilitando aos mutuários a concessão de crédito para esses investimentos nas mesmas condições previstas pelo FCO, as quais são mais favorecidas que as demais linhas de crédito disponíveis.

Muitos mutuários, tão logo tiveram suas propostas deferidas ou já contratadas pelo Banco do Brasil S. A., assumiram compromissos encomendando máquinas e equipamentos e fazendo outros investimentos previstos; houve casos, inclusive, em que essas encomendas já foram entregues pelas concessionárias. A impossibilidade de viabilizar essas operações por causa da insuficiência de recursos oriundos do FCO criou uma situação de difícil reversão, a qual só poderá ser solucionada com a autorização prevista neste parágrafo que ora apresento como emenda.

Além do mais, essa emenda, deixando bem explícita a autorização de que a subvenção econômica concedida por esta Lei também seja concedida para pagar a equalização das taxas de juros dessas operações, evitará a possibilidade de que se queira dar, posteriormente, outro entendimento que não este.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 2004.


Senador JONAS PINHEIRO

MPV - 265
00005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
16/08/04

proposição

Autor

nº do prontuário

I. Supressiva II. substitutiva III. Modificativa IV. Aditiva V. Substitutiva global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Os Incisos I e II do art. 2º da MP nº 205, de 06 de agosto de 2004 passam a vigorar com a seguinte redação, renumerando os demais incisos do referido artigo:

I – agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); os definidos na legislação e regulamento daquele Programa;

II - mini produtores, suas cooperativas e associações: taxa efetiva de juros de seis por cento ao ano.

Parágrafo único: Sobre os encargos previstos, serão concedidos bônus de adimplência de vinte e cinco por cento (25%) para mutuários do Inciso II que desenvolvem suas atividades na região do semi-árido nordestino e de quinze por cento (15%) para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

Justificativa

O texto da MP em apreço oferece um adicional de recursos ao gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) apenas para operações de crédito voltadas aos produtores rurais e empresas, de portes médios e grandes.

Esta limitação, equalizando taxas de juros apenas para empréstimos de médios e grandes produtores e suas empresas, é contrária ao próprio espírito dos Fundos Constitucionais e suas normas de regulamentação (Lei 10.177, de 2000). Estes foram criados com o objetivo constitucional de oferecer recursos aos setores mais pobres das regiões com menores índices de desenvolvimento.

Esta emenda inclui a possibilidade de equalizar taxas de juros também dos empréstimos contratados por agricultores familiares, mini produtor rural, suas cooperativas e associações, mantendo as mesmas condições da lei 10.177, de 2000, que alterou as condições de empréstimos tornando-as mais compatíveis com a realidade das três regiões.

PARLAMENTAR

Maloué Alphonse

Senadora Heloisa Helena – AI

MPV - 205**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00006****data**
16/08/2004**proponente**
Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004**cotação**
Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME**nº do protocolo**
332**1. Sancionado** **2. substitutivo** **3. modificativo** **4. aditivo** **5. Substitutivo pleno****Página****Art. 2.º****Parágrafo único****Inciso****Alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Inclua-se parágrafo único ao art. 2.º da presente Medida Provisória, com a seguinte redação:

"Art. 2.º

Parágrafo único. Sobre os encargos de que tratam os incisos I a IV deste artigo, serão concedidos bônus de adimplência de quinze por cento para mutuários, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento."

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão deste parágrafo único tem como objetivo assegurar aos mutuários da região centro-oeste as mesmas condições operacionais previstas na Lei 10.177 que estabelece o bônus de adimplência de 15% sobre a taxa de juros com recursos dos Fundos constitucionais. Assim a aplicação do redutor de juros atenderia tanto aos recursos dos fundos constitucionais quanto os do Fundo de Amparo ao Trabalhador, demonstrando coerência.

MPV - 205**00007****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****Data**
12/08/2004**Proposta**
Medida Provisória n.º 205/2004**Autor**
Deputado Odacir Zonta**Nº do proponente****1. Delegativa 2. Substitutiva 3. Co-delegativa 4. Ofitiva 5. Substitutiva plena****Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****Aílnea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Inclua-se o parágrafo único ao artigo 2º, da Medida Provisória 205, de 06 de agosto de 2004, com a seguinte redação:

"Art. 2º - ...

Parágrafo Único – Sobre os encargos de que tratam os incisos I e IV deste artigo, serão concedidos bônus de adimplência de quinze por cento para mutuários, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento."

JUSTIFICATIVA

A inclusão deste parágrafo único tem como objetivo assegurar aos mutuários da região centro-oeste as mesmas condições operacionais previstas na Lei 10.177 que estabelece o bônus de adimplência de 15% sobre a taxa de juros com recursos do Fundos constitucionais. Assim a aplicação do redutor de juros atenderia tanto aos recursos dos fundos constitucionais quanto aos do Fundo de Amparo ao trabalhador, demonstrando coerência.

PARLAMENTAR

**Deputado Odacir Zonta
PP/SC**

MPV - 205

00008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 16/08/04	propositivo Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004			
Autor Senadora Heloisa Helena	nº do protocolo			
<input type="checkbox"/> 1. Supressiva <input type="checkbox"/> 2. substitutiva <input checked="" type="checkbox"/> 3. Modificativa <input type="checkbox"/> 4. Aditiva <input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global				
Páginas	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo único, do art. 3º da MP nº 205, de 06 de agosto de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único - O risco operacional será integral do agente financeiro, que fará jus ao *de* credere de até três por cento ao ano, no qual estão incluídos os custos administrativos e tributários, e incidirão sobre os saldos devedores dos financiamentos.

Justificativa

O texto da MP em apreço oferece, a título de *de* credere, um percentual de até quatro inteiros e seis décimos por cento (4,6%) ao ano. Este índice está bem acima dos três por cento (3%) ao ano, estabelecido no texto da lei 10.177 de 2000, valor a que tem direito os demais administradores dos Fundos Constitucionais do Nordeste (Banco Nacional do Nordeste) e do Norte (Banco da Amazônia S.A.).

Sendo que esta MP trata de recursos adicionais para a mesma finalidade – ou seja, financiar projetos de desenvolvimento com recursos do Fundo Constitucional do Centro Oeste –, não há justificativa para oferecer um índice mais alto ao gestor do FCO (Banco do Brasil S.A.).

O objetivo desta emenda é manter o mesmo valor de remuneração a todos os gestores dos Fundos Constitucionais.

PARLAMENTAR

Heloisa Helena

Senadora Heloisa Helena - AL

MPV - 205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00009

data	Proposta Medida Provisória nº 205/04			
autor	Nº da proposta			
Deputado José Carlos Aleluia				
1 <input checked="" type="checkbox"/> supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Emendativa global
Páginas	Artigo	Parágrafo	Inciso	linhas
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprime-se o art. 5º da MP.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória em questão prevê que o financiamento de pequenos agricultores familiares e que será realizado por bancos oficiais federais com risco integral para o respectivo Fundo Constitucional.

Não nos parece ser essa a melhor opção. Não se pode admitir que o Tesouro Nacional assuma todo o risco no caso dos assentamentos para fins de agricultura familiar, mesmo porque tais riscos são hoje compartilhados conforme prevê o art. 6º da Lei n.º 10.177/01 que cuida da matéria.

Assim, acreditamos que a integralidade do risco para o Tesouro Nacional na implantação de um programa específico, apesar de louvável, não se apresenta como a melhor solução.

PARLAMENTAR

MPV - 205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00010

DATA	PROPOSIÇÃO				
11/08/2004	Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004.				
AUTOR	Nº PRONTIÁRIO				
DEPUTADA KÁTIA ABREU					
1 - SUPPRESSIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVA GERAL	
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	
TEXTO					

Inclua-se ao art 5º da Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004, a seguinte alteração na Lei 10.177, de 12 de janeiro de 2001:

Art. ____ O prazo estabelecido pelo § 3º do art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para o encerramento das renegociações, prorrogações e composições de dívidas amparadas em recursos dos Fundos Constitucionais, fica alterado para até cento e vinte dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei, inclusive sob a forma alternativa de que trata o art. 4º da referida Lei.

JUSTIFICACÃO

O objetivo deste novo artigo é o de reabrir os prazos de renegociação das dívidas dos fundos constitucionais inclusive na forma alternativa da Resolução 2.471, também conhecida no mercado como PESA (Programa de Saneamento de Ativos). Muitas operações originárias dos fundos constitucionais de financiamento, não negociadas ao abrigo da Lei 10.177, continuam com taxas juros e mais TJLP. A reabertura de prazos de renegociação contribuirá para redução da grande inadimplência de até 40% verificada principalmente no Banco do Nordeste do Brasil.

MPV - 205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00011

Data 12/08/2004	Propositor Medida Provisória n.º 205/2004
--------------------	----------------------------------------------

Assinante Deputado Odacir Zonta	Nº do protocolo
------------------------------------	-----------------

<input type="checkbox"/> Expressiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva	<input type="checkbox"/> modificativa	<input checked="" type="checkbox"/> alternativa	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------------------	----------------------------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

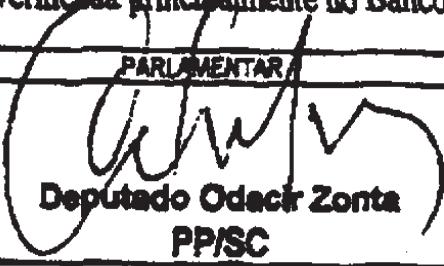
Inclua-se ao artigo 5º, da Medida Provisória 205, de 06 de agosto de 2004, a seguinte alteração na Lei 10.177, de 12 de janeiro de 2001:

"Art. 5º – ...O prazo estabelecido pelo § 3º do art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para o encerramento das renegociações, prorrogações e composições de dívidas amparadas em recursos dos Fundos Constitucionais, fica alterado para até cento e vinte dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei, inclusive sob a forma alternativa de que trata o art. 4º da referida Lei."

JUSTIFICATIVA

O objetivo deste novo artigo é o de reabrir os prazos de renegociação das dívidas dos fundos constitucionais inclusive na forma alternativa das dívidas dos fundos constitucionais inclusive na forma alternativa da Resolução 2.471, também conhecida no mercado como PESA (programa de Saneamento de Ativos). Muitas operações originárias dos fundos constitucionais de financiamento, não negociadas ao amparo da Lei 10.177, continuam com taxas de juros e mais TJLP. A reabertura de prazos de renegociação contribuirá para redução da grande inadimplência de até 40% verificada principalmente no Banco do Nordeste do Brasil.

PARLAMENTAR



Deputado Odacir Zonta
PP/SC

MPV - 205

00012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

proposito

Medida Provisória nº 205/04

autor

Deputado José Carlos Alstuta

Nº da proposta

1 X Expressivo 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICACAO

Dé-se ao art. 6º que modifica o §2º do art. 7º da Lei nº 9.126/95 a seguinte redação:

"§ 2º Os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, a que se refere o caput, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais com risco operacional de cinqüenta por cento ao respectivo Fundo Constitucional, cabendo igual percentual para o Banco da Terra no caso de seus beneficiários, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória em questão prevê que o financiamento de projetos envolvendo beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra será realizado por bancos oficiais federais com risco integral para o respectivo Fundo Constitucional.

Não nos parece ser essa a melhor opção. Não se pode admitir que o Tesouro Nacional assuma todo o risco no caso dos assentamentos para fins de reforma agrária, mesmo porque tais riscos são via de regra compartilhados conforme prevêem os diplomas legais que cuidam da matéria.

Assim, acreditamos que a integralidade do risco para o Tesouro Nacional na implantação de um programa específico, apesar de louvável, não se apresenta como a melhor solução.

PARLAMENTAR

MPV - 205

00013

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 13/08/2004	Propositor Medida Provisória n.º 205/2004
--------------------	----------------------------------------------

Autor LEONARDO MOURA VILELA	nº do proponente
---------------------------------------	------------------

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. Substitutiva	<input type="checkbox"/> 3. modificativa	<input type="checkbox"/> 4. Aditiva	<input type="checkbox"/> 5. <input checked="" type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

EMENDA ADITIVA

Inclua-se novo artigo 6ºA

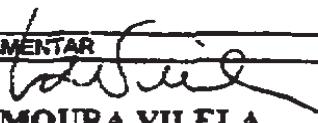
Art. 6º A - Fica assegurada a repactuação das dívidas enquadradas na securitização para produtores e suas cooperativas que de acordo com a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, Medida Provisória nº 2196-3, de 24 de agosto de 2001 e legislação correlata, aderiram à renegociação dos débitos, porém não conseguiram efetuar o pagamento das prestações até a data dos respectivos vencimentos.

Parágrafo Único - Ficam ainda assegurados aos mutuários, que vierem a aderir à repactuação, os encargos financeiros e os prazos de pagamento aplicados às operações contratadas pelos mutuários adimplentes.

JUSTIFICAÇÃO

Os produtores e suas cooperativas se encontram atualmente em situação financeira mais favorável do que na época de renegociação das dívidas. Diante deste cenário muitos mutuários que se encontram inadimplentes junto ao sistema financeiro poderão regularizar sua situação e passar a efetuar o pagamento de suas dívidas. Esta repactuação das dívidas beneficiará aos produtores e suas cooperativas, bem como o Tesouro Nacional, uma vez que a União terá depositado em seu caixa um crédito de difícil realização. Necessita-se, ainda, que na atualização do saldo devedor, seja aplicada a cobrança dos encargos financeiros debitados aos mutuários adimplentes uma vez que valores superiores inviabilizariam qualquer tentativa de regularização dos débitos.

PARLAMENTAR



LEONARDO MOURA VILELA
PP/GO

MPV - 205

00014

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposito			
	Medida Provisória nº 205/04			
autor	Nº de presentador			
Deputado José Carlos Abreu				
1. <input type="checkbox"/> supressiva	3. <input type="checkbox"/> substantiva	5. <input type="checkbox"/> Substantiva global		
2. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva			
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICACAO				

I - Dê-se à ementa da MP 205/04 a seguinte redação:

"Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995."

II - Dê-se ao art. 1º, caput a seguinte redação:

"Art. 1º Fica autorizado o pagamento de subvenção econômica ao Banco do Brasil S.A., sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para investimentos na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, lastreadas com recursos captados do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT."

III - Dê-se ao art. 2º, caput a seguinte redação:

"Art. 2º As operações de crédito a serem contempladas com a subvenção de que trata esta Medida Provisória terão as taxas de juros a seguir especificadas, segundo o porte de cada beneficiário, observados os critérios de classificação do tomador de crédito constantes da programação do FCO e do FNE para 2004."

IV - Dê-se ao art. 3º, caput a seguinte redação:

"Art. 3º A concessão de subvenção para equalização de taxas de juros, nos termos desta Medida Provisória, ficará limitada ao montante de operações de crédito de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), em contratações junto aos setores produtivos da Região Centro-Oeste e de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), em contratações junto aos setores produtivos da Região Nordeste, ambas até 30 de junho de 2005."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa ampliar o escopo da Medida Provisória, fazendo com que sua ação integre a parte mais carente do nosso país, o Nordeste. Para que a medida seja efetivada, aumentamos o valor da operação de crédito em um bilhão, para que essa seja efetivamente utilizada na Região Nordeste.

Vale ressaltar que a presente modificação do texto original não altera o objeto da presente Medida Provisória, mas na verdade amplia seu escopo, a fim de promover um desenvolvimento mais equânime para o país.

PARLAMENTAR

MPV - 205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00015

data 16/08/2004	proposito Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004			
<i>autor:</i> Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME		nº do procedimento 332		
<input type="checkbox"/> 1. Supressiva <input type="checkbox"/> 2. Substitutiva <input type="checkbox"/> 3. Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> 4. Aditiva <input type="checkbox"/> 5. Substitutiva global				
Páginas	Art.	Parágrafo	Inciso	Alineas
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Inclua-se onde couber na presente Medida Provisória o seguinte artigo:

Art. ... As parcelas vencidas e não pagas de operações alongadas ao amparo do § 5º do art. 5º, da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, alterada pela Lei nº 9.866, de 09 de novembro de 1999 e pela Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, poderão ser regularizadas observada as seguintes condições:

§ 1º. As prestações que estavam vencidas em 31 de outubro de 2003 passarão a ser corrigidas, a partir dos respectivos vencimentos até a data da repatriação, pelos encargos financeiros definidos no Art. 5º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

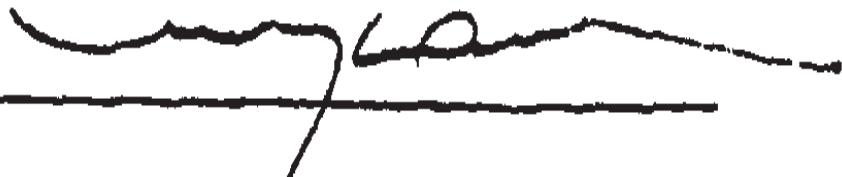
§ 2º. O saldo devedor apurado na data da repartição será alongado para pagamento em prestações, com parcelas iguais e sucessivas, em meses livremente pactuados entre os mutuários e credores, no último dia de cada mês, com vencimento pelo menos uma vez ao ano, sendo que a data da primeira prestação deverá ser até 120 dias após a publicação desta Lei e da última até 31 de outubro de 2025.

§ 3º. Após repactuado o saldo vencido, o saldo vincendo das operações alongadas de que trata o caput, passam à situação de normalidade, mantendo-se inalterados os prazos e condições pactuados nos contratos originais e aditivos posteriores."

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão deste artigo tem como objetivo atender aos produtores rurais inadimplentes com a securitização. Vale ressaltar que dos 186 mil contratos de securitização cerca de 56 mil encontram-se em atraso. Explica-se este grau de inadimplência vez que para participar do alongamento da securitização para pagamento em 23 anos, foi exigido a época o pagamento de 32,5% do valor da parcela, valor esse indisponível para muitos produtores.

PARLAMENTAR



MPV - 205

00016

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

proposito

Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004

editor

nº do protocolo

Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME

1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo integral

Página

Art.

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber na presente Medida Provisória o seguinte artigo:

Art. As parcelas vencidas e não pagas de operações alongadas ao amparo do § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, alterada pela Lei nº 9.866, de 09 de novembro de 1999 e pela Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, poderão ser regularizadas observada as seguintes condições:

§ 1º. As prestações que estavam vencidas em 31 de outubro de 2003 passarão a ser corrigidas, a partir dos respectivos vencimentos até a data da repactuação, pelos encargos financeiros definidos no Art. 5º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

§ 2º. O saldo devedor apurado na data da repactuação será alongado nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 3º. Após repactuado o saldo vencido, o saldo vincendo das operações alongadas de que trata o caput, passam à situação de normalidade, mantendo-se inalterados os prazos e condições pactuados nos contratos originais e aditivos posteriores.”

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão deste artigo tem como objetivo atender aos produtores rurais inadimplentes com a securitização. Vale ressaltar que dos 186 mil contratos de securitização cerca de 56 mil encontram-se em atraso. Explica-se este grau de inadimplência vez que para participar do alongamento da securitização para pagamento em 23 anos, foi exigido a época o pagamento de 32,5% do valor da parcela, valor este indisponível para muitos produtores.

PARLAMENTAR

MPV - 205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00017

DATA	PROPOSIÇÃO				
11/08/2004	Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004.				
AUTOR	Nº VERSÃO ATUALIZADA				
DEPUTADA KÁTIA ABREU					
1 - SUPLEMENTARIA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVA GERAL	
PARECER	ARTIGO	PARAGRAFOS	PARAISO	ALINHA	
TEXTO					

Inclui-se um novo artigo na Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, com a seguinte redação:

Art. ____ As parcelas vencidas e não pagas de operações alongadas ao abrigo do § 5º do art. 5º, da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, alterada pela Lei nº 9.866, de 09 de novembro de 1999 e pela Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, poderão ser regularizadas observada as seguintes condições:

§ 1º. As prestações que estavam vencidas em 31 de outubro de 2003 passarão a ser corrigidas, a partir dos respectivos vencimentos até a data da repactuação, pelos encargos financeiros definidos no Art. 5º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001;

§ 2º. O saldo devedor apurado na data da repactuação será alongado nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

§ 3º. Após repactuado o saldo vencido, o saldo vincendo das operações alongadas de que trata o caput, passam à situação de normalidade, mantendo-se inalterados os prazos e condições pactuados nos contratos originais e aditivos posteriores.

JUSTIFICACAO

A inclusão deste artigo tem como objetivo atender aos produtores rurais inadimplentes com a securitização. Vide ressaltar que dos 186 mil contratos de securitização cerca de 56 mil encontram-se em atraso. Explica-se este grau de inadimplência vez que para participar do alongamento da securitização, para pagamento em 23 anos, foi exigido à época o pagamento de 32,5% do valor da parcela, valor esse indisponível para muitos produtores.

DATA	/ /	ASSINATURA
-------------	-----	-------------------

MPV - 205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00018

data
16/08/2004proposição
Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004autor
Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAMEnº do protocolo
332

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutiva global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber na presente Medida Provisória o seguinte artigo:

"Art. O prazo estabelecido pelo § 3.º do art. 3.º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para o encerramento das renegociações, prorrogações e composições de dívidas amparadas em recursos dos Fundos Constitucionais, fica alterado para até cento e vinte dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei, inclusive sob a forma alternativa de que trata o art. 4º da referida Lei."

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste novo artigo é o de reabrir os prazos de renegociação das dívidas dos fundos constitucionais inclusive na forma alternativa da Resolução 2.471, também conhecida no mercado como PESA (Programa de Saneamento de Ativos). Muitas operações originárias dos fundos constitucionais de financiamento, não negociadas ao amparo da Lei 10.177, continuam com taxas juros e mais TJLP. A reabertura de prazos de renegociação contribuirá para redução da grande inadimplência de até 40% verificada principalmente no Banco do Nordeste do Brasil.

PARLAMENTAR

MPV - 205

00019

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

0001
16/08/2004proposta
Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004

Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME

nº da proposta
332

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutiva global

Página
01/02

Art.

Parágrafo

Inciso

Aílnea

TEXTO JUSTIFICACÃO

Inclui-se onde couber as seguintes alterações aos respectivos dispositivos do art. 7º da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, com as seguintes redações:

"Art. 7º

I -

t) bônus de adimplência de 30% (trinta por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, no caso das operações de custeio e investimento contratadas na região dos Fundos Constitucionais, e de 20% (vinte por cento) nas operações de custeio e investimentos nas demais regiões do País, sendo que na Região Nordeste, no Norte do Espírito Santo e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene, o bônus será de 70% (setenta por cento) para custeio e investimento; (NR)

II -

IV -

4. na Região Nordeste, no Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene, será concedido um bônus de adimplência de 70% (setenta por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento; (NR)

b)

I -

2. para aderir à reposição será dispensada contrapartida financeira por parte do mutuário na Região Nordeste, no Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene; (NR)

3. na Região Nordeste, no Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene, os mutuários que vierem a cumprir-se nessas condições farão jus a um bônus de adimplência de 10% (dez por cento) sobre cada parcela da dívida para até a data do respectivo vencimento; (NR)

MPV - 205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00020

DATA	PROPOSIÇÃO				
11/08/2004	Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004.				
AUTOR					Nº PRENTITÁRIO
DEPUTADA KÁTIA ABREU					
1 - SUPERATIVA		2 - SUBSTITUTIVA	3 - DICTATORIATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVA (GOMAI)
PÁGINA	ANTRIO	PARÁGRAFO	INÍCIO	ALÍNCIA	
TÍTULO					

Inclui-se artigo na Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, alterando o artigo 7º da Lei nº 10.886, de 2 de julho de 2003:

"Art. 7º

.....

I -

.....

b) bônus de adimplência de 30% (trinta por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, no caso das operações de custeio e investimento contratadas na região dos Fundos Constitucionais, e de 20% (vinte por cento) nas operações de custeio e investimentos nas demais regiões do País, sendo que, na Região Nordeste, no Norte do Espírito Santo e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene, o bônus será de 70% (setenta por cento) para custeio e investimento. (NR)

.....

II -

a)

4. na Região Nordeste, no Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene, será concedido um bônus de adimplência de 70% (setenta por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento; (NR)

b)

1.....

2. para aderir à repactuação será dispensada contrapartida financeira por parte do mutuário na Região Nordeste, no Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene; (NR)

§ 5º

II a parcela do saldo devedor apurado na data de repactuação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na região Nordeste, no Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene, poderá ser prorrogada pelo prazo de 10 (dez) anos, incluídos 2 (dois) anos de carência, observado o seguinte: (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, sancionada com base na Medida Provisória nº 114, de 31 de março de 2003, autorizou a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, especificamente aquelas contraídas no âmbito do PROCERA, do PRONAF e, dentro de certos limites, do FAP e dos Fundos Constitucionais.

Ao estabelecer o bônus de adimplência de setenta por cento, a Lei, pela redação dada pela Lei 10.823, indicou que este seria aplicável aos mutuários das "regiões do semi-árido, Norte do Espírito Santo e nos municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área da atuação da ADENE". Registre-se que a Lei 10.696, originalmente, previa tal benefício exclusivamente aos agricultores do semi-árido e do Norte do Espírito Santo.

Ao definir esta nova região de abrangência, a Lei cria inominável falta de equidade: não se pode conceber que as sofridas regiões ampliadas, além do semi-árido (referimo-nos às regiões de Minas Gerais e do Espírito Santo) possam ser mais inhóspitas, mais agressivas à produção agropecuária do que as demais regiões da Região Nordeste não compreendidas no semi-árido.

PARLAMENTAR

MPV - 205

00021

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
16/08/2004proposição
Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004autor
Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAMEnº do proponente
332 1. Supressiva 2. Substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutiva plena

Página Art. Parágrafo Inciso Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber na presente Medida Provisória o seguinte artigo:

"Art. . . O art. 12 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. . . Para efeito do disposto no Art. 2.º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, admite-se que a regularização das parcelas em atraso até 31 de março de 2004 ocorra mediante a contratação de nova operação realizada pelo mutuário, até vencido e vencido dia após a data de publicação da regulamentação desta Lei, observadas as seguintes condições

I – pagamento, em espécie, de dez por cento do saldo devedor em atraso;

II – refinanciamento em treze anos do saldo devedor remanescente, mediante repactuação vinculada à aquisição de Títulos Públicos Federais equivalentes a vinte inteiros e sessenta e dois centésimos por cento desse saldo remanescente, a serem dados em garantia ao credor;

Parágrafo único. Para as operações refinanciadas nos termos do inciso I, deste artigo, aplicam-se os benefícios previstos nos incisos I e II, do art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, sobre as parcelas de juros pagas até o vencimento.'

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste novo artigo é o de permitir a renegociação das dívidas dos da Resolução 2.471, também conhecida no mercado como PESA (Programa de Saneamento de Ativos). Permite-se a celebração de uma nova operação (PESINHA) agrupando-se o saldo devedor das prestações em atraso.

PARLAMENTAR

7. na Região Nordeste, no Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene, os mutuários que vieram a adimplir-se nessas condições farão jus a um bônus de adimplência de 40% (quarenta por cento) sobre cada parcela da dívida para até a data do respectivo vencimento. (NR)

§ 5º

II - a parcela do saldo devedor, apurado na data de repactuação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na região Nordeste, no Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene, poderá ser prorrogada pelo prazo de 10 (dez) anos, incluídos 2 (dois) anos de carência, observado o seguinte: (NR)

JUSTIFICACÃO

A Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, sancionada com base na Medida Provisória nº 114, de 31 de março de 2003, autorizou a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, especificamente aquelas contruídas no âmbito do PROCERA, do PRONAF e, dentro de certos limites, do FAT e dos Fundos Constitucionais.

Ao estabelecer o bônus de adimplência de setenta por cento, a Lei, pela redação dada pela Lei 10.823, indicou que este seria aplicável aos mutuários das "regiões do semi-árido, Norte do Espírito Santo e nos municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área da ação da ADENE". Registre-se que a Lei 10.696, originalmente, previa tal benefício exclusivamente aos agricultores do semi-árido e do Norte do Espírito Santo.

Ao definir esta nova região de abrangência, a Lei cria inominável falta de equidade: não se pode conceber que as sofridas regiões ampliadas, além do semi-árido (referimo-nos às regiões de Minas Gerais e do Espírito Santo) possam ser mais incômodas, mais agressivas à produção agropecuária do que as demais regiões da Região Nordeste não compreendidas no semi-árido.

DATA / /

SIGNATURA

FAR.CP/CIA/EXC/CD/AMR.DOC

MPV - 205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00022

DATA

11/08/2004

PROPOSIÇÃO

Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004.

AUTOR

DEPUTADA KÁTIA ABREU

Nº PROPOSTA/ARTIGO

1 - SUPRESIVA

2 - SUPLETIVA

3 - MODIFICATIVA

4 - ADITIVA

5 - INSTITUTIVO GERAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TRONTO

Inclui-se novo artigo na Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, com a seguinte redação:

Art. ____ O artigo 12 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Para efeito do disposto no Art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, admite-se que a regularização das parcelas em atraso até 31 de março de 2004 ocorra mediante a contratação de nova operação realizada pelo mutuário, até cento e vinte dias após a data de publicação da regulamentação desta Lei, observadas as seguintes condições:

I - pagamento, em espécie, de dez por cento do saldo devedor em atraso;

II - refinanciamento em treze anos do saldo devedor remanescente, mediante repactuação vinculada à aquisição de Títulos Públicos Federais equivalentes a vinte inteiros e sessenta e dois centésimos por cento desse saldo remanescente, a serem dados em garantia ao credor;

Parágrafo único. Para as operações refinanciadas nos termos do inciso II deste artigo, aplicam-se os benefícios previstos nos incisos I e II, do art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, sobre as parcelas de juros pagas até o vencimento".

JUSTIFICACÃO

O objetivo deste novo artigo é o de permitir a renegociação das dívidas dos da Resolução 2.471, também conhecida no mercado como PESA (Programa de Saneamento de Ativos). Permite-se a celebração de uma nova operação (PESINHA) agrupando-se o saldo devedor das prestações em atraso.

ASSINATURA

DATA / /

Nota Técnica nº 28/2004

Subsídios acerca da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004.

I – INTRODUÇÃO

Com base no ad. 62, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, que “*Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, acrescenta o ad. 6~A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e altera a redação do 20 do ad. 70 da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995*”

A presente Nota Técnica atende à determinação do ad. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o qual estabelece: “*o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da casa a que pertencer o relator de medida pra visória encaminhará aos titulares e á comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de medida provisória¹*”.

II – SÍNTSE E ASPECTOS RELEVANTES

A Medida Provisória nº 205/2004 autoriza o pagamento de equalização de taxas de juros ao Banco do Brasil, em operações de crédito para investimentos na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), lastreadas em recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Estabelece, ainda, que esses pagamentos poderão ser feitos antecipadamente, a valor presente, do montante devido ao longo das respectivas operações de crédito.

Dispõe a MP que essa autorização não se aplica aos financiamentos destinados à aquisição de máquinas e implementos agrícolas enquadrados no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras – Moderfrota ou na linha de crédito da FINAME Especial, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

A MP estabelece, por porte do tomador, as taxas de juros a serem cobradas nas operações de crédito, limitando a R\$ 1,00 bilhão o montante de operações que poderão contar com a concessão da subvenção.

De acordo com a Medida, o valor da equalização ficará limitado ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido do *dei credere* de até 4,6%aa a que fará jus o Banco do Brasil, e os encargos cobrados do tomador final do crédito, sendo que o risco operacional será integral do agente financeiro.

Ficará a cargo do Ministério da Integração Nacional, em articulação com o Ministério da Fazenda, a definição dos demais critérios, limites e normas operacionais para a concessão da subvenção.

III – COMPATIBILIDADE E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O art. 50 da Resolução nº 1, de 2002– CN, que “*Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o ad. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências*”, refere-se da seguinte forma ao exame de adequação orçamentária e financeira: “*O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.*”

A autorização de que trata a Medida Provisória em análise tem por escopo viabilizar a concessão de empréstimos para investimentos com recursos do FAT na área de abrangência do FCO, aos mesmos encargos praticados nas operações daquele Fundo Constitucional. Para garantir a remuneração do FAT, que é referenciada pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, a MP autoriza a União a conceder subvenção econômica de equalização de taxas de juros.

De acordo com a Exposição de Motivos Interministerial nº 6/2004 MI/MF, de 11 de março de 2004, que acompanha a MP, esse novo aporte de recursos se faz necessário em virtude da expressiva demanda por financiamentos para investimentos de longo prazo no Centro-Oeste, que supera as disponibilidades orçamentárias do FCO para este exercício.

Do ponto de vista do impacto financeiro e orçamentário, a EMI informa que o Poder Executivo pretende efetuar, ainda em 2004, o pagamento antecipado das despesas com equalização, que representariam cerca de R\$ 38 milhões (a valor presente), evitando pressões sobre orçamentos futuros. Segundo a EMI, esse valor já foi considerado na primeira avaliação bimestral de receitas do corrente exercício, não comprometendo, assim, o atingimento da meta de superávit primário estabelecida na Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 (LDO-2004).

Porém, na análise de adequação e compatibilidade deve-se considerar também o disposto no art. 16, §10, da LRF:

“5 P Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

– adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;” (grifos nossos)

Em função desse dispositivo, a criação dessa nova despesa depende, além da estimativa do impacto orçamentário e financeiro e da indicação da fonte de recursos que a custeará, da existência de dotação específica. Examinando a Lei Orçamentária para 2004 (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004), porém, verifica-se que não há dotação para a concessão da subvenção de equalização de taxas de que trata a Medida Provisória nº 205/2004, sendo necessária a abertura de crédito especial ou extraordinário.

Chama a atenção, por fim, o fato de a MP vedar a concessão de financiamentos para aquisição de má-

quinas e implementos enquadrados no Moderfrota, mas não impor restrições ao financiamento de investimentos que estejam abrangidos pelo Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional —Modermaq (criado pela MP 197/2004). Caso a vedação também se estendesse a este Programa, as estimativas de despesas com subvenção provavelmente seriam inferiores.

Esses são os subsídios.

Brasília, 13 de agosto de 2004.

Wellington Pinheiro de Araujo – Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira.

PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA, PROFERIDO NO PLENÁRIO DA CAMÂRA DOS DEPUTADOS

O SR. SANDRO MABEL (Bloco/PL-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer a todos os partidos a possibilidade de apresentarmos o relatório. Acho válido que o relatório tenha seu tempo, já que estava em fase de negociação. Recebemos o relatório apenas ontem, tiramos cópia e o enviamos hoje. Portanto, não tem as 48 horas necessárias.

Sr. Presidente, este é um assunto importante, sobretudo para o Centro-Oeste. A Medida Provisória nº 205 dispõe sobre a concessão de subvenção para a equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste.

A Região Centro-Oeste, notadamente, vem crescendo. O Fundo do Centro-Oeste não tem capacidade de contratar todos os investimentos, diferentemente do Fundo do Nordeste e do Fundo do Norte, que têm recursos que possibilitam a contratação de todos os valores demandados para investimento — às vezes até sobra algum dinheiro.

O Governo Federal, por intermédio do Presidente Lula, observou a necessidade de o Centro-Oeste ter uma taxa equalizada para contratar mais investimentos. A Medida nº 205 permite a equalização de juros para contratar financiamentos no Banco do Brasil com a taxa prevista no Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Esta Medida Provisória está adequada do ponto de vista de sua admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A adequação orçamentária da

Medida Provisória e das emendas também foi analisada. Das 22 emendas oferecidas, 15 foram rejeitadas por não apresentarem adequação financeira.

O exame do mérito de todas as emendas poderá ser constatado no próprio relatório.

A aprovação desta Medida Provisória é importante para a região Centro-Oeste, que vem crescendo e tem ajudado na nossa balança de pagamentos com a produção de grãos. A Medida visa, sobretudo, aumentar os investimentos na agricultura, na indústria e no beneficiamento de grãos.

É o relatório.

Somos favoráveis à Medida Provisória na forma do Projeto de Lei de Conversão em anexo. Em negociação com o Governo, aumentamos o valor dos recursos para permitir a contratação de operações demandadas até então. Para que isso se realize, o prazo estabelecido até o mês de junho foi prorrogado para dezembro. Com isso, a Região Centro-Oeste voltará a crescer e ajudará o Brasil a se desenvolver.

Nossos agradecimentos, em nome do Centro-Oeste, à Presidência, que espero permaneça por muito tempo na Casa; aos partidos que nos deram a oportunidade de relatar a Medida Provisória, e sobretudo ao Presidente Lula, que tem buscado o desenvolvimento e o progresso do País, do qual o Centro-Oeste faz parte.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA

COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA N.º 205, DE 2004

I - RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com base no que estabelece o art. 62 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional a presente Medida Provisória n.º 205, de 6 de agosto de 2004, que *"Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995"*:

A Medida Provisória n.º 205/04 autoriza o pagamento de subvenção ao Banco do Brasil, em operações de crédito, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, para investimentos na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), lastreadas em recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

A MP n.º 205/04 altera também dispositivos da Lei nº 10.177/01 e da Lei nº 9.126/95, normas legais que tratam da aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

A Comissão Mista constituída para emitir parecer sobre a matéria não se instalou. Dessa forma, o Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal encaminhou, por meio do Ofício n.º 720(CN), de 24 de agosto de 2004, o processo relativo à presente MP ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

II - VOTO DO RELATOR

II. 1 - ADMISSIBILIDADE, CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA

A admissibilidade das Medidas Provisórias tem sido vista nesta Casa como importante antecedente de sua constitucionalidade, conforme o

art. 62 da Constituição Federal, uma vez atendidos os pressupostos de relevância e urgência. Os requisitos constitucionais de relevância e urgência estão atendidos para a edição da Medida Provisória nº 205, de 2004. A principal providência legal constante da MP, qual seja a utilização de recursos do FAT para complementar os do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, em operações de crédito destinadas aos setores produtivos daquela Região, tem caráter transitório, estendendo-se até o dia 30 de junho de 2005 (art. 3º). Qualquer atraso, portanto, na implementação da medida acabaria por invalidar seus efeitos práticos, dado o curto período em que a norma vigerá, especialmente no que diz respeito à providência acima destacada. A relevância da matéria é inofismável, dada a sua repercussão positiva para um expressivo universo de produtores, no campo e nas atividades industriais e comerciais, dentre os quais sobressaem os de médio e pequeno porte, mais distantes das linhas tradicionais de crédito em face da própria escala em que operam.

A MP nº 205/04 não versa sobre matéria integrante dos atos de competência exclusiva do Congresso Nacional. Da mesma maneira, o seu conteúdo não contraria o disposto no § 1.º do art. 62 da Constituição Federal, que enumera os casos de vedação de edição de Medidas Provisórias. As matérias abordadas, como também as de que tratam as 22 Emendas apresentadas à proposição, assentam-se no ordenamento jurídico vigente, em especial no que estabelece a Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei nº 107, de 2001.

Votamos, assim, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 205, de 2004, bem como das Emendas que lhe foram apresentadas.

II.2 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA MP E DAS EMENDAS

II.2.1 - Adequação orçamentária e financeira texto de origem da MP

Compete-nos, com base no que estabelece o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002 - CN, avaliar o impacto das providências tomadas ao amparo da MP 205/04 sobre a receita ou a despesa pública, o atendimento das

normas fiscais vigentes, em especial sua conformidade com a LRF - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o Plano Plurianual (2004-2007) e com as Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária da União.

Como vimos, a proposição tem por principal finalidade viabilizar, até 30 de junho de 2005 - portanto, em caráter transitório - a concessão de empréstimos para investimentos com recursos do FAT, na área de abrangência do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, cabendo ao Banco do Brasil o risco integral nas operações aqui tratadas. Para tanto, a União fica autorizada a conceder subvenção econômica ao Banco do Brasil em tais operações para a cobertura das despesas administrativas e tributárias.

A MP prevê ainda que, nos financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento – FNO, FNE e FCO –, destinados a contratos para estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, beneficiários dos grupos "B", "A/C", Pronaf-Semi-Árido e Pronaf-Floresta, o risco nestas operações será assumido integralmente pelo respectivo Fundo regional, enquanto a remuneração do Agente Financeiro, destinada à cobertura de custos decorrentes das operações, será estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Examinando a Lei Orçamentária para 2004 (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004), verifica-se que não há dotação para a concessão da subvenção de equalização de taxas de juros de que trata a Medida Provisória nº 205/2004. Nada obstante, como as principais operações de financiamento aqui tratadas tiveram início a partir da data de edição da presente medida provisória, qual seja, 6 de agosto de 2004, presume-se que as repercussões financeiras para o Tesouro Nacional, no que diz respeito ao pagamento da respectiva subvenção econômica ao Banco do Brasil, somente ocorram no inicio do próximo ano. Isto porque, as normas que regem tais operações estabelecem que a instituição financeira, semestralmente, apurará a equalização dos juros, informando à STN até o dia 10 dos meses de julho e janeiro o seu valor. A comissão remuneratória é igualmente calculada no último dia útil de cada semestre civil, que no caso das presentes operações só produzirá efeitos no próximo exercício financeiro.

De qualquer forma, conforme vimos na Exposição de Motivos que acompanha a MP, o Poder Executivo pretende antecipar, ainda em

2004, o pagamento das despesas com equalização, estimadas em R\$ 38 milhões (a valor presente), para evitar pressões financeiras sobre orçamentos futuros. O valor, segundo a mesma fonte, foi considerado na primeira avaliação bimestral de receitas do exercício, não comprometendo, assim, as metas de superávit primário estabelecida na Lei nº 10.707/03 (LDO-2004).

Em face do exposto, não vemos maiores óbices à compatibilidade das medidas aqui propostas sob o ângulo orçamentário e financeiro.

II.2.2 - Adequação orçamentária e financeira das Emendas

Das 22 emendas apresentadas ao texto original da MP 205/2004 pelos senhores parlamentares, 15 delas estão incompatíveis com as regras fiscais vigentes, em especial com a Lei de Responsabilidade Fiscal. As Emendas provocam imprevisíveis pressões de natureza intertemporal sobre as contas públicas, sem a indicação de fontes de recursos ou de outras medidas compensatórias.

Relação das 15 Emendas à MP incompatíveis com as Regras Fiscais

Vigentes

Emenda 5 da Senadora Heloisa Helena	A emenda inclui linhas de financiamento que apresentam encargos inferiores àqueles previstos na MP e, ainda, com a possibilidade de concessão de bônus de adimplência. Na hipótese de se manter o valor global dos financiamentos em R\$ 1 bilhão, haveria elevação das despesas com equalização. A Emenda, porém, não apresenta estimativa de custos e medidas compensatórias.
Emendas 6 e 7 dos Deputados Antônio Carlos Mendes Thame e Odacir Zonta	As emendas incluem a autorização para concessão de bônus de adimplência. Na hipótese de se manter o valor global dos financiamentos em R\$ 1 bilhão, haveria elevação das despesas com equalização. As Emendas também não apresentam estimativas de custos e medidas compensatórias.
Emendas 10, 11 e 18 dos Deputados Kátia Abreu, Odacir Zonta e Antônio Carlos Mendes	As emendas reabrem prazos para refinanciamento de dívidas, sem estimativa dos custos envolvidos, sem a previsão da frustração de receitas e sem medidas compensatórias.
Thame	
Emenda 13 do Deputado Leonardo Moura Vilela	A emenda reabre prazos para refinanciamento de dívidas, sem estimativa dos custos envolvidos, sem a previsão da frustração de receitas e sem medidas compensatórias.

Emenda 14 do Deputado José Carlos Aleluia	A Emenda onera ainda mais as disponibilidades do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, ao dobrar o valor dos financiamentos a serem amparados pela subvenção de equalização de taxas de R\$ 1 bilhão para R\$ 2 bilhões. Não há, ainda, qualquer estimativa dos custos e medidas compensatórias.
Emenda 15 do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame	Com propósitos parecidos aos das anteriores, a emenda reabre prazos para refinanciamento de dívidas, sem estimativa dos custos envolvidos, sem a previsão da frustração de receitas e sem medidas compensatórias.
Emendas 16 e 17 dos Deputados Antônio Carlos Mendes Thame e Kátia Abreu	Como nos casos precedentes, as emendas reabrem prazos para refinanciamento de dívidas, sem estimativa dos custos envolvidos, sem a previsão da frustração de receitas e sem medidas compensatórias.
Emendas 19 e 20 dos Deputados Antônio Carlos Mendes Thame e Kátia Abreu	As emendas ampliam a área de concessão de bônus de adimplência prevista na Lei 10.696/2003. Porém, não há avaliação sobre o impacto financeiro, nem as respectivas medidas compensatórias.
Emendas 21 e 22 dos Deputados Antônio Carlos Mendes Thame e Kátia Abreu	As emendas reabrem prazos para refinanciamento de dívidas, sem estimativa dos custos envolvidos, sem a previsão da frustração de receitas e sem medidas compensatórias.

As 7 emendas restantes, entre as 22 apresentadas ao texto da Medida Provisória nº 205, de 2004, não têm qualquer óbice em relação à sua adequação orçamentária e financeira, o que não significa o seu acatamento quanto ao mérito.

II.3 – EXAME DE MÉRITO DA MP Nº 205/04 E DAS EMENDAS

A Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, amplia os recursos destinados a investimentos produtivos na Região Centro-Oeste, sob responsabilidade do Banco do Brasil, utilizando transitoriamente recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

A MP autoriza o pagamento de subvenção econômica de juros ao Banco do Brasil, em operações de crédito, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, para investimentos na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), lastreadas, como vimos, em recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

De acordo com a Exposição de Motivos Interministerial nº 6/2004 MI/MF, de 11 de março de 2004, que acompanhou a MP, o aporte de recursos se faz necessário em virtude da expressiva demanda por financiamentos

para investimentos de longo prazo no Centro-Oeste, que supera as disponibilidades orçamentárias do FCO para este exercício. Caber esclarecer, portanto, que a medida não se fez necessária ainda para as demais regiões beneficiadas com recursos dos Fundos Constitucionais.

Tal complementação, segundo o Governo, não é necessária nas demais regiões assistidas com recursos dos Fundos Constitucionais, onde a procura por financiamentos é atendida sem maiores problemas.

A MP nº 205/04 altera ainda a Lei nº 10.177/01 e a Lei nº 9.126/95, que tratam da aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, no que diz respeito a financiamentos ao agricultor familiar e aos assentados, nos programas de reforma agrária. Tais mudanças, informa a Exposição de Motivos Interministerial nº 6/2004 MVMF, estão associadas ao seguinte:

a) nas operações contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais, a partir de 1º de julho de 2004, envolvendo os grupos "B", "A/C", Pronaf-Semi-árido e Pronaf-Floresta, o risco será do respectivo Fundo Constitucional;

b) nas operações formalizadas com risco integral dos Fundos Constitucionais de Financiamento, no âmbito do Pronaf, as instituições financeiras farão jus a uma remuneração, definida pelo Conselho Monetário Nacional, destinada à cobertura de custos de operacionalização do Programa;

c) os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais, com risco para o respectivo Fundo Constitucional, nas condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Como vimos, a MP trata da concessão de empréstimos, até 30 de junho de 2005, para investimentos na área de abrangência do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, com recursos do FAT, estabelecendo ainda que cabe ao Banco do Brasil o risco integral nas operações.

Como as principais operações de financiamento aqui tratadas tiveram início a partir da data de edição da presente medida provisória, qual seja, 6 de agosto de 2004, presume-se que as repercussões financeiras para o Tesouro Nacional, no que diz respeito ao pagamento da respectiva subvenção econômica ao Banco do Brasil, somente ocorram no início do próximo ano. Isto porque, as normas que regem tais operações estabelecem que a instituição financeira, semestralmente, apurará a equalização dos juros, informando à STN até o dia 10 dos meses de julho e janeiro o seu valor. A comissão remuneratória é igualmente calculada no último dia útil de cada semestre civil, que no caso das presentes operações só produzirá efeitos no próximo exercício financeiro.

As operações de crédito a que se refere a presente MP terão taxas de juros semelhantes às estabelecidas nas operações financiadas com recursos dos Fundos Constitucionais, observados os mesmos critérios de classificação do tomador de crédito constantes da programação do FCO para 2004, quais sejam:

- I - médio produtor rural - taxa efetiva de juros de 8,75% a.a.;
- II - grande produtor rural - taxa efetiva de juros de 10,75% a.a.;
- III - média empresa - taxa efetiva de juros de 12,00% a.a.;
- IV - grande empresa - taxa efetiva de juros de 14% a.a.

A MP 205/04 exclui da autorização ali expressa apenas os financiamentos destinados à aquisição de máquinas e implementos agrícolas enquadrados no MODERFROTA - Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras ou na linha de crédito da FINAME ESPECIAL, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

O emprego de recursos do FAT, até o limite de R\$ 1 bilhão, aplicados em atividades produtivas no Centro-Oeste, até 30 de junho de 2005, pode ter algum impacto na geração regional de emprego e de renda, o que pode determinar algum alívio na demanda por seguro-desemprego na região. É de ciência ampla que o programa representa a mais importante parcela dos gastos

daquele Fundo. É sabido também que os recursos destinados ao FAT foram ampliados a partir de 2003, em face das mudanças na legislação do PIS/PASEP. As alíquotas da mencionada Contribuição foram majoradas em muitos casos e passou-se a ter a sua incidência sobre as importações. Sobre os empréstimos concedidos pelo FAT ao Banco do Brasil incidem, quando aplicados esses recursos nas operações a que se propõem, encargos equivalentes à TJLP, o que significa uma taxa em torno de 9,75% a.a.. Enquanto captados pelo BB e não aplicados, incidem juros equivalentes à taxa Selic. Cabe ressaltar, a esse respeito, que a equalização se faz jus apenas durante o período de aplicação de recursos.

Por isso, tomamos a liberdade, na condição de membro da bancada de parlamentares da Região Centro Oeste, de negociar junto às autoridades do Governo, envolvidas na discussão da presente medida provisória, o aumento dos recursos destinados àquela região para até um bilhão e oitocentos milhões de reais, razão pela qual estamos propondo o projeto de lei de conversão anexo, justamente para incluir em seu corpo a mencionada alteração, sem qualquer outra mudança na redação original da presente medida provisória.

A União concederá, como vimos, subvenção econômica ao Banco do Brasil na gestão dessas operações, a título de equalização de taxas de juros, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 8.427/92. O valor dessa equalização é limitado ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos (FAT), acrescido do ~~de~~ credere de até 4,6% ao ano a que fará jus o Banco do Brasil, e os encargos cobrados do tomador final do crédito, com o risco integral para o agente financeiro.

Semelhantemente ao que ocorre em situações análogas, o pagamento da subvenção econômica de que trata a MP pode ser antecipado a valor presente, tendo como referência o montante previsto para todo o período de vigência das operações.

Esclarece-se, por oportuno, que a subvenção econômica é constituída pela soma de 2 componentes em cada operação de financiamento, a saber:

a) o diferencial de taxas de juros entre o custo de captação dos recursos e os encargos financeiros cobrados do tomador final do crédito; e

b) a contribuição remuneratória a que faz juz a instituição financeira, de até 4,6%, no caso em pauta.

A subvenção econômica do Tesouro Nacional varia em função das taxas de juros de cada tipo de operação.

Admitindo-se, no caso da MP 205/04, como valor de referência a ser pago à instituição financeira, a título de remuneração pelos seus custos operacionais, o seu teto, qual seja, 4,6%, e aplicando-se o que descrevemos às operações de crédito com a maior taxa de juros (14%) e, ainda, admitindo-se como 9,75% a taxa média de captação de recursos junto ao FAT, teríamos o seguinte:

a) Diferencial de Taxas de Juros = TJLP - Taxa de Juros da Operação de Crédito

$$\therefore 9,75\% - 14\% = -4,25\%$$

b) Remuneração da Instituição Financeira = 4,6% (apenas como exemplo)

c) Subvenção do Tesouro Nacional (a + b) = $-4,25\% + 4,6\% = 0,35\%$.

Em relação às emendas consideradas adequadas do ponto de vista orçamentário, somos forçados a sugerir a sua rejeição pelos motivos a seguir expostos.

As Emendas 1 e 2, da Senadora Heleisa Helena, que estendem às regiões Norte e Nordeste a abrangência das medidas aqui examinadas, não se justificam porque as regiões Norte e Nordeste recebem outros benefícios à atividade produtiva de natureza fiscal que não são estendidos a todo o território da Região Centro-Oeste (apenas ao Estado do Mato Grosso e pequenas faixas ao norte do Estado de Goiás, que integram a Amazônia Legal). Cabe lembrar, ainda, que as condições de financiamento constantes da MP 205/04 não são mais vantajosas (não existe o bônus de adimplência, por exemplo) que aquelas da Lei 10.177.

A Emenda 3, do Deputado José Carlos Aleluia, que altera esta redação do § 1º do art. 1º da MP 205/04, estabelecendo que o pagamento da equalização de taxas de que trata o caput deste artigo será realizado em até 60 dias após a comprovação pelo Ministro da Integração Nacional da aplicação dos recursos pelos beneficiários do crédito. Não podemos concordar com a proposta, uma vez que a antecipação do pagamento da equalização dos juros às

instituições financeiras federais não se constitui novidade, já que se trata de uma prática adotada em situações semelhantes desde o governo anterior, a partir da autorização dada pelo art. 5º da Lei nº 8.427/92, na redação dada pela Lei nº 10.648/03. Tal prática tem como finalidade não onerar os próximos exercícios fiscais com o impacto das medidas aqui tratadas. No presente exercício, segundo vimos, os impactos de tal antecipação já foram considerados e não deverão trazer qualquer risco às metas de superávit fiscal estabelecidas para 2004.

A Emenda 4, do Senador Jonas Pinheiro, estende os financiamentos de que trata a MP aos casos de concessão de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, e de armazéns, com recursos captados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, cujas propostas, protocoladas no Banco do Brasil S. A., já tenham sido deferidas e contratadas até a data da publicação da MP 205/04, mas que ficaram pendentes por falta de recursos do FCO. Ao que parece, esta emenda não se faz necessária, uma vez que tais financiamentos não estão excepcionados entre os beneficiários dos recursos de que trata a presente MP. O § 3º do art. 1º da MP 205/04 exclui da autorização ali expressa apenas os financiamentos destinados à aquisição de máquinas e implementos agrícolas enquadrados no MODERFROTA - Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras ou na linha de crédito da FINAME ESPECIAL, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

A Emenda 8, da Senadora Heloisa Helena, estabelece que o risco operacional será integral do agente financeiro, que fará jus ao del credere de até três por cento ao ano, no qual estão incluídos os custos administrativos e tributários, e incidirão sobre os saldos devedores dos financiamentos, alegando que a subvenção econômica, a título de del credere, de até 4,6% ao ano, é bem acima aos 3% ao ano, estabelecido no texto da Lei 10.177 de 2000, a que têm direito os demais gestores dos Fundos Constitucionais.

Deve-se, no entanto, considerar que nas operações de financiamento de que trata a MP nº 205/04, o del credere é maior porque o risco é integral do Banco do Brasil. Nas operações a que se refere a nobre Senadora, prevê-se um del credere máximo de 3%, porque o risco é compartilhado entre o agente financeiro e o fundo, conforme podemos observar no teor do art. 6º da Lei 10.177/00, sobretudo a parte que destacamos abaixo:

"Art. 6º Em cada operação dos Fundos Constitucionais, contratada a partir de 1º de dezembro de 1998, excluída a decorrente da renegociação, prorrogação e composição de que trata o art. 3º, o risco operacional do banco administrador será de cinqüenta por cento, cabendo igual percentual ao respectivo Fundo.

Parágrafo único. Eventuais prejuízos, decorrentes de valores não liquidados em cada operação de financiamento, serão rateados entre as partes nos percentuais fixados no caput."

A Emenda 9. do Deputado José Carlos Aleluia, manda suprimir o art. 5º da MP, uma vez que o autor não concorda que no financiamento de pequenos agricultores familiares, realizado por bancos oficiais federais, o risco integral para o respectivo Fundo Constitucional. Na prática, no entanto, o que vem ocorrendo é que esse público-alvo não consegue os financiamentos pois não tem garantias à apresentar. Por isso, a proposta de retirar a parcela de risco que cabe aos agentes financeiros, pode vir a facilitar o acesso deste segmento aos recursos dos Fundos Constitucionais, reduzindo inclusive entraves e custos de ordem burocrática no controle de tais operações.

Adicionalmente, a MP, respectivamente em seus artigos 5º e 6º, prevê que nos financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento – FNO, FNE e FCO –, destinados a contratos para estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, beneficiários dos grupos "B", "A/C", Pronaf-Semi-Árido e Pronaf-Floresta, o risco nestas operações será assumido integralmente pelo respectivo Fundo regional, enquanto a remuneração do Agente Financeiro, destinada à cobertura de custos decorrentes das operações, será estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

A Emenda 12, igualmente do Deputado José Carlos Aleluia, que dá ao art. 6º da MP, que modifica o § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126/95, nova redação, estabelecendo que os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, a que se refere o caput, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de

agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais com risco operacional de cinqüenta por cento ao respectivo Fundo Constitucional, cabendo igual percentual para o Banco da Terra no caso de seus beneficiários, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito. A Emenda, não se justifica, em nosso entendimento, e deveria ser rejeitada pelas mesmas razões apontadas na rejeição à Emenda nº 9.

Em suma, parece-nos que a proposição revela-se compatível com o interesse público, especialmente em face das restrições financeiras do Fundo Constitucional do Centro-Oeste para atender a crescente demanda por recursos na região. Cumpre assinalar que a medida não apresenta uma pressão adicional para as contas públicas de grande monta, uma vez que o principal desembolso de recursos se realiza sob a modalidade de empréstimo com recursos do FAT, por um curto período de tempo, cujo resarcimento será de responsabilidade integral do Banco do Brasil, já que cabe àquela instituição financeira o risco total pelos financiamentos aqui tratados.

Em face do exposto, somos pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, bem como pela adequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 8, 9 e 12. No mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 205, de 2004, nos termos do projeto de lei de conversão anexo, bem como pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 8, 9 e 12.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2004.


Deputado SANDRO MABEL
PL/GO - Relator

MEDIDA PROVISÓRIA N° 205, DE 2004

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 31 de dezembro de 2005, acrescenta o art. 6º-A à Lei no 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei no 9.126, de 10 de novembro de 1995.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de subvenção econômica ao Banco do Brasil S.A., sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para investimentos na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, lastreadas com recursos captados do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

§ 1º O pagamento da equalização de taxas de que trata o caput deste artigo poderá ser realizado antecipadamente, a valor presente do montante devido ao longo das respectivas operações de crédito.

§ 2º O valor da equalização ficará limitado ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido do *dei credere* a que fará jus o Banco do Brasil S.A., e os encargos cobrados do tomador final do crédito.

§ 3º Exclui-se dessa medida a concessão de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas enquadrados no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras - MODERFROTA ou na linha de crédito da FINAME Especial, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º As operações de crédito a serem contempladas com a subvenção de que trata esta Medida Provisória terão as taxas de juros a seguir especificadas, segundo o porte de cada beneficiário, observados os critérios de

classificação do tomador de crédito constantes da programação do FCO para 2004:

I - médio produtor rural - taxa efetiva de juros de oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

II - grande produtor rural - taxa efetiva de juros de dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

III - média empresa - taxa efetiva de juros de doze por cento ao ano;

IV - grande empresa - taxa efetiva de juros de quatorze por cento ao ano.

Art. 3º A concessão de subvenção para equalização de taxas de juros, nos termos desta Medida Provisória, ficará limitada ao montante de operações de crédito de até R\$ 1.800.000.000,00 (um bilhão, oitocentos milhões de reais), em contratações junto aos setores produtivos da Região Centro-Oeste até 31 de dezembro de 2005.

Parágrafo único. O risco operacional será integral do agente financeiro, que fará jus ao credere de até quatro inteiros e seis décimos por cento ao ano, no qual estão incluídos os custos administrativos e tributários, e incidirão sobre os saldos devedores dos financiamentos.

Art. 4º Os demais critérios, limites e normas operacionais para a concessão da subvenção de que trata esta Medida Provisória serão estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional, em articulação com o Ministério da Fazenda, especialmente no que se refere aos procedimentos para pagamento da equalização de taxas.

Art. 5º A Lei no 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 6º-A. Nos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, a partir de 10 de julho de 2004, a beneficiários dos grupos "B", "A/C", Pronaf-Semi-árido e Pronaf-Floresta,

integrantes da regulamentação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, o risco será assumido integralmente pelo respectivo Fundo Constitucional.

Parágrafo único. Nas operações formalizadas com risco integral dos Fundos Constitucionais de Financiamento realizadas no âmbito do Pronaf, os agentes financeiros farão jus a uma remuneração, a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, destinada à cobertura de custos decorrentes da operacionalização do Programa." (NR)

Art. 6º O § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, a que se refere o caput, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais com risco para o respectivo Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito." (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, de 2004.


Deputado Sandro Mabel

Relator

Proposição: MPV-205/2004

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 09/08/2004

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro - Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, acrescenta o art. 6º A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e alterna a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.

Indexação: - Autorização, pagamento, subvenção econômica, Banco do Brasil, equalização, taxas, juros, encargos financeiros, operação financeira, créditos, investimento, área, (FCO), recursos públicos, (FAT), limitação, custo, captação de recursos, acréscimo, del credere, agente financeiro, classificação, tomador, empréstimo, fixação, valor, cobrança, encargo, beneficiário, médio produtor rural, grande produtor rural, média empresa, grande empresa, setor produtivo, Região Centro - Oeste, critérios, (MIN), (MF). - Alteração, lei federal, operação financeira, recursos públicos, (FNO), (FNE), (FCO), beneficiário, (PRONAF), Região Semi - Árida, Floresta, agente financeiro, remuneração, definição (CMN), cobertura, custo, contrato, financiamento, projeto, banco oficial, estruturação, assentamento rural, colono, trabalhador rural, sem - terra, benefício, Banco da Terra, riscos, Fundos Constitucionais.

Despacho:

25/8/2004 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário.

- PLEN (PLENÁRIO)

MSC 466/2004 (Mensagem) - Poder Executivo

Legislação Citada

Emendas

- MPV20504 (MPV20504)

EMC 1/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Heloísa Helena

EMC 2/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Heloísa Helena 

EMC 3/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Aleluia 

EMC 4/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Jonas Pinheiro 

EMC 5/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Heloísa Helena 

EMC 6/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Mendes Thame 

EMC 7/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Zonta 

EMC 8/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Heloísa Helena 

EMC 9/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Aleluia 

EMC 10/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Kátia Abreu 

EMC 11/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Zonta 

EMC 12/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Aleluia 

EMC 13/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Leonardo Vilela 

EMC 14/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Aleluia 

EMC 15/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Mendes Thame 

EMC 16/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Mendes Thame 

EMC 17/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Kátia Abreu 

EMC 18/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Mendes Thame 

EMC 19/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Mendes Thame 

EMC 20/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Kátia Abreu 

EMC 21/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Mendes Thame 

EMC 22/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Kátia Abreu 

Pareceres, Votos e Redação Final

- MPV20504 (MPV20504)

PPP 1 MPV20504 (Parecer Proferido em Plenário) - Sandro Mabel 

Originadas

- PLEN (PLENÁRIO)

PLV 52/2004 (Projeto de Lei de Conversão) - Sandro Mabel 

Legislação Citada **Última Ação:**

25/11/2004 - PLENÁRIO (PLEN) - A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 205-A/04) (PLV 52/04)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
9/8/2004	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação da Medida Provisória pelo Poder Executivo 
9/8/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Prazo para Emendas: 10/08/2004 a 15/08/2004. Comissão Mista: 09/08/2004 a 22/08/2004. Câmara dos Deputados: 23/08/2004 a 05/09/2004. Senado Federal: 06/09/2004 a 19/09/2004. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 20/09/2004 a 22/09/2004. Sobrestar Pauta: a partir de 23/09/2004. Congresso Nacional: 09/08/2004 a 07/10/2004. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 08/10/2004 a 06/12/2004.
25/8/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publique-se. Submeta-se ao Plenário. 
26/8/2004	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 27/08/2004.
23/9/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encerramento automático do Prazo de Medida Provisória - Art. 62 §6 CF.
6/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia.
6/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 14:05)
6/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 191/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
6/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 18:08)
6/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 192/04, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
7/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
7/10/2004	PLENÁRIO (PLEN)

Materia não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 192/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.

19/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Ordinária - 14:00)
19/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Materia não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 194/04, item 03 da pauta, com prazo encerrado.
19/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:03)
19/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Materia não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 196/04, item 03 da pauta, com prazo encerrado.
20/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Ordinária - 14:00)
20/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Materia não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 196/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
20/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:04)
20/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Materia não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 196/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
21/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Materia não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia por falta de "quorum".
26/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
26/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Materia não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 196/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
27/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Materia não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia por falta de quorum.
9/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.

9/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 196/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
10/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 10:00)
10/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia por falta de quorum.
10/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Ordinária - 14:00)
10/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 196/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
11/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
11/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 196/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
16/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia por falta de "quorum".
17/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 09:00)
17/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 197/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
17/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Ordinária - 14:00)
17/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 198/04, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
17/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 19:01)
17/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 198/04, item 01 da pauta, com

prazo encerrado.

18/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
18/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 198/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
23/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Ordinária - 14:00)
23/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 198/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
23/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 17:27)
23/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 200/04, item 03 da pauta, com prazo encerrado.
24/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
24/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 200/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
24/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 13:16)
24/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
24/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
24/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Designado Relator, Dep. Sandro Mabel (PL-GO), para proferir o parecer pela Comissão Mista do Congresso Nacional a esta MPV e às 22 Emendas apresentadas.
24/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Parecer proferido em Plenário pelo relator, Dep. Sandro Mabel (PL-GO), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e

urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária desta MPV e das Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 8, 9 e 12; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nº 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 e, no mérito, pela aprovação desta MPV, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e rejeição das Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 8, 9 e 12.

24/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a discussão por acordo dos Srs. Líderes.
24/11/2004	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhado à publicação - Avulso - Letra A - parecer do relator da Comissão Mista designado em Plenário
25/11/2004	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da PLENÁRIO publicado no DCD de 26/11/04, Letra A.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo Vice-Líder do PFL, Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, o Requerimento de sua Bancada que solicita a retirada de pauta desta MPV.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Em consequências, as Emendas de nºs 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 deixam de ser submetidas a votos, quanto ao mérito, nos termos do artigo 189, § 6º do RICD.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quanto ao mérito, em turno único.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 52, de 2004.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Em consequência fica prejudicada, na Câmara dos Deputados, a apreciação desta Medida Provisória e das Emendas a ela apresentadas.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final oferecida pelo Relator, Dep. Sandro Mabel (PL-GO).
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 205-A/04) (PLV 52/04)

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, que “Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, acrescenta o art. 6º-A, à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de outubro de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encenada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 4 de outubro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.126, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995

Dispõe sobre a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e centro-oeste e dos Fundos de Investimentos do Nordeste e da Amazônia e do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, e com recursos das Operações Oficiais de Crédito, altera dispositivos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

Art. 7º Os bancos administradores aplicarão dez por cento dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para financiamento a assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, instituído pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998. (Redação dada pela Lei nº 10.186, de 12-2-2001)

.....
 § 2º Os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Banco da Terra, a que se refere o **caput**, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais com risco para o respectivo Fundo Constitucional ou para o Banco da Terra no caso de seus beneficiários, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.186, de 12-2-2001) (Vide MPV nº 205, de 6-8-2004)

LEI Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001

MENSAGEM DE VETO Nº 20

Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

.....
 § 6º O disposto neste artigo não se aplica às operações em que tenham sido constatados desvio de recursos.

.....
O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT-RS) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of./Lid./nº 522/2004

Brasília, 25 de novembro de 2004.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Agnaldo Muniz – PPS/RO, como membro titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 225, de 2004, que “autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã.”

Atenciosamente, – Deputado **Júlio Delgado**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Continuando a lista de oradores inscritos, concedo

a palavra ao Senador Mão Santa por permuta com o Senador Alvaro Dias.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado da República, nossos agradecimentos ao Senador Alvaro Dias por nos ter cedido a vez, já que estamos enquadrados no art. 17 do Regimento Interno – ou seja, estamos inscritos por ordem de chegada, com prioridade.

Deus escreve certo por linhas tortas. Senador Mozarildo, ontem, rapidamente, fiz alguns comentários sobre estradas do Piauí, o que resultou em saudável debate aqui. Apenas o Senador Maguito Vilela defendeu o Governo; todos os outros comentaram as deficiências dos seus Estados. Alberto Silva, Senador pelo meu Piauí, superou-nos, porque mostrou como resolver. Passei a noite debruçado sobre o assunto. Senador Paulo Paim. A história se repete. Alguns anos atrás, fiz esse debate auxiliado pelo engenheiro piauiense Dr. Leal, que me advertiu. Tenho aqui a revista anual da Confederação Nacional de Transportes. O País deve agradecer a essa entidade e ao seu Presidente, a figura lúcida, cívica, dinâmica de Clécio Andrade. Passei a noite debruçado nisso, continuando o que fizera há um ano, para trazer a verdade. “Em verdade, em verdade, vos digo”, assim falava Cristo. Primeiro, lamento que o Senador Maguito Vilela não esteja aqui.

É preciso atentar para a importância das estradas na política do Brasil, este Brasil que teve rei, e esse rei viajava pouco. Ó Presidente Lula, atentai bem, escutai! Não escute só José Dirceu, de espírito cubano, de alma cubana e mentalidade cubana. Aqui, o homem do Piauí. O grande imperador Pedro II, somente aos 49 anos fez a sua primeira viagem à Europa. Atentai bem, Lula! Quarenta e nove anos! Ele foi, e, numa dessas viagens, sua mulher governou este País e fez o sonho dos negros: libertou os escravos. Ela, a mulher que já tinha feito a Lei Sexagenária. D. Pedro II manda uma carta, Senador Alvaro Dias: “Isabel, minha filha, o maior presente que se pode dar a um povo é uma estrada”! Atentai bem! Fomos felizes neste Brasil porque os dois homens que mais governaram foram grandes estadistas: Pedro II e o grandioso Getúlio, do Rio Grande do Sul.

Lula, inspire-se no gaúcho que pouco viajou; praticamente não saiu. Os outros, Franklin Delano Roosevelt, para não citar a fila, vinham aprender com o estadista Getúlio.

Atentai bem. Mas a carta dizia que estrada é o melhor presente que se pode dar a um povo. Depois, outro governante brasileiro, Washington Luís, dizia:

“Governar é fazer estrada”. E depois o nosso soridente e otimista médico-cirurgião, de Santa Casa como eu, que foi prefeitinho, governador e presidente, senador cassado, dizia: “Energia e transporte são prioridades”. Pronto! Estão aí três raciocínios que embasaram o debate ontem e que hoje também estamos discutindo.

Senador Mozarildo Cavalcanti, quase 75% das estradas brasileiras encontram-se em situação precária. Para ser mais preciso, 74,7%. Quatorze equipes percorreram 74.681 quilômetros, durante 90 dias.

O Senador Alberto Silva, batizado rei da estrada no Piauí, foi ontem muito generoso ao dizer que havia 36 mil quilômetros de estradas em condições precárias. Mas dizem que há muito mais, quase o dobro. A pesquisa constatou que 74,7% das estradas não estão em condições satisfatórias. A consequência disso é desastrosa. Senador Alvaro Dias, a média da velocidade das carretas é trinta quilômetros por hora. Há instantes em que é vinte quilômetros por hora. Essa demora na entrega da carga atinge o custo Brasil. Há também o risco de assaltos, o custo das peças danificadas. Essas são coisas materiais, Senador Paulo Paim, mas e as vidas? Por exemplo, o motorista vai desviar de um buraco, vem outra carreta bate nele e ele morre. Os acidentes aumentaram do ano passado para este ano. As mortes aumentaram, os assaltos aumentaram porque a bandidagem está aí. Este Governo não leu Bobbio, o Senador vitalício. O Professor. Bobbio, da Itália, disse que o mínimo que um povo espera de seu governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Isso fez aumentar os seqüestros de carro. Os caminhões vão devagar, os bandidos encostam, matam o motorista. Isso aumenta a violência, o custo Brasil, os riscos e a demora.

Hoje já não se vê, por exemplo, como na minha época de estudante, Paulo Paim, nos anos 60, o motorista parado na estrada, dormindo tranquilamente sob as estrelas. O motorista, hoje, só dorme em cidades, em postos guarnecidados. Isso tudo traz consequências.

Mas o pior de tudo – um depoimento aqui – “se pegássemos os recursos da Cide e aplicássemos o que é devido em infra-estrutura de transporte, teríamos dinheiro para solucionar grandes problemas.

A Cide é uma apropriação indébita e não há sinalização por parte do Governo de que isso vá mudar” Luiz Fernando Santos Reis, presidente do Sinicon – Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada.

Está havendo desvio. Arrecada a Cide... Desse imposto embutido no preço dos combustíveis para isso, não se aplicam 20%. Os recursos são desviados para pagar juros, são desviados para custear mordomia, são desviados para fazer caixa de campanha através dos DAS do pessoal, são desviados pela corrupção.

Essa é a verdade. Existe o dinheiro. O povo paga, Senador Alvaro Dias.

Vamos aos números.

O Sr. Alvaro Dias (PDT – PR) – Permite-me um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não.

O Sr. Alvaro Dias (PDT – PR) – Senador Mão Santa,...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Duda, 74.600km de rodovias federais já estão pavimentados, foram inclusive pesquisadas. Então, o que diz aqui o comentarista Alexandre Garcia?

“Por enquanto a política social que está dando certo é a econômica que, evitando a inflação, evita o mais cruel dos impostos”.

Isso porque a inflação tira o dinheiro dos pobres e dá aos que têm sobra para aplicar no banco. Isso é obra de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. O povo brasileiro tomou conhecimento disso. Nós fizemos o DNA. Não é coisa do PT, não. É porque ele está segurando a inflação.

Então, a política econômica pode estar certa, mas a carga fiscal é demasiada e será preciso cortar mais gordura do Estado inchado. Vai haver mais força para exigir, para discutir, para aplicação legal da Cide, por exemplo. Quer dizer, está havendo corrupção, o povo é enganado, é roubado mesmo, a CPMF... Não foi José Serra o melhor Ministro da Saúde, quem diz isso sou eu que sou médico. Foi Jatene, que se inspirou para criar a CPMF. Esta Casa se sensibilizou, mas ele é desviado, não foi para a Saúde. A Cide está aí. O gato comeu. São oito bilhões, mas eles aplicam 10%, 20%. Essa é a verdade.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem razão em protestar contra essa anarquia na aplicação dos recursos públicos. É claro que podemos discutir se a Cide é bitributação, se é tributação em cascata, se é uma tributação indevida, mas ela onera o cidadão contribuinte deste país, de um lado; do outro lado, há essa enganação. Os propósitos dessa receita não são alcançados pela ação administrativa do Governo. E V. Ex^a denuncia com correção. Esses recursos estão sendo desviados para pagamento de pessoal, para contribuir com o superávit primário do Governo, atendendo às imposições do Fundo Monetário Internacional, cuja bandeira foi ontem queimada em praça pública pelos aliados do Presidente Lula, inclusive integrantes da CUT, a central sindical que sempre lhe deu sustentação e continua a lhe dar sustentação no Governo, porque há uma enorme insatisfação em relação à aplicação dos recursos deste País. O Governo não estabelece as prioridades. Nem mesmo

recursos carimbados como os da Cide são aplicados corretamente. Quando o Congresso Nacional aprovou essa contribuição a mais, onerando o contribuinte, o fez imaginando que teríamos estradas conservadas no País para transportar as nossas riquezas e estamos chegando a um momento em que é possível até que o País plante, colha, venda e não consiga entregar depois. Essa é a situação, lamentável situação, resultante da incompetência administrativa. V. Ex^a mais uma vez presta um serviço, tentando sensibilizar o Governo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Álvaro Dias, agradeço a V. Ex^a o aparte e incorporo suas palavras ao nosso pronunciamento.

Quis Deus chegar a esta Casa a encantadora Professora, Senadora do PT, Fátima Cleide.

Buscava os dados que ontem eu informava, estão aqui, olha o Clésio Andrade*, Presidente da Confederação Nacional de Transportes.

Senadora Fátima Cleide, o que diz ele depois de um mês de pesquisas, com equipes em todas as estradas?

“O alerta está dado. Estudos da CNT apontam que 75% das rodovias têm deficiências graves. O transportador tem problema no escalamento de cargas”.

Mais grave, Senadora Fátima Cleide, é a realidade das estradas. O Presidente Lula é nordestino, é nosso irmão, mas ele fez uma lavagem cerebral com relação à realidade de São Paulo. As dez melhores rodovias estão em São Paulo, as dez melhores rodovias do Brasil estão em São Paulo. Agora, as dez piores... Por isso lamentei. Para mim, o meu Brasil é o Piauí. Das dez piores, Senador, três estão no meu Estado, o Piauí. Daí, ontem, o meu desabafo, o meu descontentamento: das dez piores, três estão no meu Estado.

A segunda pior liga Fortaleza a Picos. Senador Alvaro Dias, Senador Edison Lobão, essa é a segunda pior. Olha o paulistério: as dez melhores estão em São Paulo. Nunca antes ocorreu isso. Oh, Lula! Ouvi um conto, Senador...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – É que lá existe um bom Governador, Senador Mão Santa. Creio que o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio do Governador Geraldo Alckmin, substitui a ausência e a deficiência do Governo Federal e conserva as estradas.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Edison Lobão, recordo-me de um conto sobre determinado ministro chamado Dória. Apareceu a inveja dos outros

ministros, porque ele desaparecia. Ele era o conselheiro fiel do rei. Houve tantas acusações que o rei mandou seguir Dória. Era estranho. Depois voltou o "SNI" dele e disse: – "Olha, o homem vai para um lugarejo esquisito, uma fazenda esquisita – viu, Senador Paulo Paim? –, faz algumas voltas esquisitas e fica andando nessa fazendola. Não rouba nada do seu reino, majestade" – essa é a informação. Ele indagou, quis esclarecimento e Dória disse: "Eu apenas volto às minhas origens. Eu era pobre, numa fazendola. Vestia as roupas antigas e velhas para não me enfaidecer."

Lula, volte à sua origem porque nós não permitimos isto. Vossa Excelência é nordestino. É um grande homem nordestino.

As 10 melhores estradas estão em São Paulo; agora, das 10 piores, 3 estão no Piauí. Eu não aceito! Nós não aceitamos essa discriminação, principalmente porque o Piauí considerou demais o PT. A esperança Lula vendeu. Elegemos até um Governador do PT.

A segunda pior estrada, segundo consta de um trabalho sério da Confederação Nacional do Transporte, Senador Lobão, é a Fortaleza/Picos (BR-020). Picos é a São Paulo do Piauí. Basta dizer isso. A quarta pior, Teresina/Barreiras(Ba). Isso é para o Senador Antonio Carlos Magalhães: com tantos votos e está aí, é a quarta pior rodovia. A sétima pior: Araguaína(To)/Picos(Pi), novamente. Agora, a grande decepção foi a seguinte: São Paulo (com 75,7% ótimo ou bom) é o Estado com a melhor malha rodoviária, e Roraima (98,9% péssimo, ruim ou deficiente) tem a pior! Senadores Romero, Mozarildo, Botelho...

É isso o que queremos. Agora...

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Mão Santa, em verdade essas estradas brasileiras estão em péssima situação, e o que é pior, não há razão para isso. A Cide foi instituída exatamente para recuperar as estradas. Um colega de V. Ex^a, o Senador Alberto Silva, fez um estudo muito bem elaborado, demonstrando que a metade dos recursos da Cide é suficiente para restaurar todas as estradas. Todavia, não se utiliza quase nenhum centavo desse fundo, que se encontra no Ministério da Fazenda, no Tesouro Nacional, para cumprir sua destinação, que é a recuperação das rodovias brasileiras. Para aonde vai esse dinheiro? É estranho que isso aconteça no Brasil! Se não houvesse o dinheiro, ainda assim encontraria uma explicação, mas o estoque é superior a R\$10 bilhões! O estudo do Senador Alberto Silva demonstra que, com apenas R\$4 bilhões, todas as rodovias brasileiras poderão ser restauradas e recolocadas em situação muito boa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a este homem Senador da República, homem que

governou seu Estado, deixando saudade e que com Deus voltará.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Queria dizer o seguinte, traduzindo o sentimento de todos os motoristas – só direi um aqui para não cansá-los: sempre que pego a estrada, peço a Deus que olhe pela gente, por causa do risco de vida, dos assaltos, dos seqüestros. É o Piauí mesmo.

Ô Presidente Lula, chame um piauiense para o seu Ministério! A ditadura foi buscar João Paulo dos Reis Veloso para ser a luz. Dez anos de mando e nenhuma indignidade, nenhuma indecência, nenhuma imoralidade. O seu irmão, Raul Veloso, é *expert* em contas públicas.

Atentai bem ao que diz o piauiense:

...porém, é consenso que as PPPs não serão uma solução para a área de infra-estrutura de transporte, principalmente as rodovias. O problema é que o Governo não gasta. Levantamento feito pela Secretaria do Tesouro Nacional aponta que foram gastos, até julho, 19,89% do orçamento previsto para transportes. Em números absolutos, dos R\$4 bilhões, só 700 milhões.

Estão gastando de 10 a 20% da Cide, que, segundo Raul Velloso, é de R\$8 bilhões/ano. Dava, como provou ontem matematicamente Alberto Silva, para recuperar essas estradas em pouco tempo.

Mas ele diz:

...entendemos que a PPP não resolve o problema rodoviário, principalmente dos Estados como Roraima, onde não têm perspectiva de lucro as estradas. Essa questão tem que ser resolvida com recursos da Cide.

Raul Velloso manifesta o que o Senador Lobão disse: é o verdadeiro uso da Cide.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, a nossa reivindicação para o Governo brasileiro do Presidente Lula é no sentido que dê aquela importância que D. Pedro II deu às estradas, Washington Luiz, Juscelino, no seu significado desenvolvimento. Sobretudo, venho aqui em nome dos piauienses, que acreditaram ser Lula uma esperança de melhores dias.

Eu terminaria, para ser objetivo, citando as estradas ruins do Piauí: a BR-020, precária; novamente a BR-020 em outro trecho, precária, entre Francisco Santos e divisa com o Ceará; BR-135, entre Bertolínia e Manoel Emídio, ruim; BR-135, entre Manoel Emídio e Eliseu Martins, ruim; BR-135, entre Redenção do Gurguéia/Gilbués, ruim; Corrente (Ba), ruim; pista

dupla de Nazaré do Piauí a Oeiras, ruim; Piauí 230, Nazaré do Piauí a Floriano, ruim; BR-316, Gotoriano, divisa com Pernambuco, ruim; BR-343, ruim; Pedro II, divisa com o Ceará, ruim.

Sr. Presidente, são as reivindicações do povo do Piauí, que depositou toda confiança no Governo do PT. É hora de o Presidente da República mostrar gratidão, pois a gratidão é a mãe de todas as virtudes, dizem os filósofos.

O povo do Piauí saberá reconhecer a recuperação de suas estradas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide. V. Ex^a dispõe da palavra por 20 minutos.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a respeito do que falava o Senador Mão Santa das estradas do Brasil, eu gostaria de informar que no meu Estado, graças à seriedade com que tem sido conduzida a 22^a Unidade de Transporte e Infra-Estrutura naquele Estado, Regional Rondônia/Acre, o Governo Lula está conseguindo devolver a gratidão e o respeito que tiveram por ele os rondonienses.

Infelizmente, não conheço a realidade do Piauí. Com relação a São Paulo, sei que as estradas foram privatizadas à época do Governo Fernando Henrique Cardoso e que os paulistas pagam um preço bem salgado para transitarem naquelas estradas maravilhosas.

O que me traz aqui hoje, Sr. Presidente, é a marca da campanha do 25 de novembro deste ano: "Uma vida sem violência é um direito das mulheres". Dia 25 de novembro, ontem, portanto, deu-se início à campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência praticada contra as mulheres. Foi o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher, que tem como objetivo o fortalecimento da auto-estima das mulheres e seu "empoderamento" como condição para o fim da situação de violência a que estão submetidas milhares de mulheres brasileiras.

Dessa forma, entre os dias 25 de novembro e 10 de dezembro de 2004, os movimentos de mulheres, feministas e todos e todas que lutam em defesa dos direitos humanos, empenhar-se-ão na campanha "16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres".

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa modalidade de violência, é de bom tom que se registre, não é um fenômeno novo, nem tampouco existente apenas no Brasil. Ele perdura através dos séculos e em todas as sociedades.

Tratando dos quatro séculos, de XIV a XVIII, de "caça às bruxas", tempo de nossa história em que fo-

ram registradas estatísticas estarrecedoras de queima de mulheres, uma de nossas respeitadas feministas, Rose Marie Muraro, transcreveu trecho de um livro que confirma:

"A extensão das caça às bruxas é espantosa. No fim do século XV e começo do século XVI, houve milhares de execuções – usualmente eram queimadas vivas na fogueira – na Alemanha, na Itália e em outros países. A partir de meados do século XVI, o terror se espalhou por toda a Europa, começando pela França e pela Inglaterra. Um escritor estimou o número de execuções em seiscentas por ano para certas cidades, uma média de duas por dia, 'exceto aos domingos'. Novecentas bruxas foram executadas em um único ano na área de Wertzberg e cerca de mil na diocese de Como, na Itália. Em Toulouse, quatrocentas foram assassinadas em um único dia; no arcebispo de Trier, em 1585, duas aldeias foram deixadas apenas com duas moradoras cada uma. Muitos escritores estimaram que o número total de mulheres executadas subia à casa dos milhões, e as mulheres constituíam 85% de todos os bruxos e bruxas executadas.

Até hoje, entretanto, o planeta convive com a violência contra as mulheres, mal que tem práticas diferentes das daquele tempo e que, em muitas culturas, é plenamente aceito. Vide casos na África e em países asiáticos; uma situação diametralmente oposta à cultura de países como a Espanha, cuja Câmara de Deputados, em uma iniciativa pioneira do governo socialista de José Luís Rodriguez Zapatero, aprovou, em outubro último, projeto de lei que inibe a violência doméstica contra a mulher.

A decisão do parlamento europeu é uma demonstração incontestável de que muita coisa mudou ao longo dos séculos e também no Brasil. As Nações Unidas, por exemplo, na Conferência de Viena, realizada em 1993, definem violência contra a mulher como sendo:

Qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade seja na vida pública ou privada.

Aqui no Brasil, onde a violência contra as mulheres é responsável pela perda anual de 10,5% do Produto Interno Bruto, é graças à luta histórica de valorosas mulheres que, felizmente, temos leis nacionais, instalamos mecanismos como as delegacias especializadas e somos signatários de acordos internacionais voltados a inibir esse tipo de violência. E claramente manifesta-

mos ser a violência contra a mulher uma violação aos direitos humanos.

Exemplos? A Assembléia Geral das Nações Unidas de 1979, que adotou a Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, conhecida como a Lei Internacional dos Direitos da Mulher. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma agenda de ações a fim de acabar com a discriminação.

Já a Assembléia Geral das Nações Unidas de 1993 aprovou a Declaração da Eliminação da Violência contra a Mulher, o primeiro documento internacional de direitos humanos focado exclusivamente na violência contra a mulher. Esse documento afirma que a violência contra a mulher viola e degrada os direitos humanos da mulher em seus aspectos fundamentais de liberdade.

A Plataforma por Ação de Beijing, documento da Quarta Conferência Mundial da Mulher, chama a atenção dos governos a condenarem a violência contra a mulher e eliminarem alegações baseadas em tradições, costumes e religião como forma de desculpa por se manterem afastados de suas obrigações com respeito à Declaração de Eliminação da Violência contra a Mulher.

Não foi à-toa, por exemplo, que a Ministra Nicéa Freire, da Secretaria Especial de Promoção de Políticas para as Mulheres, apresentou à 12ª Reunião Especializada da Mulher do Mercosul – REM, propostas de ações conjuntas para o combate à violência contra as mulheres e ao tráfico de seres humanos.

O evento realizado no Rio de Janeiro reuniu Ministras, Embaixadoras, e Representantes de Organizações Não Governamentais da Argentina, Paraguai, Peru, Chile, México, Venezuela, Equador, Uruguai e Bolívia, além do Brasil. Todas as representações debateram o combate à violência de gênero e a “Cooperação Fronteiriça”, em busca de um consenso em torno de conceitos referentes à igualdade de homens e mulheres.

Como disse nossa Ministra naquela oportunidade, as mulheres são as principais vítimas do tráfico de seres humanos no Brasil, atingindo o índice de 80%. O Brasil e os demais países deverão engajar-se na apresentação de propostas que vão contribuir com o plano de ação para o combate à violência contra as mulheres.

O Governo Lula avança quando, por meio de portaria, institui o Serviço de Notificação Compulsória na rede pública e privada de saúde nos casos de violência contra a mulher. Só quem sente a dor de ser violentada sabe o quanto isso é importante. Por essa portaria, resultado do esforço da Bancada Feminina

no Congresso Nacional em conhecer esta realidade, o Governo considera o fato de que a notificação dos casos de violência contra a mulher ao Sistema Único de Saúde permitirá dimensionar a magnitude do problema, caracterizar as circunstâncias da violência, retratar o perfil das vítimas e dos agressores. Contribuirá assim, Sr. Presidente, com a produção de evidências para o desenvolvimento de políticas e atuações governamentais em todas as esferas para enfrentamento dessa situação.

A bem da verdade, pensando a mulher como sujeito social, que tem o direito de viver livre da violência, chama a atenção de todos nós, homens e mulheres, legítimos representantes do povo brasileiros, espalhados em cada uma das unidades da federação e digo que não dá mais para continuarmos a assistir nos jornais de cada dia as estatísticas mostrarem o aumento gradativo da violência contra a mulher.

Basta de violência doméstica e de gênero! Faço esse apelo com base no aumento dos números de denúncias de agressão colhidos junto às delegacias de mulheres existentes em meu Estado, Rondônia; todas elas vítimas da violência doméstica e sexual, uma violência, que, pelos números de 2003, superaram a casa dos mil casos num Estado cuja população atinge a cifra de 1.400.000 habitantes.

Nesse ritmo, vamos fechar o ano de 2004 com o sofrimento de muitas outras mulheres, mães de família, pondo mais tinta na mancha vergonhosa da violência da violência doméstica e sexual, o que não pode mais ficar embaixo do tapete.

No panorama nacional, o número é espantoso. Boa pesquisa da Fundação Perseu Abramo, feita em outubro de 2001 e revista em março do ano seguinte, vale ainda para os dias de hoje. A pesquisa se intitula “A Mulher Brasileira nos Espaços Privado e Público”: como vivem e o que pensam as brasileiras do século XXI”. A Pesquisa revela que de 61,5 milhões de mulheres com 15 anos ou mais, 11% já foram vítimas de espancamento.

O percentual indica que 6,8 milhões de brasileiras foram agredidas ao menos uma vez. Entre as mulheres que admitiram o espancamento, 31%, Sr. Presidente, declararam que a última vez que isso ocorreu foi no período dos 12 meses anteriores.

Com base nisso, prevê-se que, no mínimo, 2,1 milhões de brasileiras são espancadas por ano – ou no ano de 2001, período da pesquisa –, 175 mil por mês, 5,8 mil por dia, 243 por hora, quatro por minuto e uma a cada a cada 15 segundos!

A pesquisa entrevistou 2.502 mulheres estratificadas em cotas de idade e em áreas urbana e rural distribuídas em 187 municípios de 24 Estados, revelan-

do também que o índice de violência sexista aumenta quando estimuladas pela citação de diferentes formas de agressão, dentre as quais ameaças com armas e cerceamento do direito de ir e vir, agressões físicas, estupro conjugal ou abuso e violência psíquica.

Essa situação precisa ser sistematicamente mostrada por todos nós. É o que faço agora. Um exemplo de como podemos mostrar à sociedade brasileira o que acontece com as mulheres é a participação do Movimento Articulado de Mulheres na Amazônia (Mama) – do qual tenho a honra de pertencer – no III Fórum da região Norte de Assistência às Mulheres em Situação de Violência Sexual e Doméstica, que se realiza hoje e amanhã na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

Sob a coordenação de Benedita Nascimento e Concita Maia, valorosas militantes dos direitos humanos das mulheres na Amazônia, o grupo de trabalho irá avaliar os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência e a atuação das redes da região amazônica.

Em Porto Velho, ontem, foi realizada uma caminhada pela paz e defesa do direito das mulheres, e à noite, na Casa Amparo, uma casa que criamos para ser o centro de referência às mulheres violentadas, uma vigília pela paz se estendeu até a meia-noite.

Contudo, Sr^{as}s e Srs. Senadores, apesar de todos os avanços, ainda há muito a fazer e muitos desafios a enfrentar para a superação da desigualdade entre homens e mulheres e para a real melhoria da qualidade de vida das mulheres.

Da parte de nosso querido Partido, o Partido dos Trabalhadores, as iniciativas vão sendo colocadas em prática.

Informo, por oportuno, que nosso prefeito eleito na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, companheiro Roberto Sobrinho, destaca como uma de suas ações prioritárias a coordenação de uma coordenadoria de mulheres em sua administração, como estão sendo também criadas coordenações por todos os Municípios e capitais onde elegemos prefeitos.

Teremos, assim, a garantia de implementação de políticas públicas voltadas a promover a equidade de gênero, particularmente na defesa daquelas que vivem em situação de violência.

A partir desse instrumento de democracia de gênero, virão a instalação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM) e a implementação do microcrédito para as mulheres chefes de famílias, contingente que chega hoje a 37% da população de Porto Velho.

Por fim, Sr^{as}s e Srs. Senadores, deixo aqui um registro deste dia, com uma poesia de poeta que é si-

nônimo de orgulho para nossa querida região e nosso País, o amazônida Thiago de Melo:

Valeu a pena

“Já escrevi versos de brasa
para defender a vida
ferozmente degradada
do homem, animal que ama
e que por isso é mais belo
do que a estrela da manhã.
Muitos versos que escrevi
Se abraçam com a vida
De gente que não me sabe
Da vida e a quem jamais vi.
Puro acaso, dou com alguém
Que me trata como irmão.
Certa manhã lusitana,
Um casal me abraça rindo
E conta que namoraram
Na praça lendo meus versos.
“Nosso filho tem seu nome”.
Para que negar que é bom?
O bom te afaga fugaz.
Depois, um medo danado.
Não viverei para ver
O homem que eu quero ser.
No amanhecer de uma cela, já faz tem-

po,
Um operário, na parede suja,
Gravou, já machucado, mas contente,
Dois versos que escrevi para servir
À vida do meu povo: “Faz escuro,
Mas eu canto, a manhã já vai chegar”.
Não me envaideço; padeço
De uma responsabilidade
Que me fere e que me exige ser capaz
de mais amor.

E de trabalhar melhor.
Nem me orgulhei, quando ouvi,
(sempre que lembro, estremeco)
meus simples versos de amor
renascidos como flor
da mão de Cláudio Santoro
espalhados pela praça dos Três Poderes,
cantata de grande orquestra e coral.

Valeu a pena. Escrevendo,
Caboclo de Barreirinha,
Fiz cantando a minha parte.”

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Passamos a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.
S. Ex^a dispõe da palavra por 20 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, só uma razão justifica a presença constante na tribuna: a esperança de repercutir as expectativas da população, a certeza de ser porta-voz daquilo que gostaria de dizer à população e não pode.

Certamente muitos nos condenam pela persistência da crítica, pela obstinação da tarefa oposicionista que procuramos exercitar com absoluta franqueza. E muitos entendem ser demais, outros imaginam não ser respeitoso criticar diretamente o Presidente da República como tenho feito. Não é porque me lembro da afirmação de Jânio Quadros, que disse certa feita que, quando o cachorro te morde, não se deve morder o cachorro, mas o dono do cachorro. Sem mordidas, não somos afeitos a mordidas.

Mas quero crer que essa inspirada afirmação de Jânio Quadros pode servir de parâmetro no que diz respeito à responsabilidade do Presidente da República em relação aos erros ou à incompetência da sua equipe. Se a equipe é incompetente, é lamentavelmente incapaz de gerenciar recursos públicos e aplicá-los na busca de benefícios para a sociedade brasileira, a responsabilidade maior é do Presidente da República. Afinal, quem escolhe é o Presidente. Se o Ministro erra, o Presidente é responsável, já que coube a ele a escolha do Ministro para exercer determinada função. É por isso que a nossa crítica é dirigida sempre ao Presidente da República em primeiro lugar. Ele comanda, ele é o líder do processo, ele naturalmente aufera os louros da vitória quando bem sucedido em ações administrativas e a ele se devem debitar também os fracassos do Governo e sobretudo dele deve se cobrar a mudança de rumo que se exige para que o País possa caminhar na direção de um futuro melhor.

É por isso que Jânio de Freitas, em artigo memorável, conclui afirmando: “Esse Lula, que temeu ir ao velório de Celso Furtado, para a homenagem que ficou devendo, todos os dias faz o velório do outro Lula, aquele a quem Celso Furtado homenageou com o apoio da esperança que teve por toda a vida. Levou-a inatendida”.

Agora, o Presidente da República, que despertou esperanças, que realimentou sonhos de vida digna de milhões de brasileiros, acena com a possibilidade de mudar de rumos. Certamente, obtendo a confiança ainda de boa parte da população brasileira.

Quando fala em reforma ministerial desperta esperanças. E o Presidente é, sem sombra de dúvidas, o campeão no despertar de esperanças, no gerar expectativas. E, lamentavelmente, acaba sendo campeão também de frustrações, porque as expectativas gera-

das não são alcançadas e a frustração é decorrência do insucesso.

Agora, o Presidente alimenta a esperança de que com a reforma do Ministério haverá eficiência administrativa. Mas não vejo como possa o Presidente da República ser feliz e alcançar esse objetivo quando, em jantares e almoços que se repetem, negocia com partidos aliados a composição da nova equipe que pretende oferecer ao País para nos governar. Privilegia a acomodação política em detrimento da deficiência, da qualificação técnica, da probidade, inclusive. E esse não é o caminho para quem quer mudar os rumos do Governo.

O Presidente da República continua adotando sua falação já conhecida, marcada por otimismo e, repito, pela geração de expectativas. Ainda ontem, o Presidente da República extrapolou em sua falação habitual, ao inaugurar a ampliação da Usina de Tucuruí. E é bom dizer que se trata apenas de inauguração de ampliação, porque Turucuí já foi inaugurada há muitos anos. Durante a campanha eleitoral, o Presidente da República, no Paraná, inaugurou obras já inauguradas, e inaugurou também obra inacabada, utilizada para justificar a presença do Presidente da República na campanha eleitoral. Assim, ao inaugurar, ontem, a ampliação da Usina no Pará, o Presidente da República lançou novas expectativas e afirmações bombásticas sem respaldo técnico que as assegure. Não há como nos convencer de que o prometido e anunciado pelo Presidente se concretize, porque, lamentavelmente, durante dois anos, nós aprendemos que o Presidente fala mas não consegue sustentar.

Vejam as afirmações do Presidente: “O País já iniciou um período de desenvolvimento sustentado, deixando para trás a fase de aventuras e inconsistência no crescimento.” Ao se referir ao novo modelo do setor elétrico, uma incógnita ainda – não há como afirmar que esse modelo será bem sucedido –, Lula descarta apagões e racionamentos de energia, “página virada da nossa história”, segundo ele, além de fazer verdadeira apologia sobre o novo modelo de setor elétrico brasileiro.

As afirmações ficam na contramão das ações porque não há investimentos suficientes no setor de energia elétrica do País para nos assegurar essa tranquilidade vendida pelo Presidente Lula. Não, não há. Necessitáramos R\$20 bilhões em investimentos, por ano, no setor de energia elétrica, e não estamos alcançando esse patamar. Estamos distanciados dessa realidade de investimentos.

Não é só no setor de energia elétrica, mas no setor de infra-estrutura de modo geral. Em aparte ao

brilhante pronunciamento do Senador Mão Santa referimo-nos a esse ato.

Vivemos num País que produz muito, que sabe produzir, mas corre o risco de plantar, colher, vender e não poder entregar, em decorrência desse apagão no setor de infra-estrutura do País, consequência da ausência dos investimentos necessários. Todos sabemos que são necessários US\$20 bilhões de investimentos por ano. No ano passado, os investimentos chegaram a US\$14 bilhões, mas neste não suplantaram a casa dos US\$6 bilhões.

Ainda ontem, próprio Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, afirmava que são necessários R\$40 bilhões. S. Ex^a foi muito modesto. Necessitamos mais para que o País atenda às suas expectativas de crescimento econômico, alavancado pela capacidade de produzir da população brasileira.

Um outro capítulo cuja história não é bem contada pela propaganda do Governo é o do emprego em nosso País. As estatísticas do Governo não levam em conta estudos como o do economista professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e diretor do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, André Urani, que afirma que os números divulgados pelo Ministério do Trabalho dando conta da maior criação de vagas formais da história não justificam qualquer euforia. Segundo ele, apenas 33% dos chefes de família em nosso País estão no mercado de trabalho formal. Ou seja, 67% continuam na informalidade.

Há um esforço do Governo, que aplaudo, de transferir o cidadão da informalidade para o exercício pleno da cidadania, com a garantia de seus direitos, consagrados na legislação do País, pela obtenção da carteira de trabalho, pois sem ela o indivíduo se torna um cidadão de segunda classe. E há um esforço sim do Ministério do Trabalho no sentido de transformar cidadãos que atuam com emprego na economia informal em cidadãos oficialmente empregados, por meio da documentação legal. E é por isso que as estatísticas anunciam um crescimento do emprego no País. O crescimento é irreal, portanto, porque o que há é o crescimento do número de carteiras assinadas, muito superior ao de empregos gerados.

E também é bom considerar – repito o que já afirmei em outras oportunidades – que parcela significativa dos empregos gerados este ano deve-se ao desemprego proporcionado por demissões que exorbitaram no ano passado. Trabalhadores foram demitidos no ano passado e contratados este ano com salários inferiores, o que produziu a maior queda de renda verificada no País, nos últimos seis anos: aproximadamente 7,2%.

O Presidente só faltou se referir ao “espetáculo do emprego” e comemorou o recorde dos empregos formais. Portanto, Presidente, menos comemoração e mais ação. Estamos muito longe de alcançar as metas propostas por Vossa Excelência, que estabeleceram, durante a campanha eleitoral, na esteira da esperança popular, a promessa de dez milhões de novos empregos no País. Estamos muito distantes dessa meta, Senhor Presidente.

Esse é o Governo dos espetáculos, como o espetáculo do crescimento, ao qual não pudemos assistir, e tantas outras pérolas concebidas pelo *marketing* oficial do PT. Por exemplo: “Este País nunca sofrerá apagão por falta de energia”. Esperamos que seja verdadeira essa afirmação do Presidente Lula, mas para que seja verdadeira é preciso que os investimentos sejam retomados no patamar que se exige para atender à demanda de energia elétrica no País.

É bom alertar agora, Senador Mão Santa, antes que seja tarde. É bom que o Governo estabeleça prioridades. Não conhecemos ainda o caminho que quer trilhar o Governo do Presidente Lula. Não conhecemos os seus planos concretos, a sua proposta de governo. A única proposta que se conhece no País é a do superávit primário imposto pelo Fundo Monetário Internacional, que resulta numa política de escassos investimentos, contrapondo-se a uma política de receita exorbitante, já que neste ano o Governo conseguiu um aumento nominal da receita da ordem de 18%. Apesar disso, os investimentos públicos não ocorrem. Ao contrário disso, eles estão retraídos, estão comprimidos, estão, lamentavelmente, abandonados.

Apenas como detalhe, o Presidente Lula não pôde ligar as quatro novas turbinas que estavam sendo inauguradas porque não havia água suficiente na represa para gerar energia. A cota de água está em 60 metros de altura e são necessários pelo menos 70 metros para poder colocar as turbinas em funcionamento.

Esses também são indícios do risco, que sempre há, de escassez de energia no País. O próprio Presidente viu, na localidade da inauguração das quatro turbinas, o que pode ocorrer eventualmente, o que não desejamos. Mas, evidentemente, não é possível que se aposte de forma absoluta que não teremos “apagões” no futuro sem realizar os investimentos que o setor requer.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, Deus escreve certo por linhas tortas. V. Ex^a não foi eleito recentemente Governador do Paraná porque V. Ex^a tinha que estar na tribuna do Senado Federal. Sem dúvida nenhuma, V. Ex^a foi um grande ícone das forças oposicionistas da democracia que vivemos e,

com certeza, muito importante na conquista da Prefeitura da capital do seu Estado. O Presidente Lula tem que ler **Hamlet**, em que Shakespeare diz: palavras, palavras, palavras. Não vemos resultado. Aprendi, no meu Piauí, que um quadro vale por dez mil palavras. Há um ensinamento de Confúcio que diz que é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. Tenho em mãos, Senador Paulo Paim, o jornal **Correio Braziliense**, um dos melhores jornais do Brasil. Que se cuidem os jornais tradicionais de São Paulo e do Rio de Janeiro! Diz o **Correio**, em sua primeira página, em manchetes que mostram o quadro do Brasil: "Renda do brasiliense – esta ilha da fantasia – cai 40% em sete anos", que tem como subtítulo "Pesquisa revela aumento do contraste entre ricos e pobres do DF"; "Violência no trânsito"; "Seqüestro-relâmpago"; "Vaias e prisões", tratando das manifestações de ontem dos sem-terra e dos sindicalistas; "Combustíveis já estão mais caros"; "Entidades cobram abertura de arquivos", os arquivos da ditadura; e "Deputados aumentam verbas eleitoreiras". Essas manchetes são a tradução de um país intranquilo, de um país que está sem rumo e sem comando.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É o país dos jantares e almoços na Granja do Torto, do futebol de final de semana e da anarquia administrativa, lamentavelmente.

Perdoem-me aqueles que me acusam de radicalizar na crítica. Constantemente ouço aqueles que não compreendem essa postura, mas creio estar cumprindo o meu dever no Senado Federal. Ai do país sem oposição, sobretudo do governo sem oposição, porque sequer poderá ter conhecimento dos erros que comete se apenas louvado constantemente pelos áulicos que se acercam do poder e dos palácios governamentais.

Senador Mão Santa, ainda ontem a Medida Provisória nº 204 trancou a pauta do Senado Federal. O que pretende essa medida provisória? Ela autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária ao Paraguai para dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido num supermercado em Assunção em 1º de agosto deste ano.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, é claro que temos de ser solidários, humanos e sensíveis, mas a obrigação de ajudar os nossos irmãos do Paraguai não pode impedir que o Senado Federal vote matérias de muita importância para os nossos irmãos brasileiros. Em detrimento deles, estamos tentando ajudar o Paraguai e, com isso, atravancando a pauta do Senado Federal, porque o Governo usa a medida provisória como arma para governar.

Já que o Presidente da República encaminha essa medida provisória, eu gostaria que Sua Excelência es-

tabelecesse como contrapartida um respeito maior aos brasileiros que vivem no país-irmão Paraguai.

Ainda recentemente, o Presidente paraguaio foi à televisão e anunciou que poderia tomar as propriedades rurais de brasileiros que se instalaram naquele país há muitos anos para lutar pela sobrevivência e contribuir para que o Paraguai pudesse fugir da crise econômica e social que o assola há tanto tempo, sobretudo por ser vítima de ditaduras intermináveis.

Neste tempo de democracia, que esperamos se consolide no Paraguai, queremos que o Governo brasileiro estabeleça parâmetros para esse tipo de procedimento que impliquem a retribuição necessária, ou seja, o tratamento igualitário, o respeito que os nossos irmãos brasileiros que vivem no Paraguai merecem do governo daquele país. Eles estão vivendo dificuldades, na intranqüilidade, na insegurança, temerosos de perder repentinamente tudo o que construíram com muito esforço e trabalho durante muito tempo.

Qual é a razão da represália? A razão, Senador Mão Santa, não é o brasileiro que vive lá, mas o que vive no Palácio Iguaçu, porque o Governador do Paraná impede que a soja transgênica do Paraguai seja exportada pelo porto de Paranaguá, contrariando a legislação do nosso País. Esse viés autoritário do Governador, que imagina poder afrontar a legislação do País, não pode ser a motivação para qualquer tipo de represália do governo paraguaio. Queremos ver isso de perto e, por isso, Senador Paulo Paim, solicitaremos uma audiência ao Presidente do Paraguai para ouvi-lo a respeito desse impasse.

Não queremos, de forma injusta, criticá-lo daqui, não queremos precipitar a crítica, até porque estamos nos reportando a este assunto, que é da maior importância, pelas informações que recebemos. Queremos ouvir do próprio Presidente da República do Paraguai qual o comportamento do seu governo em relação aos brasileiros que lá vivem, plantando, produzindo, colhendo, ajudando a alimentar a mesa daquele país, ajudando a exportar pelo porto de Paranaguá, ajudando aquele país a obter dividendos para sustentar o seu desenvolvimento. Não pode a arrogância, a prepotência e a irresponsabilidade do Governador do Paraná ser motivação para que, de forma revanchista, o governo paraguaio jogue sobre os ombros dos brasileiros que lá vivem a responsabilidade pelos atos praticados pelo Governador eleito pelo povo do Paraná.

Sr. Presidente meu tempo se esgota, mas faço, mais uma vez, desta tribuna, um apelo ao Governo brasileiro para que se interesse mais pela tríplice fronteira, para que olhe com mais cuidado para a região de Foz do Iguaçu, que possui belezas fantásticas, belezas que encantam o mundo, belezas naturais resul-

tantes da generosidade de Deus, mas que estabelece o contraste gritante e perverso de belezas naturais fantásticas e a pobreza, a violência, o desemprego, o desrespeito à lei, o contrabando, o tráfico de drogas e entorpecentes.

Foz do Iguaçu, lamentavelmente, ostenta hoje índices de criminalidade sem precedentes em função, sobretudo, da desatenção do Governo. Não estou desta tribuna fazendo uma propaganda contra Foz Iguaçu, mas a favor. É preciso que o Governo desperte para a realidade daquela região economicamente ativa. O turismo é uma atividade essencialmente econômica, geradora de emprego e renda, que, se explorado com competência pelos Governos Federal e Estadual na região de Foz do Iguaçu, pode produzir muito para o nosso País.

Esse é o apelo deixamos da tribuna, nesta sexta-feira, final de semana, Sr's e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, Vice-Presidente desta Casa e representante, por meio do seu Partido, o PT, do grandioso Estado do Rio Grande do Sul.

Para o Brasil, V. Ex^a é conhecido como o defensor perpétuo do trabalhador e do seu salário.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição como Líder, após a fala do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Senador Mozarildo Cavalcanti, volto mais uma vez à tribuna para falar exatamente sobre o salário mínimo, até porque este é o debate que se estabeleceu, no meu entendimento, de forma precipitada na sociedade. A Comissão de Orçamento pode indicar as diretrizes para o grande debate do salário mínimo e dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Mas não é a Comissão de Orçamento que pode definir o valor do salário mínimo, até porque, Sr. Presidente, a própria LDO, que norteia o Orçamento, estabelece que o salário mínimo será corrigido conforme a inflação dos últimos doze meses mais o PIB. Ora, qual é a inflação de abril a abril? Essa inflação não existe, pois estamos falando de uma inflação projetada de dezembro a abril.

Sr. Presidente Senador Mão Santa, fiz um rápido cálculo que demonstra que a LDO parece que fixou o salário mínimo em R\$283,00. Ora, levando-se em conta, conforme mostram os indicativos, que a inflação anual de abril a abril – estamos trabalhando com projeções – será de 8% e que o PIB, em torno de 5%, vamos fazer um cálculo simples e aplicar 8% sobre o valor de R\$260,00. O resultado seria R\$280,80. Se aplicarmos 5%, como manda a LDO – fala-se de um PIB de 4,5% a 5,5% –, chegariam a R\$294,84. Ora, algo está errado.

O Projeto nº 200 de minha autoria, que está em debate na Casa, estabelece a aplicação da inflação mais o dobro do PIB. Se isso fosse real e fosse aprovado na Casa, já teríamos para o ano que vem um salário mínimo na faixa de R\$310,00, que é o menor salário mínimo que será pago, a partir de janeiro, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, faço essas considerações porque entendo ser equivocada a posição, primeiro, de querer engessar o valor do salário mínimo mediante um PIB não conhecido e uma inflação não conhecida. Segundo, considero também equivocada a posição de um economista do Ipea chamado Fábio, que, em entrevista recente à TV Globo News, disse que a saída para o salário mínimo é desvinculá-lo da Previdência. Esse é um argumento totalmente descabido.

Repto o que disse outros dias: o salário mínimo para os Estados já está desvinculado. Querem desvincular o quê, agora? O mínimo que o aposentado tem a receber? Pelo contrário, entendo que o mesmo percentual global que for dado ao salário mínimo deveria se estender a todos os aposentados do regime geral da Previdência.

Sr. Presidente, naturalmente, temos uma grande dificuldade para falar com as esferas de Governo que estão a discutir o salário mínimo. Mas quero insistir na Casa sobre a importância de formarmos uma comissão especial provisória, composta de senadores, deputados, líderes dos empresários, dos trabalhadores e dos aposentados para, a partir dos projetos apresentados, aprovarmos, em março ou abril, uma política de salário mínimo permanente.

Propostas existem no Senado e na Câmara. Vamos analisar a que busca a média de pensamento do Congresso e da sociedade e aprová-la rapidamente.

Senador Mão Santa, Senador Mozarildo Cavalcanti, a dificuldade de dialogar com o Governo é muito grande sobre esse tema, que interessa, repito, a mais de 100 milhões de brasileiros de forma direta. Cerca de 58 milhões de brasileiros ficam entre aqueles que têm renda **per capita** de até R\$79,00, ou seja, praticamente um quarto do salário mínimo. Da tribuna

do Senado da República, se pudesse dialogar com o Governo, apresentaria quatro sugestões não somente sobre o salário mínimo.

Proposta nº 1: Excelentíssimo Senhor Presidente da República, neste terceiro ano de Governo em que a expectativa é muito grande ainda na questão social, seria fundamental que o valor do salário mínimo ultrapassasse a barreira dos R\$300,00 e que se estendesse o mesmo percentual de reajuste a todos os aposentados e pensionistas.

Falarei depois sobre o salário mínimo.

Recomendação, Sugestão ou Conselho nº 2: Presidente Lula, é fundamental que a base do Governo de coalizão aprove a PEC paralela. Esse é um acordo firmado entre todos os Partidos e o Governo.

A PEC paralela continua parada na Câmara dos Deputados, quando se esperava que a sua votação tivesse ocorrido há um ano. Ainda hoje não ocorreu.

Quem por ventura tenha lido a revista **Caminhos**, publicação que encaminhei no final deste mês do nosso gabinete, sabe que há milhares de pessoas que estão na expectativa de decidir suas vidas esperando a aprovação da PEC paralela. Dizem, as medidas provisórias. Pois bem, lá na revista **Caminhos** também falamos da importância de mudar o ritual das medidas provisórias. Ninguém tem dúvida quanto a isso, porque, como está, as medidas provisórias acabam bloqueando a Câmara e também o Senado.

Então, aprovar a PEC paralela é acordo e acordo, nesses meus quase vinte anos de Parlamento, independentemente do Governo, eu aprendi que se cumpre, doa a quem doer! Senador Mão Santa, quando eu estava no sindicato, eu dizia na assembléia dos trabalhadores, que acordo ali firmado e aprovado na assembléia deve ser cumprido. Que se um trabalhador entrasse na Justiça contra o acordo por eles aprovado, eu iria lá depor contra, porque palavra, acordo firmado não pode ser rompido.

Por isso, percebo aqui a dificuldade enorme que os Líderes encontram, quando vão à tribuna pedir um voto de confiança. O voto de confiança passa, necessariamente, pelo cumprimento dos acordos. E a PEC paralela até hoje não foi votada.

Senador Alvaro Dias, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a integra a base de apoio do Governo, é do PT, mas merece os nossos aplausos, exatamente pela postura independente que adota aqui, propugnando coerentemente pelas teses que sempre defendeu ao longo da sua trajetória política ou de liderança sindical de trabalhadores. Quanto à questão do salário mínimo, creio que não cabe ao Presidente da República transferir responsabilidades ao Congresso Nacional,

imaginando que se possa, por meio do Orçamento, equacionar de forma definitiva essa situação, esse pleito, essa exigência da sociedade trabalhadora do Brasil. Por que, então, o Presidente, que adota tantas medidas provisórias, não edita, sob os nossos aplausos, uma medida provisória que, com competência e inteligência, venha a estabelecer regras definitivas para o reajuste do salário mínimo no Brasil? Essa medida provisória, nós a aplaudiríamos, embora não fosse necessária a utilização desse expediente para legislar a respeito dessa matéria. Mas, nesse caso, faríamos essa concessão com a maior satisfação. Senador Paulo Paim, não quero tomar o tempo precioso de V. Ex^a na tribuna. Mas, em relação à PEC paralela, que exemplifica exatamente essa situação de descumprimento de compromissos assumidos, levou-nos a sugerir ao Líder Arthur Virgílio que incluisse naquela pauta de condições para que a Oposição permaneça construtivamente ao lado do Governo, em matérias fundamentais para a governabilidade, que negociação no Senado tem que ter a participação, a parceria da Câmara dos Deputados, por intermédio da Mesa e das Lideranças. De nada adianta nos entendermos aqui, no Senado, chegarmos a um acordo que beneficie o País, se, na Câmara, o acordo não é respeitado. Isso até facilita que o Líder do Governo faça algumas concessões aqui – e não quero duvidar da postura de S. Ex^a, de respeito aos opositores –, mas, certamente, ele tem a tarefa de firmar acordos aqui facilitada por entender que a Câmara, depois, não respeitará esses acordos. Nós, então, ficamos muito mal e nos sentimos até humilhados quando o que se estabelece aqui não merece o respeito lá. Essa PEC paralela é o exemplo maior desse desrespeito. V. Ex^a lutou tanto para que se chegasse a um acordo no Senado Federal, mas o acordo celebrado aqui não foi respeitado lá. Daqui por diante, portanto, se depender do nosso entendimento e do nosso Partido, acordo celebrado no Senado tem que ser avaliado antes pelas Lideranças da Câmara dos Deputados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nobre Senador Alvaro Dias, cumprimento V. Ex^a pelo aparte, porque ontem tivemos que votar seis medidas provisórias sem fazer nenhuma alteração. No caso dos aposentados, eu queria fazer uma alteração que dizia simplesmente que o livro tem que ser aberto, para que eles optem pelo acordo naquela receita que tem a receber, de 1994 a 1997. Eles saberiam que, no acordo, perderiam tanto; se esperassem pela decisão da Justiça, receberiam tanto. Eles optariam livremente. Mas não foi possível porque as medidas provisórias voltariam para a Câmara e o prazo terminaria.

Por isso, eu cumprimento V. Ex^a pela proposta feita ao Senador Arthur Virgílio. Não dá para continuar assim: nos obrigamos aqui a cumprir acordos que são firmados na Câmara. Mas os acordos aqui firmados, na Câmara, são rompidos. Daí, fica difícil.

Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Paulo Paim, fico muito emocionado em ouvir essa parte do pronunciamento de V. Ex^a que trata do salário mínimo, assunto em que V. Ex^a é PhD e ao qual tem se dedicado inteiramente. Com relação à PEC paralela e, portanto, aos acordos feitos pelas Lideranças partidárias no Senado e na Câmara, V. Ex^a resumiu em uma frase tudo. V. Ex^a disse que nós, que fomos Deputados, não temos nenhum complexo em relação aos Deputados. Sabemos até que o processo legislativo lá é muito mais complexo, porque, afinal, são 513 Deputados Federais. E as Lideranças fecharam um acordo no caso da PEC paralela, que permitiu aprovar por unanimidade a reforma da Previdência, que, sem acordo, não teria sido aprovado no Senado. E aqui ficamos explicando ao eleitores que estávamos aprovando a reforma da Previdência daquela forma, mas que ela seria minimizada com a PEC paralela. O que fez a Câmara? Simplesmente deixa de votá-la. Ao fazer isso, quebra a gentileza que deveria haver entre as Casas e a retidão quanto aos acordos feitos lá e cumpridos aqui e vice-versa. Essa situação precisa ser urgentemente superada. Tem que haver um esforço das Mesas do Senado e da Câmara para tal, e o Executivo não ficar fazendo certos acordos, porque V. Ex^a e o Senador Tião Viana, os grandes fiadores da PEC paralela, ficaram aqui numa situação delicadíssima.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É verdade. O Senador Tião Viana ficou três meses em silêncio. Foi a forma de S. Ex^a protestar.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Exatamente. É preciso rever essa situação, porque o País necessita de esclarecimento a respeito desses assuntos; a população tem que realmente confiar que o Poder Executivo, aí entenda-se o Presidente da República, e os Parlamentares ao fazerem acordos realmente os cumpra, deixem de jogar a culpa um no outro. Quero aqui fazer um desabafo. No meu Estado, um ex-território federal, são muitos os funcionários prejudicados com a reforma. Essa PEC paralela, de certa forma, poderia minimizar a situação desses funcionários. Além disso, há projetos que são aprovados no Senado e ficam na Câmara dormindo por uma Legislatura toda... Isso é inconcebível! Temos que procurar fazer um entendimento entre a Câmara e o Senado, mas pedindo também ao Executivo que mude as regras.

Inclusive, aproveitando o discurso do Senador Mercadante ontem, que fez uma radiografia da história das medidas provisórias, que são, na verdade, um modo de o Poder Executivo legislar sozinho e atravancar o Poder Legislativo. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, cumprimento V. Ex^a pelo aparte. V. Ex^a deixa muito claro que a Câmara precisa deliberar. Querem alterar o projeto que encaminhamos para lá? Alterem e nos mandem de volta. Veremos se aceitamos ou não a emenda lá colocada, como é feito normalmente com os projetos que recebemos da Câmara. Votamos até medidas provisórias e remetemos de volta. A última palavra é sempre dada pela Casa de origem, mas, infelizmente, na PEC paralela, estamos sugerindo até que, se não quiserem aprovar exatamente como aprovamos, aprovem e nos mandem de volta, que, aqui, vamos dar a palavra final.

Eu falava em quatro sugestões. A terceira, Srs. Senadores, refere-se à reforma sindical e trabalhista. Não tenho problema algum em discuti-las, mas não de forma açodada, como ocorreu agora com a Portaria nº 160, em que nos obrigamos a apresentar um Decreto Legislativo que, felizmente, foi assinado por todos os Partidos e Líderes. Derrubamos o Decreto encaminhado pelo Ministério na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, agora, ele está pronto para ser votado por acordo, inclusive, aqui no plenário do Senado. Por que digo isso?

Porque, se havia um debate sobre a reforma sindical, vamos continuá-lo; e também discutir a reforma trabalhista. Não sou contra atualizar a relação entre empregado e empregador numa legislação moderna, mas que seja com tranquilidade; não vai ser numa linha de retirar direitos dos trabalhadores. O terceiro conselho que darei é este: devagar, sem deixar de debater e discutir a reforma sindical e trabalhista. O quarto, que se aprove aqui, com urgência, Senador Mão Santa e Senador Mozarildo – sei que as posições de ambos se convergem nesse sentido –, a atualização do Imposto de Renda.

Infelizmente, os reajustes que os trabalhadores recebem... E tivemos um exemplo típico aqui na Casa: os servidores que não recebiam reajuste nos últimos nove anos, que tiveram um pequeno reajuste, tiveram que entregá-lo para a Receita Federal. Muitos disseram que era melhor não ter recebido nada porque o salário quase que diminuiu devido à desatualização da tabela. Isso não ocorre só nesta Casa, mas no País inteiro. Como temos inflação, os sindicatos se movimentam, e o salário é reajustado e taxado por uma tabela maior não atualizada pela inflação do período, o trabalhador perde o reajuste a que teria direito para a Receita

Federal. Há um movimento dos trabalhadores do País para melhorar o salário, Senador Mão Santa, de acordo com a inflação, só que o reajuste que conseguem é recolhido pela Receita Federal. Isso é um absurdo.

Das milhares de correspondência que recebo, mais ou menos duas mil por semana, e o telefone 0800 do Senado é testemunha – do Rio Grande do Sul recebo acredito que em torno de 70% da correspondência que chega a esta Casa –, uma das reclamações mais contundentes é esta: Senador Paim, trabalhamos, movimentamos, fizemos até greve para ter reajuste; conseguimos, mas o reajuste não fica com o trabalhador, vai para a Receita Federal.

A tabela não é atualizada; se se estava numa faixa, por exemplo, correspondente a mil ou a dois mil, com o reajuste passa-se para outra faixa, pega-se um desconto maior e perde-se o reajuste. Essa é a realidade dos fatos. O reajuste hoje no Brasil, sem atualização da tabela, ficou muito complicado. Em milhões de casos, é melhor ficar com o salário atual por medo; por causa de um real a mais, o contribuinte pode entrar numa faixa maior e ter um redutor. E conforme o caso, pelo efeito dominó, pode pegar a faixa de 27%. Tem que se corrigir a tabela. É um problema do governo anterior, mas é também deste Governo. Então, Presidente Lula, é fundamental que haja a correção da tabela do Imposto de Renda.

Sei que meu tempo terminou, mas neste pronunciamento que ficará na minha página no Congresso forneço dados, números que mostram que a Previdência é superavitária; que, ao reajustar o salário mínimo acima de R\$300, não vai dar problema na Previdência. De acordo com matéria no **Correio Braziliense** e na **Folha de S.Paulo** hoje, a Previdência nunca arrecadou tanto como tem arrecadado agora. É o chamado recorde de arrecadação histórico, conforme um dos secretários da própria Previdência. E diz que é porque a economia está reagindo, está indo bem, quase dois milhões de novos empregos, o agronegócio está aí... Bom! Se estamos arrecadando tanto e está indo tão bem, por que não reajustar o salário dos mais pobres?

No meu pronunciamento, Senador Mão Santa, digo que a sensibilidade do combate à fome passa pelo reajuste do salário mínimo. Esse é um debate que não adianta alguém nos dizer, como tentaram dizer no ano passado, que fica só em dezembro. Não fica em dezembro. Esse é um debate que começa em dezembro, a não ser que mudem a data-base e começem agora a dizer que a data-base do salário mínimo não é 1º de maio, mas 1º de janeiro. Aí é outra história, mas enquanto a data-base for 1º de maio, não é a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que decide; ela aponta os caminhos. Mas esse debate

do salário mínimo vai se estender por janeiro, fevereiro, março e abril.

Falo numa comissão incluindo diversos setores da sociedade para se debruçarem em cima do que existe; nessa comissão, tenho certeza de que mostraremos que a melhora no salário mínimo reativa o mercado interno. A população com poder de compra maior vai gerar mais empregos porque, para ela comprar, alguém tem que produzir e, consequentemente, a Previdência também arrecadará muito mais.

Alguns dados que não preciso apresentar aqui indicam que um real adicionado ao salário mínimo significa um ingresso anual de R\$193 milhões na economia. Se elevássemos o salário mínimo de imediato para R\$300, estaríamos injetando na economia de mercado R\$7,7 bilhões ao longo de doze meses.

No discurso também cito a receita da Cofins, R\$31,73 bilhões em 2003; foi aumentado para R\$57,78 bilhões. Enfim, mostro o crescimento dessa arrecadação que, com certeza absoluta, dá sustentação à Previdência.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, termino, reafirmando a nossa posição de que é possível sim chegarmos, neste País, a um salário mínimo decente porque o atual salário mínimo é indecente. Dizia ontem e repito hoje que é o pior salário mínimo do continente americano. Não há cidadão no continente americano que receba um salário mínimo tão vergonhoso como o nosso. Venho dizendo isso ao longo dos últimos 10 anos. Dizem que tudo está indo bem, mas o salário mínimo não aumenta. Mudam os interlocutores do processo de negociação, mas o salário mínimo continua sem aumento.

Não tenho nada contra bolsa-família, salário-família, bolsa-remédio, auxílio-gás, enfim, todos os instrumentos indiretos que ajudam o nosso povo, mas estou convencido, Sr. Presidente – e por isso insisto tanto –, de que a melhoria da vida daquele que ganha salário mínimo, inclusive da classe média, passa pelo reajuste do salário mínimo porque é a referência das negociações de quem ganha um ou mais de um salário mínimo. Com certeza, voltaremos a este debate durante os meses de dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril até o dia 1º de Maio.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, do PPS de Roraima.

S. Ex^a falará como Líder por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, homenageio a Polícia Militar do meu Estado, que hoje comemora 29 anos de sua criação. Cumprimento seu comandante, Coronel Ben-Hur Gonçalves, e todos os seus comandados, desde os oficiais aos praças. Desejo que a corporação seja cada dia mais fortalecida. Comemora-se essa data hoje com a promoção de oficiais de praças especiais. Amanhã a Associação de Cabos e Soldados registrará sua comemoração com vários atos.

Quero dizer do meu reconhecimento pelo trabalho da Polícia Militar do nosso Estado, que trabalha em condições difíceis. Sou testemunha disso. A pedido do comandante do Corpo de Bombeiros, visitei as instalações da corporação, que estão imprensadas no mesmo quartel da Polícia Militar. As acomodações são precárias. Os investimentos em equipamentos têm melhorado, mas ainda há muito por fazer.

Neste dia do aniversário da Polícia Militar do Estado de Roraima, quero dizer que estou comprometido em conseguir recursos para a construção do quartel do Corpo de Bombeiros do Estado, desafogando com isso as atuais instalações da Polícia Militar, que carecem de reforma e ampliação, mas também, sobretudo, buscarmos dar maior apoio a cada um dos integrantes da Polícia Militar, seja, por exemplo, construindo moradia para os praças e oficiais, como também melhorando o atendimento na área de saúde e outras, de que o militar precisa para ter tranquilidade para exercer bem sua função de dar segurança à população, de dar tranquilidade aos lares de milhares de pessoas que moram nos municípios mais distantes daquele querido Estado.

Portanto, Sr. Presidente, termino parabenizando a Polícia Militar do Estado de Roraima. Por meio do seu comandante, Ben-Hur Gonçalves, cumprimento todos os membros dessa laboriosa corporação, bem como seus familiares.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva, do PMDB do Estado do Piauí, onde é presidente do Diretório Regional. Sem dúvida nenhuma, S. Exª é hoje o mais experiente político do Senado.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ontem eu me defrontei com um artigo publicado no **Correio Braziliense**, de autoria da cientista política Lucia Hippolito. Creio que é o momento de divulgá-lo mediante a TV Senado, ouvida em todo o país e até no exterior. Vale a pena ler este artigo que trata de parte da história política do País.

Antes disso, eu queria dizer o que é o PMDB. Ele vem de longe, nasceu depois da redemocratização do País. O PMDB vem de alguém do PSD, que era uma organização política formidável que conheci muito de perto quando fui prefeito no tempo da UDN.

Na verdade, o PMDB é o fruto de uma fusão entre o PP e o MDB. O PP tinha nesta Casa, e eu era Senador naquela época, 17 Senadores, se não me engano. O MDB tinha uns três ou quatro, entre eles, nomes famosos do partido, fundadores dele à época. Numa memorável convenção que ficou marcada na história política deste País, essa fusão se deu mediante um acordo celebrado entre o PP e o MDB para formar um único partido. Naquela época, o Presidente Figueiredo não queria isso, porque não desejava um partido forte. Nós já éramos 17, com mais 5 do MDB. Naquela época, só havia 48 Senadores. Se juntasse o MDB com o PP, o partido resultante dessa fusão ficaria muito forte. Outro partido, naturalmente, acabou sendo o atual PFL.

Nós, do Piauí, temos a ver com isso. Vamos falar um pouco da história.

Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa, lá da minha terra, essa história é assim: na votação para a fusão – houve uma convenção memorável do PP e do MDB –, era necessário que os votos dos dois partidos coincidissem com determinado número que se considerava a maioria juridicamente necessária para formar os dois Partidos. Então me procuraram no Diretório Estadual do PP. Os 17 Senadores de então eram ligados a Tancredo; dois deles ainda estão aqui: Senador Alvaro Dias e Senador Roberto Saturnino, que pertenceram àquela equipe de 48 Senadores.

Sr. Presidente, essa Convenção foi vencida por cinco votos – foi muito apertada. Houve cinco votos do PP do Piauí. Assumi um compromisso com o grande brasileiro que foi Tancredo Neves, meu amigo particular, que me fez um pedido: “Não falte porque a coisa vai ser apertada. Traga o maior número de votos possível da Comissão do PP do Piauí”.

Pois bem, foram os cinco votos do PP do Piauí, de cujo Diretório eu era Presidente, que consagraram o Partido que hoje se chama PMDB. Se não tivéssemos vindo aqui, não existiria PMDB coisa nenhuma; haveria o PP, que teria seguido outro rumo. O MDB também cresceria, mas nunca seria o PMDB.

Como o artigo diz respeito ao PMDB, vale a pena lê-lo, se o tempo me permitir fazê-lo.

Meu caro Presidente, olhe os conceitos de Lucia Hippolito, que é uma cientista política que entende do riscado. Ela forma opinião. O que ela escreve é publicado pelos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de**

S.Paulo. Este artigo foi publicado pelo **Correio Brasiliense**:

O presidente Lula está mobilizando todo o seu charme e poder de sedução para manter o PMDB na base do Governo, com dois objetivos: garantir a governabilidade de construir uma aliança para a sua reeleição em 2006.

O esforço do presidente é louvável e revela boa compreensão do processo político, mas pode redundar em fracasso, se ele não entender que o PMDB parlamentar é um, e o PMDB eleitoral é outro – aliás, como é da natureza de muitos partidos.

O sistema partidário eleitoral move-se de acordo com uma lógica própria. Partidos fazem alianças e coligações visando à vitória nas eleições. Contados os votos, vê-se quantos vereadores, prefeitos, deputados federais e estaduais, senadores e governadores foram eleitos. Essa é a força eleitoral do partido.

Mas o sistema partidário eleitoral não se traduz automaticamente em sistema partidário. Por exemplo, o PTB elegeu 26 deputados federais em 2002; depois de um regime de engorda artificial [é interessante isto: de engorda artificial!], a bancada petebista conta hoje com 50 deputados, ou seja, quase o dobro do que saiu das urnas. Na outra ponta está o PSDB, que saiu das eleições com 70 deputados federais; sofreu uma lipoaspiração [é interessante, uma lipoaspiração!] e hoje tem 49.

O partido parlamentar é fundamental para compor alianças e grandes acordos que sustentam governos. No caso do PMDB, o papel de sua bancada federal de deputados e senadores é contribuir para a governabilidade [é o que está acontecendo. Todos sabem disso].

Reeleição é outra história. Tem a ver com a força eleitoral do partido, com sua capilaridade, sua formidável máquina que se espalha por todo o território nacional. E, aí, o poder está nas mãos dos diretórios regionais [olhe bem, dos diretórios regionais]; o verdadeiro comando do PMDB está nas mãos dos governadores.

O PMDB não é para amadores [olha que interessante! O PMDB não é para amadores]. Trata-se, em primeiro lugar, de uma federação composta de 27 PMDBs estaduais, autônomos, porque no partido a lógica regional é soberana [eu tenho dito isso]

Mesmo emagrecendo a cada eleição, o PMDB ainda é uma respeitável máquina. Tem seis governadores, três vice-governadores, 23

senadores, 76 deputados federais, 152 deputados estaduais. E acaba de eleger 1.058 prefeitos e 11.373 vereadores. Sua Convenção Nacional é composta por mais de 600 delegados de origem municipal e estadual, além do Diretório Nacional. Portanto, as lideranças em Brasília podem espernear à vontade, mas quem tem força no PMDB são os diretórios estaduais e os governadores.

E o Partido é assim porque foi construído assim. Não custa lembrar que os fundadores do PMDB vinham do velho PSD de antes de 64, a mais perfeita construção partidária que o Brasil já teve em toda a sua história. Perto do que foi o PSDB, o PT é apenas um aprendiz de partido.

Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, entre outros, trouxeram para o PMDB a experiência pessedista de um partido altamente federativo, com diretórios regionais poderosos e caciques estaduais com voz ativa nas decisões partidárias. No PSD, e depois no PMDB, quem tem voto tem voz. Não há aparelhismo nem centralismo democrático que possamibir o poder das lideranças regionais.

Por isso, por reconhecer e respeitar a lógica da política estadual, é que de vez em quando o PMDB se comporta aparentemente como um partido desarticulado, sem coesão nem disciplina internas.

Também por respeitar a primazia das instâncias regionais, o PMDB é diferente em cada Estado brasileiro. Como acontece em qualquer país verdadeiramente federativo, o partido político nacional não se reproduz automaticamente nos Estados. Os diretórios estaduais espelham características das culturas e da dinâmica político-partidária de cada um dos Estados, ou seja, assumem a feição das regiões onde se instalaram.

O partido não pode ser um alienígena, tem que sentir o pulso do Estado onde mora seu eleitor. Em que pese a importância de manter uma unidade partidária nacional, é vital reconhecer a importância das peculiaridades regionais para conquistar o apoio do eleitorado.

Por isso, o PMDB de Pernambuco é diferente do gaúcho, que, por sua vez, é distinto do PMDB paranaense. Compreender a complexidade e a sofisticação desse que é, até agora, o mais bem-sucedido partido político brasileiro dos últimos 25 anos pode contribuir

para superar as discussões primárias sobre fisiologismo, apego a cargos e outros temas menores.

O PMDB não se resume a uma disputa pequena entre Sarneys e Renans. O PMDB é, em resumo, o fiador do equilíbrio político brasileiro e crucial para a garantia da governabilidade.

Creio que não há nada mais completo do que essa referência feita pela Lucia Hippolito sobre o PMDB.

Por isso, meus caros colegas Senadores, tivemos encontros com o Presidente. Ele teve encontro conosco em jantar e, com os companheiros do PMDB na Câmara, em almoços.

Cumprimentei o Senhor Presidente Lula naquele jantar porque senti na sua fala a sinceridade de quem quer acertar, a sinceridade advinda da simplicidade de alguém que veio dos metalúrgicos do ABC paulista. Cumprimentei-o pela sinceridade com que falou conosco, pedindo nosso apoio, pedindo a coalizão, para que o seu programa de Governo possa ter êxito. Então, Senhor Presidente, olhe bem como o seu Governo está constituído. É necessário que os ministros de Vossa Excelência compreendam o papel do PMDB, aqui muito bem descrito pela cientista política Lucia Hippolito. O PMDB é isto aqui. Todos os seus diretórios regionais têm satisfações a dar aos seus eleitores e querem saber se estamos participando do Governo; eles nos perguntam isso. E participar do Governo significa participar mesmo das decisões governamentais.

Recebemos aqui uma quantidade enorme de MPs. Acredito que muitas delas são necessárias ao desenvolvimento do País, mas muitas delas não o são. E quem reconheceu isso aqui foi o próprio Líder Aloizio Mercadante, ontem, achando que é necessário um melhor entrosamento político.

O PMDB é realmente uma fonte de inspiração política, Senhor Presidente. Ouça as Lideranças do PMDB, ouça todas as Lideranças desta Casa, pois há homens experientes em todos os partidos. Mas o PMDB, que está na base de sustentação, precisa ser ouvido em primeiro lugar.

O PT de Vossa Excelência, o Partido que governa, tem muito o que aprender ainda sobre política. Lucia Hippolito diz que ele é aprendiz de política ainda e, sendo aprendiz, erra por várias formas. Erra porque não conhece os assuntos, erra porque quer impor a sua vontade – isso está acontecendo – e cria problemas nas bases partidárias de sustentação do Governo.

Por isso, Sr. Presidente, com a experiência que tenho, digo que ouça o PMDB. Sou o mais antigo Senador desta Casa, não só em idade, pois, para mim, só tenho 40 anos aqui na mente, graças ao bom Deus.

E toda hora o Senador Mão Santa diz daquela cadeira – e fico meio constrangido – que sou a estrela Antares. A estrela do Piauí é da constelação Antares – que só tem uma estrela –, e S. Ex^a, toda hora, fica querendo me transformar nessa estrela. Bondade dele, que foi um grande Governador.

Quero dizer aos que formam hoje o Governo que ouçam o PMDB. Igualmente, meu caro companheiro Aldo Rebelo, que está lá nas decisões políticas, ao lado do Presidente: ouça o PMDB. As reivindicações que o PMDB apresentou ao Presidente devem ser cumpridas sem delongas, para que o Partido entenda que está na base do Governo, mas que tem respeitabilidade. Os seus pedidos devem ser atendidos imediatamente, para provar que o Governo está vivo e atento ao que lhe pede sua base de sustentação.

Por isso, fiz questão de ler esse artigo que diz o que é o PMDB, com toda a clareza. Eu, como Presidente do Diretório Regional do PMDB, confirmo em gênero, número e grau o que disse Lucia Hippolito nesse seu extraordinário artigo sobre o nosso Partido.

Queria encerrar minhas palavras com esta, digamos assim, sugestão: ouçam o PMDB.

O PMDB, por meio deste representante aqui, apresentou ao Governo um trabalho – que não foi feito no chute –, pedindo informações a quem sabe dar informações. A minha proposta para a criação de uma câmara de gestão para consertar as estradas brasileiras nasceu de informações concretas da Federação dos Construtores de Estradas, da Federação dos Transportadores de Carga. Temos hoje mais de 36 mil quilômetros de estradas federais destruídas no País. A riqueza do País circula por essas estradas, e, por estarem esburacadas, elas arrebentam mais depressa ainda.

Abre-se o jornal e lá diz que o Ministério dos Transportes vai ter R\$6 bilhões. Se aplicarem errado os R\$6 bilhões, não consertam os 36 mil quilômetros nunca. É necessário, em primeiro lugar, que haja projetos. Ninguém conserta estradas sem projetos. E projetos feitos à moda antiga, como ainda o são, digamos, naquele tipo de burocracia que existe nos ministérios brasileiros, não tem novidade. É aquela velha história: abre-se uma licitação, a empresa ganhadora manda a sua equipe para o campo sondar se o asfalto está deteriorado aqui e ali e levam três meses para concluir esse estudo; depois trazem o resultado e apresentam o projeto, levando outros três meses. Com menos de seis meses o Ministério dos Transportes não tem pronto, na mão, um projeto de construção ou de reconstrução de uma estrada.

Há, naquela proposta que fiz, informações muito mais avançadas. Existem equipamentos, como um car-

rinho que funciona com infravermelho e que, metro a metro, vai detectando e informando como está o asfalto e como está a base. Por exemplo, tive uma informação das equipes de São Paulo de que, em um mês, pode-se ter seguramente 8 a 12 mil quilômetros de projeto. Então, em quatro meses, serão 32 mil quilômetros de projeto. Logo no primeiro mês, 8 mil quilômetros de projeto para poder começar. Mas começar do jeito que está aí? Pega o dinheiro do Ministério dos Transportes, que tem uma série de estradas catalogadas como essenciais, o dinheiro não dá para fazer uma estrada inteira, então só faz um pedaço e deixa o resto para o ano que vem. Enquanto isso, o frete da riqueza brasileira, que, com certeza, vai cair no consumidor, fica 35% mais alto por causa dos buracos.

O conserto disso é que me deixa aflito.

Sr. Presidente, dê-me mais dois minutos para terminar.

Por incrível que pareça, com R\$2 bilhões por ano, em três anos consertaremos os 32 mil quilômetros. Consertaremos, não; faremos novos quilômetros: base nova, asfalto novo.

Ora, o Ministério diz que tem R\$6 bilhões para o ano que vem. No fim do ano, vamos ver se com esse montante terá consertado ao menos dez mil quilômetros. Não terá consertado nada.

Por isso, com a experiência que tenho, é Câmara de Gestão, Senhor Presidente Lula. O PMDB é que está dizendo a Vossa Excelência. Com a experiência que tenho, posso falar isto: crie a Câmara de Gestão, Senhor Presidente, entregue a chefia ao Chefe da Casa Civil, como ocorreu no caso no apagão – Pedro Parente era o Ministro-Chefe da Casa Civil à época –, e ponha um grupo gestor de engenheiros altamente qualificados. O Ministério dos Transportes terá representação, como também o terá o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda. O grupo será composto pelo próprio Governo, mas é um grupo gestor que comanda, dá as ordens, facilita para que as coisas andem mais depressa.

O Brasil tem pressa para economizar dinheiro, para economizar os R\$7 bilhões que estão sendo jogados fora todos os meses nas freadas e acelerações dos caminhões, das carretas, que já são hoje em número de dois milhões. O que estou falando é do conhecimento dos transportadores de cargas, que sabem que tudo o que estou falando é verdade.

Se tivermos as estradas todas recuperadas, o frete de 35% a mais vai para baixo em favor do consumidor. E o que mais vai para baixo? A Petrobrás deixará de gastar e jogar fora quatro bilhões de litros de óleo diesel, que são perdidos, jogados fora. Quatro bilhões de litros representam quase R\$7 bilhões de reais e o

reparo, em três anos, custa R\$6 bilhões. Não há como não entender isso, pelo amor de Deus!

Senhor Presidente, ouça o PMDB! Sou o autor, mas não quero glória nenhuma para mim. Sou o autor, porque já fiz quatro mil quilômetros de estradas no meu Estado quando era Governador. Ninguém me ensina nada sobre rodovia, aprendi tudo com os mestres e, como Engenheiro que sou, sei que dessa forma faremos com que, num Dia D, num dia só, 120 empresas de engenharia brasileira, entre grandes, médias e pequenas, que estão hoje paradas, poderão trabalhar e reparar a malha rodoviária brasileira ano a ano e, em três anos, estará tudo pronto, não tenho dúvida. Aí, a obra durará mais 20 anos, tenho certeza, porque não vão fazer obra pela metade, vão fazer coisa séria. Um milhão de pessoas entrarão nesse esquema de geração de renda.

Encerro as minhas palavras fazendo um apelo ao Presidente Lula: Presidente, crie a Câmara de Gestão, e o seu governo vai ganhar os aplausos do País todo, porque é no País todo que os 36 mil quilômetros de estradas federais estão destruídas. As estradas estaduais, em alguns Estados, estão boas. O Governador Mão Santa recuperou uma malha enorme de estradas estaduais que fiz no meu tempo, e ele fez outras novas. Das federais ninguém cuida, acabam mesmo, estão acabadas no País.

É um apelo que faço e espero que esta fala produza algum resultado, já que o PMDB está nesta briga se fica ou não no Governo. É importante que fique e que o Governo acredite no PMDB e aceite suas sugestões. Uma delas é a Câmara de Gestão. Ouça o PMDB e crie a Câmara de Gestão. O Brasil agradecerá!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Temos a honra de dizer para o Brasil que acabamos de ouvir um dos homens de maior experiência política no nosso País. Alberto Silva foi eleito, em 1948, Prefeito da minha amada Parnaíba; de lá para cá, nunca existiu um Prefeito tão empreendedor e tão capaz. Como Shakespeare diz: vamos somar a experiência e a competência e teremos a sabedoria. Alberto Silva representa a sabedoria. S. Ex^a é para nós o que foi Nelson Carneiro nesta Casa. A experiência de Nelson Carneiro nos trouxe Carreiro – um bem nunca vem só.

Alberto Silva é um nome que engrandece o PMDB, esta Casa e a pátria. Eu, no lugar do Presidente da República, o teria com conselheiro do Governo.

Concedo a palavra ao extraordinário Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Endosso as palavras de V. Ex^a a respeito da qualidade, da experiência, do

talento do Senador Alberto Silva, e muito obrigado a V. Ex^a pelas reiteradas manifestações de apreço pessoal por este seu modesto colega do Amazonas.

Sr. Presidente, faço hoje apenas um vôo de pássaros sobre os jornais brasileiros. O **Jornal do Comércio**, do Recife: "Combustível fica mais caro hoje"; outra notícia: "Sem-terra ocupam a fazenda Recreio", e mais: "Protestos contra aumento de passagem de ônibus contra a prefeitura petista de Recife".

Ainda "Protestos contra Aumento de Passagens de Ônibus contra a Prefeitura Petista de Recife". **Gazeta Mercantil**: "Brasil Pode Perder US\$800 Milhões com Soja em 2005". **Gazeta Mercantil**: "Brasil Precisa Definir seu Papel". Diz o Presidente Fernando Henrique Cardoso:

A idéia de fazer acordos tópicos vem em um quadro mais defensivo do que ofensivo. Nós temos uma política defensiva. E eu acho que nós deveríamos passar para uma política ofensiva e tomar a decisão de nos integrarmos à economia global.

Muito delicadamente, o Presidente Fernando Henrique apenas diz que o Presidente Lula, na verdade, faz espalhafato, mas é incompetente quando se trata de política externa.

Estado de Minas: "Gasolina Sobe Outra Vez". E o Presidente Lula apela por compensação aos Estados, quando depende dele cumprir a palavra que empenhou junto aos Governadores. Dispensamos todo o gesto teatral de solidariedade que teria de ser expresso nos votos de sua Bancada aqui ao cumprirem os acordos firmados pelo Presidente da República.

Zero Hora, do Rio Grande do Sul, resvala para a corrupção: "Fraudes no Programa Bolsa-Família se Espalham pelo Estado". Outra notícia: "Aumento de 7% da Gasolina é o Terceiro do Ano". Outra notícia: "Infância Desamparada". Faço, Sr. Presidente, na verdade, a crônica do desgoverno. Refiro-me à matéria da primeira página do **Zero Hora**. Dentro do jornal, há a manchete: "Aumentam Indícios de Fraude no Bolsa-Família no Estado". E o Fantástico já tinha sido tão eloquente, denunciando esse crime triplicado, que é o crime, em si, de desvio de dinheiro público, crime brutal perpetrado contra o futuro das crianças brasileiras.

O **Estado de S. Paulo** traz um calhamaço de páginas com essas notícias. Na primeira página, há: "Um dia de fúria dos ex-aliados de Lula. Gasolina sobe 4,2%; Diesel, 8%. Não subiu antes da eleição por motivos eleitoreiros, pura e simplesmente por motivos eleitoreiros."

Mostrou que tinha razão a equipe econômica, o Copom, quando exigiu da Petrobrás que fizesse um

realinhamento de preço. Houve uma nota malcriada do Presidente da Petrobrás, mas agora o preço chegou ao que deveria ter chegado antes, ou seja, não aumentaram a gasolina e o diesel antes por motivos absolutamente eleitoreiros e demagógicos.

O Presidente Fernando Henrique pergunta por que o Governo quer maioria se não tem projeto para indicar a essa maioria que vote e por ele empreender uma luta estratégica.

Ainda consta de o **Estado de S. Paulo**: "Lula se queixa da indiferença do povo". Sr. Presidente, não tenho como não me lembrar de algo parecido, porque, quando as coisas dão errado, o Presidente vaidoso pensa sempre que a culpa é do povo. O Presidente João Figueiredo, que V. Ex^a e eu tanto combatemos, Senador Álvaro Dias – sem dúvida V. Ex^a era opositor dele, Senador Mão Santa –, chegou a dizer aquela célebre frase que preferia o cheiro de cavalo ao cheiro do povo. O Presidente Lula está no mesmo caminho. Já está se queixando da indiferença do povo em relação a ele.

Na verdade, o povo é generoso ao ser indiferente. Deveria estar bem mais atento ao desgoverno que vai sendo praticado e perpetrado contra este País.

Sr. Presidente, falando ainda sobre o Presidente Lula, lembro-me de um poema de Berthold Brecht, chamado **Poema Clandestino**, escrito depois da revolta popular, em 1953, na antiga República Democrática Alemã. Leio o poema para V.Ex^a e para a Casa. Diz Brecht:

Depois do levante do 17 de junho
O secretário da União dos Escritores
Mandou distribuir panfletos
Na Staline,
Nos quais se podia ler que o povo
Deixara de merecer a confiança do Go-
verno.
E só poderia reconquistá-la, agora,
à custa de muito trabalho.
Mas não seria então
Mais simples se o Governo
Dissolvesse o povo e
Elegesse outro?*

Ou seja, Figueiredo, quando preferia cavalo ao povo, no fundo, ele queria outro povo no lugar daquele que o criticava tanto. Lula já acha que o povo está indiferente. Quem sabe daqui a pouco ele delira imaginando que seria melhor construir o novo povo, ele imagina-ria que daria menos trabalho do que ele construir um novo Governo, um Governo de verdade. E essa é sua obrigação, para se credenciar ao respeito duradouro do povo e da História.

"Gasolina e diesel ficam mais caros hoje. No fim, a Petrobras desobedeceu o Copom", observa o Jornal **O Estado de S. Paulo**. "Na esplanada dos Ministérios, há uma onda de protestos contra o Governo."

E diz economista Plínio de Arruda Sampaio Filho: "Se não mudar, Lula terá de romper com seus aliados históricos."

"Governo de resultados", editorial no **Estadão** de hoje. "Quando o Presidente Lula exige de seus Ministros do Governo de resultados em 2005, o resultado que tem em mente é sua reeleição em 2006."

Quando ele lembra ao PMDB que o partido mantém o nome nacional para concorrer ao Planalto, sugerindo, portanto, que a agremiação fará melhor se ficar no Governo, com mais espaço naturalmente e desta vez integrar-se à coligação eleitoral vitoriosa em 2002, a intenção é a mesma. E é para isso também que até o PP poderá desfrutar de Ministério na reforma que virá. O empenho de Lula nessa composição e o fato de ter ele assumido, pessoalmente, e solitariamente, o comando da articulação política do Governo indicam que ele deve concordar com a avaliação do antecessor Fernando Henrique, segundo a qual, o desfecho das eleições municipais mostrou que o Presidente não é imbatível.

Na verdade, só há uma coisa com começo, meio e fim neste Governo: as tratativas do Presidente Lula para tentar se reeleger Presidente. No mais, está parado.

Celso Ming, em seu belo artigo de hoje, no jornal **O Estado de S. Paulo**:

A direção da Petrobrás tratou a opinião pública com descaso. Durante meses, negou que houvesse desalinhamento de preços, mesmo não podendo esconder que o reajuste de outros derivados, como o do querose e de aviação e do óleo combustível obtivesse tratamento.

Mais adiante, diz Ming:

Uma segunda questão a examinar é a chamada divergência entre a Petrobrás e o Banco Central. Na ata da reunião do Copom, realizada em outubro, o Banco Central advertiu a Petrobrás de que o atraso no reajuste concordaria para deteriorar as expectativas dos agentes econômicos e prejudicava a execução da política monetária.

Ou seja, a eleição primeiro, os interesses do País, depois.

Sr. Presidente, peço que tudo seja inserido nos Anais da Casa.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, apenas para acrescentar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador Álvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Uma matéria do jornal **Valor Econômico** mostra o quanto perdeu a Petrobras por adotar a postura eleitoreira, que não beneficia a população porque agora anuncia o reajuste com o atraso, que significou um prejuízo enorme para o País. A estatal deixou de ganhar 4 bilhões, por manter os preços da gasolina, e mais 2 bilhões perdeu com a venda de diesel por um preço mais barato do que o das importações brasileiras. Portanto, Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, com muita responsabilidade pública, vem à tribuna para denunciar os prejuízos a que somos submetidos, nós, brasileiros, em função da postura eleitoreira do Governo, que contraria toda a sua pregação, na esteira desse sepultar de dogmas e postulados apregoados durante tanto tempo pelo PT no País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Álvaro Dias. V. Ex^a me enseja a dizer que o Governo tem um caráter de certo hermafroditismo político.

Vejam ainda o que diz **O Estado de S. Paulo**: "Governistas tentam salvar sigilo de aliados do MST" e V. Ex^a, Senador Álvaro Dias, era o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a crise no campo. "Dois Deputados do PT e um do PC do B queriam anular sessão da CPI da Terra que autorizou a abertura de dados". Ou seja, supostamente haveria corrupção ali, mas pensavam que não se deveria investigar. Parece, então, que são aliados do MST.

O Estado de S. Paulo publicou também: "MST caminha para Oposição, diz D. Tomás Balduíno". "Movimentos populares estão frustrados com Lula, afirma o Presidente da CPT". É um exemplo puro de hermafroditismo político.

O mesmo jornal publicou: "PFL convoca Gastão para explicar acusações. Segundo o Senador José Jorge, declarações do ex-Secretário contra o Ministério da Saúde são de extrema gravidade". É o lado mais obscuro que tem sido recorrente no Governo do Presidente Lula. "Fernando Henrique Cardoso faz duro ataque à política agrária de Lula, alertando para os perigos do descontrole civil e do descontrole econômico".

A Folha de S.Paulo publica matéria de quase uma página, intitulada: "Estudantes e sem-terra vão às ruas protestar contra Lula". A página inteira praticamente. E não há nenhum Partido atiçando isso, como havia contra FHC, contra José Sarney. O PT

encabeçava o movimento. Agora, não. É espontâneo. É o povo mesmo.

Matéria da **Folha de S.Paulo** intitulada “Lula via por empresários, diz D. Tomás. D. Tomás acusa o Presidente Lula de não se interessar em discutir com os movimentos sociais e diz, do alto da sua autoridade que, se fosse uma reunião com empresários, Lula iria cheio de gracinhas, iria cheio de piadas, iria com seus ternos elegantes.Iria.”

Aqui temos o Presidente dando mau exemplo para nossos filhos e netos: “Presidente come bombom e joga o papel no chão” – **Folha de S.Paulo**. Presidente, coloque no cinzeiro. Não jogue no chão. É feio. Está ensinando mal as crianças.

Folha de S.Paulo: “Ex-assessor de Humberto Costa ataca o Governo.” E aí envereda pelo caminho do desmando do desvio de recursos públicos.

Folha de S.Paulo: “Sem-terra invadem Incra e enfrentam a PM.” Aqui o PT impede que se investigue corrupção dentro do Movimento dos Sem Terra.

“Banco Central e Congresso viram alvo de manifestantes.”

Folha de S.Paulo: “Copom admite altas maiores dos juros para manter a meta de inflação”.

Escreve o jornalista Kennedy Alencar, em matéria por ele assinada: “Queda de juros só vem a partir de março.” Quem sabe?

“Banco Central terá de rever projeção para gasolina no ano.”

Folha de S.Paulo: “Combustível sobe pela segunda vez em 42 dias.” “Mercadante acusa Governo de abusar da edição de medidas provisórias.” “Banco Central afirma que ritmo da alta de juros pode ser acelerado.” “MST invade, na Bahia, fazenda de suspeito de chacina.”

Folha de S.Paulo: “João Paulo acusa PMDB de obstruir votações.” Vaca não reconhece bezerra, Presidente Mão Santa. Eles estão brigando entre eles. Ninguém briga conosco. Todos brigam entre si.

Folha de S.Paulo: “Copom admite altas maiores dos juros para manter meta.”

Ainda **Folha de S.Paulo:** “Combustível”...

Estou repetindo. É tanta notícia ruim que eu estou repetindo.Não quero que me acusem de ter repetido notícia ruim porque o Governo não precisa disso.

Folha de S.Paulo: “Mercadante critica a ação de Lula no Senado”. E o Presidente aqui resvala para o desespero. “O Presidente quer elevar mínimo para R\$300”. Seu compromisso não era esse; seu compromisso era dobrar o valor real de compra do salário mínimo em quatro anos, e ele teria que fazer algo bem diferente disso para cumprir seu compromisso de campanha. A outra saída era a hombridade de dizer para a

Nação, numa cadeia de rádio e televisão, que ele não está sendo capaz de cumprir com a sua meta, com o seu compromisso. Seria uma atitude de mais hombridade, algo mais firme, mais justo, mais decente, mais ético, mais honrado.

Folha de S.Paulo: “Gasolina deve subir mais de 3% na bomba”. E era para ter subido antes da eleição. Subiu depois porque eles estavam a fim de votos.

O Globo: “Críticas de ex-secretário abrem crise na saúde. Gastão Wagner acusa Humberto Costa (atual ministro) de priorizar o marketing. Ministro atribui críticas a ressentimento pessoal”. E torme petista brigando com petista! Esse é o quadro do desgoverno e do desalento que a Nação é obrigada a suportar.

O Globo: “Ministro Bastos defende presidente do Incra: é mais uma questão de linguagem.” Entende o Ministro Bastos que o presidente do Incra, falando para nove mil pessoas, ter dito que o agronegócio é inimigo dos movimentos sociais é apenas uma questão de linguagem. Está tolerante o meu prezado amigo Ministro Márcio Thomaz Bastos com algo que tem muito a ver com a manutenção da ordem interna desse País, portanto muito a ver com a Pasta que ele tem todas as condições de abrilhantar pela sua respeitabilidade pessoal e pelo seu nível de preparo intelectual, que é dos melhores.

O Globo, página inteira: “Fogo é mais que amigo. Mercadante, Líder de Lula, e João Paulo, Presidente da Câmara, atacam o governo. Protestos no Congresso e nas ruas. Fernando Henrique, não se pode tentar redescobrir a pólvora. Ex-Presidente diz que governo dá força ao reivindicacionismo incessante do MST”.

Aí vem o Presidente do PT, José Genoíno, chamando o ex-Presidente Fernando Henrique de arrogante e distorcendo as suas palavras. Diz que o Presidente teria dito que apenas no PSDB haveria gente preparada para ser Presidente da República. E o Presidente não disse isso. Vou ler o que disse o Presidente Fernando Henrique: “Talvez o PSDB seja o único partido que disponha de tantas pessoas qualificadas para serem candidatas”. Quando se diz qualificadas não é apenas moralmente ou intelectualmente, mas qualificada também eleitoralmente. Vemos o PFL dirigindo suas baterias para o Prefeito César Maia; vemos o Governador Germano Rigotto no PMDB; vemos no PT Lula e apenas Lula; vemos quatro, cinco, seis nomes no PSDB. Foi apenas isso que o Presidente Fernando Henrique quis dizer. E o Presidente do PT, em sua resposta, nessa ânsia quase doentia de tentar silenciar o ex-Presidente da República, distorce o que ele diz.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já lhe concedo um aparte, Senador Mão Santa. Apenas avanço um pouco mais.

O Globo: “PP, PTB e PL ameaçam fazer boicote”. Ou fazem o que eles querem ou tem boicote contra matérias de interesse do Governo na Casa. São aliados do Governo, e não adversários. Os adversários somos nós. Ontem aprovamos aqui seis medidas provisórias, e o Governo não tinha maioria para fazer algo parecido. Aqui mostramos que a Oposição critica, mas quer o Brasil andando, não quer o Brasil parado.

Correio Braziliense: “Renda do brasiliense cai 40% nos últimos anos.” Mas vamos ser honestos: isso tem a ver com o problema do Distrito Federal, com o problema da economia brasileira, não se refere apenas ao Presidente Lula. Vamos ser bem honestos. Tem aqui várias prisões. Protestos contra o Governo do Presidente Lula. A manchete também diz: “Vaias e prisões. Protestos contra o governo do Presidente Lula”.

O Globo: “Sem-Terra e estudantes invadem prédio do Incra”. Protestos no Congresso e nas ruas. MST faz manifestação na Esplanada contra reformas do Governo Federal. Portas de Vidro e duas vidraças foram quebradas. Houve confronto com policiais e oito pessoas ficaram feridas. Agricultores invadem fazenda”. É o quadro do desatino e da inércia administrativos.

Correio Braziliense: “Protestos. Manifestação organizada pelo Partido da Solidariedade (PSOL) e por sindicalistas na Esplanada dos Ministérios tem como saldo dois estudantes presos, vidros do Congresso quebrados e carros amassados. Policiais detêm manifestantes na frente do Congresso. Minoria provocou confronto, que acabou com dois estudantes presos. Passeata terminou em confronto” e “CPT (Comissão Pastoral da Terra) critica Governo Federal”.

E diz Dom Tomás Balduíno: “Se ao invés de 12 mil trabalhadores estivessem aqui 12 mil empresários Lula teria vindo”. É incrível como Dom Tomás Balduíno está decepcionado com os rumos adotados pelo Presidente Lula.

Não sou aliado de Dom Tomás Balduíno, sou adversário de suas idéias até. Entretanto, tudo que peço dele é respeito, e não vejo que ele tenha alguma razão para não me respeitar quanto ao que mantendo de coerência e de firmeza em relação aos meus pontos de vista. Quem se elegeu com os votos e com o apoio de Dom Tomás Balduíno foi Lula, a quem ele dirige essas palavras que até parecem desrespeitosas.

O brilhante Presidente do PPS, Roberto Freire, diz: “O que eles fazem não é coalizão, é ajuntamento”.

Correio Braziliense de hoje: “Fernando Henrique Cardoso ataca Lula. Falta criatividade. Ele condena o fracasso das políticas sociais”.

O Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, diz: “Considero sofrível o desempenho do Governo Lula”. Ele foi gentil; queria dizer coisa pior.

Jornal Correio Braziliense: “Política Econômica – Ata do Copom mostra que os índices do custo de vida e os aumentos nos preços dos combustíveis continuam pressionando a Selic”. A taxa foi elevada em meio ponto percentual na semana passada, o que significaria, segundo o Jornal **Correio Braziliense**, sinal de nova alta de juros.

Jornal do Brasil: “Mercadante reclama de excesso de MPs”.

Jornal do Brasil: “Violência marca protesto estudantil”.

Jornal do Brasil: “Infeliz, Dirceu cogita de voltar à Câmara”. Mas a Câmara não é consultório de psicanálise para ninguém. A Câmara é para ser dirigida por alguém altivo, que venha para cá mostrar cooperação com o Governo, mas com independência. Não é escritório de psicanálise: estou infeliz, vou ser presidente da Câmara. Daqui a pouco alguém diz: vão me dar a presidência do Senado porque estou infeliz. Não é consultório de psicanálise. É fundamental percebemos o que pretende a Câmara como melhor caminho, a partir da decisão soberana de seus membros. Vamos respeitar a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional.

Jornal do Brasil: “Combustíveis voltam a subir” e “COPOM sinaliza alta de juros”.

Jornal do Brasil, na primeira página: “Sobe o preço dos combustíveis”.

E uma notícia boa: um mafioso americano foi preso. Seria bom que não tivéssemos nenhum mafioso solto, americano ou de qualquer nacionalidade, principalmente os nacionais, do ponto de vista do brasileiro.

Jornal do Brasil: “Movimentos sociais se distanciam do Governo”; “Mais de oito mil manifestantes criticam política econômica e Reforma Agrária”; “CUT participa da marcha e já programou a próxima”. A crise no campo: “Mandante de chacina tem fazenda invadida”.

E, finalmente, o **Valor Econômico**: “Correção do Imposto de Renda longe da inflação”. Ou seja, um

mero arremedo de solução apresentado aqui pelo Governo.

Eu acordei muito cedo para trabalhar. Eu queria ver em que pé estava o Governo Lula do ponto de vista da mídia, e aqui estamos vendo. A mídia, supostamente, representa uma ótima perspectiva de formação de opinião pública.

E a última matéria de hoje: "Ministério – Lula quer reforma pronta antes da Convenção".

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já lhe concederei o aparte, Senador Mão Santa.

O Presidente Lula não quer a reforma do seu Ministério para tornar o Governo mais eficiente, mais eficaz; ele a quer antes da Convenção do PMDB. Ou seja, a preocupação dele não é o País, mas é saber se ele não perde o apoio do PMDB. Ele poderia ter uma relação com o PMDB como tem com o PSDB, ou seja, o PMDB quer devolver os cargos – eu penso que deveria fazer e não quero me meter em assunto interno desse Partido. Nós do PSDB apoiamos tudo que é de interesse da Nação e não abrimos mão da independência de criticar o Governo. Seria, talvez, este o caminho mais justo. Mas esta matéria é deplorável: "Lula quer reforma pronta antes da Convenção". Não é reforma pronta para governar bem o País, não é reforma pronta para dar solução a problemas tão graves, e sim reforma pronta para resolver uma pendenga política com um de seus aliados. Isso diminui o tamanho do Presidente da República; isso diminui a majestade do cargo de Presidente da República; isso reduz o nosso nível de atuação política a algo mesquinho, pequeno, menor do que o coração do povo brasileiro.

Ouço, ao encerrar, o nobre Senador Mão Santa, que me honrará com o seu aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, atentamente ouvi todo o seu discurso, bem como todo o País. Eu quero dar aqui um testemunho. Precisamente hoje, dia 26 de novembro, quase dois anos, aprendi que "quem nunca comeu mel quando come se lambuza". O PT chegou ao Governo e pensou em transformar este País em Cuba. O Senado foi a resistência; no Senado, V. Ex^a. Um quadro vale por dez mil palavras. Hoje, sexta-feira, ninguém do PT está aqui, mas V. Ex^a está presente, cumprindo com seu dever de Oposição, essencial e fundamental para fortalecer a democracia. V. Ex^a se iguala ao oposicionista Rui Barbosa, ao seu pai, Arthur Virgilio, a Affonso Arinos, a Teotônio Vilela, a Mário Covas e a tantos ou-

tos. Foi, sem dúvida alguma, sua inteligência, acompanhada da sua coragem, que fez o PSDB ressurgir. Só estou a lamentar que Fernando Henrique tenha falado em alguns líderes que podem chegar, através do PSDB, à Presidência da República e não tenha dito o nome de V. Ex^a. O próprio Fernando Henrique saiu daqui do Senado. Ninguém representou tão bem, engandecendo a Oposição, como V. Ex^a. Quero apenas lembrar as inúmeras manchetes e artigos que, lúcida e estoicamente, V. Ex^a coletou, desde a madrugada, para trazer ao Brasil, somando, como sempre. Tenho aceitado sua liderança aqui, embora eu seja do PMDB, mas do PMDB de Ulisses, que, encantado, no fundo do mar, ainda faz chegar seu mandamento: "Ouçam a voz rouca das ruas!" Quero apenas dizer que o que vivemos, como diz Boris Casoy, "é uma vergonha". A CPMF foi a mais bela inspiração de Adib Jatene, esse extraordinário homem da ciência médica. Transformada em lei, ela é desviada, não vai para a saúde. A Cide, pela qual tanto lutamos, é uma vergonha! Como está aqui na revista da Confederação Nacional do Transporte, 75% das estradas brasileiras estão imprestáveis. E o Piauí tinha que ser a luz, como o foi no regime da ditadura, buscando João Paulo dos Reis Veloso, um homem que, em dez anos de mando, não apresentou nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade, nenhuma corrupção. Virtudes do homem do Piauí! Senador Arthur Virgílio, apenas 10% da Cide estão sendo empregados em transportes. Daí 75% das estradas estarem imprestáveis. Das dez piores estradas, três estão no meu Piauí, que votou em Lula e entregou até o Governo do Estado para o PT. E o irmão de João Paulo dos Reis Veloso, Raul Veloso, expert em contas públicas e homem do Piauí, diz, em resumo: "Entendemos que a PPP não resolve problemas rodoviários". Ela só vai onde haja lucro. A PPP é uma privatização meio enrussada. "Esta questão tem que ser resolvida pelo recurso da Cide". Só 10% são aproveitados. A Petrobras é uma vergonha, um caso de a Polícia Federal ir lá e prender. Na Venezuela a corrida de táxi é equivalente a R\$3,00. Tem produção de petróleo lá, mas aqui também tem. Em Buenos Aires, a corrida de táxi é equivalente a R\$5,00. Por que aqui não é assim também? Porque é uma falta de vergonha. O Presidente da Petrobras fica fazendo *marketing*, coisas que nada tem a ver com o transporte, com o barateamento do custo, fazendo gracinhas eleitoreiras. A Petrobras, podendo baratear o custo do combustível, que serve a todos, fica a fazer politicagem com as várias instituições. Quero aplaudir e mostrar nosso reconhecimento, nosso orgulho de, embora eu seja do PMDB, ter V. Ex^a como nosso líder em momentos difíceis neste Parlamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Mão Santa, agradeço as palavras sempre gentis, fraternas, que V. Ex^a me dirige e as devolvo reafirmando a minha expectativa, completamente cumprida, quanto a V. Ex^a se afirmar como o grande Senador que é. Grande representante do Estado do Piauí, ao lado do Senador Heráclito Fortes e do Senador Alberto Silva, e um oposicionista coerente, aquele homem que não se liga a benesses governamentais, que prefere, na verdade, manter o compromisso com as suas idéias, com o seu coração e com o seu cérebro. Isso faz de V. Ex^a alguém que merece a admiração de todos nesta Casa, a começar por mim.

V. Ex^a menciona João Paulo dos Reis Velloso, um homem de bem, e também Raul Veloso, economista competente, especialista em contas públicas, reunindo o talento, a experiência e a capacidade de análise que fazem dele um dos mais agudos observadores da cena econômica nacional, com ênfase para as contas públicas.

Agradeço, ainda, ao ex-Governador de Rondônia e nosso querido colega Senador Valdir Raupp por me ter cedido o horário de seu pronunciamento. Viajo daqui a pouco e o Senador Valdir Raupp, com o seu cavalheirismo de sempre, com a sua gentileza de sempre, cedeu-me esse horário, ficando sua fala para depois da minha.

Encerro fazendo minhas as palavras de João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados. Diz S. Ex^a: “o Governo não está governando”. Isto está nos jornais de hoje. O Presidente Lula não tem mais desculpas a dar. O que faria o Presidente nos próximos dois anos, que pouco fez nos dois anos para trás? Qual é a mágica? Ele vai chamar algum mágico, algum prestidigitador para resolver o problema da inércia, da inapetência, da incompetência administrativa?

V. Ex^a falou de Cuba. O Presidente poderia tomar uma atitude básica: mandar uma porção desses Ministros incompetentes dele para cortar cana em Cuba. Seria uma solução. Outra opção seria nomear pessoas de efetiva operacionalidade. Em outras palavras, o Presidente da República precisa compreender que não irá longe e o Brasil irá mal se ele insistir em trocar a ação administrativa pelo *marketing* político. Peço mais Lula, mais Presidente Lula e menos Duda. Nada de “Dula” ou de “Luda”, uma mistura de Duda com Lula. Nada disso. Peço Lula governando, exijo Lula governando, a Nação cobra Lula governando, a Nação cobra um Presidente que se interesse pelos problemas nacionais, um Presidente que se interesse em estudar as matérias referentes ao País, um Presidente que não abra mão, em nenhum momento, de ser crítico em relação às medidas sugeridas pelo seus Ministros. O

Presidente Lula se deslumbra. O Ministro chega lá, diz uma coisa agradável: vamos fazer o programa tal. Ele lança o programa, empolgado com o Ministro. Daqui a pouco fracassam ele, o programa, o Ministro, todos eles juntos, porque o Presidente Lula não estuda os problemas, não se dedica. Ele não é uma pessoa de ouvir, de estudar, de ler, de se preocupar efetivamente com essa ação, que deve ser paulificante para ele, de governar, que é essencial para o País.

Estou falando aqui para três ex-Governadores: Senadores Alvaro Dias, Mão Santa e Valdir Raupp. Eu também já tive experiências administrativas. Sabemos, portanto, nós quatro o que é a necessidade de se estudar as matérias para não ficarmos comendo na mão de Ministro, de Secretários, para não ficarmos entendendo que a verdade única estaria em alguém que está nos trazendo uma solução que, muitas vezes, é falsa.

O Presidente Lula tem dois anos. Disse o Líder da Minoría na Câmara, José Thomaz Nonô, que ele chegou ao meio-dia. Daqui para frente, a caminhada é para o crepúsculo, e depois do crepúsculo vem o anoitecer. Marcos Coimbra, do Vox Populi, nosso “nostradamus de Minas Gerais”, diz que, haja o que houver, Lula já está eleito em 2006, ainda que ande sem roupa na Avenida Paulista, ele já está eleito – jamais vi uma forma tão abjeta de bajulação. Ninguém ousaria se manter respeitável intelectualmente e fazer uma afirmação tão temerária, tão capaz de amanhã comprometer o bom nome de um homem inteligente, como é caso do Dr. Marcos Coimbra. Pois com exceção dele, todos os demais brasileiros, inclusive a velhinha de Taubaté, sabem que o Brasil está mergulhado numa crise que tem o nome de crise de Governo. O Presidente Lula não governa, e, não governando, faz com que sua base se rebelle e leva a Nação a experimentar todos esses momentos de angústia, de dúvida, de arrependimento e de frustração, porque, afinal de contas, Lula se elegeu em nome da esperança e não está sabendo governar em nome dos interesses maiores e legítimos do povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

vários artigos de jornais.

Estatal pode ter deixado de ganhar R\$ 4 bi

Do Rio

A Petrobras pode ter deixado de ganhar cerca de R\$ 4 bilhões este ano ao manter os preços da gasolina, diesel e GIP defasados em relação ao mercado internacional. Esse é o cálculo do consultor Maurício Martínez, da consultoria Ideakraft, que estima em R\$ 2 bilhões a perda com a venda de diesel por um preço mais barato do que o das importações brasileiras, das quais a Petrobras é responsável pela qua-

se totalidade. A esse valor se somam o R\$ 1,4 bilhão que a estatal deixou de ganhar ao vender mais barato o GIP e os R\$ 400 milhões de perda na gasolina.

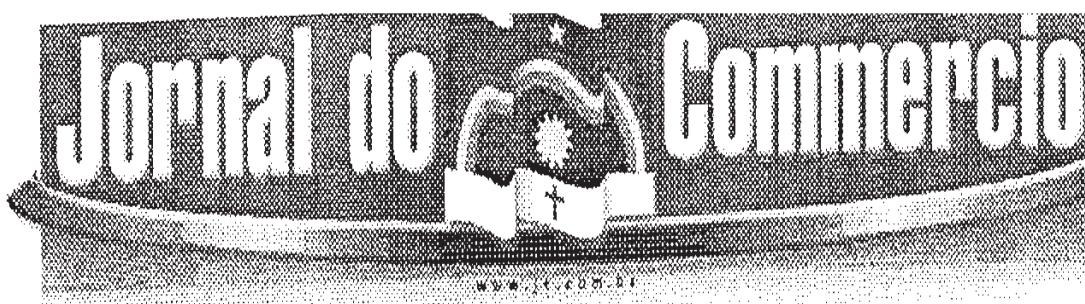
Ao calcular a diferença dos preços da Petrobras na Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio, utilizando como referência os preços médios de importação informados no Siscomex, e considerando

os preços médios de importação do Siscomex, o sistema eletrônico que registra as importações e exportações do país. A

prática, o que vários analistas já tinham detectado. Os preços ao longo do ano ficaram abaixo não só do mercado americano como também da Europa, que pagou uma taxa menor e tancagem.

Considerando a participação do diesel na receita da área de abastecimento — R\$ 2,5 bilhões no último balanço trimestral — Martínez estima que, no GIP, a atual diferença entre o diesel vendido da Petrobras e o diesel importado de Belvieu, no Texas (EUA), mercado de referência. O Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBE) calcula

nessas somas o consultor acrescenta que a política de preços da Petrobras mostra que ela está criando uma conta-petróleo implícita, que dencia em 33% o ganel. "A política de preços da Petrobras é exata, que contabiliza a atividade do Tesouro com a estatal. Para Adriano Pires, do CBE, o aumento fará com que os combustíveis não contaminem a meta de inflação de 2005, ajudando também a Petrobras a melhorar o lucro do ano. (GS)



COMBUSTÍVEL FICA MAIS CARO HOJE

Petrobras anunciou para hoje aumento de 4,25% da gasolina e de 3% do diesel, nas refinarias. Ministra diz que foi o último do ano. »ECONOMIA

Petrolífera deve disponibilizar o aumento gradualmente, com exceção das populações e empresas que, nos próximos dias, terão de pagar o reajuste. »CORREIO DA MANHÃ

Informações do Sindhist Brasil, o aumento pode ser diferenciado, porque ficaria disto reduzir o impacto social que a alta determinaria. »JC.COM.BR

Ponto de corte assusta fera menos preparado

As provisórias portarias que desestimulam os federais a votar em 15 de novembro, segundo o sindicato, provocaram a reação de um grupo de estudantes universitários para o voto no dia 14 de novembro. »CIDADES 10

Acordo está de pé, diz agência internacional

Depois de discutir a crise, a Agência Internacional de Energia Atômica declarou que o acordo fechado entre Irã e o IAEA impõe de usinas de urânio. »PÁGINA 7

Sem-terra recuperam a Fazenda Recreio

O MST voltou a recuperar a Fazenda Recreio, em Pindamonhangaba, no interior de São Paulo. O grupo, liderado por Lúcio, na segunda-feira, 1º de novembro, realizou desmonte de cerca de 100 casas de madeira. »CIDADES 9

Manchete representa a torcida de Paulista

O ex-PDF agora se chama Mackenzie. O nome mudou de novo, pela quinta vez, também de colégio. Sua diretoria prometeu respeitar a tradição de Paulista. »ECONOMIA/ESPORTES 9

RECIFE TEM DIA DE PROTESTOS AGITADOS

A PM reprimiu uma manifestação estudantil contra o aumento dos passagens, intimidou servidores da Saúde nos portos de hospitais e do Secretaria. Integrante do Fórum Social caminham contra a violência e param o trânsito. »CIDADES 1



Fábrica de hemoderivados deve
vir para Pernambuco por
influência de Humberto Costa

» PÁGINA 4

Justiça suspende nova eleição
para prefeito de Ipabi e
candidato eleito vai assumir

» PÁGINA 3

Americanos suspeito de integrar
mafia de Nova Iorque é preso
num cyber café no Rio de Janeiro

» PÁGINA 7

GAZETA MERCANTIL

Data 26/11/04 Pág. _____

Brasil precisa definir o seu papel, diz FHC

Fernando Exman/Investnews
de São Paulo

O ex-presidente adverte que é preciso ousadia para não se perder a oportunidade da integração à economia global

O ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso criticou os acordos bilaterais que o seu sucessor Luiz Inácio Lula da Silva tem fechado, como os recentemente assinados com a China e a Rússia. "A ideia de fazer acordos tópicos vem em um quadro mais defensivo do que ofensivo. Nós temos uma política defensiva e eu acho que nós devíamos passar para uma política ofensiva e tornar a decisão de nos integrar à economia global", afirmou.

Nas valiações de FHC, essa estratégia é consequência da ausência de uma definição na sociedade brasileira de qual é o papel que o País deve ter no cenário internacional. O Brasil ainda não sabe, dentro das suas definições estratégicas, se realmente está querendo entrar no grande jogo da competição global. Acho que deveríamos ter uma visão econômica mais clara para ganhar mais força e, então, podermos ter voz política", disse.

Para o ex-presidente, porém, essa não é uma falha apenas do atual governo. "Não estava claro no meu (governo) e também não estava claro antes. Toda hora nós vemos um pedido de proteção. Nós ainda temos medo. Há até razões para esse medo, mas temos que resolver, pois não vai ter muitas alternativas. Vamos ter que fazer acordos porque o mercado mundial é grande, mas insuficiente para a escala produtiva moderna."

FHC disse ainda que a demora nessas definições podem causar maiores problemas no futuro. "Nós não percebemos ainda que temos que tomar certas decisões e que elas no longo prazo serão fundamentais".

FHC concedeu entrevista coletiva à impren-

sa na sede da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), após palestra a empresários.

O Tesouro Nacional acertou ao entrar no mercado comprando dólares para honrar parte da dívida externa a vencer, afirmou. Ele também apoiou o Banco Central (BC) na decisão de não definir nenhum alvo específico para a taxa de câmbio. "Não sei se existe um patamar ideal. Na atual conjuntura mundial, a moeda norte-americana está perdendo força, o que faz com que haja a valorização de várias moedas. A principal é o euro. Isso dificulta as exportações europeias. A mesma coisa acontece conosco, mas em menor escala".

Cardoso disse que, após algumas alterações, o projeto das Parcerias Público-privadas (PPP) está agora no caminho certo. Afirmou que, no entanto, é preciso que o governo tome cuidado para que os projetos não se tornem uma privatização às avessas. "Nós não podemos tornar as PPPs o oposto da privatização. Na privatização, o Tesouro recebia dinheiro. Não se pode agora fazer com que o Tesouro dê o dinheiro para fazer a parceria. Tem que ser uma coisa equilibrada".

Para FHC, o fortalecimento das agências regulatórias será essencial para a construção de um ambiente favorável para que o capital privado atenda ao interesse público, uma vez que o Estado já não tem capacidade para garantir os aportes necessários. "Houve, no começo do governo Lula, críticas às agências regulatórias e uma certa indefinição. Isso atrapalha a vinda de capitais privados".

Setores do governo federal têm dado espaço demais aos movimentos que reivindicam a expansão da reforma agrária no País, afirmou. "Na medida em que o Ministério da Desenvolvimento Agrário, às vezes parece dar força a um reivindacionismo incessante, complica a possibilidade de se consolidar o que já foi feito", disse FHC referindo-se às declarações feitas quarta-feira pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart, em palestra a integrantes do MST. Hackbart relacionou as mortes de trabalhadores rurais no País ao setor do agronegócio.

ESTADO DE MINAS

Edição número 66 - SEXTA-FEIRA - 26 DE NOVEMBRO DE 2004

BRASÍLIA

Lula apela por compensação aos estados

Nos próximos dias, o governo federal, integrante da coalizão entre o PPS e o PT, deve apresentar ao Congresso um projeto de lei que autoriza o governo a pagar uma compensação aos estados que perderem parte das exportações para o Brasil. O presidente Lula deve apresentar o projeto no dia 1º de dezembro, quando o Congresso voltará ao trabalho. No projeto, que deve ser encaminhado ao Senado, o governo federal vai sugerir que o governo federal pague R\$ 100 milhões para cada estado que perdeu parte das exportações para o Brasil. O projeto deve ser encaminhado ao Senado no dia 1º de dezembro, quando o Congresso voltará ao trabalho.

Gasolina sobe outra vez

BRASÍLIA (EFE) —

A Petrobras aumentou ontem o preço da gasolina e do diesel, reajustando os preços para o ano que vem. De acordo com a petrobrás, o reajuste é de 4,2% para a gasolina e 8,5% para o diesel. A nova alta era prevista, mas não chegou a ser divulgada ontem. O aumento de 4,2% para a gasolina deve ser de R\$ 0,10 por litro.

O aumento deve ser de R\$ 0,10 por litro para a gasolina e R\$ 0,25 para o diesel. A nova alta era prevista, mas não chegou a ser divulgada ontem. O aumento de 4,2% para a gasolina deve ser de R\$ 0,10 por litro.

O aumento deve ser de R\$ 0,10 por litro para a gasolina e R\$ 0,25 para o diesel. A nova alta era prevista, mas não chegou a ser divulgada ontem. O aumento de 4,2% para a gasolina deve ser de R\$ 0,10 por litro.

O aumento deve ser de R\$ 0,10 por litro para a gasolina e R\$ 0,25 para o diesel. A nova alta era prevista, mas não chegou a ser divulgada ontem. O aumento de 4,2% para a gasolina deve ser de R\$ 0,10 por litro.

O aumento deve ser de R\$ 0,10 por litro para a gasolina e R\$ 0,25 para o diesel. A nova alta era prevista, mas não chegou a ser divulgada ontem. O aumento de 4,2% para a gasolina deve ser de R\$ 0,10 por litro.

BRASÍLIA

Isolada para os franceses

A compositora belga **Isolde**, autora da canção **Chante-moi**, que encantou o Brasil, está em Paris. Ela comenta o passado e o futuro: "Eu tenho certeza de que gravarei mais canções, mas só quando eu tiver tempo".

IMPASSE NA UCRÂNIA

Por decisão da Suprema Corte, que acordou, ontem, na capital ucraniana, Kiev, que o presidente Viktor Yanukovich deve renunciar, o presidente da Ucrânia, Leonid Kuchma, não poderá exercer seu mandato, que termina em dezembro, informou o porta-voz da Presidência, Víktor Lyashko.

Entretanto, o comitê do movimento popular ucraniano, liderado pelo deputado Leonid Taran, rejeitou a decisão e prometeu uma "guerra civil". Em seu comunicado, o grupo exigiu que o presidente ucraniano, Viktor Yanukovich, renuncie.

OPINIÃO

DESAFIO DE CRESCER SEM DESCUIDAR DA INFILTRAÇÃO

ÍNDICE

BRASÍLIA
ESTADO DE MINAS
POLÍTICA
ECONOMIA
CULTURA
ESPORTES
OPINIÃO
NOTÍCIAS

Gripe ameaça mais de 1 bi de pessoas

Até 30 de outubro, quando é esperado que o Brasil esteja suscetível à infecção pelo vírus da gripe A, cerca de 1 milhão de pessoas morrerão, alertou o diretor da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o risco da epidemia. Ele disse que não sabe se esse número chegará na primavera ou no outono.

PROJETO ABREVAZ AREA COM OUTRAS OBRAS INFELIZES

PBII E COMERCIANTES VAO RECUPERAR AS CALÇADAS

TESTEMUNHAS DIZEM QUE FAZENDERO FEZ DISPAROS

ESTUDO MOSTRA AVANÇO DA AVICULTURA EM MINAS

ZERO HORA

Data 27/11/2004 CVM pág. 16



ZERO HORA

A. 17 N. 1.342

PORTO ALEGRE SEXTA-FEIRA 27 DE NOVEMBRO DE 2004

SCPR
R\$ 1,75

www.zerohora.com.br

Fraudes no programa Bolsa-família se espalham pelo Estado

Mais de 5 mil pessoas estão no mapa de irregularidades no cadastro de beneficiários pelo programa federal de renda mínima Bolsa Família. Além de Sapucaia do Sul e Estrela, registrados em ZH, também em Pelotas, Santa Cruz do Sul e Canoasinha foram localizadas irregularidades de fraudes.

São nomes de pessoas que aparecem mais de uma vez no cadastro, ou homônimos, cujos dados diferem entre eles, desfiliados. As denúncias preocupa o diretor de gestão do programa, Sérgio Patamir. "O número de irregularidade de nomes parece muito elevado para ser um simples erro". **Página 48**

Aumento de 7% da gasolina é o terceiro do an-

Página 26

Infância desamparada

Navegando em dunas de neve

Diário do Rio Grande do Sul relata que a geóloga grega paulista Jefferson Strobl conta como os冰bergs se formaram na Antártica. **Página 44**

GUIA DE CONSÓRCIOS

Esclareça as dúvidas antes de entrar para em grupo

ESPECIAL SOBRE RODOVIAS

Novos investimentos reforçam pólo automotivo gaúcho

Ampliação da Eucaté, construção da GM, GKN, Arco Dourado e de tecnologias associadas. **Páginas 4 e 5**

CAMPUS & LAVOURA
Cavalo Crioulo gaúcho
herdeiro no Chile

Diego Sartori, op. Bey

"O povo está muito revoltado"

Jogador gaúcho descreve o clima de insatisfação na Ucrânia para a volta de uma guerra civil. **Página 40**

Gastronomia

**Pratos para
Natal e
Ano-Novo**

BEST SELLER

**Internautas
loucos por cartas**

Morte de menina em São Leopoldo expõe drama de miséria a que estão submetidos seus irmãos (foto). **Página 52**

ZERO HORA

Data 26/11/04 Pág. _____

ESTADÃO Cachoeirinha, Pelotas e Santa Cruz têm cadastros duplos

Aumentam indícios de fraude no Bolsa-família no Estado

HUMBERTO TREZZI

O descontrole na aplicação do programa federal de renda mínima Bolsa-família fica mais evidente a cada dia.

Depois de revelar irregularidades em Sapucaia do Sul e Esteio, Zero Hora comprovou ontem a existência de dublês no cadastro de beneficiados pelo programa em outros três municípios: Santa Cruz do Sul, Pelotas e Cachoeirinha.



São nomes que se repetem ou, pior, homônimos, cujos dados diferem pouco dos similares do cadastro e que simplesmente não existem mas estão habilitados a sacar dinheiro do governo.

Em Cachoeirinha, ZH encontrou entre os nomes duplicados, no cadastro de 2.379 famílias contempladas pelo Fome Zero, é o caso de Sandra Regina Arbelo da Luz, que mora num casarão da Vila Regina e já recebe R\$ 80 por dois filhos. Na lista do Bolsa-família, porém, caiu Sandra Arbelo (com uma só letra ele) e com filhos nascidos na mesma época também está habilitada a receber. Mais curioso é o caso de Olinda Pinto da Rosa e Olinda Pinto da Rosa, mulheres quase homônimas que deveriam residir no número 12 da Avenida Flores da Cunha. O número não existe.

As autoridades ainda não sabem explicar se ocorreu erro ou fraude. Nem quem inventou estes nomes-

Contraponto

Responsável pelo cadastro em Cachoeirinha, onde ZH também flagrou problemas:

"Acontecem muitos erros, mas não acredito em fraude. Sei de gente que aparece quatro vezes no cadastro, mas é porque tinha se cadastrado, antes em outro programa federal. Simplesmente migrou. Se agora aparecem pessoas com nomes diferentes, no mesmo endereço ou em endereço inexistente, pode ser fraude. Vamos investigar."

fantasmas. A hipótese de que os cadastros-dublês tenham sido criados propositalmente para sacar dinheiro indevidamente cresceu, admite o diretor de gestão do Bolsa-família no Ministério do Desenvolvimento Social, Sérgio Paganini. Pelo menos no caso de Sapucaia.

O número de duplicidade de nomes parece muito elevado para ser um simples erro. Oficiamos o prefeito da cidade para que explique como tantas pessoas com nomes e dados iguais conseguiram se cadastrar.

A prefeitura de Sapucaia do Sul pretendia suspender hoje o pagamento do Bolsa-família, até tecadastrar todos os beneficiários. Mas o governo federal deu prazo de 30 dias para que as pessoas se recadastrem, antes de cortar o benefício.

Os primeiros indícios são de que o governo pagou duas vezes (uma para um fantasma), em grande par-

te dos casos revelados por ZH. Um dos indícios que aponta para a fraude é que os dublês têm diferentes Números de Inscrições Sociais (NIS, criado para que se habilitem aos programas). Isso significa que apresentaram carteiras de identidade diferentes para se inscrever. Nesses casos, afirma Paganini, agiram de má-fé. A esperança dele é que a Caixa Econômica Federal tenha identificado e bloqueado os dublês antes de pagá-los.

Mais de 300 mil cartões já foram bloqueados

Zero Hora procurou estes dublês, nos endereços declarados. Invariavelmente, um beneficiário existe, e o outro, não. Quem ficou com o cartão sobressalente, nos casos em que ele foi criado? O governo federal nem as prefeituras sabe ainda explicar. Com ajuda da Controladoria-Geral da União (CGU), desde maio foram bloqueados mais de 300 mil cartões-dublês no Brasil.

Não é a primeira falha — ou crime — envolvendo o Bolsa-família flagrada por ZH. No inicio do mês, o jornal comprovou que pessoas de classe média (muitas delas com carro na garagem e máquinas agrícolas na propriedade) recebem o dinheiro do programa federal, que deveria ser apenas para famílias com renda per capita inferior a R\$ 100.

humberto.trezz@zerohora.com.br

Ler as reportagens anteriores da série sobre os desvios no Bolsa-família:
www.zh.clickbs.com.br

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 11-164

Página: 1

Um dia de fúria dos ex-aliados de Lula

► O movimento dos
sem-terra continua
para ser autônomo e
independente do
governo Lula. ■

“Governo quer maioria para quê?”, pergunta FHC

One interesting finding is that, among children in the control group, 20% developed type 1 diabetes during the 10 years of follow-up. "That's a rate that's 4 times higher than what we would expect in the general population," says Dr. Laffel. "We can't say for sure if it's because of the PMD diet or not, but it's certainly a possibility."

Preso é favorito na eleição palestina

*D*índido do ex-prefeito Luizinho Cisjordânia, Mariano Buglha, decidiu disputar a eleição presidencial pelo PSL em 2018, apesar de ter sido preso e libertado por suspeita de envolvimento no escândalo da Lava Jato. Ele saiu com a campanha "O amanhã é seu". Com 12 anos de Buglha à frente do poder, o eleitorado gaúcho que segue o noticiário político só ouve falar de

Gasolina sobe 4,2% e diesel, 8%

Este é terceiro aumento no ano; ministra descarta novos reajustes nos próximos meses

Urgente demanda de resolução temática é a reforma da PEC que propõe a vedação da inflação. Esse é o momento de combater essa tentativa. Entretanto, é fundamental que sejam adotados meios moderados, seguidos e pacíficos. Não se pode permitir que o resultado seja o confronto entre os interesses. Vamos lutar por

ta que a gasolina deve sair com um preço de R\$ 0,90, o preço de atacado é de R\$ 0,80 e o lucro da distribuidora é de 10%. Fazendo assim, o custo unitário é de R\$ 0,68, e o preço final é de R\$ 0,80. Desse modo, para complementar os fornecedores, o lucro da distribuidora é de R\$ 0,12, ou seja, 15% sobre o custo.

Ata do Conselho anuncia apelação malvada

tores da PGR destacaram que os agentes econômicos continuam pressionistas, preventivos e indicadores do estudo. O documento foi apelidado de "Relatório Malvada". ■ MÁRCIA BORGES

**Costa decide:
estatal do
sangue é de
Pernambuco**

TUETE NA OBRA, THE FLASH RECEARÁ

Serra anuncia quatro nomes do secretariado

Bradesco e Casas Bahia: uma parceria pelo crédito

Justiça suspende resultado das eleições na Ucrânia

Caderno 2
O Natal já
chegou às telas

» O *Espresso* fala, ameaça com recusas de mídia, estreita hoje suas parcerias com os partidos. ■

**Rombo põe em risco
10% dos contratos**

to the Gas contractor

B6 (verso) ver que o imóvel
têm características comuns
nas sob suspeita. ■ PAB. 414

Pelme nuclear
AIEA diz que vale

acordo sobre urâno

pelo crédito

O ESTADO DE S. PAULO

PFL convoca Gastão para explicar acusações

Segundo José Jorge, declarações de ex-secretário contra Ministério da Saúde são de "extrema gravidade"

BRASÍLIA

Em discurso na tribuna, o senador José Jorge (PFL-PE) pediu ontem o comparecimento do ex-secretário executivo do Ministério da Saúde Gastão Wagner na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para prestar esclarecimentos sobre as declarações que deu ao Estado à respeito do comportamento do ministro Humberto Costa.

"O servidor público fez sérias acusações na condução da política de saúde, além de dizer que o ministério é movido pelo marketing", afirmou o senador. Seu requerimento foi aprovado e o ministro terá que comparecer na comissão. Depende agora do apoio dos integrantes da CAS e da boa vontade de Gastão em comparecer.

Jorge tachou como sendo de "extrema gravidade" o fato de o ex-secretário afirmar que a saúde foi usada nas eleições e que a pasta desrespeita o Sistema Único de Saúde (SUS) quando concentra decisões de compra. "É isso, como assegurou o ex-servidor, aumenta o risco de negociações", constatou. O senador disse que já tinha analisado no plenário o "empenho" do ministro em "alardear em ritmo de publicidade suas mínimas ações no ministério".

O líder do PFL na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (BA), acusou o Ministério da Saúde de ter se transformado em instrumento do governo para a propaganda do PT. "As declarações do ex-secretário não são novidades para nós. Há muito vinha denunciando o uso político do ministério.

Nas eleições, então, o governo usou e abusou das ações do ministério em favor de candidatos apoiados pelo Planalto."

Para Aleluia, o problema está no ministro. "Não tem qualificação para ser ministro da Saúde. É um ministério acéfalo", afirmou.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (SP), do PTB, partido aliado do Planalto, também criticou o ministro. "O Humberto Costa é como um band-aid, um curativo, mas que não resolve nada."

Para o líder do governo na Câmara, deputado Professor Luizinho (PT-SP), os que criticam Costa o fazem porque tentam encobrir a administração "caótica" do governo anterior na Saúde. "Todo mundo sabe que o ex-ministro José Serra teve uma atuação incompetente." • J.D.

Lula decide apertar cerco ao PMDB

Ele só vai definir participação do partido no governo após convenção peemedebista

Vera Rosa
Christiane Samarco
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu apertar o cerco ao PMDB: só vai definir se amplia ou não a participação do partido no governo depois da convenção peemedebista, marcada para dia 12 de dezembro. A guerra de nervos tem lances de ameaças feitas pelo governo aos parlamentares do PMDB.

Enquanto a fatia do PMDB na Esplanada continua indefinida, a ida do líder do PP na Câmara, Pedro Henry (MT), para um ministério está praticamente certa. Henry é cotado para substituir Agnelo Queiroz (PC do B) no Esporte.

Para tentar solucionar o impasse que envolve seu partido, o líder no Senado, Renan Calheiros (AL), tenta a todo custo encontrar uma forma de enterrar o en-

contro do dia 12, convocado para decidir se a legenda desembarcará ou não do governo. "A convenção é o que de pior pode acontecer ao PMDB agora", disse Renan, que é candidato à presidência do Senado. "Precisamos construir uma solução política, porque, se essa convenção for mesmo realizada, só Deus sabe qual será o fim da guerra interna."

De qualquer forma, seja qual for o resultado da convenção, Lula deve ter o apoio da maioria do PMDB na Câmara e no Senado. O Planalto e a ala governista do partido trabalham para desmontar a convenção por razões diversas, mas ninguém tem dúvidas de que o apoio será mantido.

A operação desmonte conta com o aval do presidente do Senado, José Sarney (AP). Mas o deputado Michel Temer, presidente do PMDB e defensor da saída do partido do ministério, não pode

nem ouvir falar nesse assunto, chamado por ele de "manobra".

REMANEJAMENTO

Se tudo ocorrer conforme o script planejado pelo Planalto, Lula pode ampliar a participação do PMDB no governo, embora sua idéia inicial seja deixar o partido com dois ministérios. O partido já comanda Comunicações e Previdência Social, mas reclama que não tem uma pasta "com grife" (leia-se com orçamento gordo). A idéia do presidente é atender à reivindicação, fazendo uma espécie de "remanejamento". Em outras palavras: se o partido "se comportar bem" deve ganhar o Ministério das Cidades, hoje ocupado por Olívio Dutra, que tem orçamento de R\$ 887 milhões.

Uma das idéias, neste caso, seria transferir o ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, para Cidades. O PMDB, assim, fica-

MST caminha para a oposição, diz d. Tomás

Movimentos populares estão frustrados com Lula, afirma presidente da CPT

BRASÍLIA

As frustrações dos sem-terra com o governo Lula podem levar o movimento popular para a oposição. O alerta foi feito ontem pelo presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), d. Tomás Balduíno, em palestra na Conferência Nacional Terra e Água. "A conferência sinaliza que o movimento dos sem-terra caminha para ser autônomo e independente do governo Lula."

D. Tomás não escondeu a frustração com a ausência do presidente Lula. Também criticou o não comparecimento do secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci. Segundo líderes sem-terra, Dulci havia confirmado presença, mas ontem comunicou que não iria por causa de uma viagem ao Pará.

Até anteontem, d. Tomás achava impossível Lula faltar a um evento dos sem-terra. Chegou a dizer que só um problema "de segurança nacional" o impediria. Ontem, sua chateação foi manifestada para os 9 mil participantes da conferência. "Se aqui estivessem presentes 12 mil empresários, será que Lula deixaria de vir?", perguntou.

O dirigente da CPT, também membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, disse que Lula frustra os movimentos populares. "Sem mudar a política econômica não conseguiremos atingir nossos objetivos", disse.

O descontentamento com o governo ficou visível nos quatro dias de conferência. A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, foi vaiada durante sua fala. Os ministros da

Agricultura, Roberto Rodrigues, e do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, não foram convidados, mas receberam vaias. Também citado, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, foi poupado.

Para d. Tomás, o governo

Lula mantém a aliança com a elite e não há sinal de ruptura. Segundo ele, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, representa essa elite. "O BC é a sede de um poder subordinado e que representa o poder econômico e financeiro." ■ G.G.

Marcha contra as reformas termina com confusão e dois presos

Lisandra Paraguassú

BRASÍLIA

Terminou em confusão o protesto contra as reformas trabalhista, sindical e universitária, ontem, organizado por sindicatos e partidos de esquerda na Esplanada dos Ministérios. A marcha começou tranquila, mas pegou fogo quando cerca de 300 estudantes decidiram invadir o Congresso e foram contidos pela Polícia Militar. Os jovens entraram no espelho d'água do prédio e jogaram garrafas e latas com água contra os PMs e o prédio, rachando um vidro. Dois jovens foram presos.

Pouco antes, no Ministério do Trabalho, os manifestantes chamaram o presidente Lula – antes ídolo das esquerdas e sindicatos – de capacho e traidor e o ministro Ricardo Berzoini de "pelegão".

CHOQUE

Apesar dos pedidos dos líderes, que já conduziam a marcha para o Ministério da Educação, os estudantes não saíram do Congresso. A confusão só acabou por volta das 14 horas, quando chegou o Batalhão de Choque da PM. Mas ele não precisou agir. Logo os estudantes resolveram seguir os de-

mais. Darius Leva Emrani, 19 anos, de São Paulo, e Thiago Madureira Araújo, de 23, de Sergipe, foram presos. Segundo a polícia, três veículos foram danificados.

Cerca de 7 mil pessoas, segundo a PM, iniciaram o protesto às 10 horas. O ato reuniu sindicatos – como o dos professores das universidades federais e o dos fiscais do trabalho –, estudantes universitários e militantes de partidos como o PSTU e o P-Sol, em formação, que reúne os deputados Luciana Genro e Babá e a senadora Heloísa Helena, expulsos do PT.

Previsto para ser um ato contra as reformas, o protesto abrigou de tudo um pouco. Havia faixas contra a reforma da Previdência – já aprovada –, a privatização das universidades, que não está prevista, e até a abertura do mercado de petróleo a empresas estrangeiras.

Foi o primeiro ato nacional em que o P-Sol participou como partido, apesar de não ter assinaturas suficientes para registrar sua criação. Luciana valorizou o P-Sol como um partido que "não se vendeu ao governo". ■ Colaborou Denise Madueño

Governistas tentam salvar sigilo de aliados do MST

Dois deputados do PT e um do PC do B queriam anular sessão da CPI da Terra que autorizou abertura dos dados

CPI DA TERRA

Rosa Costa
BRASÍLIA

Num ofensiva inédita na história das comissões parlamentares de inquérito, deputados aliados do governo tentaram ontem anular a sessão da CPI da Terra em que foi quebrado o sigilo bancário e fiscal de duas entidades ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST). A abertura das contas da Confederação Brasileira das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrab) e da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) foi aprovada por unanimidade.

Os deputados petistas Adão Preto (RS) e Luci Choinacki (SC), além de Jamil Murad (PC do B-SP), alegaram ser falso o argumento que justificou a decisão de que a Polícia Federal teria investigado as duas entidades. "O que houve foi uma afronta, uma perseguição que deve ser reparada", alegou Adão Preto.

O deputado foi repreendido pelo presidente da comissão, senador Álvaro Dias (PSDB-PR): "V. Exa. não tem autoridade para fazer uma afirmativa leviana como esta", alegou. Como o MST não existe legalmente, já que não dispõe de um registro jurídico, tem se valido da Concrab e da Anca, além de outras entidades, como os principais braços financeiros" que inter-

mediariam o dinheiro repassado ao movimento.

O senador tachou de "inaceitável" o fato de os parlamentares atuarem para manter em sigilo o uso de dinheiro público, "embora tenham a missão de fiscalizar as contas do governo". "Defendo, aliás, que o cidadão tem o direito de saber como o dinheiro dos imposto é gasto", argumentou.

Dias lembrou que as duas entidades obtiveram liminares no Supremo Tribunal Federal (STF) impedindo a quebra do sigilo. A Concrab, por fim, foi derrotada pelo voto do ministro Gilmar Mendes em favor da CPI. Já a liminar pró-Anca ainda depende do parecer do ministro Joaquim Barbosa.

Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) mostram que as ordens bancárias do governo em favor da Anca, de julho a dezembro do ano passado, somam mais de R\$ 5 milhões. De acordo com parlamentares que tiveram acesso às contas da Concrab, a entidade movimentou R\$ 7,1 milhões nos últimos seis anos, em recursos públicos e doações internacionais. Os valores, porém, não são comunicados à Receita Federal.

DIREITOS HUMANOS

A CPI da Terra foi convocada para ouvir o secretário especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, sobre o assassinato de

cinco sem-terra, no último sábado, no acampamento do MST em Felisburgo, Minas. Segundo ele, as mortes poderiam ter sido evitadas, se as autoridades do Estado tivessem investigado as ameaças que os trabalhadores vinham recebendo havia dois anos.

Nilmário deu como certo que os mandantes foram o fazendeiro Adriano Chafic e seu sobrinho Calixto Luedy, que tiveram a prisão decretada pela juíza da comarca de Jequitinhonha, Célia Maria Corrêa, mas estão foragidos.

O secretário disse que há "uma grande preocupação do governo" com o conflito de terra, em várias partes do País. Tanto que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) recebeu a missão de manter atualizado o mapa sobre os locais onde é mais acirrada a disputa pela posse da terra. Já a Polícia Federal mantém um levantamento sistemático sobre a atuação de milícias armadas.

Nilmário desconversou quando questionado sobre a iniciativa do presidente do Inca, Rolf Hackbart, de associar o agronegócio ao assassinato. Segundo ele, Hackbart não generalizou porque supõe que, no fundo, ele também endossa a opinião do governo de que a agricultura familiar e a de exportação "são complementares" •

CELSOMING

O preço de um atraso

O reajuste dos combustíveis anunciado ontem não pode ser visto apenas providência de rotina. Contém informações importantes.

A primeira é a de que, nesse episódio, a direção da Petrobras trouxe a opinião pública com desasco. Durante meses, negou que houvesse desalinhamento de preços, mesmo não podendo esconder que o reajuste de outros derivados, como o do querosene de aviação e do óleo combustível, obtivesse outro tratamento. Prefeu a desculpa de que não podia fixar os preços internos num mercado tão volátil como o que caracterizou o setor nos últimos oito meses.

Não se discutem aqui os critérios que devem orientar a formação dos preços. Não falta, por exemplo, quem defende reajustes apenas com base na evolução dos custos (em reais). Para todos os efeitos, a Petrobras garante que segue, com pequenos ajustes, a fórmula paramétrica adotada desde janeiro de 2002, que leva em conta a trajetória dos preços internacionais do petróleo convertidos em reais pelo câmbio interno. Se, certo ou errado, este é o critério da Petrobras, sobre-se dela seu cumprimento.

Há um mês, quando da polêmica com o Banco Central, a Petro-

bras negava "defasagens". Ontem, anunciou reajuste de 4,2% nos preços da gasolina e de 8,0% nos do óleo diesel. Ora, em 30 dias, os preços internacionais do petróleo caíram, como caíram também as cotações do dólar no câmbio interno. Não houvesse esse atraso, um reajuste que entrasse em vigor apenas agora teria de ser de redução de preços, e não de aumento, como foi.

O que a direção da Petrobras não quer admitir é que usou seus preços para fazer política. Evitou reajustes que eventualmente criassem ruídos prejudiciais ao desempenho dos partidos do governo nas eleições municipais. O grande beneficiário dessa política foi o PT, uma instituição de respeito, mas cujos objetivos não se identificam necessariamente com os do interesse público, como se espera de uma empresa pública.

Uma segunda questão a examinar é a mencionada divergência entre a Petrobras e o Banco Central. Na ata da reunião do Copom realizada em outubro, o Banco Central advertiu a Petrobras de que o atraso no reajuste concordaria para deteriorar as expectativas dos agentes econômicos e prejudicava a execução da política monetária.

Em outras palavras, o Banco

Central dizia que a falta de reajuste imediato descarregava sobre 2005 pressão inflacionária que em princípio deveria ser absorvida ainda em 2004. A principal consequência desse quadro é a de que, para cumprir a meta de inflação de 2005, o Banco Central terá de manter os juros mais altos do que deveria. Conclui-se que o jogo da

ção do IGPM em 12 meses já iria para mais de 12%. Esse número agora vai ser engrossado pela alta do diesel. Isso significa, também, que os preços administrados (os da luz, água, gás e impostos), que se sempre reajustados pelo IGPM agora inchado, vão ficar mais altos. E isso, outra vez, vai pesar sobre a política dos juros.

A pergunta seguinte está em saber se este reajuste eliminou a falha de alinhamento entre preços internos e externos. A ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, assegura que os preços estão atualizados e que novos reajustes só aconteceriam se as cotações internacionais voltarem a disparar.

Não é o que diz a Consultoria MB Associados, que concluiu que os novos preços da gasolina ainda mostram um atraso de 4,8% e os do óleo diesel, de 3,2%.

Isto significa que a Petrobras está apostando em preços internacionais em queda, conjugados com um câmbio interno relativamente estável, que eliminasse naturalmente o atraso remanescente. Mas às vésperas do início do inverno no Hemisfério Norte, quando as exigências de calefação costumam puxar os preços dos derivados, esta é uma aposta de algo risco, e não uma previsão. ■

PETROBRAS ATRASOU REAJUSTE PARA FAZER POLÍTICA

Petrobras para beneficiar o PT vai exigir sobrecarga pela qual tem de pagar toda a sociedade. Enfim, na polêmica com o Banco Central, a Petrobras saiu chamuscada.

Ontem, o coordenador do IPC levantado pela Fipe, Paulo Picchetti, previu que o impacto imediato dos novos reajustes no custo de vida vai ser de pelo menos meio ponto percentual ainda este ano. Nesse cálculo não foi levado em conta o efeito no orçamento doméstico a ser exercido pelo reajuste do óleo diesel sobre os preços no atacado. E bom lembrar que, sem levar em conta este último reajuste, a evolu-

O alarmismo do Copom

Aata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) era esperada com certa ansiedade, pois o comunicado divulgado no fim do encontro havia suprimido a palavra "suave", usada anteriormente nas referências aos reajustes de taxa Selic. A chamada "teoria do bole na sala" foi mais uma vez lembrada pelo mercado ao receber, com certo alívio, a ata do Copom.

Mas a leitura atenta da ata não justifica o alívio e ainda deve-se considerar que, no momento da sua divulgação, a taxa cambial subia e era anunciado novo aumento dos combustíveis.

Nos meios econômicos consi-

dera-se que, mais do que a taxa Selic, foi a valorização do real perante o dólar que contribuiu para conter a alta de preços. Mas, desde que o Banco Central anunciou que o Tesouro compraria divisas no mercado, o dólar sofreu um aumento.

Parece, também, que o BC não tinha recebido informações do governo sobre um novo aumento dos preços da gasolina e do diesel.

O parágrafo 32 da ata contém uma séria advertência: "Casos o Copom avalia que o risco de que a inflação se distancie da trajetória de metas não estaria se reduzindo de forma satisfa-

tória, a autoridade monetária estará preparada para alterar o ritmo e a magnitude do processo de ajuste nos juros básicos, iniciado na reunião de setembro."

O aviso não poderia ser mais claro.

Na sua análise, o Copom considera que, apesar da redução dos preços internacionais do petróleo, da apreciação da taxa de câmbio e de indícios de algum arrefecimento da atividade econô-

mica, a perspectiva da dinâmica da inflação não foi alterada. O recente noticiário não leva a crer que o Copom possa mudar a política na reunião de 14 e 15 de dezembro.

No que se refere à conjuntura econômica, o Copom menciona a evolução da produção industrial e das vendas no varejo: são os bens que dependem da renda, e não do crédito, que apresentam aumento de preços. Paralelamente, o Copom continua a se mostrar preocupado com o divórcio entre capacidade de produção e demanda, que já se reflete negativamente nos preços no atacado.

Essa sutil análise fortalece a ideia de que a pressão inflacionária poderá aumentar, num período em que a renda cresce (13º salário) e aumenta a demanda. Assim, o Copom está preparando o mercado para uma nova alta da taxa Selic, o que, insistimos, só poderá favorecer a inflação. ■



Governo de resultados?

Quando o presidente Lula exige de seus ministros "um governo de resultados" em 2005, o resultado que tem em mente é a sua reeleição em 2006. Quando lembra ao PMDB que o partido não tem um "nome nacional" para concorrer com chances no Planalto, sugerindo, portanto, que a agremiação fará melhor se ficar no governo - com mais espaço, naturalmente - e desta vez integrar-se à coligação eleitoral vitoriosa em 2002, a intenção é a mesma. E é para isso também que até o PP poderá desfrutar de um ministério na reforma que virá.

O empenho de Lula nessa composição e o fato de ter ele assumido pessoalmente - e solitariamente - o comando da articulação política do governo indicam que ele deve concordar com a avaliação do antecessor Fernando Henrique, segundo a qual o desfecho das eleições municipais mostrou que o presidente "não é imbatível". Por maior que tenha sido a influência das questões locais e da personalidade dos candidatos, em cada caso, o decepcionante desempenho do PT nas grandes cidades foi também um julgamento da gestão Lula.

Não no sentido que lhe deu a prefeita Marta Suplicy, debitando parte do seu fracasso à política econômica - a que tornou possível a retomada do crescimento e da oferta de empregos. O governo foi o que foi nas urnas porque é o que é em matéria de competência. Esse e nenhum outro é o pesado pano de fundo da reforma ministerial e da movimentação política dos últimos dias em Brasília. É legítimo Lula trabalhar por sua reeleição, ampliando as alianças em torno do seu nome e cobrando mais e melhor serviço de sua equipe.

O problema é que uma coisa não se encaixa na outra. Dar uma terceira Pasta ao PMDB e uma ao PP são promessas que passam ao largo do choque de qualidade por que o governo precisa passar, a rigor desde sempre. Ainda mais se for verdade que o Ministério do Planejamento poderá ser concedido à senadora Rosana Sarney, que se mudaria do PFL para o PMDB, como compensação ao pai pelo abandono da emenda que permitiria a sua reeleição para o comando do Senado (e a do petista João Paulo Cunha na Câmara).

Do mesmo modo, dos rumores sobre quem irá para o lugar de quem não emergem indícios de que Lula vá "escalar a melhor seleção do Bra-

sil", como chegou a prever, apoteoticamente, o senador Aloizio Mercadante. Embora seja alentador saber que entre os ministros defenestráveis estão o das Cidades, Olívio Dutra; do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto; do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias; e da Saúde, Humberto Costa; é de duvidar, considerando o retrospecto, que os seus sucessores sejam a sua antítese no quesito "resultados".

Registre-se, a propósito, a sofreguidão do titular da Saúde em salvar-se. "Não vejo razões para minha mudança", disse ele, como quem enquadrava o presidente. As razões estão no retrato aterrador do que tem sido a gestão petista na área, traçado pelo ex-secretário-executivo da Pasta, o sanitarista Gastão Wagner. "O Ministério da Saúde faz tudo do ponto de vista do marketing", revelou em entrevista ao *Estado*. A isso está reduzido um dos dois setores - o outro é a Educação - cujos avanços no governo anterior nem o PT ousou contestar.

A rigor, Lula tem três tipos de ministros - os ociosos, que não aparecem no noticiário porque nada fazem - que são ampla maioria; os incompetentes, dos quais se fala na proporção das dores de cabeça que causam ao presidente; e os eficientes, uma pequena minoria que se distingue dos demais por saber fazer o que precisa ser feito. Esse último grupo é capitaneado pelo titular da Fazenda, Antonio Palocci, o petista que muitos dos seus correligionários amam odiar, a ponto de Lula advertir que "comigo não terá vez" quem propuser o desmanche da política econômica.

Sendo essa a única que está dando certo, é natural que contra ela se acirrem os descontentes. Ninguém ignorava que um dos mais ativos é o problemático titular da Casa Civil, José Dirceu. Mas não se esperava que ele manifestasse a sua insatisfação diante dos 16 outros ministros petistas que se reuniram com Lula na noite de segunda-feira. Dirceu, que, bem pensadas as coisas, não disse a que veio como "capitão do time" da administração federal, tampouco consegue que o presidente lhe devolva a coordenação política do governo.

De toda maneira, ao se tornar menos indulgente com os seus, Lula deu um passo adiante. Mas é pouco - se já não for tarde.



Na Esplanada dos Ministérios, uma onda de protestos contra o governo

PROTESTOS

Gilse Guedes
BRASÍLIA

A quinta-feira de sol quente, em Brasília, foi um dos dias mais difíceis para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto na Esplanada grupos de estudantes marcharam gritando slogans contra sua política universitária e tentavam invadir o Congresso – só não o fizeram porque a PM os conteve –, militantes sem-terra entraram em conflito com a polícia diante da sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), num choque que terminou com 10 feridos. Além disso, duas grandes figuras ligadas à luta histórica do PT fizeram duras advertências contra o destino que vem tomando o governo.

O economista Plínio de Arruda Sampaio, um dos fundadores do PT, afirmou que se Lula mantiver a política econômica terá de romper com seu passado e seus históricos aliados dos movimento de trabalhadores. O bispo d. Tomás Balduíno advertiu que as frustrações que vêm crescendo em muitos setores levarão os movimentos populares para a oposição.

Arruda Sampaio, que preside a Associação Brasileira de Reforma Agrária, foi à Conferência Nacio-

Arruda Sampaio: se não mudar, Lula terá de romper com seus aliados históricos

nal Terra e Água e apoiou sua carta-proposta, que pede, entre outros pontos, o fortalecimento da agricultura familiar e o fim dos incentivos federais ao agronegócio. Custeada com recursos da União, a conferência acabou sendo um desastre político para o governo.

O encontro produziu durante toda a semana manifestações críticas às políticas de Lula e causou grave crise no governo por causa das críticas feitas pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart, que associou o agronegócio ao assassinato de trabalhadores sem-terra. De quebra, os sem-terra vaiaram Lula, quando se anunciou que não iria ao evento.

Em discurso na conferência, Arruda Sampaio conclamou os sem-terra a irem às ruas pressionar o governo a liberar mais recursos para a reforma agrária “Sempre acompanhei o companheiro Lula. Não consigo admitir que depois de dois anos tenhamos assentado menos do que no governo anterior.”

Ele também foi uma das estrelas da marcha dos 9 mil participantes do encontro até o Banco Central, em Brasília, para pe-

dir mudanças na política econômica. No protesto, deu outro recado a Lula. “Sempre fui amigo de Lula e acho que um amigo é aquele que diz a verdade e não aquele que puxa o saco.”

Para ele, os sem-terra têm de fazer manifestações, porque só assim conseguirão atingir seus objetivos. “Toda vez que o povo teve algum benefício foi depois de fazer manifestações.”

Na sua avaliação, falta vontade de política ao governo Lula para fazer a reforma agrária, e Judiciário e imprensa são aliados do Planalto contra a reforma agrária. “A Justiça é culpada pela violência no campo.”

Na carta-proposta enviada a Lula, os participantes pedem a proibição da produção comercial de transgênicos até que haja garantias de que não prejudicam a saúde e o meio ambiente. Exigem também estudos de impacto ambiental para as pesquisas com organismos geneticamente modificados.

Em destaque na carta estão as críticas à política econômica. “Essa política, formulada no governo FHC e mantida no governo Lula, é a principal causa do agravamento da situação social e da degradação ambiental, com a manutenção da pobreza e da desigualdade e de patamares insustentáveis nas taxas de desemprego.” ■

Gasolina e diesel ficam mais caros hoje

Reajuste nas refinarias é de respectivamente 4,2% e 8%, mas Petrobrás não calcula quanto será repassado ao consumidor

PREÇOS

Nicola Pamplona

RIO

O preço da gasolina sobe hoje 4,2% nas refinarias da Petrobrás e o do diesel, 8%. É o terceiro aumento dos combustíveis no ano. Para o consumidor, o repasse deve ficar em torno dos 2,5% na gasolina e 6,5% no diesel, segundo a Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis (Fecombustíveis). A entidade alerta que a gasolina será influenciada também pelo aumento de 10% no preço do álcool anidro, na última semana, suficiente para garantir impacto adicional de 0,8% no preço final do produto.

Os aumentos foram anunciados em um momento em que o dólar ronda o menor nível desde junho de 2002 e que o petróleo voltou a níveis de setembro, antes dos recordes das últimas semanas – os dois são os principais componentes na formação dos preços dos combustíveis. Por isso, foram recebidos como uma “surpresa positiva” pelo mercado financeiro, segundo relatório do Unibanco Research. No início desta semana, o gerente de Investidor Individual da empresa, Paulo Maurício Campos, disse, em chat com investidores, que os preços estavam “totalmente alinhados” com o mercado externo.

Agora, após os aumentos, analistas calculam que a defasagem está próxima de zero. Motivo suficiente para a ministra Dilma Rousseff afirmar, em cerimônia na hidrelétrica de Tucuruí, que não haverá novos ajustes nos próximos meses, já que a tendência é de estabilização no mercado de petróleo. “Obviamente o Brasil não é uma ilha e, se o preço do petróleo explodir, nós temos de ver que providência vamos tomar”, disse.

Se confirmado o repasse estimado pela Fecombustíveis, a gasolina terá subido cerca de 10% no ano. O repasse, porém, varia de acordo com a alíquota do ICMS nos estados. Desta vez, a Petrobrás preferiu não fazer estimativas sobre o repasse nas bombas, como vinha fazendo desde o início do ano. A empresa era criticada por revendedores e distribuidores, que a acusavam de tentar controlar os preços no mercado.

O anúncio dos reajustes foi recebido com festa no mercado financeiro. Primeiro, por reduzir a praticamente zero a defasagem;

segundo, por impedir uma contaminação da inflação de 2005. As ações preferenciais da Petrobrás subiram 5,36% e puxaram o pregão de ontem da Bolsa de Valores de São Paulo.

O Unibanco Research calcula que os aumentos garantem um impacto positivo de R\$ 200 milhões no resultado da estatal este ano. A estatal vai receber 7% a mais por litro de gasolina e 10% a mais por litro de diesel que vender. O reajuste para o consumidor é menor porque inclui impostos e margens de distribuição de revenda. • Colaborou: Tânia Monteiro

No fim, a Petrobrás obedeceu ao Copom

RIO

O reajuste dos combustíveis põe fim à polêmica criada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na ata da reunião de outubro, quando criticou a estatal por adiar os aumentos. Segundo especialistas, os novos reajustes foram concedidos no limite, para evitar contaminação da inflação de 2005, principal preocupação do Copom quando fez as críticas.

A ata provocou uma resposta dura da Petrobrás, que afirmou, em nota, que o Copom não entendia a complexidade do mercado de petróleo e não deveria interferir na política de preços da empresa. No mercado, a impressão foi de que, apesar de reclamar, a Petrobrás seguiu a

recomendação do Copom e não será um obstáculo ao cumprimento da meta de inflação de 5,1% em 2005.

“O reajuste foi feito no limite, já que a coleta do IPCA de dezembro começa hoje mesmo. Se ficar algo para 2005, será residual, provocado por movimentos da revenda”, avalia Ana Paula Almeida, da Tendências Consultoria. Segundo ela, o impacto na inflação de dezembro será de 0,14 ponto porcentual pelo aumento da gasolina, e mais 0,1 ponto porcentual pelo aumento do diesel.

Para Ricardo Junqueira, sócio da Ático Asset Management, ao zerar a defasagem nos preços dos combustíveis, a estatal eliminou uma pressão sobre a inflação em 2005. E pode até vir a reduzir os preços no ano que vem, caso se confirmem as expectativas de uma queda nas cotações do petróleo e derivados. “Quem mira em 5,1% tem de se preocupar com os preços administrados”, disse. • N.P.

Lula se queixa da indiferença do povo

Em Tucuruí, presidente lamenta que população não reconheça benefícios na política de crédito e só critique os juros

DESABAFO

Tânia Monteiro
Enviada especial
TUCURUÍ

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se queixou ontem da indiferença que "o povo" e a imprensa mantêm em relação às mudanças efetuadas no programa de crédito e das críticas ao aumento da taxa básica de juros. O comentário foi relatado por uma das autoridades presentes no almoço servido na Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. Lula lamentou que a população não reconheça os benefícios dos empréstimos concedidos pelo microcrédito, com desconto em folha, concedidos desde o ano passado.

O presidente comentou que, com o microcrédito, "o povo" pode pegar o dinheiro a 2% ou 3% de juros e comprar um eletrodoméstico ou outro produto à vista, depois de negociar um desconto. Se fossem pagar os juros da loja, ressaltou, teriam de pagar taxa de 10% ou 12%. No almoço, de acordo com os presentes, Lula destacou ainda os últimos números da economia, com o País crescendo e o fato de estar gerando energia em volume maior do que a necessidade.

Antes, no discurso de entrega de quatro novas turbinas em Tucuruí, ele assegurou que "os apagões são uma página virada da nossa história" e aproveitou para defender o crescimento sustentado. O presidente repetiu o que tem dito nos últimos dias: no seu governo não haverá mudanças bruscas na economia. "Esse País nunca mais sofrerá apagões. Não vai faltar energia nem para o ciclo atual, nem para o ciclo de expansão", declarou. Tucuruí é a maior obra de infra-estrutura do governo.

"Já assistimos momentos de euforia, momentos em que o povo saía para as ruas, gritando de euforia em função de uma deter-

minada medida do governo e, três meses depois, esse povo esma não deu certo ou foi uma aventura", lembrou o presidente. "Isso nos serviu de lição."

Lula reiterou que estava inaugurando quatro turbinas, de um total de 11, que estarão prontas em agosto de 2006, com um investimento de R\$ 3,7 bilhões, criando 2.194 empregos diretamente no canteiro de obras. Lembrou que esta nova geração de energia vinha junto com o novo modelo regulador do setor elétrico "muito bem implantado", que dava segurança aos investidores, "evitando o que acontecia no Brasil antes".

Em seguida, o presidente ressaltou que todas as obras que estão sendo feitas respeitam o meio ambiente. "Mesmo que demore mais, as obras têm de estar com tudo arranjado, para não ter de parar no meio do caminho." Para o presidente, "é bom e necessário ter fartura de energia", mas "é bom também que o povo possa pagar por ela". Segundo Lula, "o preço da energia não pode ser barreira para o bem-estar das famílias, nem obstáculo para o crescimento do setor produtivo brasileiro".

Mais adiante, prometeu, "antes de terminar o mandato", a "tão sonhada obra da clausa", que permitirá que os rios Araguaia e Tocantins sejam navegáveis. Pouco antes, o governador do Pará, Simão Jatene, do PSDB, já havia destacado a promessa.

Ora lendo, ora de improviso, Lula afirmou que, para se investir no setor produtivo, é preciso infra-estrutura, mão-de-obra especializada e mercado para vender os produtos. Para isso, informou, o governo está recuperando estradas, hidrovias e portos; abrindo vagas nas universidades para 107 mil novos alunos que vão estudar de graça; e aumentando o número de empregos e a massa salarial.

"No dia 1º de dezembro estaremos comemorando 23 meses de governo e vamos terminar o ano podendo olhar na cara de vocês e dizer que 1,7 milhão de empregos foram criados, o maior número desde 1992, que a massa salarial aumentou 11,09% e as empresas estão hoje com 86% da capacidade ocupada", comemorou. "É hora de passarmos de país em vias de desenvolvimento, para país desenvolvido, respeitado pelos mais diversos foros no mundo." ■

Na cerimônia, contratemplos e gafes

FRUSTRAÇÃO: Durante a entrega de quatro turbinas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não pôde fazer o gesto simbólico e tradicional de acionar o botão que põe as máquinas em operação. Embora as turbinas pudessem ser ligadas, não iria haver geração de energia, porque o Lago de Tucuruí está abaixo do nível mínimo e não há água suficiente para gerar energia. Só dentro de, pelo menos, um mês, as águas começarão a subir e as turbinas poderão ser ligadas, o explicou o diretor de tecnologia da Eletronorte, Manoel Ribeiro. Ele lembrou que isto é normal esta época do ano. Esta não foi a única situação embaraçosa da viagem, onde Lula enfrentou um calor de

quase 40 graus e suava muito. Ao ser presenteado por um dos empregados mais antigos da usina, João Brandão, com uma cesta de produtos regionais, Lula a abriu, e distribuiu vários dos biscoitos que ganhou entre as demais autoridades que estavam ao seu lado. Em seguida, comeu um bolo de cupuaçu e, logo depois, desfazadamente, jogou o papel no chão, atrás da cadeira do governador tucano, Simão Jatene. Lula, que estava ao lado de quatro ministros, um governador, três senadores, entre outros, foi o único a fazer isso. Ao chegar à usina, Lula recebeu um capacete que usou durante parte da cerimônia mas, acabou retirando-o, por causa do calor.

Um dia de fúria dos ex-aliados de Lula

Brasília viveu um dia de protestos: estudantes, sindicalistas, sem-terra e militantes de esquerda ex-aliados do PT. Empoçoada uma marcha contra as reformas temia-se com tentativa de invasão do Congresso e prisão de dezenas de estudantes, dentro da sede do Icaraí dez pessoas ficaram feridas em confronto entre a polícia e integrantes do Movimento Trabalho e Liberdade (MSL). A marcha dos estudantes começou tranquila na Esplanada dos Ministérios, mas esquentou quando os manifestantes começaram a jogar garrafas e latas nas polícias e quebraram um vaso do prédio do Congresso. O economista Plínio de Arruda Sampaio e o bispo dom Tomás Balduíno — personalidades ligadas à história do PT — fizeram duras críticas ao governo em outra marcha, a das sem-terra, ate a sede do Banco Central, com a participação de 9 mil pessoas. ■ PAG A4

Gasolina sobe 4,2% e diesel, 8%

Este é terceiro aumento no ano; ministra descarta novos reajustes nos próximos meses

O preço da gasolina sobe hoje 4,2% nas refinarias da Petrobras, e do diesel, 8%. É o terceiro aumento dos combustíveis no ano. Para o consumidor, o repasse deve ficar com torno de 2,5% na gasolina e 6,5% no diesel, segundo a Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis (Fecombustíveis). A entidade ale-

ta que a gasolina deve sofrer ainda pressão do aumento de 10% no preço do álcool anidro registrado na última semana, suficiente para garantir um impacto adicional de 0,8% no preço final do produto. Dos principais componentes na formação dos preços, o dólar ronda o mesmo nível desde junho de 2002. E o petróleo voltou a patamares

de setembro, antes de atingir recordes. Os aumentos foram bem recebidos pelo mercado financeiro: analistas calculam que a deságua foi reduzida a valores próximos de zero, motivo para a ministra Dilma Rousseff afirmar, durante cerimônia na hidrelétrica de Tucuruí, que não haverá novos ajustes nos próximos meses. ■ PÁG D1

Ata do Copom ganha apelido: malvada

AMÉRICA: Depois de tentar criar a expectativa de inflação mais baixa para 2005, o Banco Central encara com um aumento ainda maior nos juros: na ata da última reunião do Copom, divulgada ontem, os diretores do BC destacam que os agentes econômicos continuam pessimistas, prevendo índices acima do esperado. O documento foi apelidado de "Ata Malvada". ■ PÁG B4

FERVURA SOCIAL

Ausente de conferência de camponeses, presidente é criticado até por aliados históricos, como o presidente da CPT e Arruda Sampaio

Lula viria por empresários, diz dom Tomás

LEILA SUWWAN
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O último dia da maior conferência nacional de movimentos sociais do campo deste ano se transformou num ato contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que desistiu de participar do evento na última hora. Dois amigos aliados do presidente o criticaram ontem, pedindo que os sem-terra "vão às ruas".

"Se estivessem aqui 12 mil empresários, seria que o Lula deixaria de vir", questionou dom Tomás Balduíno, da CPT (Comissão Pastoral da Terra), em discurso para a platéia de 9.000 pequenos agricultores, sem-terra e militantes sociais. Para incentivar mais pessoas contra o governo, disse: "Não haveria reforma agrária hoje se não tivessem ocorrido as invasões. Ela não iria cair do céu".

O ex-deputado petista Plínio de

Arruda Sampaio tomou o microfone "para tirar um peso do coração". Ele foi o responsável pela elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária que previa o assentamento de 1 milhão de famílias em quatro anos, mas, decepcionado, desligou-se do governo.

"Unidos na rua, somos invencíveis", disse Sampaio, culpando os três Poderes pela violência no campo, especificamente o assassinato de acampados em Felisburgo (MG). "É com tristeza que digo, mas nem o presidente Lula escapa dessas acusações", continuou ele, comovido.

Além de Lula, o ministro Luiz Dulci (Secretaria Geral) se ausentou do encontro ontem. Os próprios líderes avisaram o Planalto de que não havia "clima" e de que não valia a pena desgastar ministros aliados com possíveis vaias.

Ambos os palestrantes denunciaram mágoa em razão da ausência do presidente. "Eu, sempre

acompanhei o companheiro Lula, sempre pertenci a seu partido. Não consigo admitir que em dois anos ele tenha feito menos assentamentos que o governo anterior, que era contra os trabalhadores", afirmou Arruda Sampaio.

Dom Tomás, que havia sido escalado para recepcionar Lula anteontem, avaliou que a conferência simboliza uma ruptura. "Vamos tomar um caminho de independência. Não está excluída a possibilidade de oposição", disse.

Decepção

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) se esforçou para manter uma separação entre protestar contra a política econômica e atacar Lula. Alguns líderes insistiram que o presidente jamais seria vaiado porque a multidão havia ido a Brasília para vê-lo e que havia uma forte ligação emocional com ele.

João Paulo Rodrigues, coordenador do MST, tentou amenizar a frustração do público. "É natural que o pessoal volte para casa com a sensação de que o Lula, de um ano para cá, mudou", referindo-se à ida de Lula ao evento de 2003.

O tom do encontro — em que o agronegócio foi criticado, ministros foram vaiados e demissões foram exigidas — deixou Lula em posição difícil. Palestrantes queriam dele explicação para o rumo que tomou. Para dom Tomás, o discurso de paciência não serviria mais. "Não somos os im pacientes, estamos cansados."

No manifesto da conferência, Lula é criticado por continuar a política econômica de Fernando Henrique Cardoso. Mencionando o "incentivo ao agronegócio", a política seria a culpada pela exclusão social, a pobreza, a criminalidade, a degradação ambiental e até as matanças e agressões contra sem-terra e índios nesta semana.

FHC critica atuação de ministério

CHICO DE GOIS

DA REPORTAGEM LOCAL

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) criticou ontem, em São Paulo, a atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário do governo Lula e disse que a pasta atua no sentido de fortalecer um clima de reivindicação constante por parte do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

“É preciso chegar num entendimento com esses setores do MST. Na medida em que o Ministério da Reforma Agrária [Desenvolvimento Agrário] às vezes parece dar força a um reivindicacionismo incessante, isso complica a possibilidade de realmente con-

siderar o que já foi feito.”

Fernando Henrique referia-se às declarações do presidente do Incra, Rolf Hackbart, que na terça-feira havia dito que estão, “sob a etiqueta do agrobusiness”, os fazendeiros suspeitos de matar e ferir sem-terra e acampados. Hackbart também pediu união contra o “outro lado”.

Para o ex-presidente, “não está ocorrendo acirramento no campo; de tempos em tempos ocorre isso”. Ele lamentou “as ocupações a granel” e a reação “inaceitável por parte dos pistoleiros”. “São sintomas do nosso atraso, da nossa incapacidade de resolver de uma maneira institucional esse problema.”

Ao falar das críticas que o presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva fazia às alianças políticas firmadas na sua gestão, Fernando Henrique aconselhou Lula a reavaliar o passado. “Ele é que tem de rever as visões que ele tinha. Numa democracia como a nossa, onde o Congresso Nacional tem peso, o Executivo não pode governar sem ter maioria no Legislativo.”

Para o ex-presidente, a maioria no Congresso tem de ter algum objetivo. “O governo Lula está tentando fazer um grande esforço para ter essa maioria, mas não vejo muito claramente para quê.”

E fez uma observação. “Não fica bem, para quem sabe das dificuldades, julgar o governo Lula como o ex-deputado ou o líder Lula me julgava. Ele tinha a absolvição

de quem não sabia como era difícil, e eu não tenho isso”, afirmou.

Sobre os arquivos da ditadura, que, graças a um decreto assinado por ele, podem ter sigilo eterno, afirmou: “Eu assinei sem medir consequências, não fui alertado o suficiente no que diz respeito a que ele pode ser eternizado”.

O presidente nacional do PT, José Genoino, rebateu as críticas de FHC. “Sobre o MST, o ex-presidente optou por sua criminalização, enquanto o PT negocia com esses movimentos.”

Genoino disse, ainda, que “em relação às alianças, ele [FHC] está batendo numa questão sobre a qual o PT decidiu já em 2000 e em 2002, quando optou por uma política de alianças mais ampla”.

200 integrantes do MST invadem fazenda de suspeito por chacina

FÁBIO GUIBU

DA AGÊNCIA FOLHA, EM RECIFE

Cerca de 200 lavradores ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram ontem uma fazenda em Itajubá (380 km ao sul de Salvador), na Bahia, pertencente ao produtor rural Adriano Chafik Luedy, suspeito de ser o mandante e um dos executores da chacina de cinco sem-terra ocorrida sábado em Felisburgo (MG).

Portando facões, foices e enxadas, os agricultores invadiram a área às 5h. Segundo o dirigente

estadual do MST Evanildo Costa, cinco homens armados atiraram e fugiram. Ninguém se feriu.

A propriedade tomada chama-se Rapa Pau e tem cerca de 700 hectares. Segundo o MST, a fazenda possui plantações de cacau, mas é “improdutiva” devido à infestação de uma praga conhecida como “vassoura de bruxa”.

A invasão, de acordo com Costa, teve dois objetivos: pressionar a polícia a agilizar a investigação sobre a chacina e pedir pressa ao governo no processo de reforma agrária. O dirigente informou que vai solicitar ao Incra a vistoria da área. Disse também que, “depen-

dendo do comportamento da Justiça e do governo”, outras duas propriedades de Luedy na região poderão ser tomadas.

“Não definimos o que podemos fazer, mas, para cada ação, haverá uma reação”, declarou.

O superintendente do Incra na Bahia, Marcelino Galo, não foi localizado pela reportagem.

Prisões

A PF prendeu ontem em Itajubá mais três suspeitos de terem participado da chacina — pelo menos 11 homens invadiram o acampamento do MST, mataram cinco sem-terra, feriram outros 13

e atearam fogo às barracas.

Já são seis homens presos. Outros cinco estão sendo procurados, entre eles o fazendeiro Adriano Chafik Luedy. O delegado Samuel Rodrigues Martins Oliveira, da PF em Ilhéus, disse que Edvan Luiz dos Santos e Senilson Marcial dos Santos foram presos em suas respectivas casas, em Itajubá. Wadson Teixeira de Jesus, o terceiro suspeito, apresentou-se espontaneamente. A reportagem não conseguiu falar com os detidos ou com seus advogados.

Colaborou a Agência Folha, em Felisburgo e em Belo Horizonte

FOLHA DE S.PAULO

Estudantes e sem-terra vão às ruas protestar contra Lula

Manifestações reúnem cerca de 16 mil em Brasília e têm política econômica como alvo

Dois protestos independentes e quase simultâneos contra o governo Lula mobilizaram cerca de 16 mil pessoas ontem em Brasília. Em passeata que terminou em início de tumulto e confronto com a polícia diante do Congresso, estudantes e sindicalistas estimados em 7.000 protestaram contra as reformas universitária e trabalhista.

Poucas horas depois, cerca de 9.000 sem-terra encerraram com uma passeata até o prédio do Banco Central o encontro que nos últimos dias se transformou em palco de ataques ao governo, muitos deles partidos de setores do próprio governo, descontentes com Lula. O ponto comum das manifestações foram as críticas à política econômica e os ataques ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e ao presidente do BC, Henrique Meirelles.

O protesto de ontem não foi o maior já realizado contra Lula: em 6 de agosto de 2003, de 50 mil a 80 mil servidores fizeram uma marcha contra a reforma da Previdência que acabou na quebra de 52 vidros do Congresso.

Em Tucuruí, no Pará, o presidente voltou a sinalizar que o caminho adotado na área econômica será mantido e criticou “medidas aventureiras” adotadas em governos passados, sem especificá-las. Como já havia ocorrido ontem e anteontem, o presidente voltou a ser duramente criticado no encontro do MST em Brasília. Dom Tomás Balduíno, da Pastoral da Terra, perguntou aos presentes se Lula não estaria no local “se aqui estivessem 12 mil empresários”. Foi muito aplaudido. No início da noite, um grupo de sem-terra que havia participado do ato em frente ao BC invadiu a sede do Incra. Houve confronto com os policiais, e 13 pessoas saíram feridas.

Presidente come bombom e joga o papel no chão

DA AGÊNCIA FOLHA EM TUCURUÍ

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu um mau exemplo ontem à tarde, na cerimônia de inauguração de turbinas da Usina de Tucuruí (PA). Enquanto a ministra Dilma Rousseff discursava, Lula comeu um bombom de cupuaçu e jogou o papel no chão.

Antes de se desfazer do papel, que jogou discretamente atrás da cadeira em que estava sentado, outra gafe: Lula deixou o seu lugar exatamente no momento em que era cumprimentado pela ministra, durante o discurso dela. Três minutos depois, o presidente voltou sorrindo — a saída era apenas para se pentear e lavar o rosto.

Depois de comer o bombom de cupuaçu, Lula segurou o papel com a mão esquerda. Depois, passou para a mão direita. Em seguida, pôs o braço atrás da cadeira ocupada pelo governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), e jogou o papel fora, disfarçadamente.

A caixa de doces foi presente de um funcionário da usina. (LF)

Ex-assessor de Humberto Costa ataca o governo

DA REPORTAGEM LOCAL

O governo Lula ainda não saiu do canto-chão, o canto de uma só voz, da estabilidade econômica, e necessita começar o contraponto, a composição com várias vozes, que pedem distribuição de renda.

Há uma semana fora do ministério da Saúde, o ex-secretário-executivo da pasta Gastão Wagner, 52, engrossa o coro dos descontentes com o governo ao falar do que motivou sua demissão: a falta de atenção às políticas públicas integradas, a ênfase em programas marqueteiros e centralizadores e a falta de controle dentro da pasta.

Ex-membro do Partido Comunista, Wagner ajudou a elaborar as propostas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em todas as campanhas. Conheceu o presidente, então sindicalista, quando trabalhou como sanitarista em Santo André, na Grande São Paulo. Dali foi dar aulas de Saúde Pública na Unicamp e filiou-se ao PT. Durante a transição, com apoio dos movimentos de saúde, foi chamado pelo ministro Humberto Costa. (FABIANE LEITE)

*

Folha - Qual eram suas prioridades ao chegar ao ministério?

Gastão Wagner - A minha missão era criar o ministério único da Saúde. Uma função de reorganização administrativo-financeira, além da organização interna das várias secretarias. Outros pontos da pauta eram a saúde suplementar e melhorar o acesso a medicamentos.

Folha - E ultimando hoje, qual sua avaliação?

Wagner - As prioridades do ministério são quatro marcas: Samu [Sistema de Atendimento Móvel à Urgência], Farmácia Popular, Qualisus e Saúde Bucal. Apesar de necessários, não são essenciais. Essenciais são o desenvolvimento da atenção primária, do [programa] Saúde da Família, a reforma hospitalar e da atenção especializada, a reorganização da política de pessoal do SUS.

O segundo ponto é que, para os quatro programas, o ministério adotou uma fórmula que é um retrocesso, muito centralizada. O cerne da minha divergência foi isso.

Folha - Havia uma preocupação maior com o marketing?

Wagner - Por que não se priorizou o Saúde da Família? Diziam: isso já existe, isso não marca o governo. Aí acho que há preocupação exagerada com a coisa da marca, do marketing. E no caso da Farmácia Popular, é um programa gerado fora do espaço técnico, político e dos usuários do SUS e que criou um constrangimento muito grande.

Folha - E os planos privados?

Wagner - A ANS [Agência Nacional de Saúde Suplementar] não consegue regular por respeito excessivo às empresas.

Folha - Houve problema com a área econômica?

Wagner - Há uma discussão não resolvida, se o SUS é uma política pública do Estado brasileiro, se é uma forma de distribuição de renda. Há tendência do governo de dificultar, de se opor à regulamentação da emenda 29 [que vincula receitas à saúde].

Folha - O governo pensa em sair desse caminho da universalidade do atendimento?

Wagner - Eu vi discursos contra a vinculação. O que manifestei lá é que, para o governo Lula, uma grande tarefa foi conseguir a estabilidade orçamentária, financeira, mas isso é como canto-chão, aquele que tem um tema só. Precisa passar para o contraponto. Então esse tema do equilíbrio, da estabilidade, precisa ser contraposto à distribuição de renda, à criação de políticas públicas estáveis, e não só na saúde. Eu imaginava que o governo Lula iria fazer várias Brasiliás nas periferias das regiões metropolitanas, projetos integrados de desenvolvimento, saúde, ensino, cultura, esporte — uma espécie de Plano Marshall.

Folha - Qual sua avaliação da Operação Vampiro [que detectou fraudes em licitações]? Houve falta de controle?

Wagner - Antes da operação, no período de reorganização, tive muito atrito com esses assessores. Eu discordava da forma de trabalhar, dos procedimentos administrativos, não prestavam contas. Antes da operação, anulamos 80% dos processos por incorreção.

Folha - Se eram seus subordinados, por que eles não foram demitidos?

Wagner - Não tive autonomia.

sem-terra invadem Incra e enfrentam a...

**EDUARDO SOUZA
DA UNIBASILIA**

Um grupo formado por cerca de 500 sem-terra e 300 estudantes entraram em confronto ontem à tarde com policiais militares em frente à sede nacional do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Dezenas deles conseguiram invadir o prédio, destruindo duas portas, quadros e uma vitraca, além de cartões federais do órgão.

No confronto, oito sem-terra e cinco policiais militares ficaram feridos. Com escoriações, foram levados a hospitais da região, mas liberados logo em seguida. O confronto começou depois que representantes do MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) interromperam uma audiência com o superintendente nacional de Desenvolvimento Agrário, Carlos Guedes de Guedes. Por não concordarem com a pauta do governo, convocaram, via celulares, cerca de 500 integrantes do movimento que participavam de caminhada da Conferência Nacional Terra e Água. Todos se concentraram na por-

ta do órgão, com o reforço de 300 estudantes que saíram de uma marcha contra a reforma universitária. Líderes estudantis e do MTL são ligados ao PSD (Partido Socialista e Liberdade), legenda ainda em fase de oficialização que abriga os dissidentes expulsos do PT — os deputados federais Baba (PA), João Fontes (SE) e Luciana Genro (RS), e a senadora Heloisa Helena (AL). O partido já obteve 364 mil das 438 mil assinaturas necessárias para obter a legalização.

Empurra-empurra

Naquele momento, atendida pelo Incra, a PM já havia cercado o prédio da autarquia. Os manifestantes largaram a entrada do prédio e a PM reagiu. Houve empurra-empurra, com os policiais militares afastando os sem terra e os estudantes com cassetetes, enquanto os manifestantes atiravam pedras e mastros de banderas.

A cavalaria foi chamada em seguida. "A repressão está pior do que com Collor [1989-92] e Fernando Henrique [Cardoso, 1995-2002]", disse Martiano Cavalcanti,

líder do MTL. Segundo ele, o presidente Fernando Henrique não é alinhado ao governo, mas os marcos da investida estão sendo feitos. E parte dos líderes do MTL, como Carvalho, Ribeiro e seu vice, o delegado do Ceará, José Roberto Alencastro, do Incra, descrevem o ato como ilegal e excessivo. "O gás é uma substância tóxica", diz Carvalho, que aponta os protestos como motivo de negociação entre o governo e os governadores estaduais. "O que é rego é garantir a liberdade de expressão", defendeu o delegado.

Segundo o líder do movimento, o MTL não só quer a posse das terras, mas também a reforma agrária. Ele afirma que, se o governo conseguisse essa reforma, o MTL não teria mais razões para protestar. "O que o presidente Geraldo [FHC] quer é a reforma agrária que, se não for feita, vai gerar achaques das autoridades, que vão acabar jogando os sem-terrados de volta para o campo", explica Carvalho.

Foto: J. P. S. / Ag. O Globo

VILA DA CONFERÊNCIA VIRA MAR Milhares de manifestantes

DA AGÊNCIA DE BRASÍLIA

As duas manifestações que ocorreram ontem em Brasília—uma contra as reformas universitária e trabalhista (estudantes e sindicalistas) e outra que atacou a paralisação na reforma agrária (trabalhadores sem terra)—deixaram como saldo janelas destruídas no Congresso e um caos de duas horas no trânsito da cidade.

Pela manhã, entre 6.000 e 7.000 estudantes e sindicalistas, segundo estimativas da Polícia Militar, se reuniram na Esplanada dos Ministérios, protestaram em frente de diferentes órgãos e seguiram até o Congresso Nacional.

Cerca de 200 manifestantes pularam dentro de um dos lagos do Congresso, onde permaneceram por mais de meia hora gritando palavras de ordem contra a reforma universitária.

A polícia isolou o local, mas o clima ficou mais tenso quando algumas pessoas começaram a dar chutes e socos em carros estacionados próximos ao lago. Três carros foram danificados pelos manifestantes: um da TV Globo, um do SBT e um particular.

A polícia não reagiu nem quando as pessoas que estavam dentro do lago começaram a jogar água nos policiais. Após cantarem o Hino Nacional, uma pedra atirada estilhaçou um dos vidros da Câmara. Duas pessoas foram detidas pela segurança da Câmara.

“Foi um ato isolado, de um grupo de estudantes que não respeitou a orientação da direção da marcha”, disse Marina Barbosa, 40, presidente do sindicato nacional de professores das universidades federais, que organizou o protesto com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), entidades de estudantes, sindicatos de trabalhadores em bancos e metalúrgicos e partidos políticos, como o PSTU e o recém-criado PSOL.

Sem-terra

Já à tarde, 9.000 pequenos agricultores, sem-terra e militantes, encerraram a Conferência Nacional da Terra e Água e marcharam por uma das principais avenidas da cidade até a sede do Banco

Central, onde pediram a demissão de seu dirigente, Henrique Meirelles e do ministro Antônio Palocci Filho (Fazenda).

As lideranças da passeata dos sem-terra, apoiada pela CUT, tentavam baixar o tom do protesto, afirmando que queriam apenas a mudança da política econômica. Porém, os manifestantes deixaram claro que estavam irritados com o presidente Luiz Inácio da Lula e queriam ambos ministros fora do governo. A marcha durou das 13h30 às 17h30.

Na extensão de dois quilômetros da marcha —que criou um caos de duas horas no trânsito— se ouvia a mesma coisa: “O povo, na rua, Lula a culpa é sua” ou “Lula, a culpa é sua, joga o Meirelles na rua”.

Não faltaram vaias aos ministros, incentivadas pelo carros de som. Uma bandeira americana com a palavra FMI foi queimada diante do Banco Central, no qual funcionários solidários atiraram papel picado pelas janelas.

Uma comissão encabeçada por dom Tomás Balduíno e dois deputados do PT —Adão Preto e Chico Alencar— entregou o manifesto da conferência ao chefe de Materiais e Patrimônio do banco, depois da tentativa fracassada de falar com uma alta autoridade. Meirelles havia viajado horas antes para o Rio.

O último dia da conferência que teve 9.000 militantes de movimentos sociais, a maioria composta de sem-terra, mesclou momentos de descontração, de cobrança e até agressões contra a imprensa.

Enquanto entrevistava uma participante da marcha de sem-terra e agricultores, a reportagem da Folha foi agredida por um homem transtornado pelo que supunha ser a má intenção dos jornalistas de frivolarizar o protesto. Ele se aproximou, largou uma criança que levava no colo, avançou e tentou pegar a câmera do fotógrafo, que se machucou.

Antes de ser afastado por outros manifestantes, o homem ainda arrancou o caderno da repórter e o pisoteou.

(LEILA SUWAN, JURI DANTAS, RAINER BRAGA E EDUARDO SCOLESE)

Incra e enfrentam a PM

EDUARDO SCOLESE

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Um grupo formado por cerca de 500 sem-terra e 300 estudantes entrou em confronto ontem à tarde com policiais militares em frente à sede nacional do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Dezenas deles conseguiram invadir o prédio, destruindo duas portas, quadros e uma vidraça, além de cartazes e folders do órgão.

No confronto, oito sem-terra e cinco policiais militares ficaram feridos. Com escoriações, foram levados a hospitais da região, mas liberados logo em seguida.

O confronto começou depois que representantes do MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) interromperam uma audiência com o superintendente nacional de Desenvolvimento Agrário, Carlos Guedes de Guedes. Por não concordarem com a pauta do governo, convocaram, via celular, cerca de 500 integrantes do movimento que participavam de caminhada da Conferência Nacional Terra e Água.

Todos se concentraram na porta do órgão, com o reforço de 300 estudantes que saíram de uma marcha contra a reforma universitária. Líderes estudantis e do MTL são ligados ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), lembra ainda em fase de oficialização que abriga os dissidentes expulsos do PT — os deputados federais Babá (PA), João Fontes (SE) e Luciana Genro (RS) e a senadora Heloisa Helena (AI). O partido já obteve 364 mil das 438 mil assinaturas necessárias para obter a legalização.

Empurra-empurra

Naquele momento, alertada pelo Incra, a PM já havia cercado o prédio da autarquia. Os manifes-

tantes forçaram a entrada do prédio, e a PM reagiu. Houve empurra-empurra, com os policiais militares afastando os sem-terra e os estudantes com cassetetes, enquanto os manifestantes atiravam pedras e mastros de bandeiras.

A cavalaria foi chamada em seguida. "A repressão está pior do que com Collor [1990-92] e Fernando Henrique [Cardoso, 1995-02]", disse Martiano Cavalcanti, da coordenação do MTL.

Alguns dos manifestantes conseguiram furar o bloqueio da PM. Pelas escadas, entraram em salas da Ouvidoria Agrária Nacional (9º andar) e da presidência do Incra (18º andar). O gabinete do presidente Rolf Hackbart não foi atingido. No corredor, ficaram as marcas da invasão, com quadros e portas de vidros quebrados. Cartazes e folders foram rasgados e jogados no chão e pela janela.

A direção do Incra registrou boletim de ocorrência e deve abrir uma sindicância interna para apurar os prejuízos. "Não há como negociar num ambiente de conflito. Tive de suspender as negociações imediatamente. Fomos pegos de surpresa", disse o superintendente Guedes de Guedes.

Segundo o Incra, as reivindicações do MTL são atendidas de acordo com a representatividade do movimento. "Eles têm 400 famílias registradas como acampadas em Minas Gerais. Até agora conseguimos assentar 130 delas", disse Guedes. O MTL, por sua vez, afirma que, sob o governo Lula, nenhuma das 12 mil famílias acampadas do movimento recebeu um lote de terra.

BC e Congresso viram alvo de manifestantes

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

As duas manifestações que ocorreram ontem em Brasília — uma contra as reformas universitária e trabalhista (estudantes e sindicalistas) e outra que atacou a paralisação na reforma agrária (trabalhadores sem terra) — deixaram como saldo janelas destruídas no Congresso e um caos de duas horas no trânsito da cidade.

Pela manhã, entre 6.000 e 7.000 estudantes e sindicalistas, segundo estimativas da Polícia Militar, se reuniram na Esplanada dos Ministérios, protestaram em frente de diferentes órgãos e seguiram até o Congresso Nacional.

Cerca de 200 manifestantes pularam dentro de um dos lagos do Congresso, onde permaneceram por mais de meia hora gritando palavras de ordem contra a reforma universitária.

A polícia isolou o local, mas o clima ficou mais tenso quando algumas pessoas começaram a dar chutes e socos em carros estacionados próximos ao lago. Três carros foram danificados pelos manifestantes: um da TV Globo, um do SBT e um particular.

A polícia não reagiu nem quando as pessoas que estavam dentro do lago começaram a jogar água nos policiais. Após cantarem o Hino Nacional, uma pedra atirada estilhaçou um dos vidros da Câmara. Duas pessoas foram detidas pela segurança da Câmara.

"Foi um ato isolado, de um grupo de estudantes que não respeitou a orientação da direção da marcha", disse Marina Barbosa, 40, presidente do sindicato nacional de professores das universidades federais, que organizou o protesto com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), entidades de estudantes, sindicatos de trabalhadores em bancos e metalúrgicos e partidos políticos, como o PSTU e o recém-criado PSOL.

Sem-terra

Já à tarde, 9.000 pequenos agricultores, sem-terra e militantes, encerraram a Conferência Nacional Terra e Água e marcharam por uma das principais avenidas da cidade até a sede do Banco

Central, onde pediram a demissão de seu dirigente, Henrique Meirelles e do ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda).

A lideranças da passeata dos sem-terra, apoiada pela CUT, tentavam baixar o tom do protesto, afirmando que queriam apenas a mudança da política econômica. Porém, os manifestantes deixaram claro que estavam irritados com o presidente Luiz Inácio da Silva e queriam ambos ministros fora do governo. A marcha durou das 13h30 às 17h30.

Na extensão de dois quilômetros da marcha — que criou um caos de duas horas no trânsito — se ouvia a mesma coisa: "O povo, na rua, Lula a culpa é sua" ou "Lula, a culpa é sua, joga o Meirelles na rua".

Não faltaram vaias aos ministros, incentivadas pelo carros de som. Uma bandeira americana com a palavra FMI foi queimada diante do Banco Central, no qual funcionários solidários atiraram papel picado pelas janelas.

Uma comissão encabeçada por dom Tomás Balduíno e dois deputados do PT — Adão Preto e Chico Alencar — entregou o manifesto da conferência ao chefe de Materiais e Patrimônio do banco, depois da tentativa fracassada de falar com uma alta autoridade. Meirelles havia viajado horas antes para o Rio.

O último dia da conferência que reuniu 9.000 militantes de movimentos sociais, a maioria composta de sem-terra, mesclou momentos de descontração, de cobrança e até agressões contra a imprensa.

Enquanto entrevistava uma participante da marcha de sem-terra e agricultores, a reportagem da Folha foi agredida por um homem transtornado pelo que supunha ser a má intenção dos jornalistas de trivializar o protesto. Ele se aproximou, largou uma criança que levava no colo, avançou e tentou pegar a câmera do fotógrafo, que se machucou.

Antes de ser afastado por outros manifestantes, o homem ainda arrancou o caderno da repórter e o pisoteou.

(LEILA SUWWAN, IURI DANTAS, RAINER BRAGON E EDUARDO SCOLESE)



FOLHA DE S.PAULO

LUI^S NASSIF
Jogando a toalha

QUANDO explodiu a crise da Rússia, expondo a fragilidade da política monetário-cambial do Banco Central, um colunista político anotou que rariíssimas vozes, dentro da imprensa econômica, haviam alertado para o desastre.

Tinha razão. Uma parte da imprensa econômica era portadora da síndrome OB: até uma semana antes da mudança do câmbio, qualquer mudança acabaria com o país; uma semana depois, a mudança salvou o país.

Mas outra parte, dos mais críticos, simplesmente tinha desistido do governo. Quando a irracionalidade é extremada, os clichês ganham força. Fica-se dando murro em ponta de faca, pussando por urubus voando em céu azul. Não adianta apontar um iceberg na frente. Os que estão no bai le não querem ser incomodados. Só quando sobrevém o desastre é que cai a ficha.

É o que está ocorrendo gradativamente com o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Foram patéticas a entrevista do presidente à Bloomberg e a impotência do ministro Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento) ante a política cambial do Banco Central.

Lula diz que as taxas de juros internos são elevadas porque a economia ainda inspira cuidados. Quando ela melhorar, as taxas cairão. Essa mesma máxima é repetida por jornais e analistas.

O que está por trás desse raciocínio? Como as taxas de juros balizam a remuneração de títulos públicos, entende-se que os credores têm receio de que o Tesouro não honre a dívida. Daí a razão para exigirem juros mais altos.

futuro da dívida. Ou não? Se a afirmação de Lula e de outros analistas fosse correta, então caberia ao Banco Central permanentemente testar o piso inferior das taxas. Como se explica, então, que, mesmo quando o tal do mercado apostava em redução das taxas, o Banco Central as tenha aumentado?

Essa posição do BC desmente a afirmação de Lula. Positivamente o BC não mantém as taxas elevadas por conta do risco de crédito do Tesouro, mas por outras razões. Pouco importa.

Ao longo de todos esses anos, as taxas de juros foram mantidas elevadas em cima dos argumentos mais estapafúrdios. Um deles era a necessidade de a taxa Selic refletir o risco Brasil e a expectativa da correção cambial interna, pela necessidade de atrair dólares para fechar as contas fiscais. Era uma loucura, porque, ao entrar, os dólares aumentavam a dívida pública.

Mas não adianta perseguir a racionalidade nesse modelo. Dias atrás, publiquei aqui o trabalho de um grupo de economistas de mercado os quais alertavam as autoridades —na maior ingenuidade— de que a produção estava longe de bater na capacidade instalada das empresas, a não ser em setores exportadores.

Devem ser jovens economistas, com fé na racionalidade econômica, que ainda acham que essas loucuras, de abortar qualquer tentativa de crescimento, de apreciar desmedidamente o câmbio, são fruto de mau diagnóstico apenas.

O grande problema é que Lula já jogou a toalha. Ainda teremos dois longos anos pela

RECEITA ORTODOXA Ritmo de crescimento é 'foco importante de preocupação', diz ata

Copom admite altas maiores dos juros para manter meta

DAS 11.2541 AL 6885 - 3

Trechos da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária do BC

INFLAÇÃO

"Decresce a ainda mais o risco de a inflação superar o intervalo superior da meta neste ano. Já para 2005, as projeções [...] apresentaram queda"

- De acordo com o documento do BC, é cada vez menor o risco de a inflação deste ano ficar acima dos 8% previstos pelo teto da meta do governo. As estimativas para 2005 recuaram

JUROS

"Caso avale que o risco de que a inflação se distancie da trajetória das metas não esteja se reduzindo de forma satisfatória, a autoridade monetária estará preparada para alterar o ritmo e a magnitude do processo de ajuste nos juros"

- Mesmo com o recuo das projeções de inflação, o BC afirma que ainda há riscos de aceleração dos preços. Altas mais fortes nos juros básicos da economia — hoje em 17,25% ao ano — podem acontecer nos próximos meses

CENÁRIO EXTERNO

"Os mercados internacionais apresentaram comportamento mais favorável [...], com a queda nos preços do petróleo, propiciando redução do prêmio de risco-Brasil"

- Para o BC, o preço do petróleo ainda se mantém em níveis elevados, mas começou a dar sinais de queda nas últimas semanas — o que tornou mais favorável o cenário externo para o Brasil

CRESCIMENTO

"Dada a forte expansão da atividade [...], um foco importante de preocupação do Copom em relação à dinâmica prospectiva da inflação centra-se no desempenho da oferta agregada"

- Mais uma vez, são apontadas preocupações com o ritmo da recuperação da economia — que, para o BC, pode estar crescendo muito rapidamente, o que poderia gerar pressões inflacionárias

GASOLINA

"O impacto advindo da elevação recente do preço do álcool ocupou boa parte do espaço restante na projeção de 9,5% para o reajuste total no preço da gasolina ao longo de 2004"

- No mês passado, o BC entrou em atrito com a Petrobras ao criticar a demora da estatal em reajustar o preço da gasolina. Agora, o documento se limita a informar que projeta em 9,5% o aumento total esperado para este ano

Foto: EBC/ABr

Após três meses seguidos de aumentos nos juros, o Banco Central informou que altas mais fortes podem ocorrer nos próximos meses, caso não haja sinal claro de que a inflação ficará dentro das metas fixadas pelo governo.

A afirmação consta da ata da última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do BC), que, na semana passada, elevou a taxa Selic de 16,75% ao ano para 17,25%. Segundo a ata, o BC está preparado "para alterar o ritmo e a magnitude do processo de ajuste nos juros" caso não haja sinal mais forte de queda da inflação.

De modo geral, o cenário traçado pelos diretores do BC para a economia brasileira é de leve desaceleração do nível de atividade, com relativa estabilidade dos preços. Ainda assim, de acordo com o documento, considera-se que a situação ainda não assegura o cumprimento das metas de inflação fixadas pelo governo.

"Tais fatores [sinais de desaquecimento da economia, queda no preço do petróleo e valorização do real] ainda não foram capazes de alterar suficientemente as perspectivas para a dinâmica futura da inflação", diz a ata.

Além disso, o BC volta a dizer que "um foco importante de preocupação" é a velocidade com que a economia tem crescido nos últimos meses. Segundo o documento divulgado ontem, as indústrias instaladas no país estão cada vez mais perto do limite de sua capacidade, o que pode levar a pressões inflacionárias no futuro.

A tese é criticada por alguns economistas e mesmo membros do governo. Em entrevista à Folha antes de sua demissão, o ex-

presidente do BNDES Carlos Lessa disse que o presidente do BC, Henrique Meirelles, "emite todos os sinais de que crescer neste momento é pecado". Quando ainda estava no Ministério do Planejamento, o sucessor de Lessa, Guido Mantega, organizou um encontro com economistas de fora do governo que questionou o BC.

A preocupação da autoridade monetária está na possibilidade de as empresas não serem capazes de aumentar sua produção num ritmo suficientemente rápido para atender o aumento do consumo trazido pelo crescimento. Quando a demanda cresce mais do que a oferta, a tendência é que haja um aumento dos preços.

Depois de três altas seguidas dos juros, o BC aponta alguns sinais de desaceleração da economia, como a estabilidade das vendas do comércio e a "tendência de acomodação" da produção industrial. Ainda assim, diz o documento, "os membros do Copom entenderam que o processo de ajuste gradual dos juros deveria prosseguir" — sinal de que, para os diretores do BC, é preciso intensificar o desaquecimento da economia para garantir o cumprimento das metas de inflação.

Para este ano, a meta foi fixada em 5,5%, admitindo-se um desvio de 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo. Para 2005, o objetivo original do BC era manter o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) em 4,5% — também com uma margem de 2,5 pontos. A instituição já afirmou, porém, que irá perseguir uma meta de 5,5%.

As últimas pesquisas do BC, em 1º de novembro, mostraram que a previsão de inflação é de 13,9% para 2004 e de 5,90% para 2005.

BASTIDORES

Queda da taxa de juros só vem em março

KENNEDY ALENCAR

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

NOS DEBATES reservados do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ouviu do ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, que ele e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, avaliam que será possível voltar a baixar a taxa básica de juros da economia (Selic) a partir de março do ano que vem. Hoje, a Selic está em 17,25% ao ano.

Se se confirmar a previsão, argumentam Palocci e Meirelles, o ano de 2006, quando Lula deverá disputar a reeleição, terá um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) parecido com o deste ano.

Ou seja: acima de 4,5%, como

disse Palocci na última segunda-feira, em reunião com Lula, 16 outros ministros e o presidente do PT, José Genoino.

Lula, portanto, já está preparado para um crescimento menor do PIB em 2005. Avalia-se que as últimas elevações da Selic, que tiveram início em outubro, pouco antes do primeiro turno das eleições municipais, frearão o crescimento no ano que vem e o deixarão por volta de 3,5%.

Isso explica porque Lula sempre diz que prefere crescer menos, mas durante vários anos. Ele ficou contrariado com as recentes altas da Selic, mas, para consumo externo, defende as medidas para não enfraquecer Palocci e para evitar um repique da inflação.

Palocci e Lula também esperam contar com mais recursos no Orçamento, bem como a concretização de PPPs (Parcerias Público-Privadas), projeto em votação no Congresso, para terem um maior volume de obras federais nos dois últimos anos do governo petista.

A combinação de uma política monetária mais "amená" com um suposto aumento de obras federais vitaminaria a chance de reeleição de Lula e atrairia aliados para apoiar um segundo mandato.

Mas fatores externos podem inviabilizar a promessa de Palocci e Meirelles. Em outros momentos, Lula foi contrariado pelos dois e pelo Copom (Comitê de Política Monetária). Mas, como diz um auxiliar de Lula, convém lembrar

que Palocci é antes de tudo um político e que reconhece a firmeza pública de Lula na defesa de sua política econômica. Traduzindo: o ministro da Fazenda, dentro da margem econômica que dispuser, atenderia aos interesses políticos do presidente.

Levando em conta a previsão do mercado, a promessa de queda dos juros a partir de março faz sentido. Nas últimas consultas às instituições financeiras, o BC colheu a avaliação de que haverá mais duas altas da Selic. Duas de 0,25 ponto percentual em dezembro e em janeiro, o que resultaria numa Selic de 17,75%. A taxa, na previsão do mercado, ficará inalterada em fevereiro e em março e cairá a partir de abril.

BC terá de rever projeção para gasolina no ano

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O reajuste dos combustíveis anunciado pela Petrobras deve fazer com que o aumento do preço da gasolina ao longo do ano fique acima do previsto pelo Banco Central. De acordo com o BC, esperava-se o reajuste deste ano ficasse em 9,5% para o consumidor — estimativa que deve ser revista.

A informação consta da ata da última reunião do Copom. O documento foi divulgado ontem pela manhã, pouco antes do anúncio da Petrobras. De acordo com o texto, o au-

mento anterior da gasolina — 2,3% nas refinarias no mês passado — “ocupou boa parte do espaço restante na projeção de 9,5% para o reajuste total” no preço do combustível.

Para 2005, o BC diz que, segundo suas projeções, “os preços da gasolina guardarão sua correlação histórica com as cotações internacionais do petróleo”. BC e Petrobras entraram em atrito, no mês passado, devido a declarações contidas na ata da reunião do Copom de outubro. No documento, o BC criticava a estatal e dizia que o reajuste dos combustíveis poderia “ser postergado, mas não evitado”. A Petrobras rebateu dizendo em nota que mercado de petróleo “é bastante mais complexo do que se pode prever” da ata do Copom.

Mercadante acusa governo de abusar da edição de MPs

Diante de seis medidas provisórias que chegaram ao Senado com prazo vencido e precisando de votação imediata, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), criticou o excesso de medidas provisórias editadas pelo Planalto e disse que muitas são desnecessárias.

"A situação chegou ao limite. Como vou ser líder do governo nessas condições?", perguntou. Para Mercadante, das 123 MPs editadas desde a posse de Lula, 22% são inapropriadas e 25%, discutíveis.

Pág. A8

Câmara instaura processo para cassar André Luiz

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados instaurou processo de cassação do mandato contra André Luiz (BA), afastado do PT (MP).

Gravações mostram André Luiz tentando extorquir R\$ 5 milhões do empresário do jockey Carlos Cachoeira e afirmar ter participado de pílha bancária. Na acordo com leiai geral, a voz é dele. O deputado nega as acusações.

BC afirma que ritmo da alta dos juros pode ser acelerado

O Banco Central poderá intensificar o ritmo da elevação dos juros nos próximos meses, diz a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária, que subiu a taxa básica da economia pelo terceiro mês, para 17,25% ao ano. Segundo o BC, isso ocorrerá se não houver surtos mais fortes de que a inflação ficará dentro das metas.

O Copom vê hoje ligeira desaceleração da economia, com relativa estabilidade de preços, mas não a garantia do cumprimento das metas.

Pág. B3

MSF invade na Bahia fazenda de suspeito de chacina

Mais de 200 lavradores vinculados ao MSF invadiram uma fazenda em Itajipe (BA) pertencente a Adriano Almeida, suspeito de ter sido o mandante e um dos executores da chacina de cinco sem-tetos no último sábado no município de Feijó (MG).

De acordo com o MSF, a fazenda possui plantações invadidas, mas é importante a ação visa pressionar a polícia a agilizar a investigação da chacina e pedir ao governo prestar esclarecimentos.

A Petrobras anunciou o segundo aumento de combustíveis em 42 dias: 7% no preço da gasolina e 10% no do diesel nas refinarias da estatal. Calcula-se que a alta para o consumo menor será menor, de 3,3% e 6,5% respectivamente.

A estatal confirmou as previsões de especialistas, que consideraram o reajuste de 1% de outubro, de 4% para a gasolina, abaixo do esperado e menor do que um novo aumento viria antes do final do ano, após as eleições municipais.

É o terceiro reajuste feito pela Petrobras em 2004. A federação praticamente cobre a desindexação dos postos avalia que o aumento da gasolina para o consumidor ficará perto de 12% neste ano, acima da expectativa de inflação oficial que deve fechar 2004 perto dos 7%.

Para analistas, o novo reajuste praticamente cobre a desindexação do preço da gasolina em relação à cotação internacional do petróleo. O aumento em novembro também evita que o governo comece 2005 já com a inflação sob pressão.

Pág. B3

Corte da Ucrânia rejeita resultado oficial de eleição

A Suprema Corte da Ucrânia rejeitou a publicação oficial dos resultados da eleição presidencial pela comissão eleitoral do país, que deu a vitória ao

primo Viktor Yanukovich. A decisão impede que o presidente nomeie possa na Presidência e foi vista como vitória da oposiçãoista Viktor Yushchenko, que lutava para ser eleito presidente do país e revalidar suas vitórias de 2004.

A audiência do pleno da comissão eleitoral ucraniana se realizou na quinta-feira, dia 26, e

Combustível sobe pela 3ª vez em 42 dias



Data: 26/11/04 Pág. A-7

João Paulo acusa PMDB de obstruir votações

RANIER BRAGON
KENNEDY ALENCAR

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Um dia após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva almoçar com a bancada de deputados federais do PMDB, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), acusou ontem o partido de impedir as votações no Congresso.

“O líder do PMDB [José Borba] precisa explicar para a sociedade por que o PMDB não quer votar. Eles reclamavam das emendas: foram atendidos. Reclamavam da reeleição: foram atendidos. Não haverá mais votação [da emenda constitucional que permitiria a reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado]. Então, tem de se explicar para a sociedade.”

O ataque de João Paulo ocorreu no momento em que aliados do governo discutem como inviabilizar a convenção do partido marcada para o dia 12 de dezembro.

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), e o líder do partido na Câmara, José Borba (PR), já combinaram que, se a convenção aprovar a entrega dos cargos e o rompimento com Lula, divulgarão nota se negando a cumprir a decisão em nome da governabilidade. Essa saída é discutida porque hoje o governo e seus aliados no PMDB avaliam que corre sério risco de derrota na convenção devido à influência dos seis governadores do partido: a maioria é pelo rompimento.

A solução para continuar a apoiar o governo, portanto, seria não reconhecer o valor da convenção e criar um racha ainda maior. Os governistas do PMDB acreditam que terão o apoio de 19 dos 23 senadores e de cerca de 45 dos 76 deputados federais.

Os oposicionistas ameaçam pe-

dir a expulsão dos peemedebistas que não venham a entregar caso a convenção confirme esse pedido. Os governistas respondem que terão de expulsar muitos membros, o que na prática será impossível.

A Câmara sofreu paralisação por várias semanas devido a uma rebelião de governistas, o PMDB incluído, contra o Planalto. Nesta semana, voltou ao trabalho, mas foram votadas apenas oito MPs (medidas provisórias). Outras 17 MPs trancam a pauta.

As emendas a que João Paulo se referem são parlamentares, as que deputados e senadores fazem ao Orçamento. O ritmo da liberação de verbas para elas foi um dos principais motivos da rebelião.

Já a “reeleição” mencionada por João Paulo é a proposta que permitiria a ele e ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), tentarem se reeleger para seus postos. A maioria do PMDB é contra. Renan pretende suceder Sarney, com quem se acertou.

Conversa

João Paulo foi chamado para uma conversa com Lula. O objetivo é acalmar João Paulo e definir o futuro do deputado no ano que vem. O encontro pode acontecer hoje ou amanhã. João Paulo costuma viajar a São Paulo às sextas-feiras. Ficou em Brasília à espera do chamado do Planalto.

Ressentido pela derrota da emenda da reeleição que o permitiu ficar no cargo de presidente da Câmara por mais dois anos, João Paulo ainda não sabe se Lula o nomeará ministro, como vêm sendo especulado. Livre de compromissos, não tem feito esforços para facilitar a vida do governo. Nesta semana, vem insistindo que colocará em votação a reforma política, que segue sem consenso.



FOLHA DE S.PAULO

RECEITA ORTODOXA *Ritmo de crescimento é 'foco importante de preocupação', diz ata*

Copom admite altas maiores dos juros para manter meta



Trechos da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária do BC

INFLAÇÃO

Decresceu ainda mais o risco de a inflação superar o intervalo superior da meta neste ano. Já para 2005, as projeções [...] apresentaram queda"

JUROS

Caso avalie que o risco de que a inflação se distancie da trajetória das metas não esteja se reduzindo de forma satisfatória, a autoridade monetária estará preparada para alterar o ritmo e a magnitude do processo de ajuste nos juros"

CENÁRIO EXTERNO

Os mercados internacionais apresentaram comportamento mais favorável [...], com a queda nos preços do petróleo, propiciando redução do prêmio de risco-Brasil"

CRESCIMENTO

Dada a forte expansão da atividade [...], um foco importante de preocupação do Copom em relação à dinâmica prospectiva da inflação centra-se no desempenho da oferta agregada"

GASOLINA

O impacto advindo da elevação recente do preço do álcool ocupou boa parte do espaço restante na projeção de 9,5% para o reajuste total do preço da gasolina ao longo de 2004"

Fonte: Banco Central

De acordo com o documento do BC, é cada vez menor o risco de a inflação deste ano ficar acima dos 8% previstos pelo teto da meta do governo. As estimativas para 2005 recuaram

Mesmo com o recuo das projeções de inflação, o BC afirma que ainda há riscos de aceleração dos preços. Altas mais fortes nos juros básicos da economia — hoje em 17,25% ao ano — podem acontecer nos próximos meses

Para o BC, o preço do petróleo ainda se mantém em níveis elevados, mas começou a dar sinais de queda nas últimas semanas — o que tornou mais favorável o cenário externo para o Brasil

Mais uma vez, são apontadas preocupações com o ritmo da recuperação da economia — que, para o BC, pode estar crescendo muito rapidamente, o que poderia gerar pressões inflacionárias

No mês passado, o BC entrou em atrito com a Petrobras ao criticar a demora da estatal em reajustar o preço da gasolina. Agora, o documento se limita a informar que projeta em 9,5% o aumento total esperado para este ano

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Após três meses seguidos de aumentos nos juros, o Banco Central informou que altas mais fortes podem ocorrer nos próximos meses, caso não haja sinais claros de que a inflação ficará dentro das metas fixadas pelo governo.

A afirmação consta na ata da última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do BC), que, na semana passada, elevou a taxa Selic de 16,75% ao ano para 17,25%. Segundo a ata, o BC está preparado "para alterar o ritmo e a magnitude do processo de ajuste nos juros" caso não haja sinais mais fortes de queda da inflação.

De modo geral, o cenário traçado pelos diretores do BC para a economia brasileira é de ligeira desaceleração do nível de atividade, com relativa estabilidade dos preços. Ainda assim, de acordo com o documento, considera-se que a situação ainda não assegura o cumprimento das metas de inflação fixadas pelo governo.

"Tais fatores [sinais de desaquecimento da economia, queda no preço do petróleo e valorização do real] ainda não foram capazes de alterar suficientemente as perspectivas para a dinâmica futura da inflação", diz a ata.

Além disso, o BC volta a dizer que "um foco importante de preocupação" é a velocidade com que a economia tem crescido nos últimos meses. Segundo o documento divulgado ontem, as indústrias instaladas no país estão cada vez mais perto do limite de sua capacidade, o que pode levar a pressões inflacionárias no futuro.

A tese é criticada por alguns economistas e mesmo membros do governo. Em entrevista à Folha antes de sua demissão, o ex-

presidente do BNDES Carlos Lessa disse que o presidente do BC, Henrique Meirelles, "emite todos os sinais de que crescer neste momento é pecado". Quando ainda estava no Ministério do Planejamento, o sucessor de Lessa, Guido Mantega, organizou um encontro com economistas de fora do governo que questionou o BC.

A preocupação da autoridade monetária está na possibilidade de as empresas não serem capazes de aumentar sua produção num ritmo suficientemente rápido para atender o aumento do consumo trazido pelo crescimento. Quando a demanda cresce mais do que a oferta, a tendência é que haja um aumento dos preços.

Depois de três altas seguidas dos juros, o BC aponta alguns sinais de desaceleração da economia, como a estabilidade das vendas do comércio e a "tendência de acomodação" da produção industrial. Ainda assim, diz o documento, "os membros do Copom entenderam que o processo de ajuste gradual dos juros deveria prosseguir" — sinal de que, para os diretores do BC, é preciso intensificar o desaquecimento da economia para garantir o cumprimento das metas de inflação.

Para este ano, a meta foi fixada em 5,5%, admitindo-se um desvio de 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo. Para 2005, o objetivo original do BC era manter o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) em 4,5% — também com uma margem de 2,5 pontos. A instituição já afirmou, porém, que irá perseguir uma meta de 5,1%.

As últimas pesquisas do BC com o mercado financeiro mostram que a previsão de inflação é 7,18% para 2004 e de 5,90% para 2005.

Queda da taxa de juros só vem em março

BENEDY ALencar

ESTADUAL DE BRASÍLIA

VOS DEBATES reservados do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ouviu do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que ele e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, avaliam que será possível voltar a baixar a taxa básica de juros a economia (Selic) a partir de março do ano que vem. Hoje, a elas cairá 1,75% ao ano.

Isso explica porque Lula sempre diz que prefere crescer menos, mas durante vários anos. Ele ficou contrariado com os recentes altos juros da reeleição, terá um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) parecido com o desse ano. Ou seja: acima de 4,5%, como

disse Palocci na última segunda-feira, em reunião com Lula, 16 outros ministros e o presidente do PT, José Genoino.

Nos debates reservados do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ouviu do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que antes de tudo um contato com mais recursos no Orçamento, bem como a concretização de PPPs (Parcerias Público-Privadas), projeto em votação no Congresso, para terem um maior volume de obras federais nos dois últimos anos do governo petista.

Lula, por tanto, já está preparado para um crescimento menor do PIB em 2005. Avalia-se que as últimas elevações da Selic, que tiveram início em outubro, pouco antes do primeiro turno das eleições municipais, fizeram o crescimento no ano que vem e deixaram por volta de 3,5%.

Isso explica porque Lula sempre diz que prefere crescer menos, mas durante vários anos. Ele ficou contrariado com os recentes altos juros da reeleição, terá um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) parecido com o desse ano. Ou seja: acima de 4,5%, como

Palocci é antes de tudo um político e que reconhece a dimensão pública de Lula na defesa de sua política econômica. Traduzindo: o ministro da Fazenda, dentro da margem econômica que dispuser, atenderá aos interesses políticos do presidente.

A combinação de uma política monetária mais "amena" com um suposto aumento de obras federais, vitimaria a chance de reelegê-lo em março a partir de março. Nas últimas consultas às instituições financeiras, o BC considerou que Lula e seu grupo poderiam apoiar um segundo mandato.

Mas fatores externos podem impedir a promessa de Palocci de viabilizar a promessa de Palocci e Meirelles. Em outros momentos, Lula foi contrariado pelos dois e pelo Copom (Comitê de Política Monetária). Mas, como diz um auxiliar de Lula, correm lembrar

BC terá de rever projeção para gasolina no ano

DA SUA UMA DE BRASÍLIA

Visto o "menor anterior da gasolina -2,3% nas refinarias no mês passado" — "coupou boa parte do espaço restante na projeção do preço do combustível", para 2005, o BC diz que, segundo suas projeções, "os preços da gasolina guardaria sua correção histórica com as cotagens internacionais do petróleo". BC e Petrobras entraram em ação, no mês passado, devendo a declarações contidas na ata da reunião do Copom de outubro. No documento, o BC criticava a estatal e dizia que o realiste dos combustíveis poderia ser postergado, mas não evitado". A Petrobras rebateu dizendo em nota que mercado de petróleo "é bastante instável".

A informação consta da ata da última reunião do Copom. O documento foi divulgado ontem pela manhã, pouco antes do anúncio da Petrobras. De acordo com o texto, o avanço da data do Copom,

levando em conta a previsão do mercado, a promessa de queda dos juros a partir de março faz sentido. Nas últimas consultas às instituições financeiras, o BC considerou que Lula e seu grupo poderiam apoiar um segundo mandato.

Levando em conta a avaliação de que haverá mais duas altas da Selic, duas de 0,25 ponto percentual em dezembro e em janeiro, o que resultaria numa Selic de 17,75%. A taxa, na previsão do mercado, ficará finalizada em fevereiro e em março cairá a partir de abril.

BC terá de rever projeção para gasolina no ano

Visto o "menor anterior da gasolina -2,3% nas refinarias no mês passado" — "coupou boa parte do espaço restante na projeção do preço do combustível", para 2005, o BC diz que, segundo suas projeções, "os preços da gasolina guardaria sua correção histórica com as cotagens internacionais do petróleo". BC e Petrobras entraram em ação, no mês passado, devendo a declarações contidas na ata da reunião do Copom de outubro. No documento, o BC criticava a estatal e dizia que o realiste dos combustíveis poderia ser postergado, mas não evitado". A Petrobras rebateu dizendo em nota que mercado de petróleo "é bastante instável".

A informação consta da ata da última reunião do Copom. O documento foi divulgado ontem pela manhã, pouco antes do anúncio da Petrobras. De acordo com o texto, o avanço da data do Copom,



FOLHA DE S.PAULO

Data 26/11/04 Pág. _____

FOGO AMIGO Líder governista desabafa e diz que 22% das medidas provisórias são inapropriadas e 25% são discutíveis

Mercadante critica a ação de Lula no Senado

FERNANDA KRAKOVICS

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Dianete de seis medidas provisórias que chegaram ao Senado Federal com o prazo vencido, precisando ser votadas imediatamente, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), fez um desabafo na tribuna da Casa ontem. Ele criticou o excesso de medidas provisórias editadas pelo governo e disse que muitas delas são desnecessárias.

"Não me sinto à vontade para subir à tribuna e pedir à oposição para votar. Com que argumento vou convencer os senadores? Essa situação chegou ao limite. Como vou ser líder do governo nessas condições?", questionou ele.

De acordo com Mercadante, das 123 MPs editadas desde o início da gestão petista, 22% são inapropriadas e 25% discutíveis. Do total, somente 52% seriam indispensáveis. Segundo a Constitui-

"Parte das medidas provisórias são dispensáveis, não considero urgentes nem relevantes. Poderiam ter sido evitadas porque prejudicam o papel do Legislativo, que é fazer leis", disse o senador petista.

O governo conseguiu aprovar

ontem as seis MPs, mas dependeu mais uma vez da boa vontade da oposição, já que o Palácio do Planalto não tem uma maioria confortável na Casa. Devido à necessidade de votar as matérias imediatamente, o governo fica sem margem de manobra e sem condições para negociar.

As medidas provisórias devem ser editadas em caso de matéria "urgente e relevante".

As MPs trancam a pauta de votações da Câmara após 45 dias de tramitação. A Câmara e o Senado têm, no total, 120 dias para votar uma MP, senão ela perde a validade e é arquivada.

de discutir as matérias. Mercadante propôs ontem a mudança no rito de tramitação das MPs. Ele sugeriu que o tempo para a análise das matérias seja dividido entre as duas Casas, ficando, por exemplo, 80 dias para os deputados e 40 para os senadores.

As críticas ao excesso de medidas provisórias têm sido uma constante nos partidos de oposição. Nesta semana, quando havia 28 MPs trancando a pauta da Câmara, o PSDB e o PFL disseram que a partir de agora vão exigir a instalação de comissões mistas para analisar cada MP, conforme prevê o regimento das duas Casas, mas não costuma ser cumprido.

Outra queixa dos senadores é que a Câmara esgota todo o tempo de apreciação das MPs, então o Senado não teria a oportunidade

REAJUSTE SOCIAL

Aumento visa a 2006

Presidente quer elevar mínimo para R\$ 300

KENNEDY ALENCAR

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer elevar o salário mínimo em maio do ano que vem de R\$ 260 para R\$ 300 — reajuste de 15,4%. A Folha apurou que Lula já disse ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, que isso é mais do que um desejo.

Ao contrário deste ano, quando Lula atendeu ao pedido de Palocci para dar aumento menor, o presidente já comunicou a seus auxiliares que não se desgastará novamente por causa desse tema.

O objetivo de Lula de elevar a R\$ 300 é parte da estratégia para fortalecer suas chances de reeleição. Ele quer adotar medidas simbólicas, como reajuste mais generoso ao mínimo, e a correção da tabela do Imposto de Renda.

No momento em que promove reforma ministerial que enfraquece José Dirceu (Casa Civil) e a chamada ala "desenvolvimentista", fortalecendo Palocci, Lula quer arrancar concessões da equipe econômica que possam servir de resposta às críticas de que sua administração é conservadora.

A Folha apurou que Palocci vê

espaço para concessões que rendam dividendos políticos ao presidente, desde que mantido o núcleo da atual política econômica. Lula, em reunião com 17 ministros petistas e o presidente do PT, José Genoino, deixou claro que não mudará a política econômica.

No Orçamento para 2005, está previsto mínimo de R\$ 283. Para chegar aos R\$ 300, é preciso elevar as despesas em R\$ 2,1 bilhões. Anteontem, Lula sinalizou que trabalhará para dar reajuste maior do que o da proposta orçamentária. A um público mais restrito, disse que trabalhará por R\$ 300.

Estiveram na reunião o ministro interino do Planejamento, Nelson Machado, o líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), o líder do PT na Câmara, Professor Luizinho (SP), o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), e o relator-geral da comissão, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Em 2002, Lula prometeu dobrar o valor real do mínimo. Até hoje, reajustes repuseram a inflação. Elevação de 15,4% está longe de fazer com que a promessa seja cumprida. Mas daria discurso de que Lula fez mais do que podia.

FOLHA DE S. PAULO



Gasolina deve subir mais de 3% na bomba

GABRIELA WOLTHIERS
DA SUCESSO DO RIO

Com mais essa alta e com a elevação do preço do álcool — a gasolina tem 25% do produto em sua composição —, a Econibustíveis avalia que o reajuste da gasolina para o consumidor fechará o ano próximo de 12%. É a mesma projeção feita por Alexandre Sant'Anna, da ARX Capital. A estimativa do Banco Central era de aumento de 9,5% no ano.

Diferentemente do último reajuste nas refinarias (4% na gasolina e 6% no diesel), os especialistas consideraram que o aumento de ontem foi satisfatório e praticamente cobre a defasagem do preço da gasolina com a cotação do barril do petróleo no mercado internacional. Mas apontaram que a decisão pode não ter sido baseada apenas em critérios técnicos.

Para eles, ao anunciar o reajuste no final de novembro, o impacto na inflação ficará concentrado em dezembro. Com isso, a Petrobras auxilia o governo a começar 2005 com menos pressão inflacionária.

O aumento é o terceiro anúncio pela Petrobras em 2004. O preço da gasolina nas refinarias já acumula alta de 23,3% neste ano, e do diesel, de 29%. Sem contar o novo reajuste, a gasolina já tinha tudo aumentado neste ano de 6,41%.

(Centro Brasileiro de Infra-Estrutura). "Não imagino que a data tenha sido escolhida aleatoriamente, o reajuste deixou limpida a inflação de 2003", disse Sant'Anna.

"Agora, o governo começa o ano com um cenário de preço muito mais tranquilo", avaliou a economista Fabiana Futoni, da Consultoria Tendências. "Não contaria a inflação de 2005 foi uma notícia muito bem recebida", disse Ricardo Denadai, da LCA Consultores.

O economista Carlos Thadeu de Freitas Filho, do Grupo de Conjuntura da UFSC, concorda. "O reajuste vem a calhar com o objetivo do BC de 'limpar' as expectativas de inflação para o ano que vem. Você 'suija' a inflação deste ano e 'limpa' do próximo."

Para Adriano Pires, a Petrobras "chiou" muito quando o Copom divulgou, em 28 de outubro, a ata em que afirmava que o reajuste poderia "ser postergado, mas não evitado", mas acabou fazendo exatamente o que o BC defendia.]

"O que não dá para entender é aquela bobagem do [presidente da Petrobras, José Edvaldo] Dutra de escrever aquela carta para o BC. Acabou que ele deu o aumento mesmo", disse Pires.

Em resposta à ata, Dutra divulgou nota dizendo que "os preços dos combustíveis são competitivos e a política de ajustes observa elementos de mercado". Sant'Anna também considera que o reajuste comprova que o Banco Central "estava certo".

Apesar de o reajuste trazer um impacto na inflação de dezembro, os analistas afirmam que isso não deve impedir o BC de cumprir a meta desse ano. Segundo Alex Agostini, da GRC Visão, o impacto deverá ficar em 0,2 ponto percentual no IPCA. Com isso, a consultoria alterou a sua projeção de inflação desse ano de 7,2% para 7,4%. A meta de 2004 é de 5,5%, mas, como existe uma intervalo de tolerância de 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo, o BC cumpre seu objetivo se a inflação não ultrapassar 8%.

Para Alex Agostini, o aumento pode até mesmo reduzir as projeções de aumentos dos juros para janeiro. "Depois da ata [do Copom] de hoje (ontem), todo mundo esperava um aumento de 0,5 ponto percentual em janeiro. Com o reajuste, a expectativa deve cair para 0,25 ponto."

Para Adriano Pires, os empreendimentos de aumentos dos juros para janeiro. "Depois da ata [do Copom] de hoje (ontem), todo mundo esperava um aumento de 0,5 ponto percentual em janeiro. Com o reajuste, a expectativa deve cair para 0,25 ponto."

Para Adriano Pires, os empreendimentos

**GABRIELA WOLTHIERS
DA SUCESSO DO RIO**

A Petrobras anunciou ontem o segundo aumento de combustíveis em 42 dias — 7% no preço da gasolina nas refinarias da estatal e 10% no diesel (sem incluir tributos). Considerando os tributos federais, mas sem o ICMS (cuja alíquota é variável por Estado), os aumentos serão de 4,2% e 8%, respectivamente (o PIS/Cofins e a Cide têm valores fixos na refinaria: R\$ 0,5416 por litro e R\$ 0,218 por litro, respectivamente).

Com o novo reajuste, a Petrobras confirma as previsões de especialistas, que consideraram o dia 14 de outubro abaixo do esperado e acreditavam que uma nova alta viria antes do final do ano.

A Econibustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes) calcula que o impacto para o consumidor será menor, de 3,9% na gasolina e 6,5% no diesel, no caso de as margens de lucro das distribuidoras e os postos seguirem estáveis.

O aumento é o terceiro anúncio do próximo ano de 5,1%. "Se a Petrobras não fizesse esse aumento até o dia 30, iria expor a inflação para o ano que vem e comprometeria a meta", disse Adriano Pires, consultor do CBIE.

Críticas de ex-secretário abrem crise na Saúde

Gastão Wagner acusa Humberto Costa de priorizar o marketing; ministro atribui críticas a ressentimento pessoal

Evandro Éboli

• BRASÍLIA. Incluído na lista dos integrantes de primeiro escalão que poderão deixar o governo na reforma ministerial, o ministro da Saúde, Humberto Costa, enfrenta uma crise em sua pasta. Sua gestão foi duramente criticada pelo médico sanitário Gastão Wagner, que pediu demissão da Secretaria Executiva da pasta há duas semanas.

Wagner acusou Costa de escolher as políticas prioritárias da Saúde pelo critério do marketing e de priorizar os programas que dão mais visibilidade à sua gestão, em detrimento dos mais necessários e urgentes para o atendimento à população.

O ministro contestou as

acusações e atribuiu as críticas de seu ex-colaborador a ressentimentos pessoais.

— Como foi demitido por

mim, ele está magoado e com

ressentimentos porque gesta-

ria de continuar no ministério

— disse Costa.

"Os programas foram escolhidos como prioritários pelo critério da visibilidade imediata e do marketing, e não segundo a necessidade da população"

GASTÃO WAGNER

Ex secretário-executivo do Ministério da Saúde

— Só porque é um programa do governo anterior não pode ser prioridade? É um programa que orienta, evita internação, dá medicamentos. Mas 70% do público que deveria ser atendido não estão matriculados no Saúde da Família — criticou.

Wagner diz que ministro ignora a crise dos hospitais

O ministro rebateu com números. Disse que o Saúde da Família é prioritário e que em sua gestão o número de equipes do programa saltou de 16 mil para 21.609.

Ministro diz que Wagner deu aval aos programas

Wagner citou como exemplo de programas escolhidos pelo critério puramente publicitário o do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), que distribui ambulâncias, e o Farmácias Populares, que vende medicamentos mais baratos à população carente.

— São programas importantes, mas laterais. Foram escolhidos como prioritários pelo critério da visibilidade imediata, da marca e do marketing. F. não segundo a necessidade da população — disse Wagner.

O ministro respondeu que todas essas ações foram escolhidas como prioritárias com o aval de Wagner, que teria participado de todas as discussões sobre o assunto desde a campanha eleitoral que elegeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. O ministro disse que, se for realizada uma pesquisa

de opinião, o programa Farmácias Populares será aprovado pela população.

— Durante os dois anos em que atuou como secretário-executivo ele nunca manifestou essas críticas. Essas políticas não saíram da minha cabeça. *Constavam do programa de governo*

"Durante os dois anos em que foi secretário-executivo ele nunca fez essas críticas. As políticas constavam do programa de governo que ele ajudou a escrever"

HUMBERTO COSTA
Ministro da Saúde

ção, da qual ele também participou. Foram aprovados por um colegiado que a secretaria dele coordenou. E ainda passaram pelo crivo do Conselho Nacional de Saúde — disse Costa.

Wagner disse que sempre se manifestou contra as principais ações do Ministério da Saúde mas perdeu todas as disputas para Humberto Costa. O ex-secretário disse que tentou eleger como prioridade o programa Saúde da Família, em que agentes de saúde atendem às pessoas carentes em suas casas, em

40% da população. Melhamos o que foi feito no passado. Agora, desafio qualquer um a provar que nossos indicadores de saúde não são superiores aos apresentados pelo governo anterior — disse Costa.

Gastão Wagner acusou o ministro de ignorar a crise hospitalar, que, segundo ele, "não é nem arranhada pelas ações do ministério". Costa negou e disse que fez uma grande revolução nessa área. O ministro disse que investiu R\$ 200 milhões em hospitais universitários e também teletou recursos em

mentados em prefeituras comandadas por todos os partidos, sem discriminação.

A crise na relação entre o ministro e seu secretário-executivo veio à tona há duas semanas, quando Gastão exonerou-se do cargo. Em nota, o Ministério da Saúde atribuiu a saída de Wagner à "readequação do papel da Secretaria Executiva e a visões diferenciadas sobre esse processo". Agora, sabe-se que a relação entre os dois era de confronto. O ministro ainda ofereceu a Wagner o cargo de representante brasileiro num con-

selho consultivo da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a presidência da Comissão de Desenvolvimento da América Latina (Codel). Wagner recusou.

O GLOBO

PROTESTOS NO CONGRESSO E NAS RUAS: 'A violência no campo está sob controle'

Bastos defende presidente do Incra: 'É mais uma questão de linguagem'

Ministro da Justiça diz que declarações de Hackbart não acirram conflitos

• BRASÍLIA E FORTALEZA. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, defendeu ontem o presidente do Incra, Rolf Hackbart, que há dois dias associou o agronegócio à violência contra trabalhadores sem-terra. Mesmo se esforçando para não entrar na discussão que contrapõe Hackbart e o Ministério do Desenvolvimento Agrário ao Ministério da Agricultura e às associações de grandes produtores rurais, Bastos disse que a polêmica em torno das palavras de Rolf não passa de uma questão de linguagem.

CPT critica ausência de Lula em conferência

Dom Tomás diz que MST poderá fazer oposição ao governo

• BRASÍLIA. O presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Dom Tomás Balduíno, criticou ontem a ausência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Conferência Nacional Terra e Água, que reuniu cerca de dez mil militantes de movimentos de sem-terra e pequenos agricultores em Brasília. Lula era esperado anteontem, mas não compareceu.

— Acredito que seja mais uma questão de enfoque, semântica, de linguagem, do que outra coisa — disse o ministro.

Perguntado se as críticas de Hackbart não poderiam acirrar ainda mais a violência no campo, Bastos respondeu que não e que não considera temerária a posição do presidente do Incra.

O ministro negou que a violência nas áreas disputadas por sem-terra e fazendeiros esteja fora de controle:

— A chamada violência no campo está sob controle. Aqui no Brasil temos a determinação

muito firme de dizer que estamos num estado de direito, de modo que aquela barbárie, aquela execução que aconteceu no norte de Minas, está sendo objeto de uma intensa operação combinada das polícias estaduais com a Polícia Federal.

Bastos afirmou que a chacina de cinco sem-terra em Felisburgo (MG) está praticamente apurada e que, se houver outros casos como este, serão investigados com o mesmo rigor:

— O crime já está praticamente desvendado e já existem muitas pessoas presas. Em to-

do lugar vai ser tratado assim.

Em Crateús, Ceará, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, recusou-se a comentar as declarações de Hackbart, que voltou a responsabilizar o agronegócio pelos crimes no campo. Perguntado sobre o assunto, Rosseto ficou em silêncio. Sua assessoria chegou a dizer que o ministro só falaria com os jornalistas se não fosse para tratar do tema. Rosseto participou da inauguração de uma fábrica de produção de óleo vegetal e visitou um assentamento. ■

— Se aqui estivessem presentes 12 mil empresários, será que Lula deixaria de vir? — provocou Dom Tomás.

Ele incitou os participantes a intensificarem a mobilização pela reforma agrária.

— Não podemos ficar frustrados porque não temos o Estado na nossa mão. Não podemos ficar frustrados porque ontem Lula se recusou a vir ao encontro de vocês. Vamos ficar frustrados e voltar de cabeça baixa para nossas bases? Pelo contrário, devemos nos sentir agora mais fortes e mais co-responsáveis em fortalecer a nossa sociedade civil popular — disse Dom Tomás.

Dom Tomás critica modelo econômico do governo Lula

Dom Tomás disse que há a possibilidade de o MST ir para

a oposição ao governo. Em discurso na conferência, ele criticou o modelo econômico adotado pelo governo Lula e disse que o Banco Central é a sede de um poder subordinado que representa o setor econômico-financeiro. Dom Tomás disse que a ausência de muitos integrantes do governo na conferência já mostra o distanciamento dos objetivos dos trabalhadores.

— Esta conferência sinaliza

O GLOBO

BRASÍLIA

A desagregação da base governista e o excesso de medidas provisórias, que paralisaram por mais de três meses a pauta do Legislativo, puseram ontem o Planalto no alvo das críticas da cúpula do PT no Congresso. O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), subiu à tribuna para protestar. Na incomoda situação de ter que apelar aos colegas para votar seis medidas provisórias numa única tarde, fez um discurso de críticas ao exagero do governo na edição de medidas. Mesmo incômodo que vem sendo manifestado nas últimas semanas pelo presidente da Câmara, o também petista João Paulo Cunha (SP).

— O governo não governa, ninguém sabe por que não se vota aqui. Eles dizem que é problema no governo, mas ninguém fala qual é o problema; e o governo não se mexe — disse a líderes, numa conversa informal.

O senador desabafou na tribuna:

— Não me sinto à vontade para subir à tribuna e pedir à oposição para votar. Com que argumentos vou convencer os senadores? Essa situação chegou ao limite. Como ser líder nessas condições? Qualquer um é em qualquer governo ficaria exposto — reclamou Mercadante, que apelou ao governo para reduzir o uso desse instrumento e pediu mudanças no rito de tramitação.

O líder do governo no Senado foi para o plenário preparado para criticar o abuso do governo no uso de medidas provisórias. Tanto que, enquanto ele afirmava que quase a metade das medidas editadas nos últimos dois anos poderia ser evitada, era distribuído um levantamento encaminhado pelo líder a assessores do Senado, mostrando que das 123 medidas provisórias de Lula nos dois anos de governo, 59 seriam inapropriadas ou discutíveis. Ou seja, tratam de assuntos que poderiam ser encaminhados por outro instrumento, como um projeto de lei. Em 2004, o presidente assinou 65 medidas provisórias, sete a mais que em 2003. Das propostas assinadas em 2004, segundo o estudo do líder, só 31 eram indispensáveis.

— Faço um apelo ao governo para reduzir o número de MPs. Há margem para isso e é necessário. Há medidas provisórias que não são urgentes nem relevantes e não deveriam ter sido editadas — disse o senador.

Mercadante critica lentidão na Câmara

- Mercadante também criticou a lentidão dos deputados, que tiveram 120 dias para apreciar as propostas, mas só fizeram isso no prazo final, sem margem para o Senado discutir as medidas.

Responsabilidade que João Paulo Cunha não assume, dizendo repetidamente que já fez tudo que foi possível para fazer os deputados votarem em ritmo mais acelerado. Em declarações públicas, o presidente da Câmara reclama que o governo precisa arrumar a base, pois já chegou ao seu limite para tentar um acordo na Casa.

Desde terça-feira João Paulo tem conduzido as sessões com muita irritação diante da resistência, principalmente do PMDB, a suspender a obstrução. Ele diz que não há mais motivos para a rebelião, e que ninguém deixa claro exatamente qual é o problema que precisa ser resolvido para que as votações deslamchem. Ontem, ele apontou um dos possíveis problemas.

— O líder do PMDB, José Borba, precisa explicar aos brasileiros por que está fazendo operação padrão. Ele reclamava da liberação das emendas do Orçamento e o governo atendeu tudo. Era contra a reeleição na Câmara e Senado, foi atendido. O que está faltando? Por que não querem votar? — desabafou.

Na sessão de ontem, com plenário vazio, foi votada por acordo de líderes apenas uma das 18 medidas provisórias que ainda trancam a pauta. O plenário precisa votar as 17 restantes antes de incluir na ordem do dia outros projetos importantes como as leis de Falências e a de Biossegurança.

FH: 'Não se pode tentar redescobrir a pólvora'

Ex-presidente diz que governo dá força ao 'reivindicacionismo incessante' do MST

Jorge Henrique Cordeiro

Especial para O GLOBO

• SÃO PAULO. O ex-presidente Fernando Henrique criticou ontem o governo Lula por não ter dado, segundo ele, continuidade ao trabalho feito em seu governo para resolver conflitos agrários e afirmou que há uma incapacidade de se resolver institucionalmente o problema. Disse também que falta criatividade na área social e que "a parte gerencial está muito difícil".

— O Ministério do Desenvolvimento Agrário às vezes parece que dá força a um certo reivindicacionismo incessante por parte do MST e isso complica as chances de se consolidar o que foi feito no meu governo. E foi feita muita coisa — afirmou.

Fernando Henrique deu palestra ontem para cerca de cem empresários na sede da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base (Abdib), em São Paulo. O ex-presidente abordou questões políticas e econômicas, afirmando que o PSDB talvez seja hoje o único partido com muitas opções para a campanha presidencial de 2006. Ele citou os governadores Geraldo Alckmin (SP) e Aécio Neves (MG), o senador Tasso Jereissati (CE) e o prefeito eleito de São Paulo, José Serra. Fernando Henrique negou que possa sair candidato.

— Eu estou fora, já fui.

Os principais pontos abordados por Fernando Henrique em entrevista após a palestra:

• **MST E POLÍTICA AGRÁRIA:** O acirramento no campo é um sintoma da incapacidade de se resolver de maneira institucional o problema agrário. O governo Lula deveria consolidar o que já foi feito nessa área. E foi feita muita coisa. Só no meu governo assentamos cerca de 500 mil famílias e desapropriamos 20 milhões de hectares de terra. É preciso chegar a um entendimento com o MST, mas o Ministério do Desenvolvimento Agrário parece às vezes que dá força a um reivindicacionismo incessante por parte dos sem-terra. Isso complica as chances de se consolidar o que foi feito.

• **DESENVOLVIMENTO:** Não podemos ficar tentando redescobrir a pôlvora.

vora. Isso vale para qualquer área do governo, para a saúde, para a educação, para as áreas sociais. É importante ter continuidade, não política mas administrativa. E investir pesado em educação e infra-estrutura.

Além disso, o Brasil ainda não sabe se realmente quer entrar no grande jogo de competição global. Ainda temos medo, e há até razões para ter medo, mas temos que resolver o que queremos. É preciso fazer acordos, mas acordos importantes, não qualquer acordo. As vezes me dá impressão de que queremos voltar ao G77, ao terceiro-mundismo.

• **CRESCIMENTO:** Para sair do subdesenvolvimento, não depende apenas de taxa de crescimento. Desenvolvimento é outra coisa, é educação, é saúde, é cidadania, são muitos fatores juntos. O Brasil cresceu 7%, 8% nos

anos 70 e todos os dados sociais pioraram. Então, desenvolvimento não é PIB. O crescimento hoje depende menos do governo e mais da conjuntura de mercado, sobretudo internacional.

• **MERCADO EXTERNO:** O Brasil ainda não tomou uma posição firme sobre o que quer ser no cenário internacional. Nós queremos mesmo entrar na Alca? Queremos mesmo o Mercosul? Queremos mesmo fazer um acordo com a Europa? Isso ainda não está claro. Não estava claro no meu governo e não está no governo Lula porque não está claro na sociedade.

• **O MELHOR E O PIOR DO GOVERNO LULA:** O melhor é responsabilidade de que o presidente Lula tem na condução da política econômica, o que dá tranquilidade ao país. E também a capacidade que ele tem de se comunicar

com o país. Mas eu esperava mais em termos de criatividade, sobretudo na área social, e também na parte gerencial, que está muito difícil.

• **A FORÇA DO PSDB PARA 2006:** O PSDB tem bons nomes para a disputa em 2006. Temos os governadores Aécio e Geraldo Alckmin, o senador Tasso Jereissati, que tem tido uma atuação forte no Congresso, e o Serra que foi eleito agora prefeito. Não creio que ele se disponha, porque ele tem um compromisso com a cidade (de São Paulo). São nomes fortes do partido, o PSDB talvez seja o único partido que dispõe de tantas pessoas qualificadas para serem candidatas. Eu estou fora, eu já fui.

• **NINGUÉM É IMBATÍVEL:** Não falei que o Lula é imbatível, falei que ninguém é imbatível. Eu já ganhei de duas vezes e perdi pro Jânio (Quatros). Depende muito das condições. Que a vitória do Serra em São Paulo fortaleceu o PSDB não há dúvida. Mas não foi só a vitória do Serra, foram inúmeras as vitórias do partido nas últimas eleições. Evidentemente que a vitória do Serra foi a mais impactante. Mas eu acho que houve um resultado equilibrado e acho isso bom. Você não tem hoje nenhum partido no Brasil que seja hegemônico ou mesmo dominante.

• **PMDB E GOVERNABILIDADE:** O Executivo não pode governar sem ter maioria. Mas a questão central não é esta: é ter maioria pra quê? Tem que ter propósitos claros, não só políticos, mas econômicos e sociais. O governo Lula tem trabalhado para obter maioria no Congresso mas não definiu para que ele quer essa maioria.

• **ARQUIVOS DA DITADURA:** Ele (o presidente Lula) não é culpado (por não abrirem os arquivos do regime militar). O presidente da República pode abrir quando ele quiser, não está proibido. Eu assinei o decreto sem medir as consequências. Se ele achar que deve mudar e abrir os arquivos, ele muda na hora, ele pode mudar o decreto quando quiser. □

► **NO GLOBO ONLINE:**
Ouça a declaração de FH
www.oglobo.com.br/pais

Genoino critica 'soberba' e 'visão arrogante' do tucano

Petista: 'FH faz oposição sem se olhar no espelho'

• **SÃO PAULO:** Em nota oficial divulgada ontem, o presidente nacional do PT, José Genoino, rebateu as críticas de Fernando Henrique Cardoso ao governo Lula afirmando que as declarações do ex-presidente refletem "a soberba de quem faz oposição sem se olhar no espelho".

Segundo a nota, Fernando Henrique manifestou "toda a sua visão arrogante" ao afirmar que o PSDB é o único partido com pessoas qualificadas para 2006. O ex-presidente na verdade disse que o PSDB "talvez fosse" o único partido hoje com nomes fortes para a disputa presidencial.

— Essa arrogância é tanto em relação ao PT quanto aos outros partidos — afirmou Genoino, que acusou Fernando Henrique de ter optado, durante seu governo, pela "criminalização" do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ra (MST), enquanto que o PT "negocia com esses movimentos".

Temos divergências, mas os respeitamos democraticamente", acrescentou Genoino, dizendo que o governo Lula investiu mais na qualificação dos "assentamentos precários que herdou do governo" de Fernando Henrique.

Sobre a crítica da falta de criatividade na área social e no gerenciamento do governo, o presidente do PT afirmou que os projetos sociais do atual governo "são mais amplos do que os existentes no governo dele" e que as falhas de gerenciamento serão corrigidas.

Genoino encerra a nota provocando Fernando Henrique ao afirmar que, em relação à política externa, os "éxitos do governo Lula nessa área" certamente incomodam os brios do ex-presidente.



Data: 26 / 11 / 04 Página: 42

PP, PTB e PL ameaçam fazer boicote

● BRASÍLIA. Os problemas da base governista na Câmara podem ganhar um ingrediente novo na próxima semana, desta vez por causa da reforma política. Ontem, os líderes das bancadas de PP, PTB e PL, que somam mais de 150 votos, avisaram ao governo que não aceitarão uma aliança do PT com o PFL e o PSDB para aprovar a reforma política, na próxima semana, na Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Se o PT insistir, o resultado poderá ser o boicote a votações que interessam ao governo.

Os líderes dos três partidos exigem a retirada de dois pontos da reforma política: o fim das coligações proporcionais (nas eleições para deputados federais, estaduais e vereadores) e a introdução da lista fechada de candidatos (voto no partido), que substituiria o voto uninominal (no candidato). Só aceitam a manutenção do financiamento público das campanhas, adiantando que vão votar contra.

JORNAL DO BRASIL

RENDA DÓ BRASILIENSE CAI 40% EM SETE ANOS

PESQUISA REVELA AUMENTO DO CONTRASTE ENTRE RICOS E POBRES DO DF

Os ricos brasilienses têm rendimento 27 vezes superior ao dos pobres. Essa é uma das conclusões de pesquisa que traça o novo perfil socioeconômico dos moradores do DF. O estudo, realizado pela Secretaria de Planejamento, mostrou também que o Sudoeste é a região que mais cresce economicamente.

Com informações obtidas em 21 mil domicílios de 26 regiões administrativas, o estudo revela que a renda familiar do brasiliense caiu, em média, 40% desde 1997. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD) incluiu, pela primeira vez em um levantamento oficial, a maior favela do DF: Itapuã.

SEQUESTRO-RELÂMPAGO

Até o ex-secretário de Segurança Pública do DF, José de Jesus, foi vítima do crime quando caminhava no Parque da Cidade. Ele não prestou queixa.

PÁGINA 29

VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO

Motorista que atropelou a segunda-feira a menina Laíza Sardeiro se apresenta à polícia. Diz que não prestou socorro com medo de represálias.

PÁGINA 30

Sem-terra e estudantes invadem prédio do Inca

Porta de vidro e dutos, vitrinas foram quebradas; houve confronto com policiais e oito pessoas ficaram feridas

Sem-terra queimaram bandeira dos Estados Unidos

Enquanto o MTL invadia o Inca, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fazia manifestação pacífica contra a política econômica do governo em frente ao Banco Central. Os integrantes do MST fizeram uma passeata pelas ruas de Brasília e se dirigiram até o Banco Central, onde abriram bandeiras do movimento e queimaram outra dos Estados Unidos. O MST tem centrado suas críticas na área econômica, pondo o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Antes do protesto, dirigentes do MTL reuniram-se com o superintendente nacional do Inca, Carlos Guedes. O encontro começou por volta das 14h e não havia acabado ainda quando começou a manifestação dos sem-terra em frente ao Inca. Eles tentaram entrar, mas foram impedidos por cerca de 20 policiais. Em meio ao tumulto, outro grupo conseguiu acesso pela garagem e subiu ao 18º andar. O contingente policial foi reforçado com a chegada da tropa de choque e da cavalaria, elevando o efetivo para cerca de 150 policiais.

— Vemos cobrar a desadap-

praticão de terras e o desmatamento de famílias, fato quase

dos autos de governos Lula, mas nenhuma família do MTL foi assediada — disse um dos dirigentes nucleados do movimento, Francisco Guimarães.

— O MTL não é um grupo político representativo da luta pela terra. Mesmo assim, fomos o único canal de diálogo com o Inca. Tínhamos um acordo de que não haveria manifestação durante a reunião. É a primeira vez que isso acontece. Negociamos com 50 outros movimentos e nunca houve nada igual — disse Guedes.

À noite, o Inca divulgou nota condenando a ocupação do

prédio. Um nova reunião entre dirigentes do Inca e do MTL foi marcada para hoje. O MTL é uma dissidência do MST e diz atuar em seis estados, representando cerca de 10 mil dos 170 mil acampados no país.

Segundo Guedes, o movimento tem presença de fato apenas em Minas Gerais e Goiás.

Ainda assim, segundo ele, apesar de 400 das 11 mil famílias acampadas em Minas pertencem ao movimento.

Na nota, o Inca informa que 133 famílias do MTL já foram apresentadas em dois projetos no Triângulo Mineiro. Um dos dirigentes nucleados do movimento, Joséolto Ferreira da Silva, disse, no entanto, que o governo ainda não liberou o crédito habitacional nem recursos para instalação e produção das famílias, o que feva o MTL a não considerar concluído o processo de assentamento.

Guedes disse que um dos entraves para a liberação dos recursos habitacionais é a falta de documentação. A entidade indicada pelo MTL para fazer o plano de desenvolvimento dos assentamentos não entregou os papéis exigidos.

Cerca de 600 militantes do MTL estão acampados há cinco dias numa área próxima ao estacionamento do Inca.

O advogado do movimento,

José Raimundo Costa, disse

ter sido agredido por policiais

durante a ocupação do prédio.

Ele já estava participando de

reunião com Guedes, quando

desceu até o térreo. Fazendo

mento, teria sido agredido e

quebrada a janela.

Agricultores invadem fazenda

**Heliane Brazão e
Ramar Mayrink**

— SINHADORES DE FAZENDAS JÁ FORAM VITIMAS. Cercas de 200 agricultores morais ligados ao Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiram ontem de manhã cedo a Fazenda Raposa, grande tristeza dos fazendeiros sul da Bahia. A invasão se deu em represália ao proprietário da área, o fazendeiro Nicanor Chafik Lucena, acusado de ser o responsável da chacina que vitimou cinco sem-terreiros no sítio Santa Teresinha, pertencente do MST, na vila de Itapuã, no interior de Pelotins.

— A ocupação é uma forma de protestar contra o massacre em Mato Grosso — disse Ivanildo Costa, líder estrutural do movimento.

Ele alega que, enquanto a fazenda de cerca de 700 hectares já fez sua produção de cacau, está improductiva, com o mato alto. Costa afirmou também que a invasão tem o propósito de chamar atenção para a impunidade dos crimes praticados por fazendeiros.

No fim da manhã, policiais federais de Ilhéus prenderam três suspeitos de participação no crime: Semidônio Marechal Santos, autor intelectual; Belmiro Lobo, e José Santos, suspeito de ter praticado o ato livre. Eles foram levados para Monte Claros (MG). A PRF esteve fazendo buscas em fazendas no sul da Bahia, entre os objetivos deles alvos: Adiliano Chafik, que tem parentes em várias fazendas na região.

Nos últimos apreendidos estavam Pelotinsenses que podem ter sido suspeitos pelos pistoleiros envolvidos no massacre de cinco trabalhadores rurais, entre os quais haviam outrem a líder Heloíza e foram encontradas armas e munições dentro das residências.

CORREIO BRAZILIENSE

Passeata termina em confronto

LILIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

Era para ser um protesto pacífico contra as reformas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Mas por iniciativa de uma parte dos manifestantes, a passeata de ontem na Esplanada dos Ministérios terminou em confusão. Vídeiras do Congresso Nacional foram quebradas, carros amassados e dois estudantes ficaram detidos na Polícia da Câmara dos Deputados.

A passeata foi organizada por sindicalistas e contou com a participação de estudantes e de militantes do Partido da Solidariedade (P-Sol), a legenda criada pelos parlamentares expulsos do Partido dos Trabalhadores. A marcha era um protesto contra as reformas trabalhista, sindical, universitária e serveria também para pressionar a realização da reforma agrária.

Por volta das 9h, o grupo que se concentrava na Catedral caminhou em direção ao Ministério do Trabalho. Quando chegou em frente ao Congresso Nacional, os manifestantes, que somavam sete mil, se dividiram em dois grupos. O maior seguiu para o Ministério da Educação. O outro com cerca de 300 pessoas ficou no gramado em frente à Câmara dos Deputados e iniciou os protestos mais agressivos. Uma turma de

punks queimou uma bandeira dos Estados Unidos.

Muitos estudantes mergulharam no espelho d'água e passaram a provocar os policiais militares que faziam a segurança da Casa. Gritando palavras de ordem, como "a, e, i... vamos invadir", eles ameaçaram entrar no Congresso e acertaram com pedras as vidraças da Câmara, quebrando uma das peças. Os policiais foram atingidos com água e objetos pessoais dos manifestantes, como bonés e chinelas. Carros das equipes de televisão foram amassados.

Dois estudantes acabaram presos pela PM e encaminhados à Policia da Câmara dos Deputados, onde prestaram depoimentos. Os policiais suspeitam que os estudantes estavam sob o efeito de drogas. Darius Emrani, 19 anos, de São Paulo e Thiago Madureira, 23 anos, de Sergipe, ficaram até às 17h detidos no Congresso e depois foram transferidos para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) para fazerem os registros das ações.

Batalhão

As prisões, no entanto, não intimidaram os manifestantes. Foi preciso a presença do batalhão de choque da Policia Militar para pôr fim aos protestos. Os policiais não entraram em ação, mas, mesmo assim, os estudantes decidiram acompanhar o restante dos manifestantes, que

já estavam no MEC.

Por causa da passeata, uma das pistas da Esplanada foi fechada para permitir a passagem dos manifestantes e de três carros de som. O trânsito voltou ao normal por volta das 13h. "Apesar de uma minoria ter causado a confusão, a passeata foi vitoriosa porque demonstrou uma capacidade que temos de nos organizarmos", avaliou Márcia Barbosa, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes).

Em frente ao prédio do Ministério do Trabalho, os manifestantes fizeram críticas ao responsável pela pasta, o ministro Ricardo Berzoini, e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ministro foi chamado de "pelegão" e o presidente Lula de "capacho" e de "traidor". Uma das principais críticas feitas à reforma sindical é a de que as mudanças vão enfraquecer os trabalhadores sindicalizados em detrimento do fortalecimento das centrais sindicais, que passarão a ter maior poder de decisão.

Durante o trajeto da marcha, integrantes do P-Sol fizeram um mutirão por assinaturas. A legenda ainda não foi oficialmente constituída por não ter alcançado a marca mínima de adesões. Luciana Genro (RS), uma das fundadoras do partido, doutrinou os jovens com as posições do partido: "Vamos propor um projeto novo de país, com os trabalhadores, que passa pela ruptura com o FMI", discursou a deputada.

CPT critica governo federal

HÉRCULES BARROS

DA EQUIPE DO CORREIO

O último dia do evento *Conferência Nacional Terra e Água: Reforma Agrária, Democracia e Desenvolvimento Sustentável*, em Brasília, foi marcado por críticas à atual política econômica. E por vaias para o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Durante os quatro dias de encontro, os dez mil sem-terra, pequenos agricultores e militantes de movimentos sociais reunidos no ginásio Nilson Nelson esperaram em vão pela visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "O governo tem sensibilidade para colher as nossas sugestões, mas tem que decidir para que lado vai acender a vela", afirmou Gilberto Portes Oliveira, secretário-executivo do Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Segundo ele, 70% da

violência no Centro-Oeste ocorrem onde houve expansão da soja e da cana-de-açúcar.

"Se tivesse 12 mil empresários, Lula teria vindo aqui?", questionou o presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dom Tomás Balduíno. O religioso falou sobre a importância dos movimentos sociais e a continuidade da luta agrária. O ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio também discursou ontem na conferência. Ele disse faltar a Lula vontade política para fazer a reforma agrária. Sampaio é um dos fundadores do PT e disse sempre ter acompanhado Lula. "Não consigo admitir que, depois de dois anos (de governo), tenhamos assentado menos que no governo anterior". O economista conclamou os trabalhadores sem-terra a irem para as ruas para conseguir fazer a reforma agrária. "Na rua, nós somos invencíveis", afirmou.

Feridos

À tarde, os camponeses saíram da conferência em marcha, rumo ao Banco Central. Por quase duas horas caminharam pelas principais ruas de Brasília. Na chegada ao banco houve mais vaia para o projeto econômico do governo. O coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, ressaltou que o ato não era contra o "amigo Lula", mas não deixou de criticar o governo. "Mudar ministro e presidente do BC é fácil. Difícil é trocar política econômica."

Liderados pelo presidente da CPT, cinco representantes dos camponeses entraram no

prédio do BC. O grupo foi recebido por um funcionário do banco na entrada principal para protocolo simbólico do documento final da Conferência. Foi feito apenas registro de data e hora de recebimento do manifesto. No final do dia, um grupo de sem-terra tentou invadir a sede do Incra — dois policiais e dois manifestantes acabaram feridos.

A favor do sigilo

Numa ofensiva inédita na história das comissões parlamentares de inquérito (CPDs), deputados aliados do governo tentaram ontem anular a sessão da CPI da Terra em que foi quebrado o sigilo bancário e fiscal de duas entidades ligadas ao MST. A abertura das contas da Confederação Brasileira das Cooperativas de Reforma Agrária e da Associação Nacional de Cooperação Agrícola foi aprovada.

Os deputados petistas Adão Preto (RS) e Luci Choinacki (SC) e Jamil Murad (PCdoB-SP) alegaram ser falso o argumento que justificou a decisão, de que a PF teria investigado as duas entidades. "O que houve foi uma afronta", disse Preto. O deputado foi repreendido pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR): "V. Exa. não tem autoridade para fazer uma afirmativa leviana como esta".

**SE TIVESSE
12 MIL
EMPRESÁRIOS,
LULA TERIA
VINDO AQUI?**

*Dom Tomás Balduíno,
presidente da Comissão
Pastoral da Terra*

Ata do Copom mostra que os índices de custo de vida e os aumentos nos preços dos combustíveis continuam pressionando a taxa Selic, que foi elevada em 0,5 ponto percentual na semana passada

Sinal de nova alta dos juros

Por Geraldo dos Jutos

Nesta análise da diretoria da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Pradeu de Freitas, a ata do Copom mostra que o problema é que, apesar de ter sido anteriormente no alto praticamente estabilizado, o projeto fala pelos diretores do BC de aumento de 9,5% nos combustíveis neste ano.

O problema é que, apesar de repertuar mais rapidamente na economia, o aumento da gasolina afeta uma parcela menor da população que utiliza automóveis e, por isso, tem impacto menor na inflação. O óleo diesel altera diretamente o valor de fretes e transportes terrestres, tem maior peso na inflação e leva até três meses para refletir integralmente nos demais preços. Assim, o reajuste dos combustíveis ainda influenciaria o IPCA do início de 2005.

Outra fonte de preocupação do BC é a indefinição do comportamento do petróleo no mercado internacional. Além do petróleo, os diretores do Banco Central estão temerosos quanto à capacidade do setor produtivo atender à demanda que tem crescido com o maior uso de aviões. Enquanto a utilização das plantas instaladas ficou em 86%, o matiz é que, desde 1998, alguns núcleos de investimentos para elevar a oferta mostraram pequeno recuo. Para o BC, isso não pode ser interpretado como regressão dos investimentos mas, sim, de desaceleração da economia. Só que, já que a taxa Selic já está programada para um aumento de 0,5 ponto percentual, acreditam que a inflação deve ser controlada.

Metá

A cotação do petróleo recuou, o real valorizou-se em relação ao dólar e o resultado da contabilidade permaneceu acima da meta. Assim, como pretendido, não houve uma piora nos indicadores de risco e, portanto, é preciso matar a meta. No entanto, uma batida ainda maior adiante é esperada, já que o abastecimento de gásolina deve vir a influenciar a inflação do fim de 2005, quando a inflação para 2005.

Combustíveis

Isso porque o aumento reportado principalmente nos índices de gasolina com impacto menor. No entanto, uma batida ainda maior adiante é esperada, já que o abastecimento de gásolina deve vir a influenciar a inflação do fim de 2005, quando a inflação para 2005.

movido anteriormente no alto praticamente estabilizado, o projeto fala pelos diretores do BC de aumento de 9,5% nos combustíveis neste ano.

O problema é que, apesar de repertuar mais rapidamente na economia, o aumento da gasolina afeta uma parcela menor da população que utiliza automóveis e, por isso, tem impacto menor na inflação. O óleo diesel altera diretamente o valor de fretes e transportes terrestres, tem maior peso na inflação e leva até três meses para refletir integralmente nos demais preços. Assim, o reajuste dos combustíveis ainda influenciaria o IPCA do início de 2005.

Outra fonte de preocupação do BC é a indefinição do comportamento do petróleo no mercado internacional. Além do petróleo, os diretores do Banco Central estão temerosos quanto à capacidade do setor produtivo atender à demanda que tem crescido com o maior uso de aviões. Enquanto a utilização das plantas instaladas ficou em 86%, o matiz é que, já que a taxa Selic já está programada para um aumento de 0,5 ponto percentual, acreditam que a inflação deve ser controlada.

Metá

A cotação do petróleo recuou, o real valorizou-se em relação ao dólar e o resultado da contabilidade permaneceu acima da meta. Assim, como pretendido, não houve uma piora nos indicadores de risco e, portanto, é preciso matar a meta. No entanto, uma batida ainda maior adiante é esperada, já que o abastecimento de gásolina deve vir a influenciar a inflação do fim de 2005, quando a inflação para 2005.

Isso porque o aumento reportado principalmente nos índices de gasolina com impacto menor. No entanto, uma batida ainda maior adiante é esperada, já que o abastecimento de gásolina deve vir a influenciar a inflação do fim de 2005, quando a inflação para 2005.

**Do presidente do BCB
Referindo a referência ao
índice monetário de inflação
evidente o governo não
deverá ter medo de inflação.**

BRASILIA O ministro da Fazenda do governo Lula, Nelson Jobim, rebate e diz que ex-presidente tem "uma visão antiquada"

Há falta de criatividade

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem que o governo Luiz Inácio Lula da Silva deve "tomar uma posição ofensiva e ter uma visão econômica mais clara" na política externa. Cobrou também investimen-

estutura e indústria de base (Abdi), em São Paulo. "Eu esperava mais em termos de criatividade, sobretudo na área social e na parte gerencial, que aí está um pouco difícil", afirmou.

Fernando Henrique rechaçou a possibilidade de concorrer à Presidência da República em 2006, mas citou como possíveis candidatos do PSDB os governadores Aécio Neves (MG) e Geraldo Alckmin (SP) e o senador José Serra (PSDB-SP).

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem que o governo Luiz Inácio Lula da Silva deve "tomar uma posição ofensiva e ter uma visão econômica mais clara" na política externa.

Cobrou também investimen-

to para o lâmpo Quade e pediu para o lâmpo Quade. Não dá para prever o que vai acontecer em 2006", disse, ressaltando que o PSDB é o único partido que tem pessoas qualificadas para disputar as eleições em 2006".

O presidente do PT, José Gómez, divulgou nota para rebater as críticas de FHC. "É a soberba de quem faz opinião sem se olhar no espelho", disse Gómez. "O presidente Lula governou o país há dois anos. Estamos fazendo um esforço muito grande e já colocamos a casa em ordem", explicou.

Violência inútil p

Jovens se rebelam contra reforma universitária

PAULO DE TARSO LYRA E SÉRGIO PRADO

BRASÍLIA – A reforma universitária levou cerca de cinco mil estudantes à Esplanada dos Ministérios, paralisando o trânsito durante toda a manhã de ontem. O sol forte e a vontade de protestar mais perto do Congresso – onde a proposta tramita, inclusive por medida provisória – fizeram com que duzentos deles se atirassem no lago em frente ao Comitê de Imprensa da Câmara. Com músicas de protesto, gritos de guerra, lemas antigos e o h

nacional, jogaram uma pedra no vidro do comitê, água nos policiais e tentaram virar um carro da Rede Globo de Televisão. Danificaram também um veículo do SBT e um carro particular. Dois deles acabaram sendo detidos pela Polícia Legislativa e até o fim da tarde, ainda não haviam sido liberados.

Os estudantes Darius Leva Emrani, 19 anos, de São Paulo, e Thiago Madureira Araújo, 23 anos, de Sergipe, foram detidos pela Polícia

que faz a segurança do Congresso. Nenhum dos manifestantes procurou notícias dos colegas detidos. Tampouco houve parlamentares interessados em pedir a liberdade dos dois estudantes. Os seguranças ainda estavam averiguando a participação deles no ato, já que a análise preliminar das fitas não comprovava se eles teriam ou não atirado a pedra no comitê ou danificado os carros da TV Globo, SBT e um veículo particular.

O protesto foi organizado pela União Nacional dos Estudantes. A passeata começou em frente à Catedral e chegou à rampa do Congresso. Rapidamente os estudantes cruzaram o gramado em frente ao Legislativo e se atiraram no lago.

– Não pago, não pagaria. Educação não é mercadoria – bradavam.

O movimento em direção ao Congresso desagradoi os organizadores do protesto. Do alto do carro de som, os estudantes Ronaldo Tuvin, 23 anos, e Erlin Conceição, 21, ambos da Ordem dos Estudantes da Universidade Federal da Paraíba, em Católica, pediam aos colegas que não entrassem em confronto com a polícia e que

Rodrigo, 20, de São Paulo, e Círculo, 20, de Rio Branco, atitudes como essa só prejudicam o movimento.

– Deixem de ser idiotas – exasperou-se Irin.

Os gritos não eram ouvidos. Encharcados, os estudantes brincavam de roda, atiravam águas nos policiais e nos carros estacionados. Em um determinado momento, o grupo deu as mãos e começou a caminhar em direção ao Congresso. O policiamento foi reforçado.

– O povo, unido, jamais será vencido – gritavam, antes de cantar o Hino Nacional.

No meio do protesto, as sete indicações se revezavam. Havia bandeiras do PSOL, do MST e uma faixa contra a política dos Estados Unidos e de Israel em relação ao povo palestino.

Os estudantes tentaram invadir o lago maior, mas foram contidos pelos policiais. Buscaram, então, virar os carros das emissoras de televisão, além de desferir chutes e muros nos veículos.

Mercadante reclama de excesso de MPs

BRASÍLIA – Diante de seis medidas provisórias que chegaram ao Senado com prazo vencido, precisando ser votadas imediatamente, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), fez um desabafo na tribuna da Casa ontem. Ele criticou o excesso de medidas provisórias editadas pelo governo e disse que muitas delas são desnecessárias.

– Não me sinto à vontade para subir à tribuna e pedir à oposição para votar. Com que argumento vou convencer os senadores? Essa situação chegou ao limite. Como vou ser líder do governo nessas condições? – desabafou o senador governista.

De acordo com Mercadante, das 123 MPs editadas desde o início da gestão petista, 22% são inapropriadas e 25% discutíveis. Do total, somente 52% seriam indispensáveis. Segundo a Constituição, as medidas provisórias devem ser editadas em caso de matéria “urgente e relevante”.

As medidas provisórias trancam a pauta de

votações da Câmara após 45 dias de tramitação. A Câmara e o Senado

Seis medidas provisórias foram aprovadas com ajuda da oposição

tem, no total, 120 dias para votar uma MP, senão perde a validade e é arquivada.

– Parte das medidas provisórias são dispensáveis, não considero urgentes nem relevantes. Poderiam ter sido evitadas porque prejudicam o papel do Legislativo, que é fazer leis – reclamou Mercadante.

O governo conseguiu aprovar ontem as seis MPs, mas dependeu mais uma vez da boa vontade da oposição, já que o Palácio do Planalto não tem maioria confortável na Casa. Devido à necessidade de votar as matérias imediatamente, o governo fica sem margem de manobra e sem condições para negociar.

As críticas ao excesso de medidas provisórias têm sido uma constante nos partidos de oposição. Nesta semana, quando havia 28 MPs trancando a pauta da Câmara, o PSDB e o PFL disseram que a partir de agora vão exigir a instalação de comissões mistas para analisar cada MP, conforme prevê o regimento das duas Casas, mas não costuma ser cumprido.

Outra queixa dos senadores é que a Câmara esgota todo o tempo de apreciação das MPs, então o Senado não teria a oportunidade de discutir as matérias. Mercadante propôs ontem a mudança no rito de tramitação das MPs. O líder do governo no Senado sugeriu que o tempo para a análise das matérias seja dividido entre as duas Casas do Legislativo, ficando, por exemplo, 80 dias para os deputados e 40 para os

KLAUS KLEBER*

Corrigir o real sobrevalorizado

O ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, pôs o dedo na ferida no 24º Encontro Nacional dos Exportadores (Enaex), realizado esta semana em São Paulo. Furlan, experiente empresário, perito em comércio exterior, sabe que o real está sobrevalorizado e que isso pode afetar seriamente as exportações no próximo ano. Para contornar o problema, ele aconselhou os exportadores a fechar câmbio em outras moedas como o euro ou o iene. De fato, o euro bateu esta semana um recorde histórico de alta diante do dólar, sendo cotado a US\$ 1,32 e, em relação ao real, a moeda da eurozona está valendo R\$ 3,62. Exportar em euros, como em iene, pode ser eventualmente uma saída. O problema é que os importadores podem pleitear um desconto, pois não ignoram que o euro está valorizado e que os países da área do dólar, como o Brasil, poderiam obter mais lucros.

O que Furlan disse de mais importante não foi exatamente isso. Ele afirmou que a taxa atual do dólar cria uma boa oportunidade para que o Brasil recomponha as reservas cambiais. Com isso, o risco Brasil diminuiria. Traduzido em miúdos, o ministro afirmou que o Banco Central poderia comprar dólares no mercado e ir engordando as

reservas líquidas (descontados os empréstimos do FMI), que estão em US\$ 22,6 bilhões. E esse movimento, naturalmente, se refletiria na cotação da moeda americana, que iria progressivamente subindo. Para os industriais, como disse o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, seria muito bom se a cotação do dólar voltasse ao patamar de R\$ 3.

Na quarta-feira, o BC anunciou que vai comprar US\$ 2,998 bilhões no mercado. O presidente Lula endossou explicitamente essa política ao declarar que o dólar poderia variar na faixa de R\$ 2,90 a R\$ 3,10. Vê-se que, depois de um longo período, o BC passou a praticar uma política cambial ativa. Tudo muito lógico, mas o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do BC, Henrique Meirelles, pareciam envergonhados. Eles afirmaram que não é papel do BC monitorar o câmbio, como se tivessem de pedir desculpas aos monetaristas empedernidos, que acreditam plenamente na livre flutuação do câmbio. Corrigir a sobrevalorização da moeda não é pecado capital nem fetiché nem passe de espiritismo. É um instrumento válido de política econômica, especialmente para um país em desenvolvimento, como o Brasil.

*Editor-chefe da *Gazeta Mercantil*

Escassez de peças no tabuleiro

Ao anunciar a primeira composição do ministério, há dois anos, o presidente Lula cercou-se de quadros sólidos do Partido dos Trabalhadores e pontuou a Esplanada dos Ministérios de representantes das legendas aliadas. Como faltaram algumas pastas para tantos nomes, fez proliferar o número de secretarias especiais para acomodar a todos a quem devia afetos pessoais e políticos.

De lá para cá, não foram poucas as mudanças. Naturais em qualquer gestão administrativa, elas carecem, no entanto, da necessária solidez que dê ao governo um perfil de eficácia.

Fechadas as urnas nas eleições municipais, surgiu a necessidade de se recompor a difícil costura política em que o governo se meteu. Sem bancada própria suficiente para ter maioria parlamentar na Câmara ou no Senado, o governo viu-se obrigado a fazer concessões aqui e ali. Novas concessões.

E passou a cultivar um problema de credibilidade junto aos que antes não tinham dúvidas de quem era o interlocutor. Tantas foram as conversas não concluídas, as promessas não realizadas, ou o adiamento na concessão de

benefícios previamente acertados, ainda que legítimos.

A política econômica tornou-se um entrave dentro do próprio PT, com as divisões internas se esgarçando e os debates cada vez menos disfarçados entre as diversas tendências.

Com a instabilidade interna, o governo partiu para buscar o apoio necessário nos outros partidos da base, tão ou mais divididos que o próprio PT.

Almoços, jantares, conversas consumiram horas de negociações. Fechada uma, bastava aparecer o resultado na mídia para que outras facções reivindicasse tratamento isonômico. Impossível quando se trata de política.

No balanço de perdas e danos, reduziu-se, ao longo dos últimos dois anos, os nomes em quem o governo pode confiar plenamente. Deixou isso claro ao bancar a emenda da reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado, sem perceber o desgaste que tal manobra gerou.

Cabe ao presidente Lula a decisão sobre a distribuição das peças no tabuleiro político para os próximos dois anos. Sem direito de errar.

Mandante de chacina tem fazenda invadida

SALVADOR - Cerca de 200 lavradores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiram ontem uma fazenda em Itajuípe (380 km ao sul de Salvador), pertencente ao produtor rural Adriano Chafik Luedy, acusado de ser o mandante e um dos executores da chacina de cinco sem-terra ocorrida sábado no município mineiro de Felisburgo.

Portando facões, foices e enxadas, os agricultores invadiram a área às 5h. Segundo o dirigente estadual do MST Evanildo Oronildo Costa, cinco homens armados que observavam a ação correram em direção a uma roça de cacau, atiraram e depois fugiram. Ninguém se feriu.

Os sem-terra tomaram as casas desocupadas dos empregados e conversa-

ram com os cerca de 15 arrendatários que trabalhavam em parte da propriedade. Ficou decidido que não haveria interferência entre os dois grupos.

Os invasores se reuniram em seguida para definir a formação de grupos de vigilância. Costa negou que os lavradores estejam armados:

- Só temos facões, enxadas e foices, que são os nossos instrumentos de trabalho.

A propriedade tomada chama-se Rapa Pau e tem cerca de 700 hectares. Segundo o MST, a fazenda possui plantações de cacau, mas é improdutiva devido à infestação de uma praga conhecida como vassoura de bruxa.

A invasão, de acordo com Costa, teve dois objetivos: pressionar a polícia a agilizar a investigação sobre a chacina

e pedir pressa ao governo no processo de reforma agrária:

- É preciso mais coragem para enfrentar o latifúndio.

O dirigente informou que vai solicitar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a vistoria da área. Disse também que, "dependendo do comportamento da Justiça e do governo", outras duas propriedades de Adriano Chafik poderão ser tomadas.

- Não definimos o que poderemos fazer, mas para cada ação haverá uma reação. O latifúndio quer parar a reforma agrária no país com armas, mas o problema dos sem-terra não se resolve-rá com bala.

Movimentos sociais se distanciam do governo

Mais de 8 mil manifestantes criticam política econômica e reforma agrária

HUGO MARQUES

BRASÍLIA - O centro de Brasília ficou vermelho ontem, com a marcha de mais de 8 mil manifestantes, a maioria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Eles encerraram uma semana de conferências em Brasília com um protesto ao lado da sede do Banco Central. Lá, viciaram a equipe econômica e queimaram uma bandeira que misturava as cores dos Estados Unidos com o símbolo do Fundo Monetário Internacional (FMI), com direito a chuva de papel picado que caía das janelas do BC.

A marcha do MST e de outras 43 organizações expôs o que pode ser o início de um distanciamento entre os movimentos sociais e o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, conforme avaliação dos manifestantes. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), que participou da marcha de ontem, realiza nova manifestação contra a política econômica de Lula, entre os dias 13 e 15 de dezembro, marchando entre Goiás e o Distrito Federal, em favor da recuperação do valor do salário mínimo.

Para os manifestantes que participaram da semana de conferências em Brasília, o governo Lula está pior do que a gestão de Fernando Henrique Cardoso em relação à reforma agrária. Um dos descontentes é o ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio, que redigiu o programa nacional de reforma agrária adotado por Lula. Em um discurso para os mais de 8 mil sem-terra que participaram da Conferência Nacional Terra e Água, Plínio afirmou que se considera companheiro de Lula, mas criticou o governo.

Não consigo acreditar que depois de dois anos tenhamos assentado meus filhos e filhas no chão do Banco Central

O presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dom Tomás Balduíno, afirmou que a conferência desta semana marca o "descolamento" dos movimentos sociais do governo.

- Pode ser que agora a massa popular caminhe para a oposição - disse dom Tomás. Estavam com presença com-

CUT e já para as palestras os ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, o chefe da Casa Civil, José Dirceu, e o secretário-geral da

Presidência, Luiz Dulci, o mais afinado com os movimentos sociais. Dom Tomás lamentou a ausência de Lula na conferência.

Se aí tivessem presentes 12 mil empresários, seria que Lula deixaria de vir? - perguntou dom Tomás à multidão, que o aplaudiu.

O principal líder do MST, João Pedro Stédile, afirmou que Lula continua sendo tratado como amigo, mas avisou que o movimento vai intensificar as manifestações contra a política econômica do governo. No mani-

festo entregue ao Banco Central e ao Palácio do Planalto, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária, que congrega os movi-

mentos sociais, diz textualmente que a política formulada por Fernando Henrique Cardoso, principal causa da po-

bresa e da desigualdade, foi mantida

pelos líderes do MST sugeriram que cada sem-terra escrevesse uma carta a

Lula, para demonstrar o sentimento frente à política de reforma agrária. O sem-terra José dos Santos Pereira, de Sandorvalina (SP) afirmou que o gover-

no de Fernando Henrique fez 96 assen-

tos no Pontal do Paranapanema. “Nada você fez”, escreveu José dos Santos para Lula.

Em várias cartas, os sem-terra reve-

lam sua admiração e apoio a Lula, mas ao mesmo tempo expressam o medo do rumo da política econômica. A agrocul-

tora Rosângela Amaral, do Pará, não usou muitas palavras na carta ao presi-

dente: “Fique com a gente, o povoão,

não deixa o capitalismo te engolir”.

O aumento de outubro foi insuficiente para absorver a escalada da cotação internacional do petróleo. A Petrobras reajustou novamente os combustíveis nas refinarias. O diesel subiu 10% e a gasolina, 7%. O consumidor pagará 2,5% e 6,5% a mais, em média, pelos respectivos litros. O Banco Central avalia que a pressão do preço do petróleo no mercado estrangeiro representa uma ameaça inflacionária, o que pode intensificar a trajetória ascendente dos juros, sinaliza a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária. PÁG. A17

Acordo faz votação do Orçamento avançar

A votação do Orçamento da União para 2005 saiu da inércia. A aprovação do relatório preliminar pela Comissão Mista do Congresso veio depois de o relator Romero Jucá aumentar de R\$ 2,5 milhões para R\$ 3,5 milhões o valor das emendas por parlamentar. Aos governadores, o afago em vista é compensação pela desoneração das exportações. PÁG. A3

Mapa social expõe os contrastes da capital

O perfil econômico e social do Distrito Federal é de contrastes claros: mais perto do coração de Brasília, mais riqueza, qualidade de vida e segurança. À medida em que nos afastamos da capital, caem todos os indicadores, como atesta a primeira Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio, realizada pela Secretaria de Planejamento em parceria com a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central. PÁG. D5

MAFIOSO AMERICANO É PRESO EM COPACABANA

<p>BRASÍLIA — O chefe da Casa Civil, José Dirceu, anda insone. Confidenciou a amigos próximos que está se sentindo infeliz no governo. Dos rumos da área econômica à estratégia de articulação política, nada lhe soa satisfatório. Sepultada a emenda da derrocada e quase afastada a hipótese de retomar a função de coordenador político, fato com o qual não se conforma. Dirceu começará a avaliar a possibilidade de reassumir o mandado de deputado, a fim de concorrer à Presidência da Câmara no próximo ano.</p>	<p>Aondicar Dirceu para a presidência da Câmara, a intenção do presidente é evitar que o ministro agredue o PT ainda mais contra a política econômica, e a crônica por Antônio Palocci manda dizer que o Planalto tem petistas íntimos da Casa tem elogios ao chefe da Casa Civil. E até a esquerda da sigla Civil. E até o discurso atual de admite que o discurso atual de Dirceu sóu muito melhor aos ouvidos dos petistas históricos que a fala de Palocci.</p>
	<p>— É evidente que a vinda dele para cá daria uma chacoalhada</p>

ic, não do PCdoB. Lula já avisa que ele não sai da articulação política. Dirceu não está satisfeito em exerçá-la a presidência da Câmara como alternativa - contou um deputado petista próxi-

O sinal verde teria sido dado pelo presidente Lula na reunião com os ministros petistas, na segunda-feira à noite. De acordo com alguns dos presentes, o presidente teria dito:

tes, o presidente teria manifes-
tado a vontade de deslocar um
ministro do PT para o cargo. E
para Lula, Dirceu seria o único
nome petista capaz de acabar
com a briga de foice no partido

— Tentam vender a imagem de que a bancada petista ficaria desacreditada em uma disputa para a presidência da Câmara. Mas conhecem os vários deparados, inclui-
pela sucessão de João Paulo.

da na Casa e no próprio partido — reconhecido o deputado Chico Alencar (P-RJ).

A solução, contudo, pode e transformar em problema. Com o vice-presidente José Alencar acumulando a função de ministro da Fazenda, seu tempo se iria pressionar. De fato, se o então o cargo fosse assumido pelo presidente da Câmara, o vice terceiro na hierarquia da sucessão presidencial, Carmando Nunes das Casas do Legislativo, não pode, ate ser mais atrativa do que comandar um ministério. Um pensa historiador que reconhece que, neste caso, Diácono ficaria ainda mais forte.

Lucio Afanai, na Casa Civil, perdeu a articulação política para a tarda que tanto apetecia:

— O Direceu faz o jogo dele. Tem muito mais controle paralelo e direcio e é um ótimo inteligente e maquiavélico que João Faria. Se o rejeitar, confundir-se-á. Mas aí ele vai ter que lidar com o Congresso.

Ora, pegar um subprefeito da terra e torná-lo senador seria a compensação ao presidente do Senado, esse Garney (PMDB), que é a testarda demanda da reforma no Senado. A cada dia que passa, ganha força o descontentamento da senadista por parte dos parlamentares.

A liderança do PT na Câmara, entretanto, já admittiu que o projeto de lei que regulamenta a nova regra não vai ser votado na sessão de quinta-feira (11). De acordo com o deputado federal Luiz Carlos Hauly (PT-PR), a proposta só deve ser votada na terça-feira (16).

ontem a possível saída de Roberto para o partido.
— Se nós fôssemos o PMDB, nos sentiríamos ultrajados pelo general, porque não está sendo contemplado.

partido - afirmou o presidente da federação, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA). Para Aleluia, se houver a escolha de um ru-

me inadequado para presidir a Casa, haverá uma insubordinação parlamentar, pois não se deve enviar emissários para comandar o poder legislativo.

Roseau	Na hora, no entanto, o ministro e o presidente da República se reúnem e nega, afirmando que não existe essa possibilidade - afirmou.
admitte	O ministro responde que é uma eventualidade, mas não é possível, segundo ele, que o Senado aceite a proposta de governo.
partidu	Vai existir essa possibilidade - afirma.
terceiro na hierarquia	Isto é de fato ser um terceiro na hierarquia.
da sucessão presiden-	Na hora, o ministro responde que é uma eventualidade, mas não é possível, segundo ele, que o Senado aceite a proposta de governo.
cial. Comandar uma	Na hora, o ministro responde que é uma eventualidade, mas não é possível, segundo ele, que o Senado aceite a proposta de governo.
das Casas do Legislativo	Na hora, o ministro responde que é uma eventualidade, mas não é possível, segundo ele, que o Senado aceite a proposta de governo.
Dirceu ficaria ainda longa	Na hora, o ministro responde que é uma eventualidade, mas não é possível, segundo ele, que o Senado aceite a proposta de governo.

A liderança do PSL na Câmara, entretanto, já admittiu que o projeto de lei que estabelece a regras para a criação de um novo sindicato deve ser votado no plenário da Casa, e não na comissão especial, como pretendia o governo.

ontem a possível saída de Kosciana do partido.
— Se nós fôssemos o PMDB, nos sentiríamos ultrajados pelo governo, porque não está sendo contemplado

partido - afilidos o op-
tem o lideia, deputada
José Carlos Aleluia
(PFL-BA).
Para Aleluia, se he-
ver a escolha de um ro-

me inadequado para presidir a Casa, haverá uma insubordinação parlamentar, pois não se deve enviar emissários para comandar o poder legislativo.

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Novembro de 2004

Combustíveis vão a subir

Petrobras anuncia novo reajuste e alta prevista para o consumo é de 2,5% na gasolina e 6,5% no diesel

MÔNICA MAGNAVITA E JULIA RIBEIRO

Reajuste não deve ter impacto sobre inflação em 2005

A Petrobras anunciou, ontem, reajuste médio de 7% nos preços da gasolina e de 10% para o diesel, nas refinarias, que começou a vigorar desde a meia noite de hoje. Nos postos, conforme projeção da Federação Nacional dos Combustíveis (Fecomcombustíveis), a alta média para a gasolina seria de 2,5%, equivalente a R\$ 0,054 por litro, e de 6,5% para o diesel, que corresponde a R\$ 0,10 por litro. Com os impostos, como a Cide e o PIS/Cofins, o preço da gasolina subirá 4,2% e o do diesel 8%. O aumento, conforme avaliação de economistas da Tendências, não terá impactos significativos sobre a inflação de 2005, como temiam os analistas de mercado e o próprio Banco Central.

- A alta ficou concentrada em dezembro e haverá pouco resíduo para 2005 - avalia a especialista em inflação da Tendências, Ana Paula Almeida. Isso porque a data do reajuste coincide com o início da coleta do IPCA referido ao mês de dezembro. Em outras palavras, a maior parte do impacto, de 0,14 ponto percentual, saiu de 2005 para 2006.

- Esse reajuste está em linha com o que o mercado esperava - afirmou. As projeções da consultoria para o IPCA de 2005 aumentaram 1 ponto percentual, saindo de 7% para 7,1%.

O aumento de preços dos combustíveis em 2004 ficará em cerca de 12%, conforme Ana Paula, acima dos 9,5% estimados pelo Banco Central. As perspectivas para o próximo ano são positivas, mantida a conjuntura atual, tanto para o câmbio quanto para a evolução do petróleo, o que poderá levar a uma alta de 2,5% baixo das estimativas de inflação para 2005

por parte dos analistas.

- O cenário ainda não está definido, mas não se espeta pressões muito significativas - disse.

Trata-se do terceiro aumento anunciado pela Petrobras este ano. O último havia sido em 14 de outubro, quando a gasolina subiu 2,4% e o diesel avançou 4,8% nas refinarias, o que levou a reajuste médio de 1,6% e 3,8%, respectivamente, nas bombas. Ainda assim, os aumentos, conforme avaliação dos analistas, foram insuficientes para atingir a paridade em relação à ação internacional. Segundo o analista Marcelo Mesquita, do banco suíço UBS, para tanto, seria preciso um aumento de 9% na gasolina. Já para o diesel, a alta ficaria em, apenas, 5%.

Ontem, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, afirmou que o aumento seria o último do ano e que não deverá haver novas altas nos primeiros meses de 2005.

Os reajustes anunciados ontem são para os combustíveis vendidos nas refinarias. Depois disso, são misturados ao álcool para comercialização, fazendo com que o repasse para o consumidor fique abaixo do valor anotado.

O presidente da Fecomcombustíveis, Gili Suiço, destacou que na projeção de 2,5% haverá incluído o aumento de 10% do álcool unidrato, que representa 25% na composição da gasolina.

Suiço calcula que o aumento na gasolina deve estar na média de 3,5%, considerando o aumento do álcool anidrido no início da semana e que ao longo do ano já subiu 5,5%. O impacto maior, de acordo com Suiço, será no diesel, que no mês passado sofreu uma alta de 5%.

João Carlos Areosa, estudante de Direito que usa o carro diariamente até o Centro reclamou da decisão da Petrobras.

- Os aumentos estão extrapolando o limite da minha paciência. Já pensava em colgar gás natural e esse reajuste reforça a minha plâno. Gasto R\$ 50 reais por semana em gasolina. Vou sentir no bolso - desabafou:

Fraudes no programa Bolsa-família se espalham pelo Estado

Mais três municípios entraram no mapa de irregularidades no cadastro de beneficiados pelo programa federal de renda mínima Bolsa-família. Além de Sapucânia do Sul e Esteio, já retratados em ZH, também em Pelotas, Santa Cruz do Sul e Cachoeirinha foram localizados indícios de fraudes.

São nomes de pessoas que aparecem mais de uma vez no cadastro ou homônimos cujos dados diferem em pouco dos titulares. As denúncias preocupam o diretor de gestão do programa, Sérgio Paganini: "O número de duplidade de nomes parece muito elevado para ser um simples erro". **Página 48**

Aumento de 7% da gasolina é o terceiro do ano

ZERO HORA

Data 26/11/04 Pág. _____

Última edição Cachoeirinha, Pelotas e Santa Cruz têm cadastros duplos

Aumentam indícios de fraude no Bolsa-família no Estado

HUMBERTO TREZZI

O descontrole na aplicação do programa federal de renda mínima Bolsa-família fica mais evidente a cada dia.

Depois de revelar irregularidades em Sapucânia do Sul e Esteio, Zero Hora comprovou ontem a existência de duplês no cadastro de beneficiados pelo programa em outros três municípios: Santa Cruz do Sul, Pelotas e Cachoeirinha.



São nomes que se repetem, ou, pior, homônimos, cujos dados diferem em pouco dos titulares do cadastro e que, surpreendentemente, não existem mais: estão habilitadas a sacar dinheiro do governo.

Em Cachoeirinha, ZH encontrou 68 nomes duplicados, no cadastro de 2.379 famílias contempladas pelo programa. É o caso de Sandra Regina Arbelo da Luz, que mora num casarão da Vila Regina Ila e recebe R\$ 80 por dois filhos. Na lista do Bolsa-família, porém, figura Sandra Arbelo (com uma só letra ele) e com filhos nascidos na mesma época: também está habilitada a receber. Mais curioso é o caso de Olinda Pinto da Rosa e Olinda Pinto da Rosa, mulheres quase homônimas que deveriam residir no número 12 da Avenida Flores da Cunha. O número não existe.

As autoridades ainda não sabem explicar se ocorreu erro ou fraude. Nem quem inventou estes nomes-

Contraponto
Responsável pelo cadastro
em Cachoeirinha, onde ZH
também flagrou problemas:

"Acontecem muitos erros, mas não acredito em fraude. Sei de gente que aparece quatro vezes no cadastro, mas é porque tinha sido cadastrado antes em outro programa federal. Simplesmente migrou. Se agora aparecem pessoas com nomes diferentes, no mesmo endereço ou em endereço inexistente, pode ser fraude. Vamos investigar".

Entrevistado: Sérgio Paganini

fantasmis. A hipótese de que os cadastros-duplês tenham sido criados propositalmente para sacar dinheiro indevidamente cresceu, admite o diretor de gestão do Bolsa-família no Ministério do Desenvolvimento Social, Sérgio Paganini. Pelo menos no caso de Sapucânia.

O número de duplidade de nomes parece muito elevado para ser um simples erro. Oficiamos o prefeito da cidade para que explique como tantas pessoas com nomes e dados iguais conseguiram se cadastrar.

A prefeitura de Sapucânia do Sul pretendia suspender hoje o pagamento do Bolsa-família, até recadastrar todos os beneficiados. Mas o governo federal deu prazo de 30 dias para que as pessoas se recadastrarem, antes de cortar o benefício.

Os primeiros indícios são de que o governo pagou duas vezes (uma para um fantasma), em grande par-

te dos casos revelados por ZH. Um dos indícios que aponta para a fraude é que os duplês têm diferentes Números de Inscrições Sociais (NIS, criado para que se habilitem aos programas). Isso significa que apresentaram carteiras de identidade diferentes para se inscrever. Nestes casos, afirma Paganini, aguardam de mês. A esperança dele é que a Caixa Econômica Federal tenha identificado e bloqueado os duplês antes de pagar-lhos.

Mais de 300 mil cartões já foram bloqueados

Zero Hora procurou estes duplês, nos endereços declarados. Invariavelmente, um beneficiado existe, e o outro, não. Quem troca com o cartão sobressalente, nos casos em que ele foi criado? O governo federal nem as prefeituras sabem ainda explicar. Com ajuda da Controladoria-Geral da União (CGU), desde maio foram bloqueados mais de 300 mil cartões-duplês no Brasil.

Não é a primeira falha – ou erião – envolvendo o Bolsa-família flagrada por ZH. No inicio do mês, o jornal comprovou que pessoas de classe média (muitas delas com carro na garagem e máquinas agrícolas na propriedade) recebem o dinheiro do programa federal, que deveria ser apenas para famílias com renda per capita inferior a R\$ 100.

Humerto Trezzi zerohora.com.br

1994-2004 Reprodução autorizada
só para fins de divulgação. © J. C. S. Ltda. - Rio
www.gedocbras.com.br

OPINIÃO

Começou a eleição de 2006 (3)

Um ilustre dono de agência de pesquisa fez a afirmação enfática de que Lula será invencível em 2006. Nem Nostradamus teria a audácia de fazer previsão tão temerária, tão longe do pleito, em tempo sujeito a chuvas e trovoadas, como se prenuncia. Lula hoje dispõe de prestígio pessoal que nunca se viu outro presidente da República possuir, salvo Itamar no fim do seu governo, 84%, depois do êxito do Plano Real. Porém, não se pode confundir prestígio pessoal com aprovação de governo ou vice-versa. Marta teve seu governo aprovado e levou uma surra. Lula tem altos índices individuais e a seu redor os ovos e tomates começam a voar. A primeira vez, quando foi prestigiar um candidato afinal derrotado em Curitiba. A segunda, recentemente em Maceió, quando sua reforma universitária foi saudada por vaias e objetos voadores.

Estamos longe do pleito e na metade do governo. Até agora não se viu muita coisa realizada. Bem pouco, aliás. A política econômica produziu um resultado prático, estancando a inflação e equilibrando as contas internas, com redução de juros, inicialmente. De tempos para cá, o próprio governo desmoralizou-a, demonstrando desconfiança no sistema, com a alta mensal dos juros, que elevou a dívida pública em R\$ 5 bilhões este mês. Se os juros aumentam, idem a desconfiança dos investidores. Assim não dá.

De repente, o progresso que recomeçara seu caminho parou e começou a balançar, estabilizado. O desemprego caiu, consolidou-se e, agora, só melhora em função da sazonalidade do Natal. O comércio também estancou. Os programas sociais redundaram em absoluto fracasso. O Fome Zero virou zero zero. Não houve

nada salvo muito blablablá. As bolsas-escola e família viraram bolsas-escândalo, porque o governo se mostrou inepto no planejamento, entregando às prefeituras o controle. Finalmente, a desmoralização instalou-se com a comprovação de que o suado dinheiro público estava realmente indo parar nas mãos de quem não necessitava.

E claro que os prefeitos coniventes que permitiram se instalasse a bandeira no sistema deveriam ser processados por peculato, porque deram o dinheiro público a quem não deviam, e nada aconteceu. As bolsas passaram a ter caráter eleitoreiro. Também quem recebeu indevidamente não foi processado. A bolsa escola e a outra para ajudar quem não tem renda estão sendo pagas a quem tem emprego certo, carro na garagem, etc. Muitos dos prefeitos responsáveis ou eram do PT ou aliados do dito. Nada aconteceu. Vamos continuar assistindo ao triste espetáculo, porque medidas preventivas não foram tomadas ou são incipientes.

Lula foi eleito por si mesmo e pelo seu programa. Ele continua ele, nada de novo, a não ser sua veia esportiva, tão filmada pela mídia oficial, e sua oratória, tão eclética porque envolve com sabedoria todos os assuntos, por mais complexos que sejam. Nunca se viu orador tão eclético! Fantástico é o número de discursos. Talvez mais que a soma de todos aqueles pronunciados pelos vários presidentes desde a proclamação da República. Jamais se viu tanto amor ao microfone e versatilidade!

Mas e as obras anunciadas no seu programa que representaria o grande espetáculo do crescimento? Nada se viu até agora. Os portos continuam emperados porque a tecnologia não chegou até eles. As estradas continuam uma lástima e nem sequer a privatização foi tentada, já que o Executivo não tem ca-

pacidade para melhorá-las. Energia ameaça, segundo os técnicos, outro apagão, se novas fontes não forem produzidas. A exportação pode sofrer uma trombada com os problemas que a economia chinesa está prenunciando. A indústria e o comércio estão sem crédito, e sem crédito não progredem, havendo até ameaça de ficarem nos níveis em que estão e conduzirem a uma alta de preços. O funcionalismo está aviltado com seu salário reduzido; os militares idem. As Forças Armadas com seus equipamentos obsoletos. Afinal, o que aconteceu até agora além de nada?

Como afirmar, nesta altura, que a reeleição de Lula são favas contadas? A análise das eleições condiz à ideia de que o voto foi valorizado pelo povo, que não está aprovando a república dos amigos. Afinal, ministério de 35 membros e uma centena de conselhos inúteis (apenas para dar acolhida aos companheiros demitidos) conduzem a uma batetada de cabeça que a nada conduz. Ainda mais quando se vê que a base do governo começa a desmoronar, com o PMDB envergonhado do seu triste papel, querendo buscar sua redenção política fora do governo, com nova personalidade. Vamos ver o que vai acontecer no dia 12 de dezembro. No tal conselho social, se cada um falar dez minutos, vão gastar dez horas de discussão — por assunto!

Realmente, a eleição 2006 começou. Os partidos vão-se reorganizando (PPS e PDT), convenção do PMDB, reforma partidária, etc. Após a posse dos prefeitos, a coisa vai esquentar. Afirmar que Lula está reeleito — é imbatível — é tão lotérico quanto acertar na Mega-Sena. Ele terá que movimentar seu imenso ministério para o campo de realizações, sem o que a predição pode não se realizar tão facilmente, porque só simpatia pessoal não ganha mais eleição. Quem viver verá!

UMA EMPRESA CHAMADA MINAS

Em apenas dois anos, o estado sai do vermelho graças a um processo de saneamento baseado em métodos da iniciativa privada

José Edward e Cynara Menezes

Choque de resultados

ANTES

O estado apresentava déficit orçamentário de 2,4 bilhões de reais. Todos os meses, fechava suas contas devendo 200 milhões de reais

- Minas era, entre os principais estados brasileiros, o único sem crédito no exterior
- A folha de pagamento de pessoal comprometia 74% da receita líquida do estado
- Não havia estímulos para o bom desempenho dos servidores, incluindo os das áreas fiscal e tributária

A situação de Minas Gerais antes e depois das reformas de Aécio Neves



Déficit zero. A receita do estado é suficiente para arcar com suas despesas, incluindo o pagamento de juros da dívida

Só o Banco Mundial já aprovou um empréstimo ao estado no valor de 170 milhões de dólares — e sem exigência de contrapartida

Com os cortes de pessoal, o comprometimento da receita com a folha de pagamento caiu para 59%

Ao nomear gestores específicos e estabelecer metas para eles, o governo obteve um aumento de 17% na arrecadação — sem aumento de impostos

Minas Gerais receberá uma ótima notícia nesta semana: devido de uma década de desequilíbrio fiscal, o estado finalmente saiu do vermelho. O feito, resultado da opção do governador Aécio Neves (PSDB) por uma política administrativa austera e uma gestão baseada nos métodos da iniciativa privada, reforça uma constatação e consolida uma tendência. A constatação é que a solução para o caos fiscal nos estados passa, obrigatoriamente, pelo rigor administrativo. A tendência é que, daqui para a frente, políticos em cargos executivos tenham de ser, antes de tudo, administradores eficientes. "A boa gestão será o grande diferencial na política brasileira", diz o economista Raul Velloso. No ano passado, nove estados brasileiros, além do Distrito Federal, conseguiram fechar o ano com superávit nominal, ou seja, com o orçamento no azul e os pagamentos em dia, incluindo o serviço da dívida. São eles: São Paulo, Rio, Amazonas, Espírito Santo,

Goiás, Pará, Rondônia, Tocantins e Rio de Janeiro (que, neste ano, deve voltar a ser deficitário). O fato de Minas conseguir juntar-se a esse time é ainda mais notável pela velocidade com que Aécio Neves conseguiu tirar o estado do buraco profundo em que ele se encontrava. Ao tomar posse, em janeiro do ano passado, o governador depurou com uma das piores equações fiscais do Brasil. Herdou de seu antecessor, Itamar Franco, além de 5 bilhões de reais em dívidas, um orçamento anual com déficit de 2,4 bilhões de reais. Ou seja, se ele não investisse um tostão em projeto, ainda assim terminaria cada mês devendo 200 milhões de reais. Por causa desse desequilíbrio, Minas encontrava-se inadimplente com a União, sem credibilidade para contrair empréstimos internacionais e com dificuldades até mesmo para pagar os servidores em dia. Em resumo, o Estado estava praticamente falido.

O saneamento da máquina em tempo recorde foi resultado de um plano de ges-

Oficinas mecânicas da polícia serão terceirizadas: menos despesas para o governo e mais policiais na rua

tão baseado no uso de ferramentas semelhantes às utilizadas nas grandes empresas. Ao montar sua equipe, por exemplo, o governador de Minas contratou técnicos competentes — em vez de se cenciar de comendadores ou altados políticos — e autorizou-os a tomar medidas tão duras quanto as que a situação exigia. De janeiro de 2003 a setembro deste ano, Aécio extinguiu seis secretarias e 447 unidades administrativas ligadas a elas, eliminou mais de 3.000 funções e cargos públicos e fixou um teto salarial para o Poder Executivo — o que acabou por reduzir o seu próprio salário de 19.000 reais para 10.500 reais ao mês! E, consequentemente, os vencimentos de ocupantes de cargos inferiores também. Até agora, os cortes na área de pessoal resultaram numa economia de 130 milhões de reais e fizeram com que o comprometimento da receita líquida com a folha de pagamento caísse de 74% para 59%. "Só com o fechamento de alguns ramos, conseguimos nos enquadrar nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal", diz o secretário de Planejamento e Gestão de Minas, Antônio Augusto Anastasia. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um dos instrumentos que mais tem impulsionado a recente preocupação dos políticos com a gestão pública profissionalizada. Promulgada em 2000, ela prevê punições — que vão da perda do cargo a prisão — para governantes que praticarem malversação de recursos, elevarem gastos sem fazer cortes ou emprenhem mais do que 60% da receita líquida em gastos com pessoal.

O choque de gestão empreendido por Aécio Neves em Minas tem clara inspiração na experiência realizada por Mário Covas em São Paulo. Na década de 90, o então governador paulista, entre outras iniciativas, demitiu mais de 100.000 funcionários, modernizou o processo de compras

do estado e promoveu uma devassa no sistema de terceirização de serviços. As medidas, amargas, produziram um dos episódios mais lastimáveis da história do governo paulista: Covas, morto em 2001, chegou a ser arredadejado durante uma manifestação de professores. O tempo mostrou que ele estava certo. São Paulo se mantém superavitário até hoje, e seu atual governador, Geraldo Alckmin, seguidor da cartilha de Covas, reelegeu-se em 2002 e tem um dos maiores percentuais de aprovação do eleitorado.

Em busca do equilíbrio

Algumas das medidas tomadas por Minas para zerar seu déficit já são praticadas em outros estados

O QUE MINAS FEZ

- 1 Reduziu o número de secretarias
- 2 Enxugou a folha de pagamento de funcionários
- 3 Fixou teto salarial para o Poder Executivo*
- 4 Extinguiu grande número de cargos e benefícios
- 5 Instituiu o pregão eletrônico**
- 6 Implantou o sistema de reajuste salarial por mérito

* A medida reduziu o salário do governador e, consequentemente, os servidores de todos os níveis.

No caso de Minas, para a conquista do equilíbrio orçamentário, além do enxugamento da máquina administrativa, contribuiram métodos relativamente simples de gerenciamento — como a definição de metas para a arrecadação fiscal e a implantação de sistemas de controle nas compras do governo. A principal medida, no que se refere às despesas, foi a criação de uma central que gerencia todas as compras feitas pelo estado, a qual está integrada a um sistema de acompanhamento financeiro. O objetivo

O QUE OUTROS GOVERNOS ESTÃO FAZENDO (situação orçamentária projetada para 2004)

MATO GROSSO

(deficitário)***



RIO DE JANEIRO

(deficitário)†



é assegurar que a aquisição de produtos e a contratação de serviços só sejam efetivadas se houver reserva orçamentária correspondente e dinheiro em caixa. Ao garantir aos fornecedores que a despesa será quitada no prazo acertado, eles não precisam embutir taxas de risco sobre os preços e até se dispõem a conceder descontos. "No governo de Minas, proibimos a emissão de cheques pré-datados", compara Aécio Neves.

Só a obrigatoriedade de realização de pregões para as aquisições feitas pelas repartições públicas gerou uma eco-

nomia de 144 milhões de reais para os cofres públicos. Para quitar a dívida de 1,3 bilhão de reais com fornecedores, herdada da gestão anterior, o governo instituiu uma forma de leilão público que funciona de maneira inversa à tradicional: recebe primeiro o credor que oferece ao governo o maior desconto. Outra medida simples, mas de retorno garantido, deverá ser implantada em breve. O estado está fazendo uma licitação para terceirizar a gestão da frota da polícia. Continuará a comprar os carros, mas deixará sua manutenção por conta de empresas privadas. Dessa forma, poderá desativar parte de suas oficinas mecânicas e transferir para funções de policiamento os quase 100 PMs que hoje se ocupam com o conserto, desamassamento e pintura de veículos. O dinheiro economizado será suficiente para au-

mentar em 24% o número de viaturas na região metropolitana de Belo Horizonte.

Ao ajustar as contas de seu estado, o governante garante uma administração baseada no planejamento, e não no improviso. O equilíbrio fiscal traz a recuperação da capacidade de investimento, atrai o interesse da iniciativa privada e facilita a obtenção de empréstimos externos. O saneamento de Minas — cuja credibilidade internacional era zero desde a moratória decretada por Itamar Franco, em 1999 — levou, por exemplo, o Banco Mundial a tomar uma decisão inédita em sua história: vai liberar 170 milhões de dólares para financiar projetos no estado sem exigir do governo nenhuma contrapartida financeira, como é praxe nas instituições de fomento. "A contrapartida serão as práticas de boa governança, que já estão sendo executadas", explica o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Vínod Thomas. Equilíbrio fiscal, como se vê, não serve apenas para exibir contas que fecham, mas, sobretudo, para apilar o terreno para que o Estado possa cumprir melhor seu papel: o de atender às demandas sociais e criar condições para a prosperidade da população. ■

RIO GRANDE DO SUL

(deficitário)



^{**} Aumenta a transparência dos processos de compra e reduz os riscos de fraude

^{***} De outubro de 2003

Brasil

MA EMPRESA MADA MINAS

Em apenas dois anos, o estado sai do vermelho graças a um processo de saneamento baseado em métodos da iniciativa privada

José Edward e Cynara Menezes

Clique de resultados

ANTES

- O estado apresentava déficit orçamentário de 2,4 bilhões de reais. Todos os meses, fechava suas contas devendo 200 milhões de reais
- Minas era, entre os principais estados brasileiros, o único sem crédito no exterior
- A folha de pagamento de pessoal comprometia 74% da receita líquida do estado
- Não havia estímulos para o bom desempenho dos servidores, incluindo os das áreas fiscal e tributária

AVANTAGE

A situação de Minas Gerais antes e depois das reformas de Aécio Neves

DEPOIS

- Déficit zero. A receita do estado é suficiente para arcar com suas despesas, incluindo o pagamento de juros da dívida
- Só o Banco Mundial já aprovou um empréstimo ao estado no valor de 170 milhões de dólares — e sem exigência de contrapartida
- Com os cortes de pessoal, o comprometimento da receita com a folha de pagamento caiu para 59%
- Ao nomear gestores específicos e estabelecer metas para eles, o governo obteve um aumento de 17% na arrecadação — sem aumento de impostos

Máquinas mecânicas da polícia serão terceirizadas: menos despesas para o governo e mais policiais na rua

lo baseado no uso de ferramentas semelhantes às utilizadas nas grandes empresas. Ao montar sua equipe, por exemplo, o governador de Minas contou técnicos competentes — em vez de se cercar de comparsas ou aliados políticos — e autorizou-os a tomar medidas tão duras quanto as que a situação exigia. De janeiro de 2003 a setembro deste ano, Aécio extinguiu seis secretarias e 447 unidades administrativas ligadas a elas, eliminou mais de 3.000 funções e cargos públicos e fixou um teto salarial para o Poder Executivo — o que acabou por reduzir o seu próprio salário de 19.000 reais para 10.500 reais ao mês e, consequentemente, os vencimentos de ocupantes de cargos inferiores também. Até agora, os cortes na área de pessoal resultaram numa economia de 130 milhões de reais e fizeram com que o comprometimento da receita líquida com a folha de pagamento caísse de 74% para 9%. "Só com o fechamento de alguns alos, conseguimos nos enquadrar nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal", diz o secretário de Planejamento e Gestão de Minas, Antônio Augusto Anastasia. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um dos instrumentos que mais têm impulsionado a recente preocupação dos políticos com a gestão pública profissionalizada. Pro-

mulgada em 2000, ela prevê punições — que vão da perda do cargo à prisão — para governantes que praticarem malversação de recursos, elevar gastos sem fazer cortes ou empenharem mais do que 50% da receita líquida em gastos com pessoal.

O choque de gestão empreendido por Aécio Neves em Minas tem clara inspiração na experiência realizada por Mário Covas em São Paulo. Na década de 90, o então governador paulista, entre outras iniciativas, demitiu mais de 100.000 funcionários, modernizou o processo de compras do estado e promoveu uma devassa no sistema de terceirização de serviços. As medidas, amargas, produziram um dos episódios mais lastimáveis da história do governo paulista: Covas, morto em 2001, chegou a ser apedrejado durante uma manifestação de professores. O tempo mostrou que ele estava certo. São Paulo se mantém superavitário até hoje, e seu atual governador, Geraldo Alckmin, seguidor da cartilha de Covas, reelegerá-se em 2002 e tem um dos maiores percentuais de aprovação do eleitorado.

No caso de Minas, para a conquista do equilíbrio orçamentário, além do enxugamento da máquina administrativa, contribuíram métodos relativamente simples de gerenciamento — como a definição de metas para a arrecadação fiscal e a implantação de sistemas de controle nas compras do governo. A principal medida, no que se refere às despesas, foi a criação de uma central que gerencia todas as compras feitas pelo estado, a qual está integrada a um sistema de acompanhamento financeiro. O objetivo

Em busca do equilíbrio

Algumas das medidas tomadas por Minas para zerar seu déficit já são praticadas em outros estados

O QUE MINAS FEZ

- 1 Reduziu o número de secretarias
- 2 Enxugou a folha de pagamento de funcionários
- 3 Fixou teto salarial para o Poder Executivo*
- 4 Extinguiu grande número de cargos e benefícios
- 5 Instituiu o pregão eletrônico**
- 6 Implantou o sistema de reajuste salarial por mérito

* A medida reduziu o salário do governador e, consequentemente, os ocupantes de cargos inferiores.

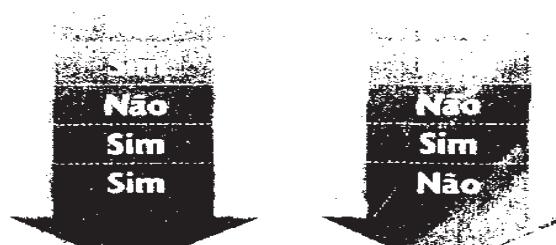
O QUE OUTROS GOVERNOS ESTÃO FAZENDO (situação orçamentária projetada para 2004)

MATO GROSSO

(deficitário)***

RIO DE JANEIRO

(deficitário)



Roseana e Pedro Henry (PP) são considerados nomes certos **Lula quer reforma pronta antes da convenção**

**Cristiano Romero, Maria Lúcia
Delgado e Taciana Collet**
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende fechar um acordo com o PMDB antes mesmo da convenção nacional do partido, marcada para o dia 12 de dezembro, e, assim, concluir a reforma de seu ministério nas próximas duas semanas. Nos dias 10 e 11, Lula promoverá reunião ministerial de dois dias, em Brasília, para fazer uma ampla avaliação do governo e traçar os planos para o restante do mandato. Pretende fazê-lo, se possível, já com a nova composição. Entretanto, se não for viável definir as relações com o PMDB antes da convenção, o presidente deverá aproveitar o encontro para mais uma avaliação de desempenho.

O Palácio do Planalto já encorajou a todos os ministérios um relatório de tudo o que foi feito em suas áreas desde janeiro de 2003. "Lula quer sacudir a esplanada", disse um ministro.

Políticos mais próximos de Lula confirmam que, em algumas conversas reservadas, já houve sinalização de que um eventual convite para que a senadora Roseana Sarney (PFL-

MA) integre o primeiro escalão é uma alternativa viável, que agrada ao presidente. "É um nome que tem chance, mas se isso vier a ocorrer, não será pela via do PMDB", disse um parlamentar.

Na bancada do PP, já está praticamente definido que o atual líder do partido, Pedro Henry (MT), será indicado para ocupar o ministério que Lula oferecer à legenda.

Nome constante em todas as listas de demissíveis, o ministro das Cidades, Olívio Dutra, antecipou-se à reunião ministerial e distribuiu ontem, por meio de sua assessoria, um relatório de todas as ações nos últimos 20 meses. O total de investimento no Ministério das Cidades em 2004, segundo o relatório, é de R\$ 13 bilhões. Há ainda a promessa de que finalmente, nos últimos dois meses do ano, serão enviados ao Congresso o projeto de lei que definirá a Política Nacional de Saneamento Ambiental, incluindo o emperrado marco regulatório. Sem demonstrar nenhuma vontade de deixar o posto, Olívio Dutra anuncia ações para 2005. Promete enviar no próximo ano o projeto de lei que trata da Política Nacional de Habitação.

O ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, outro que está entre os pior ava-

lidos dos demissíveis, disse ontem que, com as demissões ocorridas no seu ministério, inclusive a de Ana Fonseca, a secretária executiva responsável pela unificação e execução dos programas de renda mínima, está "acertando a equipe".

"Qualquer pessoa que conheça administração pública sabe que essas mudanças são normais. Foi assim, por exemplo, quando eu fui prefeito de Belo Horizonte. Refletem acertos do time e refletem também vontade das pessoas", afirmou o ministro, em entrevista no Palácio do Planalto.

"Nós estamos tranquilamente operando as modificações necessárias, na perspectiva de potencializar uma equipe vencedora", declarou o ministro que figura entre os condenados a sair, embora não se saiba quando.

Na avaliação de Patrus Ananias, depois de nove meses de funcionamento, o triunvirato apresenta "bons frutos". "Seguramente a melhor colheita social da história do Brasil", afirmou. "Nós somos um time que está ganhando, fazendo gols na área social e os dados e os números que estão à disposição de vocês comprovam isto", disse à imprensa.

Depois da saída de Ana Fonseca, que deixou o cargo por divergências na condução das políticas sociais, Patrus Ananias aceitou dois novos pedidos de demissão. Até o dia 30, deixarão o ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o secretário Nacional de Renda de Cidadania, André Teixeira, e o diretor do Cadastro Único, Cláudio Roquette - os dois ajudavam a coordenar o Bolsa Família.

O presidente Lula pretende negociar as grandes mudanças do governo, acertar-se com o PMDB, levar o PP a integrar-se ao primeiro escalão, para em seguida cuidar das funções que já estão vagas há mais tempo. Por isso não foram definidos ainda os nomes do ministro do Planejamento, que irá substituir Guido Mantega, e do presidente do Banco do Brasil.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O pedido de transcrição feito pelo Senador Arthur Virgílio será atendido, nos termos do § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno, declara prejudicado o **Requerimento nº 1.471, de 2004**.

A matéria a que se refere o requerimento constará da pauta da sessão deliberativa do dia 2 de dezembro, conforme decisão do Plenário aprovada no último dia 24.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao último orador inscrito da sessão de hoje, Senador Valdir Raupp por 20 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a realidade brasileira apresenta diversos aspectos que são objeto de unâmnimes críticas de quantos se debruçam para analisá-los. Mas, se quisermos tomar um item como exemplo paradigmático, de consensual reprevação por parte da sociedade brasileira, esse item há de ser, por certo, nosso sistema tributário.

A estrutura tributária vigente no Brasil consegue a proeza de reunir todas as características que a doutrina aponta como indesejáveis. Vimos mantendo exatamente o oposto daquilo que seria um sistema tributário voltado para estimular o desenvolvimento, para promover a distribuição de riqueza e para induzir maior justiça social.

Nosso sistema tributário caracteriza-se pela onerosidade, pela regressividade, pela complexidade, pela verticalidade. Nossos tributos recaem com peso muito maior sobre a produção e sobre os rendimentos do trabalho do que sobre o consumo supérfluo e sobre a especulação, representando, nessa medida, um desestímulo ao progresso, ao fortalecimento de nossas estruturas produtivas. Cada vez mais e mais a tributação vem-se constituindo, no Brasil, num ônus insuportável para os empreendedores e para os assalariados, sufocando as possibilidades de um maior crescimento da nossa economia.

Por conta da deficiência de nossa estrutura de fiscalização, o Governo dá sempre preferência aos impostos de mais difícil sonegação, criando assim uma grande ênfase nos impostos indiretos, em detrimento dos diretos. Com isso, o sistema torna-se perversamente regressivo, ou seja, a contribuição feita pelos mais pobres para a manutenção do aparelho do Es-

tado é proporcionalmente muito maior do que aquela feita pelos mais ricos. Subverte-se por completo, dessa forma, aquilo que na opinião dos doutrinadores deveria ser a função precípua do sistema tributário, ou seja, a distribuição de riqueza.

A distribuição brasileira funciona inúmeras vezes, como um Robin Hood às avessas, onerando os pobres para subvencionar e subsidiar os mais ricos. A tremenda complexidade de nossa legislação tributária, por seu turno, acarreta uma outra série de defeitos funestos.

Por um lado, a intrincada pilha de leis, decretos, portarias, regulamentos, implica um expressivo custo operacional extra para as empresas que se vêm obrigadas a manter grandes departamentos jurídicos e contábeis, numa tentativa quase sempre inglória de atender por completo as infundáveis exigências burocráticas do Fisco. Por outro lado, essa mesma complexidade, acaba por gerar lacunas, dubiedades, incongruências, conflitos de normas que constitui um campo fértil a ser explorado por advogados ladinhas. Cria-se, assim, uma verdadeira indústria regiamente remunerada de ações administrativas e judiciais, voltadas para permitir às empresas evadirem-se da atuação do Fisco.

No limite, a soma dos vícios de nossa estrutura tributária tem empurrado uma gigantesca parcela de brasileiros para a economia informal – vale dizer, Sr. Presidente –, para a sonegação pura e simples.

Em face de um sistema que onera a produção e os rendimentos do trabalho em níveis absolutamente insuportáveis, que tributa com especial voracidade os pequenos, os mais pobres, que impõe exigências burocráticas de uma complexidade invencível, a única alternativa de sobrevivência encontrada por muitos empreendedores e trabalhadores tem sido, simplesmente, ficar à margem do sistema. Hoje a deprimente constatação é que economia informal apresenta no Brasil tamanho mais ou menos equivalente ao da economia formal.

A que ponto chegamos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Nesse contexto, com cerca de metade da economia alheia a ação do Fisco, a tributação torna-se extremamente verticalizada. Como relativamente poucos contribuem, esses poucos são compelidos a oferecer uma contribuição ainda maior.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como se poder ver, vivemos neste País, no que tange ao sistema tributário, no pior dos mundos, e jamais nos devemos permitir esquecer o potencial verdadeiramente explosivo em termos políticos e sociais da questão tributária.

Todas as convulsões históricas de grande magnitude tiveram em suas raízes a revolta contra a tribu-

tação injusta, sendo essa, muitas vezes, sem móvel principal. Basta lembrarmos, neste particular, a rebelião dos barões ingleses contra o Rei João Sem Terra, a Guerra da Independência norte-americana e a Inconfidência Mineira. Em nossa quadra de história, a escalaada sem precedentes da informalidade na economia já começa a ganhar contornos de autêntico movimento de desobediência civil.

O que mais preocupa é constatar que, malgrado o consenso quanto à nocividade da vigente estrutura tributária para nosso progresso econômico e social, as sucessivas tentativas de promover sua reforma não têm logrado qualquer sucesso digno de nota. Apenas o que se tem conseguido realizar são ajustes periféricos, correções pontuais num sistema que reclama ampla e completa reformulação.

O Parlamento brasileiro não pode mais procrastinar o enfrentamento dessa tarefa que é, possivelmente, a mais relevante e urgente a demandar sua atenção e seus esforços. Precisamos retomar de imediato a discussão da reforma tributária e levar à frente e a cabo sua realização, pois a Nação não mais suporta o ônus representado pela atual carga tributária, que já consome a obscura parcela de mais de 38% de nosso Produto Interno Bruto, PIB.

Por isso, Sr's e Srs. Senadores, venho à tribuna manifestar meu vibrante apoio à recente campanha lançada pelo setor produtivo para alertar a sociedade contra a excessiva carga tributária brasileira.

Segundo matéria publicada pelo **Correio Brasiliense** no dia 6 próximo passado, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo (OAB-SP), o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e a Federação do Comércio lançaram campanha intitulada “A Excessiva Carga Tributária”. A campanha veiculará anúncios em cem *outdoors* espalhados pela capital paulista e também por intermédio da mídia eletrônica, no corrente e no próximo mês.

Exibindo fina ironia, um dos *outdoors* da campanha apresenta os seguintes dizeres: “CPMF, IPI, PIS, Coafins, ICMS, CSLL, IPTU, IR, IPVA, ISS, Cide, IOF. Falta só criar o FIM. Carga Tributária. Chega de abuso” – o imposto FIM seria o fim do setor produtivo brasileiro.

De fato, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a proliferação de impostos no País é tão indecorosa quanto a constante elevação de suas alíquotas.

O Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso, Presidente da OAB-SP, afirma:

A campanha quer evidenciar o peso da carga tributária no Brasil e o fato de que a taxação constitui um abuso contra os cidadãos, com o aumento continuado das alíquotas, a criação de novos impostos nas três esferas

governamentais, a falta de correção da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e uma infinidade de outros exemplos.

Mas eu queria aqui salientar, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, que essa carga tributária não foi imposta pelo Governo Lula. Muitas vezes, as críticas feitas desta tribuna ao Presidente da República, ao Governo Lula, são de certa forma injustas, porque todos esses impostos foram criados antes. Alguns parlamentares fazem aqui comparações entre o Governo Lula e o Governo Fernando Henrique. Eu não vejo, sinceramente, muita diferença nos aspectos da tributação, da execução de obras públicas, do superávit primário. O Governo Fernando Henrique também criou impostos. Criou a CPMF, criou a Cide, que, juntas, arrecadam hoje mais de R\$30 bilhões. Já na época do Governo Fernando Henrique, os recursos da Cide não iam para os transportes, nem os da CPMF, para a saúde.

Senador Mão Santa, sabemos que, durante o Governo Fernando Henrique, depois da criação da CPMF, o percentual aplicado na saúde era mais ou menos apenas o que a CPMF arrecadava, e não mais recursos do Orçamento. Ora, sempre que se cria um imposto novo, em que se arrecadam bilhões e bilhões de reais, deixam de colocar no Orçamento recursos para aquela área, acreditando que os recursos criados, dali para a frente, serão suficientes para atender àquele setor. Então, de nada adiantou criar a CPMF para a saúde, de nada adiantou criar a Cide para os transportes, porque esses recursos não foram alocados, nem no Governo Fernando Henrique nem no Governo Lula, nos setores a que se destinam.

Por isso, as críticas ao Governo Lula de certa forma são injustas, se comparadas com o Governo Fernando Henrique Cardoso, que também foi ajudado pelo PMDB, durante os oito anos. Assim, Senador Mão Santa, com toda a coerência do mundo, digo que é incoerência o PMDB desembarcar do Governo Lula neste momento em que a economia brasileira começa a crescer, neste momento em que o Governo mais precisa de apoio parlamentar na Câmara dos Deputados e no Senado da República, e quando outros partidos já fazem oposição.

Ora, nada impede que o PMDB apóie o Governo Lula e lance candidato à Presidência da República. O PFL esteve no centro do Governo Fernando Henrique durante todo o tempo e, no último ano do segundo mandato de Fernando Henrique, lançou a Roseana Sarney, numa campanha em todo o território nacional. E ela cresceu tanto, quase chegando à casa dos 30 pontos, ultrapassando Lula, que, se não fossem os contratempos, tanto ela quanto Ciro Gomes poderiam ter chegado à Presidência da República.

Assim, penso que o PMDB pode ficar mais um ano ou um ano e meio apoiando o Governo e, ainda assim, lançar candidato à Presidência da República. Mas o PMDB precisa se preparar, precisa urgentemente criar uma referência nacional, assim como o PT criou Lula, assim como o PSDB criou Fernando Henrique e está criando outros por aí. Por que o PMDB, o maior partido do Brasil, não cria uma referência nacional, não projeta uma figura nos horários gratuitos de televisão a que os partidos têm direito? Mas não; o PMDB, às vezes, fica dividido. É a ala do Rio Grande do Sul, é a ala de Pernambuco, é a ala do Paraná, é a ala de São Paulo! Dessa forma, o nosso grande PMDB, o histórico MDB, não vai chegar tão cedo à Presidência da República.

Concedo um aparte, com muito prazer, a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Valdir Raupp, atentamente estamos ouvindo V. Ex^a – o País e principalmente aqueles que acreditam no MDB, no PMDB. Há dois aspectos do pronunciamento de V. Ex^a que me chamam a atenção. O primeiro deles é a preocupação de V. Ex^a, a sua clarividência sobre os impostos. Sou um homem prático, pois sou cirurgião. Quero dizer a V. Ex^a e ao Brasil que, quando me formei e comecei a trabalhar, em 1966 – fim da década de 60 e começo da de 70 –, quando fazia o Imposto de Renda, um anestesista já falecido, cardiologista também, dizia que o Governo não cobrava muito. Trabalhávamos um ano, Senador Raupp, e um mês de trabalho era para o Governo. Agora, cada brasileiro e cada brasileira, de doze meses trabalhados, pagam cinco meses para o Governo. Evidentemente que não foi o Lula. Mas o Governo do Presidente Lula acelerou, aumentou os impostos na reforma tributária. Daí eu, do PMDB, do PMDB de Ulysses, que ausculta a voz rouca das ruas, o povo sofrido, ter votado contra. Mas quero lhe dizer algo quanto ao destino do PMDB. V. Ex^a disse: os dois modelos são muito parecidos – o do Fernando Henrique e o do Presidente Lula. Houve o acerto do combate à inflação, o pior dos impostos, que tira de todos os que trabalham e dá para aqueles que têm dinheiro ganhar. Eles adotam esse método do combate à inflação. Mas queria dizer que o nosso PMDB tem que fazer um projeto nacionalista, que defenda o povo, quem trabalha, a classe média que está acabando, caminhando para a pobreza. E o PMDB já tem esses nomes. Olha, esta é a verdade: nunca vi a roda grande entrar na pequena. Somos maiores em história, maiores em qualificação e experiência. Então, o PMDB tem vários nomes, a começar do Presidente José Sarney, que é um estadista. Por que eles não apóiam o Presidente José Sarney? O Lech Walesa reconheceu que era incapaz e apoiou um intelectual

na Polônia. Pois bem, o PMDB tem desde Sarney até esse fenômeno, o Germano Rigotto. E no meio estamos nós, experimentados, ex-prefeitos, governadores, senadores. Então, o PMDB já tem esse nome, temos que acreditar nisso. Entendo que o PMDB jamais vai faltar, porque nunca faltou. Agora, não pode acabar com os sonhos democráticos de chegar ao poder. De que valeu o anticandidato Ulysses Guimarães? Naquele tempo é que não havia candidato.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Na época, eu estudava no Rio de Janeiro e comprei o **Jornal do Brasil** para ler o discurso contra a ditadura, sem nenhuma chance, para mostrar que esse era o rumo, que o sonho dele era o PMDB chegar ao governo para defender os anseios daquilo que é a razão do partido: o povo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo aparte. O sonho é de todos nós, do PMDB, de um dia podermos eleger o nosso Presidente da República. E vai chegar esse dia. Espero que não esteja muito distante.

Sr. Presidente, falando ainda da carga tributária no Governo do Presidente Lula, esses dois primeiros anos foram de ajustes na economia, que começa a crescer. Agora é o momento de flexibilizar. Está em curso uma medida para diminuir a carga do Imposto de Renda sobre a classe média. A classe média não está sofrendo agora; a classe média vem decaindo há mais de 20 anos. Lembro que no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, quando eu era Governador, no Palácio do Planalto, o Presidente me dizia: “Governador, o Plano Real é bom porque distribui renda, mas a classe média vai sofrer”. Foram palavras do ex-Presidente Fernando Henrique. A classe média vai sofrer porque vamos ter que tirar de alguém para distribuir, e como a classe média é a maior – ou era a maior que detinha alguma renda –, estava se tirando da classe alta e da classe média. Como a classe alta não sofre, a classe média foi a que mais sofreu nesses últimos anos. Então é chegada a hora de reduzir, de corrigir a tabela do Imposto de Renda para que a classe média pare de sofrer, pare de cair e que ela volte a ter as mesmas condições que tinha antigamente, e que a classe mais pobre possa também crescer. Só seremos felizes, a classe alta, a classe média, se os pobres também vierem a ter o seu emprego, vierem a ter a sua renda para sustentar as suas famílias. É chegada a hora, repito, de o Governo Lula começar a corrigir essas distorções, que não são de agora, não são dos dois anos do seu Governo e sim de décadas

a fio, desde a época da ditadura militar até os últimos governos.

Na avaliação daquela liderança da sociedade civil organizada, o peso da tributação, equivalente a quase 40% do PIB, está insuportável, levando uma parcela da população à desobediência civil. Com efeito, o aumento verificado na arrecadação de tributos, em âmbito nacional, entre 1998 e 2003 – vejam que estou falando ainda do governo passado –, não pode ser qualificado senão como assombroso: no período, a arrecadação saltou de R\$272 bilhões para nada menos que R\$474 bilhões! Vejam que estamos falando de um período de cinco anos, os últimos cinco anos, aliás. Vale destacar que, desse montante, o Governo Federal abocanhou uma “módica” fatia, equivalente a quase 70%.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a voracidade tributária do Governo parece mesmo não ter limites. O mais recente estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário sobre o assunto mostrou que a carga tributária chegou a 38,11% do PIB no primeiro semestre deste ano. Nesse período, os contribuintes deixaram mais de R\$311 bilhões nos cofres públicos dos três níveis de Governo, evidenciando que, ao final do ano, contabilizaremos mais um recorde de arrecadação.

É preciso impor um limite a essa sanha, a essa fúria arrecadatória. Ganha relevo, nesse contexto, a conveniência e a oportunidade da campanha pela redução da carga tributária desencadeada no País.

Manifesto, portanto, meu entusiástico apoio a essa iniciativa, esperando que ela venha a contribuir para sensibilizar o Congresso Nacional para a urgência de retomarmos a reforma tributária, porque ficou pela metade. Desta feita, devemos dar continuidade a sua discussão até que consigamos forjar o consenso necessário para dotar o País de uma nova estrutura tributária, apta a funcionar não como um empecilho, mas como um indutor de desenvolvimento e da justiça social para gerar renda, gerar riqueza, gerar emprego para a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Alvaro Dias e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna nesse momento para comentar o artigo intitulado “Momento especial”, de autoria do jornalista Jânio de Freitas, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 25 de novembro do corrente.

O artigo mostra que a desconexão entre as palavras e a realidade do atual governo vem de muito longe, desde a última campanha presidencial; “os compromissos com o eleitorado não passaram de falsas seduções”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, solicito que o artigo acima citado seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

Folha de S.Paulo, 25 de novembro de 2004

MOMENTO ESPECIAL

Jânia de Freitas

Sua atenção, por favor, que o fato é muito relevante: Lula produziu uma novidade. Quem poderia esperar por isso, já com 23 desalentados meses do mandato de 48, ou seja, decorrida quase metade do mandato? A rigor, a abrangência da novidade recua até muito aquém, incalculavelmente aquém, do início do governo.

É preciso recapitular um pouco. Desde o início, mas sobretudo neste ano, Lula cada vez mais parece discursar para si mesmo. Como se tomado da necessidade de dizer que o governo está no rumo certo para acreditar, ele próprio, que isso contenha alguma verdade. Ou, o que dá quase no mesmo, que preside de fato. A desconexão entre palavras e realidade vem de muito longe, segundo o próprio Lula. Sua definição de tudo o que disse antes da última campanha coube em duas palavras bem escolhidas: “eram bravatas”, quer dizer, fanfarronice, tapeação. Ainda mal iniciado o governo, viu-se que todos os compromissos com o eleitorado não passaram de falsas seduções. Era a mesma fanfarronice enganadora, porém sem bravatas, que o Lulinha paz e amor não as comportaria.

Nas horas infindáveis de segunda para terça-feira, em que Lula e os 17 ministros do PT, além de uns quantos coadjuvantes, discutiram sem saber o que discutir e chegaram à orientadora conclusão de que nada concluíram, deu-se a novidade. Com o mínimo de clareza e o máximo de tibieza possíveis, alguns ministros insinuaram que a política econômica talvez, quem sabe, pudesse ser reconsiderada em

alguns pontos, ou do contrário - como disse o ministro Luiz Dulci na culminância da ousadia - poderá levar à derrota. Não explicitou se derrota de Lula na reeleição, derrota do governo ou derrota do PT, mas, se necessário, depois Marta Suplicy, o gaúcho Raul Pont e outros explicam por que e como são as "derrotas vitoriosas" que a integridade intelectual do José Genoino identificou.

E chegou, então, o extraordinário. Talvez porque mal contivesse a irritação, Lula deu esta resposta, no seu discurso final, aos que falaram da política econômica:

"Na política econômica eu não mudo nada. A política econômica é essa e não tem volta. E quem quiser contestar a política econômica, comigo não terá vez pra discutir".

Que coisa extraordinária: tudo indica que foi um momento de plena sinceridade. Meio esquisita na forma, sim. "Não tem volta" - que volta, se a política econômica é o continuísmo da "herança maldita"? Não faz mal, a sinceridade tudo compensa. E tem ainda valor histórico. Desde os generais-ditadores não se ouviam frases assim, "eu não mudo nada", "não tem volta", "comigo não terá vez", frases tão democráticas.

Mas Lula bem que poderia levar sua sinceridade um pouquinho além, apenas um complemento: "Eu não mudo porque não posso mudar".

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "Final do ano", de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 23 de novembro do corrente.

A jornalista, em seu artigo, mostra como o governo do presidente Lula vai mal: "o governo não anda, não aprova nada de importante no Congresso e já está no meio da segunda reforma ministerial."

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:
"Final do ano."

Folha de S.Paulo
Publicado em: 23/11/2004

FINAL DO ANO

Eliane Cantanhêde

O ano vai acabando e o governo vai se enrolando. O que é muito curioso, porque os indicadores da economia vão bem, mas o governo não anda, não aprova nada de importante no Congresso e já está no meio da segunda reforma ministerial. Pior: uma reforma sem diretriz. Se a economia vai bem e o governo vai mal é porque alguma coisa está muito errada. O desempenho formal da economia está sendo bom em 2004, melhor do que vinha sendo nos anos anteriores e também melhor do que as previsões para os próximos. A expectativa é de um crescimento de mais de 4%, e a inflação está abaixo dos 8%. Não houve crises internacionais nem solavancos internos. Então o que está havendo com o governo? O de sempre. Na economia, uma ortodoxia e uma "falta de criatividade" (como diz o Clóvis Rossi) que impedem as boas notícias formais de se transformarem em boas notícias reais para as empresas e os cidadãos comuns. Na negociação política, uma barafunda de disputas internas, entre o "PT moderado" e os "PT radicais", entre o PT e os "aliados", entre governar e distribuir favores, entre almoços de muita cobrança e jantares de nenhum resultado. Na gestão administrativa, um entra-e-sai inacreditável de petistas nas áreas que seriam mais afins e mais caras aos próprios petistas. Pelo menos é o que todos achavam. Parecia, mas não era. Entra ministro, sai ministro; entra assessor, sai assessor; e nada acontece de fato. Do Fome Zero só sobraram a fome e o zero. Do "superministério" tão badalado de Patrus Ananias sobrou um ministeriozinho de um ministrinho cercado de assessores insatisfeitos que abandonam o barco. Se, com a possibilidade de mais de 4% de crescimento, está assim, tudo ainda pode piorar. Principalmente se o ritmo estagnar, a carga tributária não cair, os empregos não aparecerem e as eleições presidencial e estaduais começarem antes do tempo. E elas estão começando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "Começou a eleição de 2006 (3)", de autoria do ex-ministro do Trabalho e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Marcelo Pimentel, publicado no jornal **Correio Braziliense** de 22 de novembro do corrente.

O artigo analisa o desempenho do governo Lula até o momento, tendo como ponto de partida declaração feita por instituto de pesquisa afirmando que Lula seria “invencível” na eleição presidencial de 2006. Após mostrar que os programas do governo não estão dando resultado, alguns deles até mesmo beirando o fracasso, o autor finaliza seu artigo com o seguinte parágrafo: “Ele (Lula) terá que movimentar seu imenso ministério para o campo de realizações, sem o que a predição pode não se realizar tão facilmente, porque só simpatia pessoal não ganha mais eleição”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo publicado no Correio Braziliense seja considerado par-

te integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:
“Começou a eleição de 2006(3)”.

CORREIO BRAZILIENSE •

OPINIÃO

Começou a eleição de 2006 (3)

Um ilustre dono de agência de pesquisa fez a afirmação enfática de que Lula será invencível em 2006. Nem Nostradamus teria a audácia de fazer previsão tão temerária, tão longe do pleito, em tempo sujeito a chuvas e trovoadas, como se prenuncia. Lula hoje dispõe de prestígio pessoal que nunca se viu outro presidente da República possuir, salvo Itamar no fim do seu governo, 84%, depois do êxito do Plano Real. Porém, não se pode confundir prestígio pessoal com aprovação de governo ou vice-versa. Marta teve seu governo aprovado e levou uma surra. Lula tem altos índices individuais e a seu redor os ovos e tomates começam a voar. A primeira vez, quando foi prestigiar um candidato afinal derrotado em Curitiba. A segunda, recentemente em Maceió, quando sua reforma universitária foi saudada por vãs e objetos voadores.

Estamos longe do pleito e na metade do governo. Até agora não se viu muita coisa realizada. Bem pouco, aliás. A política econômica produziu um resultado prático, estancando a inflação e equilibrando as contas internas, com redução de juros, inicialmente. De tempos para cá, o próprio governo desmoralizou-a, demonstrando desconfiança no sistema, com a alta mensal dos juros, que elevou a dívida pública em R\$ 5 bilhões este mês. Se os juros aumentam, idem a desconfiança dos investidores. Assim não dá.

De repente, o progresso que recomeçara seu caminho parou e começou a balançar, estabilizado. O desemprego caiu, consolidou-se e, agora, só melhora em função da sazonalidade do Natal. O comércio também estancou. Os programas sociais redundaram em absoluto fracasso. O Fome Zero viu zero zero. Não houve nada salvo muito blablablá. As bolsas-

escola e família viraram bolsas-escândalo, porque o governo se mostrou inepto no planejamento, entregando às prefeituras o controle. Finalmente, a desmoralização instalou-se com a comprovação de que o suado dinheiro público estava realmente indo parar nas mãos de quem não necessitava.

É claro que os prefeitos coniventes que permitiram se instalasse a bandidheira no sistema deveriam ser processados por peculato, porque deram o dinheiro público a quem não deviam, e nada aconteceu. As bolsas passaram a ter caráter eleitoreiro. Também quem recebeu indevidamente não foi processado. A bolsa escola e a outra para ajudar quem não tem renda estão sendo pagas a quem tem emprego certo, carro na garagem, etc. Muitos dos prefeitos responsáveis ou eram do PT ou aliados do dito. Nada aconteceu. Vamos continuar assistindo ao triste espetáculo, porque medidas preventivas não foram tomadas ou são incipientes.

Lula foi eleito por si mesmo e pelo seu programa. Ele continua ele, nada de novo, a não ser sua veia esportiva, tão filmada pela mídia oficial, e sua oratória, tão eclética porque envolve com sabedoria todos os assuntos, por mais complexos que sejam. Nunca se viu orador tão eclético! Fantástico é o número de discursos. Talvez mais que a soma de todos aqueles pronunciados pelos vários presidentes desde a proclamação da República. Jamais se viu tanto amor ao microfone e versatilidade!

Mas e as obras anunciadas no seu programa que representaria o grande espetáculo do crescimento? Nada se viu até agora. Os portos continuam emperados porque a tecnologia não chegou até elas. As estradas continuam uma lástima e nem sequer a privatização foi tentada, já que o Executivo não tem capacidade para melhorá-las. Energia

ameaça, segundo os técnicos, outro apagão, se novas fontes não forem produzidas. A exportação pode sofrer uma trombada com os problemas que a economia chinesa está prenunciando. A indústria e o comércio estão sem crédito, e sem crédito não progridem, havendo até ameaça de ficarem nos níveis em que estão e conduzirem a uma alta de preços. O funcionalismo está aviltado com seu salário reduzido; os militares idem. As Forças Armadas com seus equipamentos obsoletos. Afinal, o que aconteceu até agora além de nada?

Como afirmar, nesta altura, que a reeleição de Lula são favas contadas? A análise das eleições conduz à ideia de que o voto foi valorizado pelo povo, que não está aprovando a república dos amigos. Afinal, ministério de 35 membros e uma centena de conselhos inúteis (apenas para dar acolhida aos companheiros derrotados) conduzem a uma barreiro de cabeça que a nada conduz. Ainda mais quando se vê que a base do governo começo a desmoronar, com o PMDB envergonhado do seu triste papel, querendo buscar sua redenção política fora do governo, com nova personalidade. Vamos ver o que vai acontecer no dia 12 de dezembro. No tal conselho social, se cada um falar dez minutos, vão gastar dez horas de discussão — por assunto!

Realmente, a eleição 2006 começou. Os partidos vão-se reorganizando (PPS e + PDT), convenção do PMDB, reforma partidária, etc. Após a posse dos prefeitos, a coisa vai esquentar. Afirmar que Lula está reeleito — é imbatível — é tão lotérico quanto acertar na Mega-Sena. Ele terá que movimentar seu imenso ministério para o campo de realizações, sem o que a predição pode não se realizar tão facilmente, porque só simpatia pessoal não ganha mais eleição. Quem viver verá!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Aécio Neves, Uma Administração de Êxito Em Minas:
Assim É o Jeito Tucano de Governar

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, outro assunto que eu gostaria de falar é que na tarde de ontem, fiz um registro neste Plenário sobre o êxito do Governador Aécio Neves em Minas Gerais. Na ocasião, lembrei que o governador mineiro passou estes quase dois anos fazendo esforço de austerdade administrativa, que se iniciara com seu antecessor, o hoje senador Eduardo Azeredo, também do PSDB. Agora – como acrescentei – terá dois anos de colheita, colheita de mais investimentos, colheita de mais empregos, em benefício da população.

Esse, disse, ademais, é o modo tucano de administrar.

Hoje, estou anexando a este breve pronunciamento a reportagem publicada na edição desta semana (24 de novembro de 2004) pela Revista VEJA, destacando a atuação do Governador Aécio Neves. A matéria vai a seguir.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“UMA EMPRESA CHAMADA MINAS.”

Em apenas dois anos, o estado sai do vermelho graças a um processo de saneamento baseado em métodos da iniciativa privada.

Minas Gerais receberá uma ótima notícia nesta semana: depois de uma década de desequilíbrio fiscal, o estado finalmente saiu do vermelho. O feito, resultado da opção do governador Aécio Neves (PSDB) por uma política administrativa austera e uma gestão baseada nos métodos da iniciativa privada, reforça uma constatação e consolida uma tendência. A constatação é que a solução para o caos fiscal nos estados passa, obrigatoriamente, pelo rigor administrativo. A tendência é que, daqui para a frente, políticos em cargos executivos terão de ser, antes de tudo, administradores eficientes. “A boa gestão será o grande diferencial na política brasileira”, diz o economista Raul Velloso. No ano passado, nove estados brasileiros, além do Dis-

trito Federal, conseguiram fechar o ano com superávit nominal, ou seja: com o orçamento no azul e os pagamentos em dia, incluindo o serviço da dívida. São eles: São Paulo, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Pará, Rondônia, Tocantins e Rio de Janeiro (que, neste ano, deve voltar a ser deficitário). O fato de Minas conseguir juntar-se a esse time é ainda mais notável pela velocidade com que Aécio Neves conseguiu tirar o estado do buraco profundo em que ele se encontrava. Ao tomar posse, em janeiro do ano passado, o governador deparou com uma das piores equações fiscais do Brasil. Herdou de seu antecessor, Itamar Franco, além de 5 bilhões de reais em dívidas, um orçamento anual com déficit de 2,4 bilhões de reais. Ou seja, se ele não investisse um tostão em projetos, ainda assim terminaria cada mês devendo 200 milhões de reais. Por causa desse desequilíbrio, Minas encontrava-se inadimplente com a União, sem credibilidade para contrair empréstimos internacionais e com dificuldades até mesmo para pagar os servidores em dia. Em resumo, o Estado estava praticamente falido.

O saneamento da máquina em tempo recorde foi resultado de um plano de gestão baseado no uso de ferramentas semelhantes às utilizadas nas grandes empresas. Ao montar sua equipe, por exemplo, o governador de Minas contratou técnicos competentes – em vez de se cercar de compadres ou aliados políticos – e autorizou-os a tomar medidas tão duras quanto as que a situação exigia. De janeiro de 2003 a setembro deste ano, Aécio extinguiu seis secretarias e 447 unidades administrativas ligadas a elas, eliminou mais de 3.000 funções e cargos públicos e fixou um teto salarial para o Poder Executivo – o que acabou por reduzir o seu próprio salário (de 19.000 reais para 10.500 reais ao mês) e, consequentemente, os vencimentos de ocupantes de cargos inferiores também. Até agora, os cortes na área de pessoal resultaram numa economia de 130 milhões de reais e fizeram com que o comprometimento da receita líquida com a folha de pagamento caísse de 74% para 59%. “Só com o fechamento de alguns ralos, conseguimos nos enquadrar nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal”, diz o secretário de Planejamento e Gestão de Minas, Antonio Augusto Anastasia. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um dos instrumentos que mais têm impulsionado a recente preocupação dos políticos com a gestão pública profissionalizada. Promulgada em 2000, ela prevê punições – que vão da perda do cargo à prisão – para governantes que praticarem malver-

sação de recursos, elevarem gastos sem fazer cortes ou empenharem mais do que 60% da receita líquida em gastos com pessoal.

O choque de gestão empreendido por Aécio Neves em Minas tem clara inspiração na experiência realizada por Mário Covas em São Paulo. Na década de 90, o então governador paulista, entre outras iniciativas, demitiu mais de 100.000 funcionários, modernizou o processo de compras do estado e promoveu uma devassa no sistema de terceirização de serviços. As medidas, amargas, produziram um dos episódios mais lastimáveis da história do governo paulista: Covas, morto em 2001, chegou a ser apedrejado durante uma manifestação de professores. O tempo mostrou que ele estava certo. São Paulo se mantém superavitário até hoje, e seu atual governador, Geraldo Alckmin, seguidor da cartilha de Covas, reelegeu-se em 2002 e tem um dos maiores porcentuais de aprovação do eleitorado.

No caso de Minas, para a conquista do equilíbrio orçamentário, além do enxugamento da máquina administrativa, contribuíram métodos relativamente simples de gerenciamento – como a definição de metas para a arrecadação fiscal e a implantação de sistemas de controle nas compras do governo. A principal medida, no que se refere às despesas, foi a criação de uma central que gerencia todas as compras feitas pelo estado, a qual está integrada a um sistema de acompanhamento financeiro. O objetivo é assegurar que a aquisição de produtos e a contratação de serviços só sejam efetivadas se houver reserva orçamentária correspondente e dinheiro em caixa. Ao garantir aos fornecedores que a despesa será quitada no prazo acertado, eles não precisam embutir taxas de risco sobre os preços e até se dispõem a conceder descontos. “No governo de Minas, proibimos a emissão de cheques pré-datados”, compara Aécio Neves.

Só a obrigatoriedade de realização de pregões para as aquisições feitas pelas repartições públicas gerou uma economia de 144 milhões de reais para os cofres públicos. Para quitar a dívida de 1,3 bilhão de reais com fornecedores, herdada da gestão anterior, o governo instituiu uma forma de leilão público que funciona de maneira inversa à tradicional: recebe primeiro o credor que oferece ao governo o maior desconto. Outra medida simples, mas de retorno garantido, deverá ser implantada em breve. O estado está fazendo uma licitação para terceirizar a gestão da frota da polícia. Continuará a comprar os carros,

mas deixará sua manutenção por conta de empresas privadas. Dessa forma, poderá desativar parte de suas oficinas mecânicas e transferir para funções de policiamento os quase 100 PMs que hoje se ocupam com o conserto, desamassamento e pintura de veículos. O dinheiro economizado será suficiente para aumentar em 24% o número de viaturas na região metropolitana de Belo Horizonte.

Ao ajustar as contas de seu estado, o governante garante uma administração baseada no planejamento, e não no improviso. O equilíbrio fiscal traz a recuperação da capacidade de investimento, atrai o interesse da iniciativa privada e facilita a obtenção de empréstimos externos. O saneamento de Minas – cuja credibilidade internacional era zero desde a moratória decretada por Itamar Franco, em 1999 – levou, por exemplo, o Banco Mundial a tomar uma decisão inédita em sua história: vai liberar 170 milhões de dólares para financiar projetos no estado sem exigir do governo nenhuma contrapartida financeira, como é praxe nas instituições de fomento. “A contrapartida serão as práticas de boa governança, que já estão sendo executadas”, explica o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Vinod Thomas. Equilíbrio fiscal, como se vê, não serve apenas para exibir contas que fecham, mas, sobretudo, para aplacar o terreno para que o Estado possa cumprir melhor seu papel: o de atender às demandas sociais e criar condições para a prosperidade da população.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 25 minutos.)

RETIFICAÇÃO

Ata da 136^a Sessão Deliberativa Extraordinária, realizada em 6 de outubro de 2004

(publicada no DSF de 7 de outubro de 2004)

Na proclamação do resultado da votação do Requerimento nº 1.280, de 2004, à página nº 31579, 1^a coluna,

Onde se lê:

O projeto foi rejeitado.

Leia-se:

O requerimento foi rejeitado.

Ata da 10^a Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 25 de novembro de 2004

Às dez horas do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e quatro, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, com a presença dos Srs. Senadores José Sarney, Presidente, Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, Romeu Tuma, 1º Secretário, Alberto Silva, 2º Secretário, e João Alberto Souza, 1º Suplente de Secretário, reuniu-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador José Sarney. Deixaram de comparecer por motivo justificado os Senadores Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, Heráclito Fortes, 3º Secretário, e Sérgio Zambiasi, 4º Secretário. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador José Sarney, comunicou que se encontrava na Sala de Autoridades os Srs. Júlio Werner Pedrosa, Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP, e Petrônio Barbosa Lima de Carvalho, Diretor da Secretaria Especial de Informática – Prodasen – acompanhado dos Srs. Constantin Metaxa Kladis e Marco Antônio Motta e da Sra. Andréa Soares Rodrigues, para a demonstração final da Ordem do Dia Eletrônica. O Secretário-Geral da Mesa, Sr. Raimundo Carreiro Silva, apresentou o histórico desse projeto desde sua primeira fase até a presente data. Em seguida, o Sr. Presidente, bem como os demais Senadores presentes fizeram uso do equipamento e constataram que está apto a ser implantado. O Sr. Presidente definiu, então, a data de 30 de novembro, terça-feira próxima, para a instalação dos **tablets**, no Plenário, com a Ordem do Dia Eletrônica. Encerrada a demonstração, os servidores convidados se retiraram e passou-se à deliberação das matérias em pauta. O Sr. Presidente submeteu ao Colegiado a apreciação dos seguintes itens: 1) O Senador Eduardo Siqueira Campos havia

apresentado à Mesa, anteriormente, relatórios, que foram lidos pelo Senador João Alberto Souza, favoráveis aos **Requerimentos de Informações**: nº 1174, de 2004, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, ao Ministro da Fazenda; nº 1185, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, ao Ministro da Defesa; nº 1188, de 2004, ao Ministro da Fazenda e nº 1189, de 2004, à Ministra de Minas e Energia, ambos de autoria do Senador Jonas Pinheiro; nº 1219, de 2004, de autoria do Senador Heráclito Fortes, ao Ministro da Fazenda; e nº 1300, de 2004, de autoria do Senador Edison Lobão e outros Senadores, ao Presidente do Banco Central do Brasil. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos dos relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. 2) O Senador Alberto Silva apresentou relatórios favoráveis aos **Requerimentos de Informações**: nº 762, de 2004, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; nº 1165, de 2004, à Ministra de Minas e Energia; nº 1212, de 2004, ao Ministro-Chefe da Casa Civil, todos de autoria do Senador Arthur Virgílio; nº 1234, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, ao Ministro da Fazenda; nº 1274, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, ao Ministro da Fazenda; nº 1285, de 2004, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; e nº 1373, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, ao Ministro da Saúde. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados nos termos dos relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. 3) O Senador Paulo Paim apresentou relatórios favoráveis aos **Requerimentos de Informações**: nº 1164, de 2004, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; nº 1338, de 2004, ao Ministro da Saúde, ambos de autoria do Senador Arthur Virgílio; nº 1208, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, à Ministra de Minas e Energia; nº 1284, de 2004, de autoria do Senador Alvaro Dias, à Ministra de Minas e Energia; nº 1240, de 2004, de autoria do Senador Mário Calixto, ao Ministro da Fazenda. Continuando com a palavra, apresentou relatório favorável, com a supressão do item 7 e renumeração dos itens subsequentes, tendo em vista já constar como item 4, ao **Requerimento de Informações** nº 1368, de 2004, de autoria do Senador Romeu Tuma, ao Ministro da Saúde. Apresentou relatório favorável; Com a supressão do quesito nº 2, ao

nº 845, de 2004, ao Ministro da Educação, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **4)** O Senador Sérgio Zambiasi havia apresentado à Mesa, anteriormente, relatórios, que foram lidos pelo Senador João Alberto Souza, favoráveis aos **Requerimentos de Informações: nº 1339, de 2004**, à Ministra de Minas e Energia e **nº 1340, de 2004**, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ambos de autoria do Senador Arthur Virgílio; e **nº 1334, de 2004**, de autoria do Senador José Jorge, ao Ministro da Fazenda; favoráveis, com a redação que oferece, aos **Requerimentos de Informações: nº 1128, de 2004**, ao Ministro dos Transportes, de autoria do Senador Alvaro Dias; **nº 1355, de 2004**, ao Ministro da Defesa, **nº 880, de 2004**, ao Ministro da Educação, e **nº 1179, de 2004**, ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, todos de autoria do Senador Arthur Virgílio. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **5)** O Senador Romeu Tuma apresentou relatórios favoráveis aos **Requerimentos de Informações: nº 1186, de 2004**, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; **nº 1187, de 2004**, ao Ministro da Justiça; **nº 1197, de 2004**, ao Ministro da Ciência e Tecnologia; **nº 1198, de 2004**, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; **nº 1356 de 2004**, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; **nº 1358, de 2004**, ao Ministro do Trabalho e Emprego, todos de autoria do Senador Arthur Virgílio; **nº 1209, de 2004**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, ao Ministro da Justiça; **nº 1239, de 2004**, ao Ministro da Fazenda; **nº 1246, de 2004**, à Ministra do Meio Ambiente; ambos de autoria do Senador Alvaro Dias; **nº 1250, de 2004**, de autoria do Senador Tasso Jereissati, ao Ministro dos Esportes; **nº 1283, de 2004**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e **nº 1329, de 2004**, de autoria da Comissão de Educação, ao Ministro das Comunicações. A Presidência esclarece que, tendo em vista a aprovação do Requerimento de Informações **nº 1329, de 2004**, fica sobrestada a tramitação do **Projeto de Lei do Senado nº 575, de 1999**, nos termos do inciso IV do art. 216 do Regimento Interno.

Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **6)** O Senador Heráclito Fortes havia apresentado à Mesa, anteriormente, relatórios, que foram lidos pelo Senador João Alberto Souza, favoráveis, aos **Requerimentos de Informações: nº 1147, de 2004**, ao Ministro da Saúde, **nº 1180, de 2004**, ao Ministro da Defesa, **nº 1224, de 2004**, ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, todos de autoria do Senador Arthur Virgílio; **nº 1132, de 2004**, de autoria do Senador Alvaro Dias, ao Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica; e **nº 1319, de 2004**, de autoria do Senador Paulo Paim, ao Ministro da Fazenda; favoráveis nos termos da redação que oferece, aos **Requerimentos de Informações nº 1247, de 2004**, ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, **nº 1253, de 2004**, ao Ministro da Educação, ambos de autoria do Senador Arthur Virgílio; **nº 1286, de 2004**, de autoria do Senador Augusto Botelho, ao Ministro das Cidades; e pelo deferimento dos quesitos nºs 1 a 4 e pelo indeferimento dos quesitos nº 5 e 6, aos **Requerimentos de Informações nº 1251, de 2004**, ao Ministro-Chefe da Casa Civil e **nº 1252, de 2004**, ao Ministro do Controle e da Transparência, ambos de autoria do Senador Arthur Virgílio. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos dos relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Prosseguindo os trabalhos, o Sr. Presidente José Sarney, submete à Mesa os **Requerimentos de Informações nº 1243, de 2004**, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, **nº 1244, de 2004**, ao Ministro da Fazenda, ambos de autoria do Senador Osmar Dias, deferidos pela Presidência, *ad referendum*, em 21.10.2004, e **nº 1416, de 2004**, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, ao Ministro da Justiça, deferido, *ad referendum*, pela Presidência em 17.11.2004. Os Requerimentos são aprovados. O Senador Romeu Tuma propôs à Mesa, com vistas a agilizar a deliberação sobre os requerimentos de informações dos Srs. Senadores, e tão-somente a eles, que os Relatores, em seus relatórios, pudessesem propor o deferimento dos mesmos por eles próprios, *ad referendum* da Mesa, devendo ser posteriormente submetidos à deliberação do Colegiado. Submetida a votos, a proposta foi aprovada. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, ao tempo em que determinou que eu,

(Raimundo Carreiro Silva), Secretário-

Geral da Mesa, lavrasse a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata foi lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, às onze horas e vinte e oito minutos, declarou encerrada a reunião e assinou a presente Ata.

Senado Federal, em 25 de novembro de 2004

Senador José Sarney
Presidente

(*) EMENDAS

Nºs 1 a 5, apresentadas ao Projeto de Lei nº 81, de 2004-CN (Mensagem nº 204, de 2004-CN, nº 663/2004, na origem).

Nºs 1 a 100, apresentadas ao Projeto de Lei nº 82, de 2004-CN (Mensagem nº 205, de 2004-CN, nº 664/2004, na origem).

Nºs 1 a 80, apresentadas ao Projeto de Lei nº 83, de 2004-CN (Mensagem nº 206, de 2004-CN, nº 665/2004, na origem).

Nºs 1 a 33, apresentadas ao Projeto de Lei nº 84, de 2004-CN (Mensagem nº 207, de 2004-CN, nº 666/2004, na origem).

Nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 85, de 2004-CN (Mensagem nº 208, de 2004-CN, nº 667/2004, na origem).

Nºs 1 a 7, apresentadas ao Projeto de Lei nº 89, de 2004-CN (Mensagem nº 213, de 2004-CN, nº 685/2004, na origem).

Nºs 1 a 8, apresentadas ao Projeto de Lei nº 90, de 2004-CN (Mensagem nº 214, de 2004-CN, nº 686/2004, na origem).

Nºs 1 a 10, apresentadas ao Projeto de Lei nº 92, de 2004-CN (Mensagem nº 216, de 2004-CN, nº 688/2004, na origem).

Nºs 1 a 43, apresentadas ao Projeto de Lei nº 93, de 2004-CN (Mensagem nº 217, de 2004-CN, nº 689/2004, na origem).

Nºs 1 a 80, apresentadas ao Projeto de Lei nº 94, de 2004-CN (Mensagem nº 218, de 2004-CN, nº 690/2004, na origem).

Nºs 1 a 128, apresentadas ao Projeto de Lei nº 95, de 2004-CN (Mensagem nº 219, de 2004-CN, nº 691/2004, na origem).

Nºs 1 a 26, apresentadas ao Projeto de Lei nº 96, de 2004-CN (Mensagem nº 220, de 2004-CN, nº 692/2004, na origem).

Nºs 1 a 4, apresentadas ao Projeto de Lei nº 97, de 2004-CN (Mensagem nº 222, de 2004-CN, nº 694/2004, na origem).

Nºs 1 a 180, apresentadas ao Projeto de Lei nº 98, de 2004-CN (Mensagem nº 223, de 2004-CN, nº 695/2004, na origem).

Nºs 1 a 81, apresentadas ao Projeto de Lei nº 99, de 2004-CN (Mensagem nº 224, de 2004-CN, nº 696/2004, na origem).

Nºs 1 a 72, apresentadas ao Projeto de Lei nº 100, de 2004-CN (Mensagem nº 225, de 2004-CN, nº 697/2004, na origem).

Nºs 1 a 15, apresentadas ao Projeto de Lei nº 101, de 2004-CN (Mensagem nº 226, de 2004-CN, nº 698/2004, na origem).

Nºs 1 a 107, apresentadas ao Projeto de Lei nº 103, de 2004-CN (Mensagem nº 228, de 2004-CN, nº 700/2004, na origem).

Nºs 1 a 14, apresentadas ao Projeto de Lei nº 104, de 2004-CN (Mensagem nº 229, de 2004-CN, nº 701/2004, na origem).

Nºs 1 a 52, apresentadas ao Projeto de Lei nº 105, de 2004-CN (Mensagem nº 230, de 2004-CN, nº 702/2004, na origem).

Nºs 1 a 35, apresentadas ao Projeto de Lei nº 106, de 2004-CN (Mensagem nº 231, de 2004-CN, nº 703/2004, na origem).

Nºs 1 a 59, apresentadas ao Projeto de Lei nº 107, de 2004-CN (Mensagem nº 232, de 2004-CN, nº 704/2004, na origem).

Nºs 1 a 18, apresentadas ao Projeto de Lei nº 108, de 2004-CN (Mensagem nº 233, de 2004-CN, nº 705/2004, na origem).

Nºs 1 a 104, apresentadas ao Projeto de Lei nº 109, de 2004-CN (Mensagem nº 234, de 2004-CN, nº 706/2004, na origem).

Nºs 1 a 81, apresentadas ao Projeto de Lei nº 110, de 2004-CN
(Mensagem nº 235, de 2004-CN, nº 707/2004, na origem).

Nºs 1 a 64, apresentadas ao Projeto de Lei nº 111, de 2004-CN
(Mensagem nº 236, de 2004-CN, nº 708/2004, na origem).

Nºs 1 a 23, apresentadas ao Projeto de Lei nº 112, de 2004-CN
(Mensagem nº 237, de 2004-CN, nº 709/2004, na origem).

Nºs 1 a 8, apresentadas ao Projeto de Lei nº 113, de 2004-CN
(Mensagem nº 238, de 2004-CN, nº 710/2004, na origem).

Nºs 1 a 96, apresentadas ao Projeto de Lei nº 115, de 2004-CN
(Mensagem nº 240, de 2004-CN, nº 712/2004, na origem).

Nºs 1 a 73, apresentadas ao Projeto de Lei nº 116, de 2004-CN
(Mensagem nº 241, de 2004-CN, nº 713/2004, na origem).

Nºs 1 a 57, apresentadas ao Projeto de Lei nº 117, de 2004-CN
(Mensagem nº 242, de 2004-CN, nº 714/2004, na origem).

(*) Publicadas em suplemento à presente edição

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52^a LEGISLATURA)

BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL César Borges	PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL Edison Lobão		ALAGOAS
PFL Roseana Sarney	S/Partido	Heloísa Helena
PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB Hélio Costa	PT	Tião Viana
GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT Paulo Paim		TOCANTINS
PTB Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB Luis Pontes	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB José Maranhão	PT	Mário Calixto
ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PPS João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB Gerson Camata		RORAIMA
PL Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora:	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/3489/3491 Fax: 1095
------------------	------------------------------------	---------------------------------------------------

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Diretor:	Wanderley Rabelo da Silva	Ramal: 3623 Fax: 3606
-----------------	---------------------------	----------------------------------------

Secretários:	Francisco Naurides Barros Dulcídia Ramos Calhão Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	Ramal: 3508 Ramal: 3514 Ramal: 3511 Ramal: 4854
---------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Diretor:	Sérgio da Fonseca Braga	Ramal: 3507 Fax: 3512
-----------------	-------------------------	----------------------------------------

Secretários:	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	Ramal: 3520 Ramal: 3503
---------------------	-----------------------------------------------------------------------	------------------------------------------

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Diretor:	José Roberto Assumpção Cruz	Ramal: 4608
-----------------	-----------------------------	--------------------

Secretários:	CAE	- Luiz Gonzaga da Silva Filho	Ramal: 4605
	CAS	- José Roberto Assumpção	Ramal: 4608
	CCJ	- Gildete Leite de Melo	Ramal: 3972
	CE	- Júlio Ricardo Borges Linhares	Ramal: 4604
	CFC	- José Francisco B. de Carvalho	Ramal: 3935
	CI	- Celso Antony Parente	Ramal: 4354
	CRE	- Maria Lúcia Ferreira de Mello	Ramal: 4777
	CLP	- Maria Dulce Vieira de Queirós Campos	Ramal: 1856

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1.Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
 E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Shhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA

**VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDE利 SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2-PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Moraes (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Moraes	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
 Telefone 3111856 Fax: 3114646
 E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilhou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfiliou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Réginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Luiz Piauhylino (PTB-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
1º SECRETÁRIO Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	1º SECRETÁRIO Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
2º SECRETÁRIO Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	2º SECRETÁRIO Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	3º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	4º SECRETÁRIO Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	LÍDER DA MINORIA Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO Deputado Maurício Rands (PT-PE)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Edison Lobão (PFL-MA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Carlos Melles (PFL-MG)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPILY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÉ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	LÍDER DA MINORIA Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador EDUARDO SUPlicy (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

**ug = 020002
gestão = 02902**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X - Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 - Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 238 PÁGINAS